

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

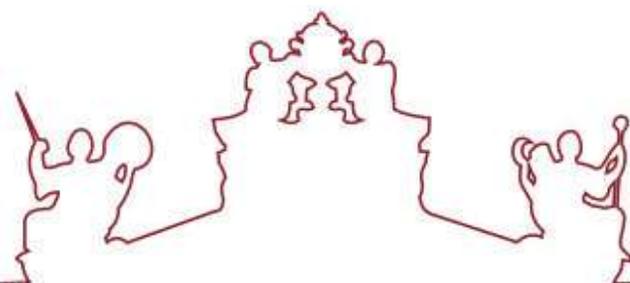
Dissertação

**A Prática Social do Arquiteto na habitação económica da
década de 1920 e a sua divulgação n' A Architectura
Portuguesa**

António Manuel Quintas Brancas

Orientadora | Cristina Sofia da Silva Teixeira Aleixo

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

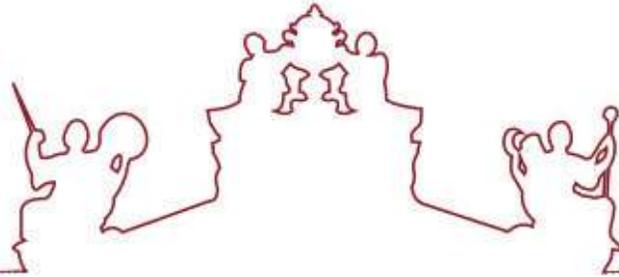
Dissertação

**A Prática Social do Arquiteto na habitação económica da
década de 1920 e a sua divulgação n' A Architectura
Portuguesa**

António Manuel Quintas Brancas

Orientadora | Cristina Sofia da Silva Teixeira Aleixo

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

- Presidente | Daniel Nicolas Jiménez Ferrera (Universidade de Évora)
- Vogal | Paula Cristina André dos Ramos Pinto (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)
- Vogal-orientador | Cristina Sofia da Silva Teixeira Aleixo (Universidade de Évora)



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Escola de Artes | Departamento de Arquitectura
Mestrado Integrado em Arquitectura

A PRÁTICA SOCIAL DO ARQUITECTO NA HABITAÇÃO ECONÓMICA DA DÉCADA DE 1920
e sua divulgação n'*A Architectura Portuguesa*

THE SOCIAL PRACTICE OF THE ARCHITECT IN THE ECONOMIC HOUSING OF THE 1920'S
and its dissemination in *A Architectura Portuguesa*

30835 . António Manuel Quintas Brancas
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

ORIENTAÇÃO
Professora Doutora Sofia Aleixo

Évora, 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri
Esta dissertação não cumpre com o novo acordo ortográfico e utiliza a norma NP 405.
Quando não identificada a fonte da imagem, a autoria pertence ao autor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os colegas, futuros Arquitectos, Arquitectos e não Arquitectos, que acompanharam e partilharam este trabalho.

Um agradecimento especial, pois esta dissertação sem o contributo e apoio constantes de várias bibliotecas não teria sido possível. Um obrigado à Maria Isabel Ferreira (UE), Fátima Coelho (AO) e Teresa Cruz (ESAP).

Ao Doutor Luís Andrade por tão bem me ter recebido no RIC e pela oportunidade de pertencer a um grande projecto e equipa. À colega e amiga Patrícia por me acompanhar nas aventuras das revistas de arquitectura e por me apoiar constantemente nos longos serões.

Um agradecimento especial à Professora Doutora Arquitecta Sofia Aleixo, por toda a dedicação, exigência e minúcia, palavra de incentivo e conhecimento que sempre me transmitiu desde a primeira conversa. Obrigado pelo constante cuidado e presença constante nas horas mais penosas, que manifestou ao longo de todo este tempo no decorrer das conversas ao redor da arquitectura, ética profissional, ensino e sobre a vida.

A todos os meus amigos, mas em especial aos de longa data, pela compreensão nos meus longos desabafos e nas longas noites: à Elisabete, amiga de longa data, obrigado por toda a humildade e partilha; ao João, por me mostrar que existe mais vida que a arquitectura; ao Daniel, pelo apoio constante e por todas as discussões acesas. Rita, a maior amiga, por estar sempre presente, pela partilha e motivação em todos os momentos.

À minha família, para quem as palavras nunca foram suficientes e, as que eu escrever, com certeza não serão satisfatoriamente dignas:

Pai, Mãe. Obrigado pela partilha e educação. Agradeço todas as vezes que me compreenderam e ouviram, e me disseram que tudo é possível. Agradeço-vos por todas as portas (e janelas) que abriram para mim e outras que me ajudaram a abrir.

Rita, por me acompanhares em todas as aventuras da vida.

Aos meus avós. António e Joana por me mostrar a beleza das coisas simples da vida, e à Maria, pela preocupação e carinho constantes, obrigado por tudo. As minhas conquistas serão sempre o resultado de tudo o que vocês são e foram ao longo dos anos da minha vida: um exemplo de trabalho, humildade e perseverança.

RESUMO

No início do século XX a industrialização promoveu a oferta de trabalho nas grandes cidades, dando origem a uma carência de habitação económica. O aumento da população verificado nas grandes cidades na década de 20 causa novos problemas de salubridade e higiene, a que os arquitectos procuram dar resposta, quer em artigos de opinião quer na elaboração de projectos de arquitectura, que se publicam em periódicos de arquitectura e construção.

Ao identificar-se a necessidade de promover, projectar e construir habitação económica, procurou-se investigar como se expressa na prática profissional do arquitecto a resposta a este problema, explorando a sua divulgação na 1ª série da revista *A Architectura Portuguesa* (1908-1929).

A metodologia estabelecida permitiu concluir que, face a uma necessidade social premente nos meios urbanos, houve uma resposta da classe profissional à necessidade de construir habitação económica condigna e confortável, que se divulgou nos periódicos de arquitectura.

Palavras-Chave: *Sociedade Portuguesa dos Arquitectos*; Legislação; Projecto de Arquitectura; Revistas de Arquitectura; Habitação Económica.

ABSTRACT

In the beginning of the 20th century industrialization promoted the supply of work in large cities, giving rise to a shortage of economic housing. The increase in the population observed in large cities in the 20's creates new health and hygiene problems, to which architects seek to respond both in opinion articles and in the design of architectural projects, which are published in architectural and construction journals.

By identifying the need to promote, design and build economic housing, it was sought to research how the answer to this problem is expressed in the architect's professional practice, exploring its dissemination in the 1st series of the magazine *A Architectura Portuguesa* (1908-1929).

The established methodology led to the conclusion that, in view of a pressing social need in urban areas, there was a professional class response to the need to build decent and comfortable economic housing, which was disseminated in architectural journals.

Keywords: *Sociedade Portuguesa dos Arquitectos*; Legislation; Architecture design; Architecture Magazines; Economic Housing.

INDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

DAue - Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora

EBAL – Escola de Belas-Artes de Lisboa

EBAP – Escola de Belas-Artes do Porto

ENSBAP - École Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris

FCP-HE - Federação de Caixas de Previdência — Habitações Económicas

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INH – Instituto Nacional de Habitação

OA – Ordem dos Arquitectos

RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

RIC - Revistas de Ideias e Culturas

RSEU – Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas

SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local

SAP - Sociedade dos Architectos Portuguezes

SNA – Sindicato Nacional dos Arquitectos

ÍNDICE DE FIGURAS

- FIG.01.00 | Ilha do Porto,década de 1960 | Fonte: Domus Social, 2015, p.27
- FIG.01.01 | Capa da obra *Habitação: 100 anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918/ 2018*, 2019
- FIG.01.02 | Visita de estudo da Uc Projecto III da Universidade de Évora às ilhas do Porto, Fevereiro, 2017
- FIG.01.03 | Sinalização das ilhas existentes no Porto em 2019 | Fonte: acedido em Domus Social
- FIG.01.04 | Modern Housing Types 1914-2014 | Fonte: Homeland, 2014, nº1, p.12
- FIG.01.05 | Capa da obra *Revistas de Arquitectura: Arquivos (s) da Modernidade*, (Mesquita, 2011)
- FIG.01.06 | Capa da obra *Arquitectos Portugueses – 90 Anos de Vida Associativa* (Ribeiro, 2002)
- FIG.01.07 | *Tipos de Habitação Operária na Rússia* | Fonte: Revista Engenharia, Vol. II, n.º 9, 1913, p.229 apud Azevedo, 2011, p.71
- FIG.01.08 | Quadro síntese das características que caracterizam a habitação económica na década de 1920 em Portugal
- FIG.01.09 | Estrutura da Dissertação
- FIG.02.00 | FIG. 02.00 | Excursão a Tomar pela *Sociedade dos Architectos Portuguezes* | Fonte: Anuário da SAP, 1907, p.50
- FIG. 02.01 | Arquitecto Adães Bermudes | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, Nº88, p.28
- FIG. 02.02 | Arquitecto José Alexandre Soares | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, Nº88, p.28
- FIG. 02.03 | Arquitecto Rosendo Carvalheira | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, , Nº88, p.28
- FIG. 02.04 | Arquitecto Álvaro Machado | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, Nº88, p.28
- FIG. 02.05 | Arquitecto Miguel Ventura Terra | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900,, Nº88, p.28
- FIG.02.06 | Identificação dos temas: ensino, higiene e salubridade, e habitação económica em documentos publicados através da análise da obra *Arquitectos Portugueses - 90 anos de Vida Associativa* (Ribeiro, 2002)
- FIG.02.07 | Identificação dos temas: ensino, higiene e salubridade, e habitação económica através da análise dos Índices do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911)
- FIG.03.00 | Bairro da Ajuda; Lisboa, 1934 | Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
- FIG.03.01 | Quadro sobre a população do país em comparação com a população urbana entre 1900 e 1930 | Fonte: Teixeira, 1992 p.83
- FIG. 03.02 | Quadro sobre a população das cinco maiores cidades de Portugal entre 1900 e 1930 | Fonte: Texeira, 1992 pp.84
- FIG.03.03 | Enquadramento do problema do alojamento e do aumento da população | Fonte: Teixeira, 1992 p. 85
- FIG.03.04 | Síntese dos requisitos da salubridade nas edificações | Fonte: *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, 1903
- FIG.03.05 | *A luz na habitação* | Fonte: *A Construção Moderna* , 1900, N.º 1, p. 8
- FIG.03.06 | *Categorias de Bairros operários: 5 categorias* | Fonte: Mello de Matos, 1904, pp.284-285
- FIG.03.07 | Proposta de Mello de Matos para a organização de um bairro operário | Fonte: Mello de Matos, 1911, pp.66-67
- FIG.03.08 | Enunciado do *Concurso Público para Casas económicas para as classes menos abastadas* | Fonte:

António Abreu, 1918, p. 98 apud Gonçalves, 2018, p. 52

FIG. 03.09 | Quadro da *Renda mensal máxima das casas económicas*, de acordo com o Decreto N.º4137 |
Fonte: Decreto n.º 4137, 1918 p.455

FIG.03.10 | *Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinada às classes laboriosas e menos abastadas*, Lisboa, da autoria do arquiteto Adães Bermudes, 1897 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.48

FIG.03.11 | *Casas Económicas de Ajuda*, Lisboa, 1918, da autoria do engenheiro Craveiro Lopes, 1918 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.55

FIG.03.12 | *Casas Económicas de Ajuda*, Lisboa, 1930, da autoria dos arquitecto Norte Júnior e Cristino da Silva | Fonte: Gonçalves, 2018, p.55

FIG.03.13 | Bairro do Arco do Cego, Lisboa, 1935 | Fonte: Tiago, 2010, p.256

FIG.03.14 | Bairro do Arco do Cego, 1935 | Fonte: Tiago, 2010, p.256

FIG.03.15 | Bairro do Monte Pedral, desenho de implantação da autoria do arquitecto José Marques da Silva, 1899 | Fonte: Gonçalves, 2011, p.106

FIG.03.16 | Bairro Monte Pedral Marques da Silva, Planta térrea de um conjunto de quatro casas | Fonte: Gonçalves, 2011, p.108

FIG.03.17 | *Bairro Económico — modelo 2*, Funchal, da autoria do arquitecto Carlos Ramos, 1931 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.73

FIG.03.18 | *Casas Económicas tipos A e B*, Porto, 1918 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.57

FIG.03.19 | Anteprojecto das casas de tipos diferentes, Viana do Castelo, do arquitecto Rogério de Azevedo, 1932 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.74

FIG.03.20 | *Bairro Operário Conde de Monte Real*, Cascais, 1930, da autoria do arquitecto Jorge Segurado, 1930 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.76

FIG.03.21 | *Bairro Municipal de Cascais*, Cascais, 1933, da autoria do arquitecto Jorge Segurado, 1933 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.77

FIG.03.22 | Gráfico que representa a relação entre a localização e número de bairros construídos, a promoção (privada ou pública) e a tipologia com base na informação disponibilizada no site Mapa da Habitação em Portugal (acedido em <https://db.up.pt/fmi/webd/mapahabitacaodb>) de acordo com a legislação em vigor na década de 1920 | Fonte: Decreto n.º 4137, 1918 p.455

FIG.03.23 | Quadro síntese das Características Identitárias da Habitação Económica na década de 1920

FIG. 04.00 | Conjunto de projectos e informação teórica sobre Habitação Económica divulgada na revista *A Construção Moderna* e n' *A Architectura Portuguesa*

FIG. 04.01 | Editorial | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, N.º 1, p.3

FIG.04.02 | Artigos alusivos ao tema Habitação Económica | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900-1919

wFIG.04.03 | Editorial | Fonte: *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1905, Ano I, p.2

FIG.04.04 | Artigos alusivos ao tema Habitação Económica | Fonte: Índice do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1905-1911

FIG.04.05 | Editorial | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1908, pp.2-3

FIG.04.06 | Artigos alusivos ao tema Habitação Económica | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1908-1929

FIG.05.00 | *Uma casa* | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, N-º 10, p.3

FIG.05.01 | Seleção de artigos alusivos ao tema Habitação Económica na 1ª série da revista *A Architectura Portuguesa* (1908-1929)

FIG.05.02 | Quadro comparativo dos vários projectos de habitação económica divulgados pela revista *Architectura Portuguesa*

FIG.05.03 | *Projecto dum grupo de dez habitações* | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, Nº10, pp.44-47

FIG. 05.04 | *Projecto dum grupo de dez habitações* | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, Nº10, pp.44-47

FIG. 05.05 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Planta da Cave, Planta do rés-do-chão, Planta do 1.º andar, Corte AB e Corte CD | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, Nº10, p.3-5

FIG.05.06 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Alçado Principal, Posterior e Lateral | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, nº1, p.3-5

FIG.05.07 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Fogo tipologia A e B – programa e área útil

FIG.05.08 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Plantas tipologia A, B | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, nº1, p.3-5

FIG.05.09 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Fogo tipologia A e B- circulação, mobiliário e equipamentos sanitários

FIG.05.10 | *Projecto do Conjunto de dez Habitações* - Corte AB

FIG.05.11 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Fogo tipo tipologia A e B- esgotos, água e ventilação

FIG.05.12 | Quadro comparativo dos requisitos estabelecidos pelo RSEU com o *Projecto do Conjunto de dez Habitações*

FIG.05.13 | Quadro comparativo dos requisitos do Decreto de Lei N.º 4137 (1918) com o *Projecto do Conjunto de dez Habitações*

FIG.06.00 | Bairro Grupo Dez de Maio, 2019

FIG.06.01 | Planta Bairro Dez de Maio (extracto do original) | Fonte: Arquivo Municipal do Porto

FIG.06.02 | Fotografia aérea da cidade do Porto 1939-194, fiada 23, n.º 197 | Fonte: Arquivo Municipal do Porto (disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/589645/>)

FIG.06.03 | Ortofotomapa da rua do Grupo Dez de Maio, 2019 | Fonte: <https://www.google.pt/maps>

FIG.06.04 | Bairro Grupo Dez de Maio, pormenor de uma habitação, 2019

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Lista de arquitectos activos na década de 1920 referenciados nesta dissertação.

Adães Bermudes (1864-1948) - pp.19-22; pp.24-27; pp.56-57; p.61; p.85; p.89; p.126;

Adolfo António Marques da Silva (1876-1939) - p.82; p.84;

Alfredo d' Ascensão Machado (1857-1926) - p.24; p.88;

Álvaro Machado (1874-1944) -p.24; p.46;p.89; p.126;

António Couto Abreu (1874-1946) - p.25; p.50;

António Raul da Silva Júnior (1868-1937) - p.13; p.89; p.92; p.97; p.99; pp.101-102;p.105;

Aucíndio Ferreira dos Santos (?-?) - p.58;

Carlos Ramos (1897- 1969) - p.59; p.60;

Cristino da Silva (1896-1976) - p.57;

Edmundo Tavares (1892-1983) - p.61;

Frederico Carvalho (?-?) - pp.97-98; pp.100-101;

João Lino de Carvalho (1859-1926) - p.04; p.11; pp.22-23; pp.27-28; p.47; pp.50-52; p.70; pp.87-88; pp.106-107;p.126;

José Alexandre Soares (1873-?) - p. 19; pp.20-21; p.24;p.33; p.88;

José Ferreira Pênedá (1893-1940) - p.97; p.105;

José Marques da Silva (1869-1947) - p.19; p.58; p.60; p.72; p.82; p.97; p.105;

José Paula Ferreira da Costa (1850-1919) - p.22; p.84; p.88;

José Pessanha (1865-1939) - p.89;

Jorge Segurado (1898-1990) - p.59;

Leonel Gaia (1871-1941) - p.24; p.54;

Pardal Monteiro (1897-1957) - p.50;

Norte Júnior (1878-1962) - p.29; p.57; p.89;

Raúl Lino (1879-1974) - p.50; p.52;

Rogério de Azevedo (1898-1983) - p.59;

A PRÁTICA SOCIAL DO ARQUITECTO NA HABITAÇÃO ECONÓMICA DA DÉCADA DE 1920 E A SUA DIVULGAÇÃO N'A ARCHITECTURA PORTUGUEZA

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	V
ÍNDICE DE SIGLAS, DE ABREVIATURAS E DE SÍMBOLOS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE ONOMÁSTICO	XV

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. Problemática	02
1.1.1. O Arquitecto e a Habitação Social	03
1.1.2. A divulgação da prática profissional	07
1.2. Estado da Arte	09
1.3. Objecto, Pergunta de Investigação e Objectivos	11
1.4. Metodologia	12
1.5. Estrutura da Dissertação	15

CAPÍTULO 2 – O ARQUITECTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

2.1. A formação académica	19
2.2. Vida associativa e os princípios orientadores da profissão	23
2.3. As funções do arquitecto	26
2.4. Conclusão	33

CAPÍTULO 3 – HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

3.1. Habitação	37
3.2. O problema da habitação após a 1ª Guerra Mundial	38
3.2.1. No contexto internacional	38
3.2.2. Em Portugal	40
3.3. Questões de Higiene e Salubridade em Portugal	41
3.3.1 <i>Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas (RSEU)</i>	43
3.3.2. Debate do RSEU pelos arquitectos	46
3.4. Soluções económicas de habitação	47
3.4.1. Debates, Estudos e Projectos	47
3.4.2. Enquadramento legal	51
3.4.3. O bairro operário	56
3.4.4. Os tipos de bairro operário	61
3.4.5. Bairro e Propriedade	62
3.5. Conclusão	68

CAPÍTULO 4 – AS REVISTAS DE ARQUITECTURA	
4.1. Portugal no primeiro quartel do séc. XX	73
4.1.1. Política e Economia	73
4.1.2. Cultura e Sociedade	74
4.1.3. Cidade, Arquitectura e Habitação	74
4.2. Imprensa	75
4.3. Revistas Periódicas de Arquitectura	77
4.2.1. <i>A Construção Moderna</i> (1900 - 1919)	79
4.2.2. <i>Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes</i> (1905 - 1910)	85
4.2.3. <i>A Architectura Portuguesa</i> (série 1: 1908 -1929)	89
4.4. Conclusão	94
CAPÍTULO 5 - HABITAÇÃO ECONÓMICA NA REVISTA <i>A ARCHITECTURA PORTUGUEZA</i>	
5.1. Bairro do Grupo Dez de Maio	97
5.2. O artigo “Projecto de um grupo de dez casas de habitação”	102
5.2.1. Organização espacial	108
5.2.2. As habitações	112
5.3. Conclusão	123
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	142

“E, no entanto, a arquitectura da habitação não está na moda. Isto se constata ao folhear as revistas mais conceituadas e ao ver a obra que é divulgada dos mestres contemporâneos. Este facto é tanto mais notório quanto há poucas décadas atrás praticava-se na habitação social uma arquitectura de ponta, que enfrentava os problemas com soluções inovadoras.

Este fenómeno conhece várias explicações. Por um lado, nos países desenvolvidos, onde se pratica a arquitectura que é mais divulgada, a construção de habitações deixou de ser uma prioridade. Por outro, os espaços de habitação deixaram-se tomar pelos padrões do consumismo: as soluções já estão encontradas em esquemas convencionais e toda a gente aspira à mesma coisa, independentemente do estrato social a que pertença (...)

A habitação social não pode mais traduzir-se em conjuntos habitacionais segregados, colocando um rótulo nos seus moradores, mas ser ao contrário um instrumento de igualdade de direitos de cidadania”.

“Habitação Social Hoje” - excerto do texto do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira na Atribuição dos Prémios do Instituto Nacional da Habitação, 1992 (Pereira, 1996, p.252)



FIG.01.00 | Ilha do Porto,década de 1960| Fonte: Domus Social, 2015, p.27

CAPÍTULO 1

Introdução

1.1 PROBLEMÁTICA

Em 1992 o arquitecto Nuno Teotónio Pereira afirma que as revistas de arquitectura do final do século XX não têm como prioridade a divulgação de habitação social. Contrariamente, as revistas de arquitectura do início do século XX divulgaram projectos de habitação económica que reflectem os problemas a que a prática profissional era solicitada a responder.

No início do século XX, o trabalho do arquitecto foi marcado pela resposta a problemas sociais, como a escassez de habitação nas cidades originada pela industrialização. Na origem deste problema está o crescente aumento da população em áreas urbanas, nomeadamente no Porto e em Lisboa, devido ao êxodo rural daqueles que se dirigiam para as cidades em busca de trabalho, o que motivou o aparecimento dos “bairros operários” (Teixeira, 1992, p.72). Esta necessidade de habitação, para acomodar uma nova classe trabalhadora, encontrou resposta precária imediata no sector privado, através do desenvolvimento de um mercado de arrendamento com a construção de “bairros de barracas” (idem, p.81). E neste contexto surgem os pátios, em Lisboa, e as ilhas, no Porto, que disponibilizavam habitações com fracas condições de habitabilidade. Estas habitações foram maioritariamente construídas pelos próprios moradores, em terrenos que os proprietários cediam, com recursos e capitais limitados, resultando em espaços com pouca qualidade e de dimensões reduzidas.

Problemas como a insalubridade das casas e da sua envolvente são identificados pelos arquitectos em congressos internacionais, informados pelo conhecimento dos especialistas (higienistas e médicos) (Serrano, 2011). Tais condições indignas de habitabilidade motivaram um debate em torno da necessidade de regulamentação e subsídio deste tipo de habitação. Foram constituídas sociedades cooperativas privadas de construção e habitação, como o bairro do Monte Pedral promovido pelo jornal *O Comércio do Porto*, em 1901 (Silva, 1994) promovendo-se também conferências sobre estes temas sendo de destacar as conferências do engenheiro Mello de Matos “Casas baratas”, “Casas económicas” e “Habitações baratas” (Mesquita, 2011, p. 278). Neste contexto é criada regulamentação direccionada à construção deste tipo de habitação, na procura de baixar os níveis de mortalidade relacionados com problemas de salubridade, como é exemplo o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* publicado em 1903 (Serrano, 2011).

Os arquitectos, constituídos em classe profissional em 1903 na *Sociedade dos Architectos Portuguezes* (Ribeiro, 2002), desenvolveram um debate sobre a promoção da saúde, partilhando o conhecimento em congressos internacionais, em artigos de opinião e em projectos de casas económicas que publicam nas revistas de arquitectura das primeiras décadas do século XX (Serrano, 2011). Estas revistas de especialidade disseminaram o conhecimento sobre o crescente problema da higiene urbana e da habitação económica em Portugal, entre eles os problemas das condições de habitabilidade e saneamento das cidades que se faziam sentir no início do século XX (Figueiredo, 2007). Tal divulgação terá contribuído para uma consciencialização e crescente responsabilidade social dos arquitectos na procura de soluções para os problemas identificados na habitação económica.

Dentro do período entre 1910 e 1926, a Primeira República publicou o Decreto n.º 4137 (Diário do Governo, 1918) no qual promovia directamente a habitação de cariz social. O Estado patrocina então obras públicas de conjuntos habitacionais, dos quais resultam o Bairro do Arco do Cego e da Ajuda em Lisboa, e o Bairro da Arrábida no Porto (Gonçalves, 2018). Verificaram-se assim na década de 1920,

INTRODUÇÃO

algumas experiências em habitação económica, promovidas simultaneamente por iniciativa privada e pública, que ajudam a compreender a atitude dos arquitectos, do governo e das cooperativas privadas em relação à crise imobiliária.

No entanto, detectou-se uma falta de estudos sobre as primeiras respostas dos arquitectos ao aumento populacional nas grandes cidades, e conseqüentemente, ao seu modo de pensar e conceber o habitar em habitações económicas ao se conhecerem pouco as primeiras respostas de habitação económica que tiveram origem no afluir da população rural às cidades na transição do século. Esta investigação explora a sensibilidade social do arquitecto, para questões relacionadas com a habitação económica, através do estudo da proposta publicada em revista de arquitectura da época.

1.1.1. O ARQUITECTO E A HABITAÇÃO SOCIAL

Em Portugal, a partir da segunda metade do século XX a prática social do arquitecto no desenvolvimento de habitação começou a ser uma prioridade no campo teórico da arquitectura (Brandão, 2006). Esta compreensão por parte da classe profissional surge no seguimento do *Congresso Nacional de Arquitectura* de 1948 ao ter sido discutido o problema do alojamento, onde os arquitectos reconheceram o tema como um factor essencial para o sucesso do seu compromisso para com a sociedade (idem).

Após o Congresso de 48, como demonstram Távora (1999) e Filgueiras (1985), os arquitectos com uma consciência renovada do seu papel na sociedade lutaram por se integrar numa disciplina que estava em diálogo com todas as áreas científicas, desde as ciências exactas às ciências sociais e humanas, reflectindo sobre a responsabilidade que cada arquitecto assume quando organiza o espaço que o rodeia e o espaço que outros irão habitar. A organização do espaço tem como objectivo a harmonia, espelho da harmonia consigo próprio, com o seu semelhante e com a natureza (Filgueiras, 1985). Para Távora (1999) é no espaço habitacional que o homem deve encontrar o seu espaço, ambiente criado de acordo com as suas necessidades e possibilidades, quer como indivíduo, quer como elemento de um grupo social. A habitação constitui-se para o arquitecto como obra de elevado alcance social e cultural, uma vez que a sua função e objectivo é dar resposta às necessidades e actividades humanas, desde o habitar, trabalhar e lazer.

O arquitecto Nuno Portas (1997), ao reflectir sobre a arquitectura da habitação no século XX, defende que esta se iniciou um século após a reconstrução pombalina, com a industrialização que potenciou o aparecimento das classes proletárias que foram habitando prédios antigos e construindo vilas e pátios em Lisboa, e ilhas no Porto. Estas habitações, com reduzidas condições de habitabilidade, colmataram a necessidade de alojamento de uma população que se dirigia para as cidades no início do século à procura de uma vida melhor.

Reflectindo sobre o tema, em 1984, o arquitecto Francisco Silva Dias distingue três períodos no desenvolvimento de tipologias urbanas e habitacionais entre a década de 1930 até à de 1980. Segundo Silva Dias (1984), a primeira geração corresponde aos Bairros surgidos na década de 1940, a que corresponde a construção de “Bairros para Pobres”, para “Pescadores”, “Económicos” e “Sociais” localizados perifericamente às grandes cidades. A segunda geração, corresponde aos grandes conjuntos na década de 50 e 60 do século XX, do qual é pioneiro o plano de Alvalade, bem como o de Olivais, Chelas, Almada e Zambujal. Trata-se de conjuntos constituídos por blocos de habitação colectiva integrados dentro das cidades, reflectindo a *Carta de Atenas*¹ e o conceito de

INTRODUÇÃO

“habitar mínimo” (Portas, 1997). Por fim a terceira geração da participação e da descentralização que corresponde ao período pós-25 de Abril com as iniciativas *Serviço de Apoio Ambulatório Local* (SAAL) e as *Cooperativas de Habitação*. Estas iniciativas traduziram-se em algumas mudanças com uma maior descentralização dos projectos para os clientes directos, ou seja os utentes, delegando “aos próprios moradores associados, nos casos de *bidonville* ou «Ilhas»” (Dias, 1984, p.120) a sua conclusão, nomeada através da autoconstrução. Deste processo de participação (autoconstrução), Portas (1997) destaca a operação na Meia Praia realizada pelo arquitecto José Veloso, localizada numa região de trabalho sazonal com tradições de autoconstrução, entre os pescadores, incorporando os habitantes como mão-de-obra.

Em 1984 é criado *Instituto Nacional de Habitação*² (INH), que tem como objectivo promover padrões de qualidade ao nível de construção de habitação social. Valoriza a qualidade na concepção interior do fogo, nas formas de agrupamento das habitações e na inserção no território, e classifica aspectos qualitativos na evolução da habitação social em Portugal. Como conclusão sobre as intervenções arquitectónicas e residenciais realizadas nos últimos anos do século XX em Portugal, Coelho e Coelho (2009) afirmam:

“ (...) esse património comum deve ser estudado e recuperado, seja em favor dos seus moradores e dos seus bairros e cidades, seja como oportunidade única de se estudar na prática, os diversos aspectos do diálogo e da desejável aliança entre qualidade arquitectónica e satisfação residencial (...) seria também muito interessante aprofundar as semelhanças e as diferenças entre a habitação de interesse social e a habitação corrente” (p.296).

No princípio do século XX o engenheiro Mello de Matos (1904) definiu o termo *Casas Baratas* numa alusão ao salário baixo das classes proletárias. Posteriormente é utilizada a designação de *Casas Económicas* (Augusto Montenegro, 1908; Decreto de Lei n.º4137, 1925), e por fim o termo evolui na década de 1920 para *Habitação Económica* (Colares, 1925) por se considerar o problema mais premente a redução do preço da habitação, como descreve Nunes Colares “é ver como no espaço reduzido ocupado por cada casa tudo está bem aproveitado resultando sob o aspecto económico um êxito, factor dos mais importantes num problema desta ordem” (1926, p.44). Assim, entende-se que a consciência de que a questão económica era um parâmetro relevante na época terá influenciado na resolução do problema da escassez de alojamento digno e na evolução dos termos em que foi sendo identificado.

Relativamente à definição da classe social a que habitação económica se destinava, existe uma concordância entre os arquitectos e engenheiros sobre o termo *classe operária*. Para o engenheiro Mello de Matos (1904) este termo engloba “pequenos empregados de commercio ou das administrações publicas cujo vencimentos regulam pelos salarios dos operarios e que, por vezes, lhes são inferiores”(p.278). Também o arquitecto João Lino de Carvalho (1908) reflectiu sobre o termo afirmando: “Nestes termos, pergunto ; não ha ou não pode haver ricos ou abastados entre os que se chamam vulgarmente operarios ? E’ de crer que sim”. Mais tarde, o Decreto N-º4137 de 1918 refere no seu início: “As questões sociais, interessando principalmente as classes proletárias, são hoje de palpitante actualidade em todos os povos cultos” (Diário do Governo, 1918, p. 451). Actualmente o termo *proletário* é definido pelo dicionário de *Lingua Portuguesa* como uma “Pessoa, geralmente pertencente às classes sociais mais baixas, que vive apenas do rendimento do seu trabalho manual ou mecânico” (Priberam, 2018). Assim, entende-se que o termo *habitação económica* está diretamente

1 A *Carta de Atenas* de 1933, elaborada no CIAM IV, definia princípios de organização para tornar as cidades mais funcionais. novo plano para a cidade descrito neste congresso assenta em quatro funções: habitar, lazer, trabalhar e circular.

2 Promove desde 1989 o Prémio INH e visa destacar os melhores exemplos de habitação de custos controlados realizados em Portugal, contribuindo para as políticas habitacionais com dados sobre a qualidade das habitações. A partir de 2016 o Prémio IHRU passou a designar-se Prémio Nuno Teotónio Pereira em homenagem ao Arquitecto pelo trabalho teórico e prático no campo da habitação e pelo conjunto construído de habitação social.

INTRODUÇÃO

relacionado com a condição financeira da classe social que a vai habitar, neste caso a classe proletária constituída por trabalhadores com salário reduzido que habitam na cidade.

Actualmente reconhece-se a prática social do arquitecto no desenho de habitação social como parte integrante da sua actividade profissional. A consciência social do arquitecto inicia-se como cidadão, aprofunda-se durante a formação e continua durante a actividade profissional, na procura por desenvolver uma consciência ética que permita construir espaços com qualidade e harmonia, que satisfaçam as necessidades do homem. Assim, e reconhecendo o interesse actual deste tema, esta investigação propõe-se compreender a prática do arquitecto na década de 1920 em Portugal, na solução de problemas sociais como o da habitação económica.



FIG.01.01 | Capa da obra *Habitação: 100 anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918/ 2018*, 2019

A revisão de literatura sobre este tema em concreto a nível nacional, e no contexto da iniciativa *100 Anos de Políticas Públicas* a recente publicação *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal, 1918 | 2018* (IHRU, 2018) (ver Fig.01.01). A obra contém um capítulo síntese da investigação desenvolvida pelo arquitecto Eliseu Gonçalves intitulado *A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)* (Gonçalves, 2018), que reúne nova informação sobre o tema ao integrar as iniciativas de promoção privada e ao analisar e identificar diferentes soluções arquitectónicas utilizadas na concepção dos bairros operários da época. Sobre a importância do tema da habitação social o coordenador desta obra afirma que mantém :“hoje, toda a actualidade (...) a habitação persiste como problema incontornável no equilíbrio social contemporâneo” (Agarez, 2018, p.38). A importância deste tema é visível por continuar a existir em Portugal carência de habitação acessível e condigna, como se pode observar nos dados disponibilizados pelo IHRU, em Fevereiro de 2018⁴. Os resultados dos inquéritos realizados em alguns municípios demonstram que persiste em Portugal uma grave carência habitacional onde “187 municípios têm carências habitacionais sinalizadas; foram identificadas 25.762 como estando em situação habitacional claramente insatisfatória residente naqueles municípios; existem 14.748 edifícios e 31.526 fogos sem condições mínimas de habitabilidade” (IHRU, 2018, p.1).

Recentemente, um dos grupos de investigação do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo [CEAU] na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [FAUP] desenvolveu um projecto denominado “Atlas da Casa” promovendo um congresso internacional intitulado “Affordable Housing. The 20th Century Legacy. Learning from the past. What Future? Challenges and Opportunities”, no Porto (6 a 9 de Maio de 2019). Deste destaca-se o *Tópico 2 - The social dimension of the housing problem. The society and cities reorganization in modernity*, o que confirma a importância do papel da da habitação social como parte integrante na resolução dos problemas da cidade moderna.

MOTIVAÇÃO

Enquanto estudante, a consciência da necessidade de habitação económica em Portugal e a consciência da responsabilidade social do arquitecto foi em grande parte despertada pelos textos e projectos do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, bem como da selecção de livros e revistas que ofereceu à Biblioteca do *Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora* (DAue) e que pude folhear na sala da biblioteca a que deram o seu nome. Através da sua prática Nuno T. Pereira demonstrou qual deve ser o dever cívico e cultural do arquitecto como cidadão, levando-o a intervir socialmente numa procura constante por uma sociedade mais justa e humanizada.

O interesse pela responsabilidade social do arquitecto surgiu de uma forma mais acentuada durante o ano lectivo 2016/2017, quando sob a orientação da professora Sofia Aleixo, os alunos da unidade curricular de Projecto III realizaram uma visita ao Porto. O objectivo da visita recaiu sobre as ilhas, ainda hoje habitadas, na malha urbana da cidade, tendo a visita sido orientado pelo antropólogo Fernando Matos Rodrigues. A visita surgiu no seguimento de uma aula aberta que o mesmo apresentou com o arquitecto António Cerejeira Fontes no âmbito do trabalho desenvolvido no *Laboratório de Habitação Básica Participada* e da conferência e exposição na *Direcção Regional do Património Cultural do Alentejo* em Évora, sobre a intervenção de reabilitação na Ilha da Bela Vista, no Porto, entretanto premiada com o *Prémio Europeu de Intervenção no Património Arquitectónico 2019*. Com esta viagem fiquei sensibilizado para um outro papel que o arquitecto deve ter na sociedade: o de efectivamente contribuir para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos (ver Fig. 01.02).

Recentemente a *Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto*, constituída em 2000, promoveu um levantamento sobre as “ilhas” do Porto onde analisaram a condições de habitabilidade das casas e a situação socioeconómica dos moradores. O estudo revelou que “no Porto há ainda 957 ilhas, onde moram mais de 10 mil pessoas, muitas vezes em muito más condições” (Domus Social, 2015, p.27) (Fig. 01.03). Estes dados suscitaram a curiosidade pelo conhecimento aprofundado sobre as situações em que o arquitecto, no início do século, concebeu habitação económica com preocupações de carácter social quando, ao mesmo tempo, se construían as ilhas.

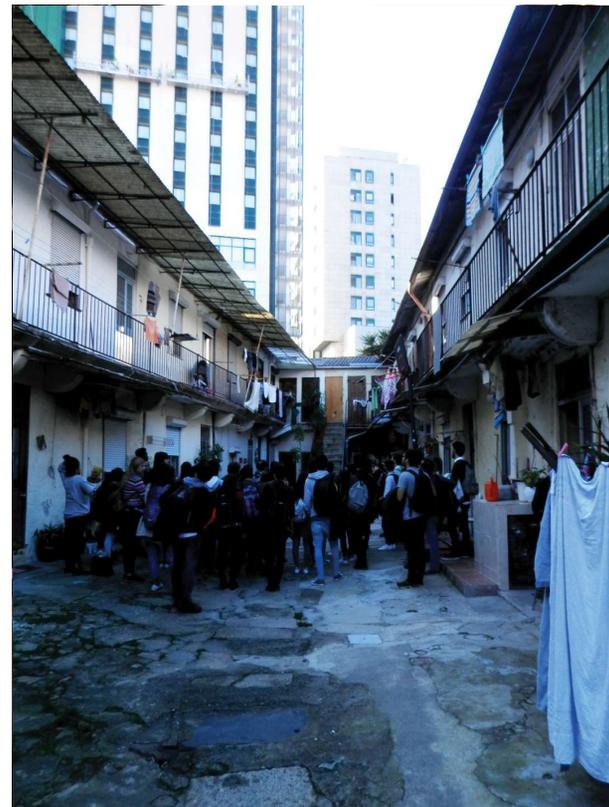


FIG.01.02 | Visita de estudo da Uc Projecto III da Universidade de Évora às ilhas do Porto, Fevereiro, 2017

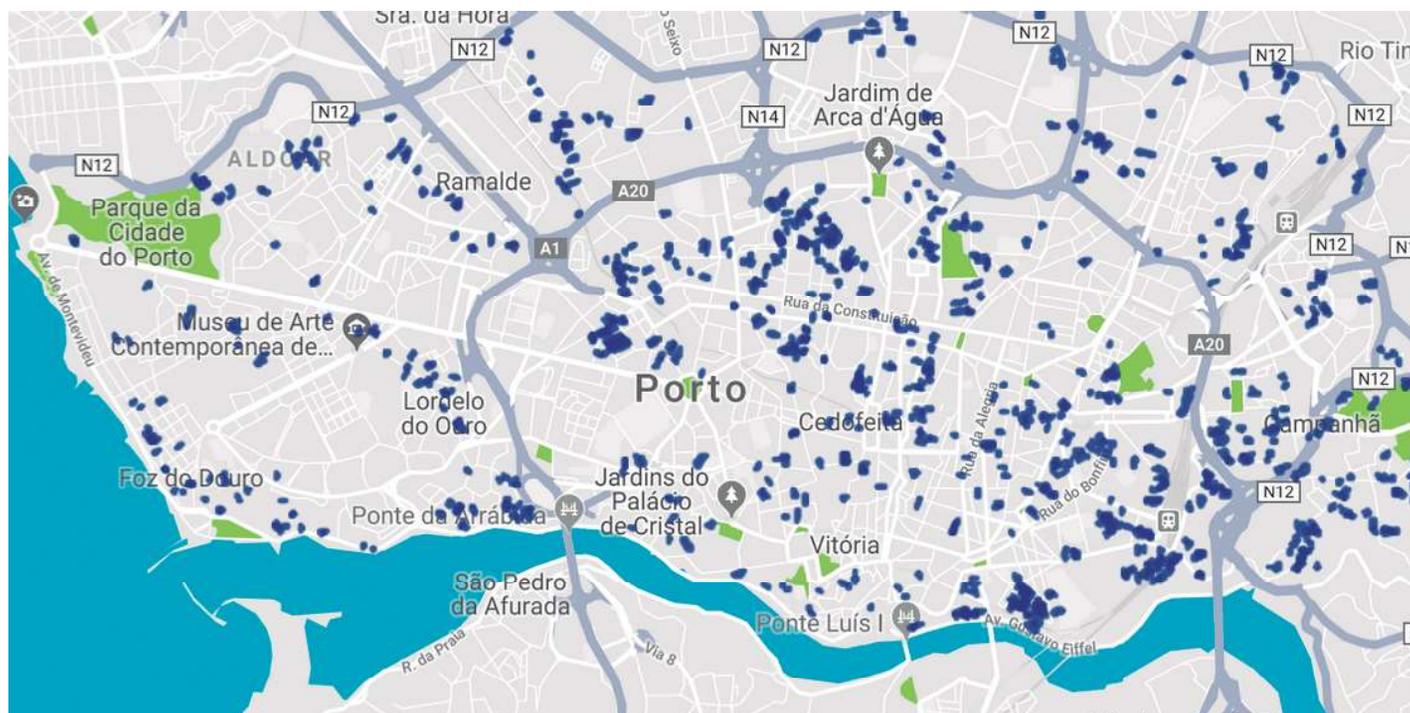


FIG.01.03 | Sinalização das ilhas existentes no Porto em 2019 | Fonte: acedido em Domus Social

1.1.2. A DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

O processo de pensar e conceber o espaço do habitar pressupõe uma idealização formal do que se pretende construir por parte do arquitecto, levando-o a procurar modos de o representar através de uma multiplicidade de ferramentas (maqueta, desenho, fotografia) para poder transmitir ou comunicar aos habitantes a funcionalidade dos espaços, e aos intervenientes na sua construção, as instruções para a sua materialização (Jorge, 2011). Juntamente com a importância da comunicação através do desenho surge a escrita como apoio à sua descrição, constituindo estes elementos aqueles que melhor descrevem um projecto no âmbito de uma revista de arquitectura.



FIG.01.04 | *Modern Housing Types 1914-2014* | Fonte: Homeland, 2014, nº1, p.12

As revistas de arquitectura foram consideradas pelo arquitecto Carlos S. Duarte (2011), como espaço de interacção, debate e fonte de conhecimento entre os arquitectos. Surgiram no início do século XX como meio difusor e indutor de formas de pensamento divulgando as reflexões de arquitectos, tendo sido o veículo que divulgou os conteúdos que informaram a profissão em relação ao espaço construído. De acordo com o arquitecto Michel Toussaint (1995), a história das revistas em Portugal nunca foi extensa por causa do pouco tempo de vida em que foram publicadas. Para tal terá contribuído na primeira metade do século XX o reduzido número de arquitectos, e de anunciantes que garantiam o apoio financeiro à edição, e pela interpretação generalizada de que a arquitectura era somente para especialistas. Esta situação alterou-se no final do século XX, como demonstra a obra *Arquitectura em Público* (Gadanhó, 2011) que reflecte sobre a divulgação de arquitectura no *Jornal Público* durante 15 anos, e na actualidade, como demonstra o *Jornal Homeland: News from Portugal* (Campos Costa, 2014). Esta publicação representou Portugal na 14ª *Exposição Internacional de Arquitectura La Biennale di Venezia* concluindo sobre a importância do papel das fontes de informação como veículo de conhecimento, em particular do tema da habitação social desenvolvida em Portugal durante o século XX e XXI (FIG.01.04).

Na sociedade contemporânea, a arquitectura passou a ser divulgada também através de outras fontes de informação que abrangem as várias formas da imprensa – a rádio, a televisão e a internet (Gadanhó, 2011). Esta alteração na forma de divulgar arquitectura originou uma quebra nas publicações em papel. O desenvolvimento da Internet, que trouxe os *Blog's* e as plataformas online, reformulou a apresentação e transmissão da informação que, de local, passou a ser nacional e internacional (idem). Apesar de existir uma alteração física no suporte de comunicação, estas fontes de informação continuam a ser importantes ao proporcionarem meios de conhecimento dos arquitectos. Reconhecendo a importância das revistas na actualidade, Carlos S. Duarte (2011) afirma: “Enfim, as revistas de Arquitectura são ainda hoje indispensáveis aos arquitectos e aos estudantes de Arquitectura? Ah sim, sem a mínima dúvida” (p.9).

A investigadora Marieta Dá Mesquita (2011) já havia reconhecido a importância das revistas de arquitectura do princípio do século XX com o projecto de investigação *Arquitectura(s) de Papel, Estudo sistemático de imagens e projectos de arquitectura do início do século XX através de A Construção Moderna (1900-1919)* (Fig.01.05), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Esta investigação reflectiu sobre a importância das revistas que, para além do seu papel como fontes de conhecimento, possibilitaram o estudo da cultura arquitectónica no século XIX e XX, afirmando que “as revistas de arquitectura constituem-se como território privilegiado de investigação” (p.7). A obra *Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade* (Mesquita, 2011) (ver Fig.01.05), que resultou desse projecto de investigação contem um conjunto de artigos “nacionais e internacionais que

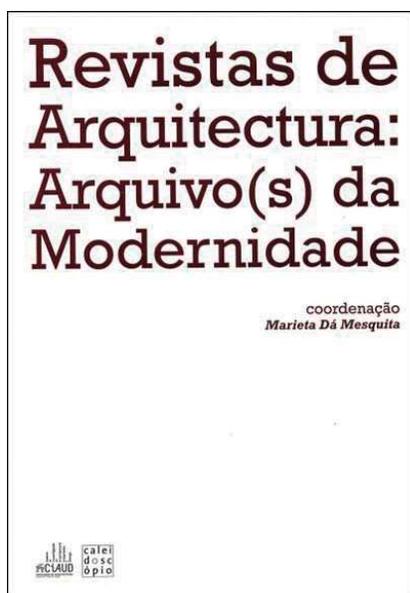


FIG.01.05 | Capa da obra *Revistas de Arquitectura: Arquivos (s) da Modernidade*, (Mesquita, 2011)

confirmam a importância das publicações especializadas para a leitura de mecanismos de produção e recepção da arquitectura pré-moderna e moderna nos territórios português (continental e colonial), brasileiro e espanhol” (p.7). Como fontes de informação que permitem compreender a história da arquitectura, o seu estudo pode contribuir para compreender a evolução do papel do arquitecto na sociedade através da leitura e interpretação do que foi escrito e desenhado, nomeadamente sobre respostas a problemas de carência de habitação económica condigna.

Enquanto fontes de conhecimento, e segundo Mesquita (2010), “*A Construção Moderna e A Architectura Portuguesa* constituir-se-iam como as publicações mais significativas” (p.9) do início do século XX em Portugal. Estas publicações eram utilizadas “como instrumentos activos de divulgação de conhecimentos que visavam concorrer para o progresso material e técnico do país ao divulgarem artigos de opinião sobre higiene e salubridade urbanas, anteciparam as preocupações que, de alguma forma, irão ser pedras de toque do programa político da Primeira República” (p. 9).

Serrano (2011) também sugere que as intervenções políticas sobre o tema da habitação económica não se encontravam afastadas do esforço da imprensa especializada com as suas propostas de difusão da doutrina higienista, ao analisar conferências e artigos na revista *A Construção Moderna*. Através do estudo do trabalho do engenheiro Mello de Matos, Mesquita (2011) afirma que na secção dos *Artigos Técnicos d’A Construção Moderna* adquirem “particular expressão os artigos que se reportavam directamente à problemática da higiene e salubridade” (p.259). Figueiredo (2007), também comprova a importância do tema da habitação económica nas revistas de arquitectura do princípio do século XX, ao escrever sobre *A Campanha da Habitação Económica na revista A Construção Moderna* (pp. 276-286) e *O exemplo estrangeiro no âmbito da habitação económica* (pp.280-282).

Relativamente à divulgação de habitação na revista *A Architectura Portuguesa*, a tese de doutoramento de Gisela Lameira intitulada *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX* (2017) analisa prédios de rendimento publicados neste periódico, entre 1908 e 1958. A autora recorre à revista por considerar que se constitui “como uma fonte documental pertinente, relevadora de um contexto particular e das práticas arquitectónicas contemporâneas” (p.10). Também recentemente, o artigo apresentado por Gonçalo Furtado e Ana Cardoso na publicação *Sebentas d’Arquitectura da Universidade Lusiana de Lisboa*, intitulado *A Mediatização do habitar: na “Arquitectura Portuguesa” da 1ª metade do século XX* (2018), analisa concretamente a habitação unifamiliar divulgada pela revista a partir da sua primeira edição, em 1908. Os autores confirmam a importância do estudo da revista por identificarem que “durante a década de 1920 a actividade editorial da imprensa periódica especializada em arquitectura diminuiu, e a *Arquitectura Portuguesa* é até então a única publicação de destaque” (p.8) e por considerarem que a publicação permite compreender a imagem publicada e o contexto da produção arquitectónica portuguesa na primeira metade do século XX. O artigo destaca a publicação como um “arquivo privilegiado das memórias do início do século XX, a análise das imagens da casa publicadas por esta publicação constitui um campo de investigação rico em oportunidades” (p.10). Estas publicações demonstram que existe investigação sobre o tema da habitação no primeiro quartel do século XX usando a revista *A Architectura Portuguesa* como meio de análise das tipologias de habitação divulgadas na época.

1.2. ESTADO DA ARTE

Investigações de vários autores (Ribeiro, 2002; Calado, 2003; Moniz, 2011) ajudaram a compreender a profissão do arquitecto neste período, identificando debates e reivindicações da classe profissional. Ribeiro (2002) defende que neste período o arquitecto era entendido como um indivíduo que tem um papel social, cuja consciência enquanto profissional e cidadão passou inicialmente pelo ensino da arquitectura e posteriormente tem continuidade através da instituição da própria profissão.

Sobre a formação do arquitecto no princípio do século XX, na tese de doutoramento *O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal*, Gonçalo Canto Moniz (2011) observa que a introdução da arquitectura moderna em Portugal teve como base o ensino moderno de arquitectura com a “intenção de formar um arquitecto com uma dimensão artística e técnica” (p.5), que permitisse estar mais preparado para as necessidades da sociedade. O autor identificou e caracterizou o ensino praticado nos cursos de arquitectura das Escolas de Belas-Artes portuguesas, abordando o debate nacional e internacional sobre os modelos de ensino e o papel do arquitecto na sociedade, afirmando que tal debate gerou reformas no ensino em Portugal. O tema da habitação económica apesar de não aparecer explicitamente no programa dos cursos de arquitectura das escolas Escolas de Belas-Artes encontra-se implícito no estudo da *higiene e salubridade das habitações*, disciplinas que surgem apenas no princípio do século XX no ensino de arquitectura portuguesa.

A análise da documentação produzida no âmbito da organização em classe profissional na Sociedade dos Architectos Portuguezes (SAP, em 1903), foi estudada na obra *Arquitectos Portugueses – 90 Anos de Vida Associativa 1863-1953* (Ribeiro, 2002) (Fig.01.06). A autora observa que a actividade do arquitecto no princípio do século XX se desenvolveu em conjunto com uma reinterpretação da sua função tendo em conta as necessidades de todos os estratos sociais. Ribeiro (2002), através da leitura dos *Trabalhos Associativos e Relatórios da SAP* (1903-1933), identifica que “(...)devido a novas exigências da própria sociedade em que se inseriam obrigou a uma maior especialização do ramo de actividade, que os arquitectos portugueses sedimentarem maior consciência de classe” (p.15). A tese de doutoramento *A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação* (2003) da historiadora Maria Gomes Calado também reconhece a alteração da consciência da classe dos arquitectos perante a sociedade ao reflectir sobre a alteração da cultura arquitectónica produzida neste período. Ao analisar revistas de especialidade da época e o *Anuário da SAP* (1905- 1911), Calado (2003) enquadra vários artigos que abordam as problemáticas que a classe profissional dos arquitetos debatia. Ambas as autoras observam que os temas formação, actividade profissional e funções do arquitecto fazem parte do debate nacional e internacional do arquitecto na transição entre o século XIX e XX, período em estudo na presente dissertação.

Os temas contexto social e político que originou este tipo de habitação encontrou-se discutido em diversas publicações de que se destacam os artigos *Mercados e políticas públicas de habitação em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX* (Silva, 1994) e *As estratégias de habitação em Portugal (1880-1940)* (Teixeira, 1992). Ambos observam o problema do alojamento no princípio do século XX e o aumento da procura de habitação nas principais cidades industrializadas. Teixeira (1992) analisa a transição entre o mercado não regulamentado (promovido por iniciativas privadas) e as primeiras intervenções estatais (iniciativas públicas), documentando as condições em que viviam as classes proletárias nas ilhas no Porto, e nos pátios em Lisboa. Em complemento, Silva (1994) apresenta e analisa os regulamentos e a legislação que pretendia regular as diferentes

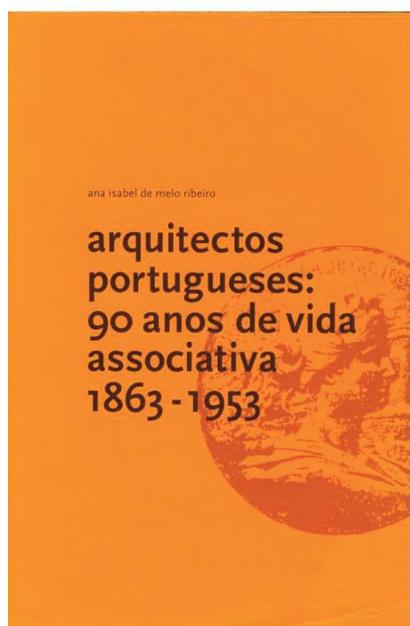


FIG.01.06 | Capa da obra *Arquitectos Portugueses – 90 Anos de Vida Associativa 1863-1953* (Ribeiro, 2002)

formas de intervenção (públicas e privadas), documentando as iniciativas públicas. Ainda que Teixeira (1992) observe que a habitação se tornou uma questão política premente no final do século XIX, Silva (1994) ao analisar a relação entre a oferta e a procura de habitação para arrendamento, defende que o desequilíbrio entre estes dois factores teve início após a primeira Guerra Mundial (1914-1918), de tal forma que “a questão da habitação social só se começa verdadeiramente a pôr a partir daí” (p.658), validando a década de 1920 como período da investigação.

Acrescenta-se ainda que, sobre o contexto das habitações promovidas por iniciativas privadas, o artigo *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário* (Pereira, 1994) e a obra *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto* (Teixeira, 1996), confirmam as deficientes condições de higiene e salubridade em que viviam as classes proletárias no princípio do século XX, ao descreverem as características espaciais das habitações. Segundo Pereira (1992), em Lisboa “as últimas e já raras realizações da iniciativa privada na construção de vilas, datam da década de 1920” (p.523) existindo uma alteração na construção de bairros sociais para a iniciativa pública. No entanto, no Porto Teixeira (1996) observa que “em 1929 havia 1.301 ilhas que totalizavam 14.676 fogos”, representando “mais de um quinto de toda a população da cidade” (p.180), o que tem uma significativa expressão na cidade. Recentemente, o geógrafo Jorge Ricardo Pinto contextualizou historicamente as Ilhas do Porto (2015), na obra *Levantamento das Ilhas do Porto, Levantamento e Caracterização* promovida pela *Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto*. O geógrafo refere que as inúmeras intervenções do estado e privadas até à actualidade não foram suficientes para resolver o problema por isso afirma “as ilhas continuam aí, alojando um número significativo de pessoas, em condições muito díspares, continuando algo esquecidas e sobretudo ocultas, quer pela localização e morfologia do espaço, quer por um desconhecimento ainda profundo” (Pinto, 2015, p.15).

O problema do alojamento e as questões de higiene e salubridade nas habitações era conhecido por vários arquitectos na época. Esta preocupação em torno do tema da habitação é documentada por vários autores que escrevem artigos de opinião, críticos e técnicos, relatórios de congressos internacionais e conferências. O artigo *Higiene e Salubridade na Arquitectura através d'A Construção Moderna* (Serrano (2011)), analisa vários artigos técnicos e científicos e comprova a consciência e a importância dos arquitectos, juntamente com outros profissionais, na procura de soluções para resolver este problema:

“se as questões de higiene e salubridade estão actualmente interiorizadas no discurso e nas práticas da arquitectura e da política urbana é devido, em grande parte, àquela que foi, desde meados do século XIX até meados do século XX, uma incessante batalha de vários profissionais, médicos mas também engenheiros e arquitectos, pelas condições de higiene na cidade como na habitação” (p.377).

No artigo intitulado *Mello de Matos e A Construção Moderna*, Marieta Dá Mesquita (2011) confirma a importância deste tema para a classe profissional dos engenheiros e arquitectos, ao abordar os estudos do engenheiro. A autora afirma que Mello de Matos pretendeu “contribuir activamente para a melhoria das condições laborais e de habitação dos grupos mais desprotegidos da sociedade industrial” e a “questão social é particularmente visível ao longo dos seus inúmeros textos e conferências” (p.262). Em sintonia com ambas as autoras, Rute Figueiredo na obra *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal* (2007), numa visão concisa de várias revistas de especialidade, observa o “lugar do arquitecto na construção da cidade salubre” (p.269), confirmando a vontade por parte destes profissionais em

INTRODUÇÃO

desenvolver “A cidade moderna fundada nos valores sociais e higiológicos” (p.270). Figueiredo (2007) reforça a importância dos estudos do engenheiro Mello de Matos e no mesmo período, salienta a importância do trabalho teórico do arquitecto João Lino de Carvalho, reconhecendo através destes dois profissionais que no princípio do século XX “a habitação era, efectivamente, um assunto de maior actualidade” (p. 274).

Com o objectivo de compreender que bairros operários foram construídos durante a década de 1920, foi consultada a publicação *Bairros Sociais da 1ª República: projectos e realizações* (Tiago, 2010), que apresenta as primeiras iniciativas do Estado na área da habitação social e os vários Decretos de Lei relacionados com a sua construção. Tiago (2010) analisa os bairros Arco do Cego, da Ajuda e da Arrábida relativamente ao conjunto urbano, equipamentos e tipologias habitacionais permitindo compreender os vários problemas e soluções desenvolvidas pelos arquitectos. Mais recentemente a já referida publicação *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal, 1918 | 2018* (IHRU, 2018) no capítulo *A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)* o arquitecto Eliseu Gonçalves observa a importância da legislação em vigor na época, bem como os vários processos de promoção pública de bairros sociais de habitação económica desenvolvidos na década de 1920, realizando uma análise sumária, urbanística e tipológica, dos bairros construídos. Esta publicação contribui para a compreensão da habitação económica promovida por iniciativa pública realizada por arquitectos na década de 1920 e inclui informação sobre outros bairros promovidos na época (em Olhão, Viana do Castelo e Cascais).

Desta forma, constata-se que, na sequência dos trabalhos já mencionados, o tema da habitação económica na década de 1920 nas revistas periódicas de arquitectura carece de pesquisa específica no panorama da investigação em arquitectura. Com o apoio da bibliografia existente, verifica-se que este tema foi estudado até ao final da década de 1910, em trabalhos como os de Mesquita (2011), Serrano (2011) e Figueiredo (2007), que estudam o tema somente na revista *A Construção Moderna* e delimitam as suas investigações ao período 1893-1919 também devido à coexistência de *A Architectura Portuguesa*, abordando-a sumariamente. Verificando-se que o tema da habitação económica da década de 1920 divulgada pela *A Architectura Portuguesa* não foi explorado, pretende contribuir também esta dissertação para o enquadramento da actividade do arquitecto durante este período.

1.3. OBJECTO, PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO E OBJECTIVOS

No âmbito da presente investigação pretende-se contribuir para o conhecimento da forma de divulgação da prática profissional do arquitecto na área da habitação económica, como resposta ao problema da escassez do alojamento urbano, a partir das revistas de arquitectura na década de 1920. A presente investigação procura responder à seguinte questão:

Como se expressa no projecto a prática profissional do arquitecto perante a necessidade de habitação económica urbana na década de 1920 em Portugal?

Foram estabelecidos os seguintes objectivos:

1. Estabelecer definições operativas dos conceitos de formação, profissão e função do arquitecto na década de 1920 em Portugal;
2. Identificar os elementos que caracterizam o papel social do arquitecto na década de 1920 em Portugal através da análise dos documentos publicadas pela *Sociedade dos Architectos*

Portuguezes;

3. Definir *Habitação Económica* no contexto social e histórico em que se desenvolve a investigação, identificando as suas características identitárias;
4. Explorar as revistas de arquitectura no seu contributo para a prática de arquitectura no princípio do século XX;
5. Aplicar o enquadramento conceptual prévio na análise de uma resposta da prática profissional às necessidades de habitação económica, e publicada na revista *A Architectura Portuguesa*.

1.4. METODOLOGIA

Esta investigação procurou metodologicamente utilizar técnicas de identificação e análise que permitissem identificar acções de projecto que reflectissem preocupações com o bem-estar e qualidade de vida em habitações económicas. No artigo *Uma Nova Ordem para a Cidade a partir da Casa: registos em revista do Eng. Victor da Silva Freire Júnior* (Azevedo, 2011) são destacados alguns temas divulgados nas várias revistas de especialidade brasileiras nas primeiras duas décadas do século XX relativamente a projectos de habitação económica. Na leitura que Azevedo (2011) realiza dos artigos apresenta “um estudo comparativo dos diversos tipos de villas operárias Standard” (Valentini, 1912, p.150 apud Azevedo, 2011, p.58). O autor refere que os diferentes tipos de planta apresentados (Fig. 01.07) obedecem a critérios funcionais (circulação e áreas), ao programa e aos processos técnicos e construtivos adoptados. As duas páginas da revista apresentam uma procura pela organização espacial que foi explorada através da possibilidade construtiva dos processos industriais. Na Figura 01.07 os projectos apresentados são de habitações operárias na Rússia e o texto do artigo faz notar a importância do conforto no desenho do espaço interior: “as casas são dispostas em grupos de 4, em cruz, sempre no intuito de diminuir as dispersões de calor” (Revista Engenharia, 1913, p.229 apud Azevedo, 2011, p. 71). Azevedo (2011) refere ainda que o artigo apresenta um diagnóstico sobre a consciência da situação económica de cada país e também o contexto das classes sociais envolvidas, e o enquadramento “da devida responsabilidade social das respectivas elites” (p.58), no desenvolvimento de habitação económica. No artigo compreende-se que a classe profissional dos arquitectos e engenheiros fazem parte das “elites” e ambas tinham uma responsabilidade acrescida na solução da habitação confortável, devido à sua formação académica.

Esta investigação também tomou como referência a metodologia desenvolvida pelo grupo MOM (*Morar de Outras Maneiras*), sediado na Escola de Arquitectura da Universidade Federal de Minas Gerais, na investigação *A habitação social no Brasil do século XX e as estruturas informacionais da arquitectura, urbanismo e engenharia* por proporem uma “organização e classificação de artigos e/ou matérias publicados em periódicos brasileiros de arquitetura, urbanismo e engenharia para constituir um mapa conceitual e temático sobre a habitação social do século XX” (MOM, para.1). A metodologia utilizada pelo MOM sintetiza-se num quadro que organiza e categoriza as características da habitação social com base em conceitos teóricos. Estas características permitem identificar e analisar os conceitos teóricos publicados em artigos incluídos em revistas de arquitectura com o objectivo de se compreender o modo de pensar e de fazer a habitação social.

Considerou-se a revista *A Architectura Portuguesa* por ser a única revista especializada em arquitectura e construção publicada na década de 1920 em Portugal e que por sua vez coexiste no mesmo período de lançamento das primeiras políticas públicas de habitação e do aumento na construção de fogos.

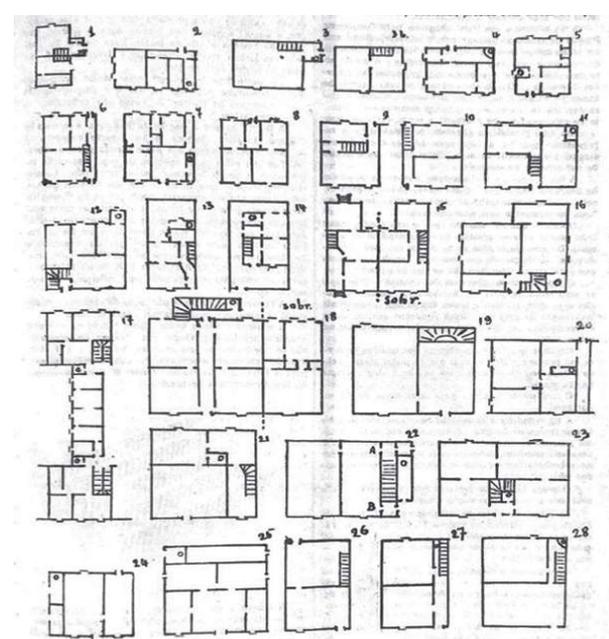
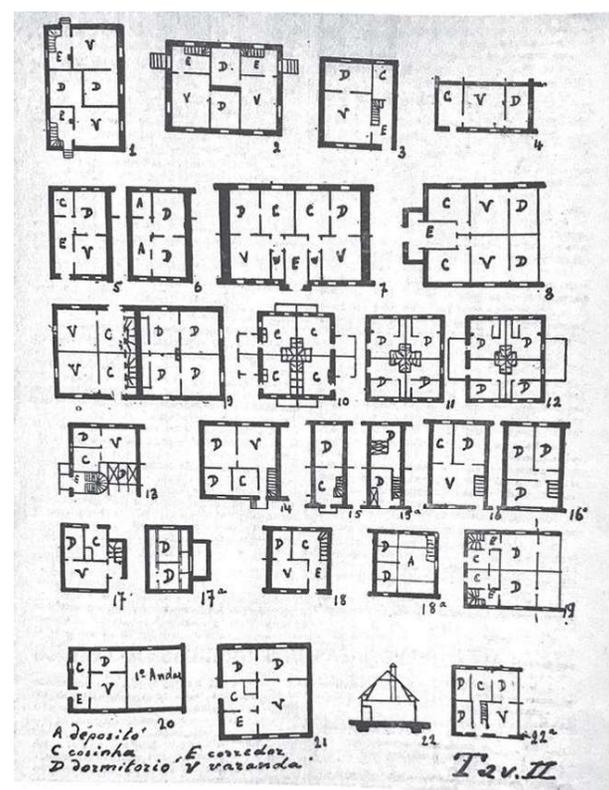


FIG.01.07 | *Tipos de Habitação Operária na Rússia* | Fonte: Revista Engenharia, Vol. II, n.º 9, 1913, p.229 apud Azevedo, 2011, p.71

INTRODUÇÃO

Neste estudo procurou-se compreender a sua importância como meio difusor de conhecimento sobre a habitação económica nesta década, identificando os problemas, orientações regulamentares e soluções arquitectónicas que incluiu nos seus editoriais.

A consulta dos números da revista *A Architectura Portuguesa* (publicados entre 1908 e 1929) disponibilizados em formato digital no âmbito do portal *Revistas de Ideias e Culturas* (RIC)³, permitiu seleccionar sete artigos que divulgaram projectos de habitação económica. Os artigos foram publicados entre os anos 1923 e 1928 por dois editores (Nunes Colares e o arquitecto António da Silva Júnior) sugerindo o interesse editorial sobre o tema e demonstrando o interesse no assunto na década de 1920. Salienta-se que o editor Nunes Colares apelou nesta mesma revista em diversos artigos à consciencialização da classe dos arquitectos, reconhecendo a importância deste tema para a realidade social do país, destacando aspectos sociais, económicos, morais e higiénicos.

3 O portal *Revistas Ideias e Culturas* (RIC), coordenado pelo Doutor Luís Andrade, é um projecto que tem como objectivo fazer o mapeamento da cultura portuguesa a partir da análise sistemática do conteúdo das revistas tidas por mais significativas do século XX disponibilizadas numa base de dados online, do qual já faz parte a revista de arquitectura *A Construção Moderna*. Este projecto é desenvolvido pelo *Seminário Livre de História das Ideias* (SLHI) no âmbito do *CHAM – Centro de Humanidades*, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, e o centro de investigação da FCSH-UNova.

Na revista *A Architectura Portuguesa* seleccionou-se o artigo *Projecto de um grupo de dez casas de habitação* (*A Architectura Portuguesa*, 1926), localizado na cidade do Porto, iniciativa de promoção privada e de tipologia em banda. Estas características que definem habitação económica na década de 1920 em Portugal (Fig. 01.08) destacam-se por ser comuns a um elevado número de bairros construídos naquele período segundo a relação entre a localização e número de bairros construídos, a promoção (privada ou pública) e o tipo de construção, maioritariamente em banda.

Procedeu-se à análise quantitativa dos artigos sobre habitação económica divulgados na revista *A Architectura Portuguesa* na década de 1920, de modo a identificar as características da habitação económica relevantes neste período, observando os projectos arquitectónicos e comparando-os. Os critérios de comparação para a selecção do projecto cujo estudo seria aprofundado foram: a localização, a promoção (pública ou privada), tipologia (urbana e da habitação), a organização programática e o desenho dos espaços de circulação internos.

QUADRO SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS QUE CARACTERIZAM A HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920 EM PORTUGAL

TEMAS	SUB-TEMA	CARACTERÍSTICAS
PROBLEMA DO ALOJAMENTO	Conjuntura que proporcionou o seu aparecimento	Procura de melhores condições de vida Êxodo Rural Industrialização Défice Habitacional Problemas de Saúde Pública Movimentos Sindicais
LOCALIZAÇÃO DO PROBLEMA	Cidades Industrializadas	Lisboa Porto Braga Coimbra Setúbal
INTERVENIENTES NO DEBATE E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO ECONÓMICA	Que executam e pensam a habitação para as classes proletárias	Médicos Engenheiros Arquitectos Políticos
IDENTIDADES QUE PROMOVEM A HABITAÇÃO ECONÓMICA	Públicas e Privadas	Iniciativa Privada: Associações; Filantropos; Industriais Iniciativa Pública: Governantes
TIPOLOGIA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA	Caracterização dos tipos de habitação económica para as classes proletárias	Bairros Operários Habitação Isolada Edifícios multifamiliares Edifícios em banda Habitações Geminadas Habitação Colectiva
CONSTITUIÇÃO PROGRAMÁTICA DA HABITAÇÃO ECONÓMICA	De acordo com o Decreto n.º4137 e o Decreto n.º16 085	Habitáveis: sala e quartos (com 9m²) Não habitáveis: cozinha e sanitário Serviço: despensa e casa de arrumações
REQUISITOS DE ARQUITECTURA PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO ECONÓMICA	Requisitos definidos a partir da legislação da época (RSEU, 1903; Decreto n.º4137)	Saúde Pública Higiene Salubridade Iluminação Ventilação Conforto Economia Custo Estética
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO	Materialização da construção de habitação económica	Projecto de Arquitectura Autoconstrução Produção em série

FIG.01.08 | Quadro síntese das características que caracterizam a habitação económica na década de 1920 em Portugal

INTRODUÇÃO

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente investigação é constituída por seis capítulos:

O **Capítulo 01. Introdução** pretende enquadrar conceptualmente o arquitecto, a habitação social e a divulgação da prática profissional na actualidade e compreender a sua importância para a actividade profissional do arquitecto. Enquadra também o estado da arte, a pergunta de investigação, os objectivos e a metodologia adoptada.

No **Capítulo 02. A Prática social do Arquitecto no princípio do século XX** identificaram-se os princípios orientadores da profissão, formação e actividade profissional, de modo a melhor compreender as funções do arquitecto neste período com o objectivo de identificar preocupações sociais nesta profissão.

No **Capítulo 03. Habitação Económica** procurou-se entender o conceito de habitação económica no período da investigação. Procurou-se compreender o problema do alojamento a nível internacional e nacional e os problemas arquitectónicos que daí surgiram como a necessidade de higiene e a salubridade. Sobre o conceito de habitação económica explorou-se a legislação, os bairros construídos, os proprietários, e as tipologias desenvolvidas pelos arquitectos com o objectivo de se identificar as características arquitectónicas deste tipo de habitação na década de 1920 em Portugal.

No **Capítulo 04. Divulgação da Architectura** procurou-se contextualizar as revistas no seu enquadramento social, cultural e económico na época para compreender a imprensa periódica especializada de architectura como meio de divulgação relevante para a prática da classe profissional dos arquitectos, como foco no tema da habitação económica em Portugal.

No **Capítulo 05. Habitação Económica na Revista A Architectura Portuguesa**, após uma selecção criteriosa analisou-se um projecto de habitação económica publicado com o objectivo de compreender as soluções adoptadas pelo arquitecto a nível urbano e habitacional enquadrado na legislação em vigor na época, contribuindo para um entendimento melhor da resposta desta classe profissional aos problemas identificados neste tipo de habitação.

No **Capítulo 06. Conclusão** sintetizam-se as conclusões parciais da presente investigação no sentido de contribuir para a compreensão da prática social do arquitecto na habitação económica da década de 1920 e a sua divulgação na revista *A Architectura Portuguesa*.

CAPÍTULO 1 Introdução

Como se expressa no projecto a prática profissional do arquitecto perante a necessidade de habitação económica urbana na década de 1920 em Portugal?

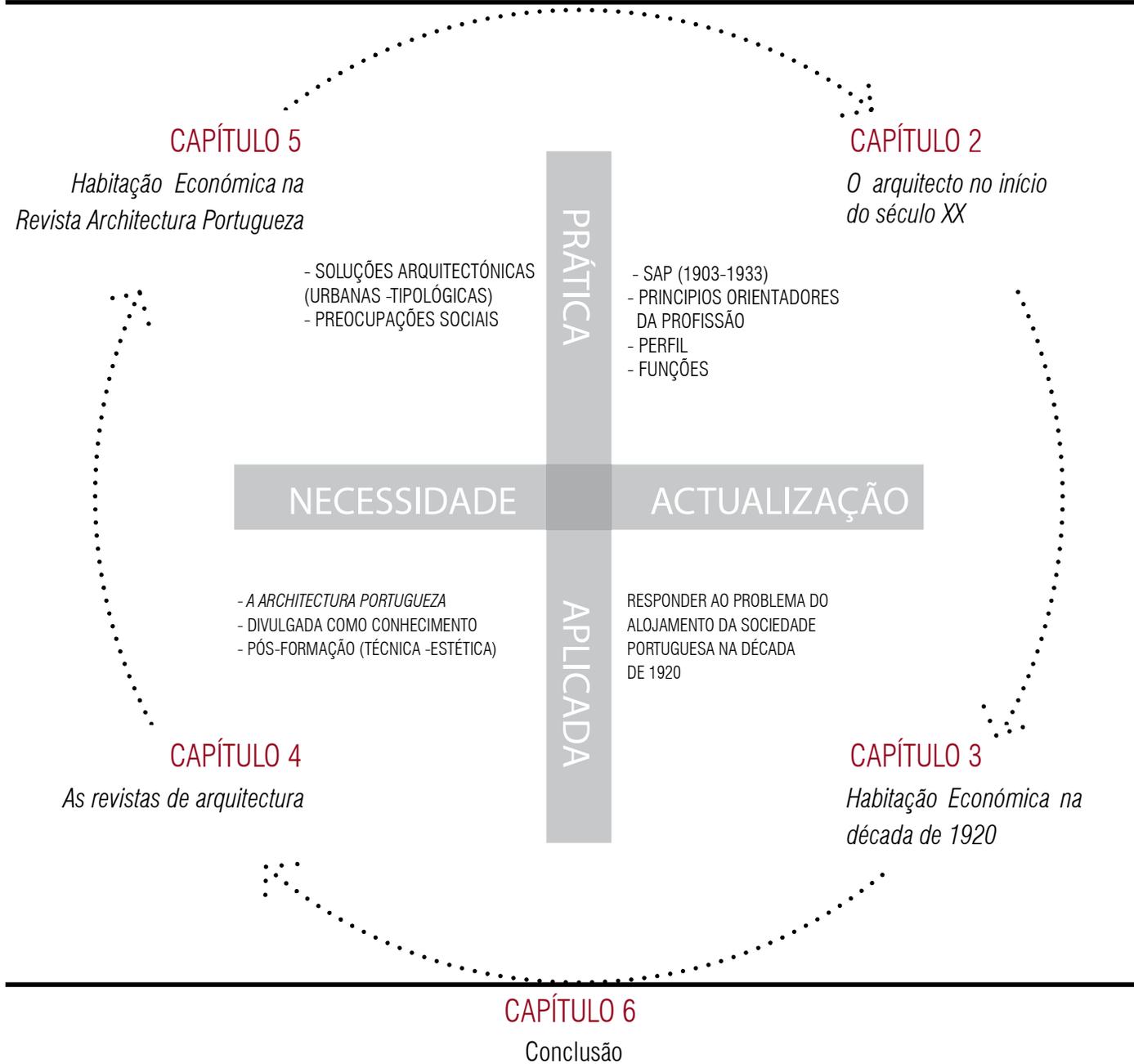


FIG.01.09 | Estrutura da Dissertação



CAPÍTULO 2

O ARQUITECTO EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O objectivo deste capítulo foi identificar os princípios orientadores da profissão, formação e actividade profissional, de modo a melhor compreender as funções do arquitecto neste período com o objectivo de identificar preocupações sociais na prática profissional do desenvolvimento de habitação económica.

FIG. 02.00 | Excursão a Tomar pela *Sociedade dos Architectos Portuguezes* | Fonte: Anuário da SAP, 1907, p.50

2.1. A FORMAÇÃO ACADÉMICA

A origem da formação em arquitectura em Portugal está relacionada com o ensino praticado na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris* (Moniz, 2011). O arquitecto Gonçalo Canto Moniz (2011), através da tese de doutoramento intitulada *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*, contextualizou o ensino de arquitectura em Portugal antes do século XX. O autor informa que este modelo serviu de referência na fundação da Academia de Belas-Artes, em 1836, e teve a sua progressiva implantação no ensino de arquitectura em Portugal através dos arquitectos José Luís Monteiro (1848-1942) e José Marques da Silva (1869-1947), bolseiros na década de 1910 nessa cidade.



FIG. 02.01 | Arquitecto Adães Bermudes | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, Nº88, p.28

O papel do arquitecto José Luís Monteiro foi fundamental para a implantação deste método de ensino em arquitectura, por acompanhar o período em que a *École des Beaux-Arts* estava a ser objecto de uma reforma pedagógica por Viollet-le-Duc (1814-1879), em 1863 (Figueiredo, 2007). Este arquitecto acompanhou a normalização do código de actuação profissional por Viollet-le-Duc, que propunha “um conjunto de regras referentes ao lugar que o arquitecto ocupava em relação aos restantes domínios profissionais, aos clientes e à sociedade em geral” (Figueiredo, 2007, p.208). Através da análise dos documentos da época, a arquitecta Rute Figueiredo (2007) ao explorar na sua obra *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal 1993-1918*, a prática de arquitectura e a sua relação com a imprensa periódica, sugere que o silêncio dos arquitectos sobre este tema em Portugal não teve debate nem oposição. Esta situação evidenciou o consentimento dessa nova visão da profissão iniciado e promovido por José Luís Monteiro e posteriormente promovido pela geração de arquitectos na transição do século XX, da qual fariam parte os arquitectos que constituíram a nova sociedade profissional dos arquitectos (SAP).

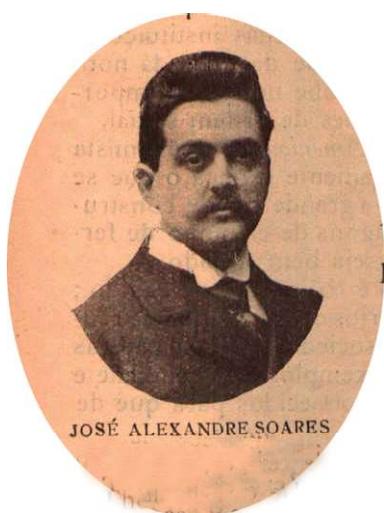


FIG. 02.02 | Arquitecto José Alexandre Soares | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, Nº88, p.28

A historiadora Maria Calado na sua tese de doutoramento em arquitectura intitulada *A cultura arquitectónica em Portugal (1880-1920): tradição e inovação* (2003), analisou vários documentos publicados por arquitectos enquadrando o ensino, a prática profissional do arquitecto. No princípio do século XX vários autores demonstraram a consciência da necessidade de adequar a formação às necessidades da sociedade, apresentando medidas para a sua actualização (Calado, 2003). Tal consciência foi visível na intervenção de Ramalho Ortigão, em 1903, no âmbito do ensino da arquitectura, ao realizar uma *Reflexão crítica sobre a formação e a inserção dos arquitectos*, onde afirma: “não há destino de classe que possa tornar-se independente do destino colectivo da sociedade em que essa classe se incorpora” (Ortigão, 1947, apud Calado, 2003, p.146). Da mesma opinião partilhou o arquitecto Adães Bermudes (1905) (Fig.02.01), como demonstrou no seu relatório sobre o *VI Congresso Internacional dos Architectos*, realizado em Madrid a 1904. Sobre este congresso, expressou as conclusões em relação ao tema III – *O carácter e o alcance dos estudos científicos na instrução geral dos Architectos*, concluindo que o ensino precisava de estar em constante progresso e actualização, de modo a permitir ao arquitecto estar a par do avanço da ciência e da humanidade (Bermudes, 1905).

Sobre a actualização do ensino, no âmbito de um parecer da *Sociedade dos Architectos Portuguezes* enviado ao *Director Geral de Instrução Secundária*, o arquitecto Alexandre Soares (1908) (Fig.02.02) considerou necessária e urgente uma reforma por parte de ambas as Escolas de Belas-Artes do país, por não disporem de uma única cadeira técnica e acusou o ensino de ser desconexo e incompatível

A Prática Social do Arquitecto na Habitação Económica da década de 1920 e a sua divulgação n' *Arquitectura Portugueza*

com os objectivos que a sociedade solicita à profissão. Assim considerou que a formação do arquitecto no princípio do século XX devia proporcionar o arquitecto a ser útil e desempenhar o papel que lhe competia na sociedade moderna. O ensino devia permitir que o arquitecto dispusesse:

“de uma ampla cultura geral que lhe permita compreender as tendências e necessidades modernas da vida social, de modo a dar satisfação às suas múltiplas exigências, nos edifícios que é chamado a realizar, quer se trate dos vastos monumentos de utilidade pública, quer das modestas habitações do proletariado”, bem como “as complexas questões da estética e da salubridade das grandes aglomerações urbanas, devem-lhes ser tão familiares, como os mínimos detalhes da decoração de um móvel ou os dispositivos práticos de um acessório da arquitectura doméstica” (Soares, 1908, p. 20).

Este programa proposto pelo arquitecto Alexandre Soares propunha um ensino de arquitectura com base nas escolas estrangeiras, vinculado ao conhecimento das necessidades da sociedade (Calado, 2003). Nos cinco anos de especialidade (dentro dos oito de estudo) o arquitecto destacou as disciplinas científicas do 3º Ano sobre *Legislação e higiene de edifícios* e do 5º Ano com a matéria sobre a *Estética e salubridade das povoações*. Foram estas as disciplinas que o arquitecto Alexandre Soares considerou englobar e compor um programa mínimo de conhecimentos exigíveis ao arquitecto moderno, reflectindo a preocupação de uma preparação técnica que auxiliasse os arquitectos a resolver os novos programas e a acompanhar as transformações sociais e tecnológicas. Perante tais leituras, reconheceu-se a acção dos arquitectos Adães Bermudes (1905) e Alexandre Soares (1908) em complementarem a formação do arquitecto através da integração de cadeiras científicas no plano de estudos das Escolas de Belas-Artes em Portugal.

Com a reforma do ensino de arquitectura em 1911, que teve subjacente uma nova mentalidade política e cultural transversal a toda a sociedade, uma nova geração que frequentava as escolas republicanas usufrui de professores que disponibilizavam modelos de arquitectura movimento moderno e promoviam o uso de novas técnicas que se generalizaram no princípio do século (Calado, 2003). Estes novos modelos e técnicas introduziram uma nova formação ao arquitecto que conciliava diversos conhecimentos e a experiência da prática profissional:

“Os saberes de natureza artística, humanística e científica ou técnica começavam a articular-se no sistema pedagógico e didáctico de formação dos arquitectos. A habitação (architectura doméstica) estava em pé de igualdade com os edifícios públicos (architectura monumental) e a teoria da arquitectura ao lado da conservação e restauro de monumentos. Matérias de natureza técnica, relacionadas com materiais e métodos de construção, saneamento e higiene, concorriam para um ensino cada vez mais centrado em função do projecto de arquitectura. Um estágio em obras públicas e privadas completava o processo de formação que vigorou até 1932” (Calado, 2003, p.152).

Este novo ensino pretendia posicionar o estudante perante os problemas da sociedade (Moniz, 2011). Através deste debate também foi possível promover uma formação moderna auxiliada e informada pelas correntes internacionais, explorada em Portugal por António Sérgio⁴, pedagogo e político que incidiu a sua acção de defesa pela publicação em revistas dos artigos *Educação Cívica* (1915) e da *Função Social do Estudante*⁵ (1917).

Foi também através da imprensa periódica especializada nacional⁶, que os arquitectos promoveram

⁴ António Sérgio propôs uma perspectiva social e política da educação através educação cívica, da introdução dos problemas sociais na vida escolar e pela discussão em comum dos problemas sociais que mais interessam ao estudante. Apesar de Moniz (2011) não conseguir estabelecer relação entre António Sérgio e o ensino da arquitectura na época, afirma que estas publicações atravessavam toda a sociedade pública divulgando a sua obra com dimensão pública e política. As suas obras constituíram temas chave na transformação do ensino tradicional de Belas-Artes para um ensino moderno de perfil humanista (Moniz, 2011).

⁵ Este último título, sugeriu Moniz (2011), poderá ter servido de inspiração para Octávio Lixa Filgueiras na construção da sua obra *Da Função Social do Arquitecto* (1985).

⁶ *A Construção Moderna, 1900-1919; Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes, 1905-1911; A Architectura Portuguesa, 1908-1929.*

a comunicação entre os diversos intervenientes nos territórios da arquitectura e debateram sobre o ensino (Calado, 2003). Por exemplo, na revista *A Architectura Portuguesa* (1908-1929), o artigo *Prédio do Dr. Guilherme Augusto Coelho*, pelo architecto de José de Figueiredo (1908), abordou a educação dos architectos e a comparou com a preparação dos engenheiros, afirmando: “a arte architectural, para que não são preparados, e com que até, por educação, são naturalmente incompatíveis, deve estar fora da sua alçada” (p.26) .

Compreendeu-se assim que, para o architecto, o valor da formação enquanto instrumento capaz de incentivar humanistamente os alunos a resolver os problemas da sociedade era visto como um dos actos principais na actualização da sua profissão. O aparecimento de conteúdos curriculares próprios do campo da arquitectura constituiu uma das principais alterações do ensino público de arquitectura. De tal forma que fez com que se desenvolvesse uma matriz de aprofundamento do ensino académico de tipo *Beaux-Arts nas Escolas de Belas-Artes* em Portugal, relacionando os architectos portugueses directamente com o que acontecia no estrangeiro a partir de variadas opções artísticas e metodologias de intervenção (Calado, 2003). Aliás, Figueiredo (2007) sugeriu que para o architecto Viollet-le-Duc “a alteração do estatuto de architecto na sociedade estava directamente ligada à reforma do ensino na École des Beaux-Arts” (p.208). Destacou-se o parecer do architecto Alexandre Soares (1908), ao promover uma reforma no ensino de arquitectura em Portugal na qual destacou a integração de cadeiras científicas de *Legislação e higiene nos edifícios* e *Estética e Salubridade* das povoações no programa de estudos das Escolas de Belas-Artes e colocou no mesmo grau de importância os monumentos públicos e a habitação das classes proletárias. Assim, durante o início do século XX, a formação promovia um perfil do architecto mais desperto para os interesses da sociedade, em particular para as questões estéticas, de higiene e salubridade das habitações, bem como para as habitações para as classes proletárias.

a. PERFIL DO ARQUITECTO

No princípio do século XX o perfil do architecto encontrava-se vinculado à sua formação, na procura em adequar a actividade profissional aos interesses gerais da sociedade, nomeadamente políticos, culturais e sociais.

A construção de uma identidade profissional que definia o papel do architecto foi clarificada por Adães Bermudes (1895) (Fig.02.02), no seu discurso de admissão como membro da *Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses* (1864). Bermudes (1895) identificou vários temas que a profissão deveria debater de modo a desenvolver a arquitectura do país, tais como: o ensino da arquitectura; a classificação e defesa dos monumentos nacionais; a estética e higiene das cidades portuguesas; os concursos públicos; os lugares do architecto no Estado; a legislação dos edifícios e os direitos dos architectos. Acrescentou ainda três princípios indispensáveis para a acção do architecto. O primeiro foi um compromisso com a vida colectiva e social de modo a que a sua acção seja definida com os ideais políticos, sociais e religiosos da população e que estes sejam traduzidos em arquitectura. O segundo foi referente ao ensino, apelando a uma escola livre que não esteja fundamentada numa tradição, mas em princípios científicos, que tenha como objectivo o desenvolvimento das faculdades estéticas, emotivas e imaginativas das suas aptidões artísticas. E finalmente, a recompensa moral⁷ e material que devia ser garantida ao exercício da profissão através da consideração do público e protecção do Estado.

No entanto, no princípio do século XX o enquadramento público do perfil do architecto não era claro

⁷ Introduziu-se o conceito de *moral* que é definido como o “conjunto de normas de conduta consideradas mais ou menos absoluta e universalmente válidas; domínio da filosofia que se ocupa dos problemas relativos à conduta do homem na sua vida pessoal e na vida social; teoria, geralmente considerada normativa, do dever e do bem; tratado sobre o bem e o mal 6 sistema particular da ética (...) que é conforme as regras da ética” (Editora, Dicionário de Língua Portuguesa, 2014, p. 1089).

para os poderes públicos e sociedade em geral, como observaram Carvalho (1906b), Monteiro (1906) e Campos (1907). Tal situação levou-os a apresentarem propostas que a profissão deveria incidir com o objectivo de informar e sensibilizar o gosto do cidadão e, por sua vez, exercer pressão junto das administrações públicas em relação à importância da sua actividade (Ribeiro, 2002).

Exemplo disso é visível no artigo de Lino de Carvalho (1906b), intitulado *Saneamento Moral*, publicado no *Anuário da SAP*, onde acusou a falta de educação das administrações públicas para com o retrocesso existente do reconhecimento das necessidades do país ao nível da construção e estética das cidades. Lino de Carvalho considerava que tal situação impossibilitava o desenvolvimento social do país e a missão dos arquitectos, perante a limitação do seu campo de acção face à existência de poucos arquitectos em relação a outros quadros técnicos.

Costa Campos (1907), no artigo *O título de architecto em Portugal*, publicado no *Anuário da SAP*, também evidenciou a dificuldade do arquitecto em exercer a sua actividade e a falta do seu reconhecimento em relação a outros profissionais que exerciam livremente os seus trabalhos sem estudos da especialidade. O arquitecto afirmou que a responsabilidade e consciência da sua missão profissional na actividade que exercia na sociedade, bem como a do engenheiro, construtor e mestre-de-obras, advinha do estudo e do trabalho que permitiu conquistar a sua cotação social face aos curiosos sem habilitações, que podiam trazer prejuízos à sociedade. Face a esta conjuntura, apelou pelo estudo das “bases em que deve assentar um regulamento de responsabilidades profissionaes, exijam-se todas as garantias perante a lei a quem tem o direito legal de honestamente cumprir a sua missão na grande actividade humana” (Campos, 1907, p.32).

Em complemento a este artigo, no ano seguinte, Bermudes (1908) identificou na revista *A Architectura Portuguesa* (1908-1929) algumas responsabilidades profissionais através de *Uma Reflexão sobre as condições da actividade profissional dos arquitectos*. O arquitecto criticou a relação da administração pública que, em vez de pedir aos arquitectos a construção de bons equipamentos, lhes instruíra sucessivamente ajustes nos “velhos edifícios e conventos (...) entaipados e substituídos por outros, no anno seguinte” (p.9). Todavia, o autor também afirmou que este trabalho nada tinha a ver com a arte que os arquitectos dizem representar, “antes são de grave responsabilidade técnica e científica” (p.9). Esta conjuntura levou-o a definir algumas dessas responsabilidades junto dos cidadãos, na procura por uma maior dignidade e respeito pelo seu trabalho:

Nós faremos as vossas casas alegres, confortáveis, bem arejadas, cheias de luz; adaptando-se aos vossos hábitos, predilecções, necessidades e conveniências, como a luva se ajusta à mão para que foi talhada. Na vossa casa reinará a saúde e o bem-estar. Ella será para vós tão fagueira que o vosso principal anhelos será de regressar a ella, logo que as obrigações exteriores o permitam. Essa casa será de aspecto tão agradável que o transeunte terá a mesma impressão que o faminto ao passar pela cosinha de um hotel (...) (Bermudes, 1908, p. 10)

Com esta afirmação, Adães Bermudes colocou em evidência o perfil do arquitecto e quais deviam ser as suas responsabilidades técnicas e científicas: o conforto, a salubridade e higiene, e a estética das habitações. Assim, também através da divulgação de deveres que a profissão deveria ter como base na sua actividade, os arquitectos procuraram difundir a discussão sobre as obras de arquitectura, bem como sobre a sua actividade, na qual o arquitecto através dos seus valores morais, educativos e económicos que advêm da sua educação e sensibilidade, compreende as aspirações da população.

As observações de Costa Campos (1907) e de Bermudes (1908) demonstraram como as estruturas administrativas dominantes controlavam e ajustavam o conhecimento técnico dos arquitectos nesta época (Ribeiro, 2002). Os condicionamentos da qualidade do espaço construído foram, assim, reflexo da relação dos arquitectos com os encomendadores públicos (Estado).

No fim do século XIX e início do século XX, as exigências da sociedade levaram a uma redefinição de arquitectura que se adaptou ao contexto onde se inseria, obrigando a uma maior especialização. Calado (2003) observou na passagem entre estes séculos a evolução dos conceitos de arquitectura definidos pelo dicionário de *Lingua Portuguesa* e pelo debate académico em volta de uma definição de arquitectura que “revelam o valor social da arquitectura e do arquitecto e o lugar que a própria sociedade lhes reconhecia” (p.281) ao englobarem o valor social do arquitecto na sociedade.

Relativamente à sua actividade profissional, os arquitectos abordaram a falta do gosto artístico das várias classes da sociedade que, por não reconhecerem os seus conhecimentos e capacidades técnicas, não lhes atribuem valor, como é o caso dos poderes públicos e clientes privados. Isto é, pela falta de arquitectos nos cargos das Obras Públicas e escassez de encomendas dos clientes privados não permitia o seu contributo no melhoramento das condições estéticas e higiénicas da cidade (Lino de Carvalho, 1906b).

O perfil do arquitecto no princípio do século XX foi definido por responsabilidades profissionais, técnicas e científicas no dever da sua actividade. Compreendia-se que este profissional deveria garantir o conforto, a higiene, a salubridade e a qualidade estética nas suas construções, elegendo a habitação como tema principal do seu trabalho. A consciência destas responsabilidades levou a um grupo de profissionais a formar uma organização profissional, de modo a defender e a promover a profissão junto da sociedade.

2.2. VIDA ASSOCIATIVA E OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PROFISSÃO

A consciência colectiva das responsabilidades no desenvolvimento de arquitectura iniciou-se com Possidónio da Silva, em 1864, ao formar a *Associação dos Arquitectos Civis Portugueses*. Os arquitectos reuniram-se pela primeira vez na defesa da arquitectura e clarificaram os problemas inerentes à profissão (Ribeiro, 2002). No entanto, numa época em que o arquitecto procurava definir-se a si próprio, dentro das hesitações da época, fez com que confluíssem outras disciplinas para o campo da arquitectura, como a arqueologia, como sublinhou a historiadora Ana Isabel Ribeiro através da sua obra *arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953* (2002). Ao analisar os arquitectos portugueses através das suas organizações profissionais, Ribeiro (2002), observou que tal situação levou à alteração da *Associação dos Arquitectos Civis Portugueses* (1864) para *Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, em 1872 (Ribeiro, 2002).

Esta integração do campo da arqueologia na arquitectura levou a uma alteração na definição das temáticas anteriormente definidos por Possidónio da Silva que tinham enfoque nos problemas inerentes à profissão do arquitecto. Tal alteração foi reconhecida por Ribeiro (2002), ao observar nos primeiros estatutos a finalidade desta associação constituída apenas por arquitectos em “«ocupar-se dos assuntos da sua profissão, tanto na parte teórica como prática», para além dos de «jurisprudência e administração relativa à arquitectura civil, principalmente em relação aos interesses públicos e privados, que dizem respeito à classe” (Estatutos, 1864, p.5 apud Ribeiro, 2002, p.23). Nos segundos

O ARQUITECTO EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

estatutos da nova *Real Associação* (composta por arquitectos, arqueólogos e amadores de arquitectura) foram incluídas questões difusas à profissão do arquitecto, relacionadas com a defesa do património histórico e artístico que pretendiam promover o progresso da arquitectura e o estudo da conservação dos objectos arqueológicos. Como exemplo das diferenças entre os dois estatutos, Ribeiro (2002) analisou o 3º artigo em ambos os documentos sobre a definição do trabalho de arquitectura. Enquanto no primeiro abrangia os “ramos da construção geral, e os princípios de higiene aplicada às construções” (Estatutos, 1864, p. 8 apud Ribeiro, 2002, p. 25), nos segundos, a esta secção incluía a “análise química dos materiais empregados nas construções em Portugal” (Estatutos, 1879, p. 11 apud Ribeiro, 2002, p.25), preocupação do campo da arqueologia, o que fez com que perfil e actividade profissional do arquitecto ficasse difuso. Porém, ao longo das duas décadas seguintes, acentuou-se o distanciamento dos temas relacionados com a arquitectura e o tema dominante da intervenção associativa concentrou-se nos monumentos nacionais (Ribeiro, 2002).

Ribeiro (2002) e Gomes (2003) reconheceram uma alteração no rumo associativo da profissão no final na década de 90 do século XIX, através de um grupo de jovens arquitectos que se questionaram sobre os problemas da arquitectura e sobre o enquadramento profissional da actividade, procurando influenciar o trabalho associativo. Os arquitectos, Adães Bermudes, Rosendo de Carvalho (Fig.02.03), Álvaro Machado (Fig.02.04) e Miguel Ventura Terra (Fig.02.05), adoptaram os *Estatutos da Associação dos Architectos e Arqueólogos*, a partir de 1899, para os novos *Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, de 1903 (Ribeiro, 2002).

Os novos estatutos da profissão surgiram, sobretudo, a partir das pressões externas inerentes ao novo contexto sociocultural, o que gerou discussões em torno dos problemas específicos do exercício da profissão conduzindo a uma maior definição do seu papel na sociedade. A proximidade do arquitecto com a arte e os artistas sedimentou uma maior consciência de grupo profissional permitindo alargar a definição desta profissão (Ribeiro, 2002). Deste modo, os arquitectos adquiriram consciência enquanto grupo sobre os seus deveres, requerendo uma maior especialização dos associados no seu ramo de actividade, da qual resultariam funções que só aos arquitectos diriam respeito (Ribeiro, 2002). A autora sugeriu que a ideia da profissão do arquitecto se foi alterando ao longo das décadas, identificando a passagem do arquitecto-arqueólogo, mais tarde dissipado pela SAP, para o arquitecto-artista, identidade profissional que se prolongou até aos anos 30 do século XX.

Os Estatutos da SAP, elaborados em 1901 e reconhecidos oficialmente em 1903, estabeleceram como prioridade a defesa dos interesses morais e materiais dos associados e da profissão de arquitecto (Estatutos, 1903). Integraram os primeiros cargos da direcção da SAP os arquitectos: José Luís Monteiro, como presidente da Assembleia Geral e Adães Bermudes como vice-presidente, Álvaro Machado e Leonel Gaia como secretários, Ventura Terra como presidente do conselho directivo, Francisco Carlos Parente como secretário, Alfredo d' Ascensão Machado como tesoureiro, Rosendo Carvalho e José Alexandre Soares como vogais (Calado, 2003).

Os membros da SAP determinaram que a sua acção se destinava à defesa dos interesses morais e materiais comuns aos seus associados e quais os meios de acção que iriam ser utilizados para divulgar a profissão, tais como: “congressos, exposições, prelecções, conferências, publicações, excursões, concursos e por todos os meios legais que possam atingir o mesmo fim; premiar os colaboradores dos arquitectos (tais como mestres, aparelhadores e operários que se distinguem pelas suas competências); e dever e moral no exercício do seu trabalho” (Estatutos SAP, 1903, p.4)



FIG. 02.03 | Arquitecto Rosendo Carvalho
| Fonte: *A Construcção Moderna*, 1900, Nº88, p.28



FIG. 02.04 | Arquitecto Álvaro Machado |
Fonte: *A Construcção Moderna*, 1900, Nº88, p.28



FIG. 02.05 | Arquitecto Miguel Ventura Terra |
Fonte: *A Construcção Moderna*, 1900, Nº88, p.28

O ARQUITECTO EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Estes objectivos pretendiam assim contribuir para o progresso da arquitectura nacional junto da sociedade (Ribeiro, 2002).

Os Estatutos (1903) definiram que apenas se podiam associar os arquitectos diplomados em arquitectura pelas academias e escolas de Belas-Artes nacionais e estrangeiras, e os que tinham estudado no estrangeiro como pensionistas do Estado. O Artigo 9º e o seu parágrafo único reforçou a importância de um dos objectivos principais da classe os *Interesses Gerais da Classe*, prevendo que a exclusão dos sócios apenas poderia recair sobre aqueles que os prejudicassem.

O Conselho Directivo segundo o *Capítulo IV dos Estatutos* (1903) tinha como deveres estabelecer relações com as colectividades análogas em Portugal e no estrangeiro, promover de publicações e elaborar os regulamentos necessários para o bom funcionamento da SAP. Não existindo nos Estatutos qualquer referência às actividades que a SAP devia realizar, seriam meramente administrativas ao não abordarem aspectos profissionais teriam apenas um carácter normativo: (os Estatutos) “são omissos quando à definição das atribuições dos arquitectos” (Ribeiro, 2002, p.311).

Foi através do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911) que se complementaram e se clarificaram as missões do arquitecto junto dos sócios e da SAP. Salienta-se a importância dos temas abordados por Adães Bermudes em 1895, que posteriormente integram os *Interesses Gerais da Classe*, do *Anuário* da SAP. No seu prefácio, o Anuário identificou os objectivos que esta nova organização pretendia representar: “o culminar de uma nova consciência profissional (...) consciente dos seus deveres e direitos e inspirada numa orientação moderna” (Anuário, 1905, p.6). A SAP pretendia conduzir os seus trabalhos em defesa da profissão, de modo a terminar com o que considerava o “irregularíssimo estado de coisas” e atrair as atenções do cidadão “para a causa justa e simpática porque pugnava” (Anuário, 1905, p.6). Ribeiro (2002) sugeriu que nesta afirmação estava subjacente a necessidade de uma relação com a opinião pública, que tinha como objectivo funcionar como uma pressão junto dos poderes públicos na procura da sensibilização para os seus problemas e clarificar o seu papel interveniente na sociedade e cultura.

Em 1910, a SAP apresentou três vectores de acção que visavam a reorganização da actividade profissional e a consideração de uma utilidade pública urgente: a conservação de monumentos e património artístico; a atribuição de maior autonomia à classe dos arquitectos para que o Estado lhes fornecesse mais iniciativas e responsabilidades; e o incentivo de se “edificar em condições de economia, a par de hygiene de beleza, como só a Arte pode conseguir, transformando por completo as nossas inestheticas povoações” (Anuário, 1910, p. 79)

Ribeiro (2002) observou, através da leitura dos *Relatórios dos vários Conselhos Directores*, que a partir de 1915 existe um progressivo distanciamento dos sócios às *Assembleias Gerais*, bem como aos trabalhos associativos até ao fim da SAP. Estes relatórios tiveram como objectivo incentivar a actividade dos sócios para com a SAP, ainda que em vão de acordo com Ribeiro (2002). Tal situação, deveu-se ao facto de durante o advento da instauração da República alguns sócios (Ventura Terra, Adães Bermudes e António Couto Abreu) mais envolvidos e prestigiados terem iniciado funções políticas em executivos municipais ou no governo, o que levou a uma dispersão da actividade da *Sociedade dos Architectos Portuguezes* (Calado, 2003). Por fim, em 1933, a SAP transformou-se em *Sindicato Nacional dos Architectos*, por imposição da Constituição Política do Estado Novo e “o movimento associativo dos arquitectos portugueses entrou numa nova etapa” (Ribeiro, 2002, p.92), num outro contexto com

novos e diferentes sócios, ainda que com continuidades nas linhas reivindicativas relacionadas com o exercício e defesa da profissão.

Ao longo da sua actividade, a SAP manteve-se interventiva e atenta no plano nacional e internacional, através da divulgação de temas e linhas de actuação dos arquitectos a nível internacional. Em 1905 publicou oficialmente o *Regulamento dos honorários dos Arquitectos* e, em 1909, o *Regulamento para os concursos públicos de arquitectura*. Elaborou diversos pareceres e propostas enviados ao Estado bem como à Câmara Municipal de Lisboa em defesa da profissão e da cidade. Tais exemplos foram as linhas de acção mais visíveis, a par com a participação nos congressos internacionais e da divulgação de informações relativas à profissão e à arquitectura em geral (Ribeiro, 2002).

A SAP defendeu os interesses e a qualificação da profissão, propondo um quadro técnico de arquitectos nas Obras Públicas bem como um currículo de formação dos arquitectos, sugerindo a protecção do património e promovendo a qualidade das habitações através de melhores condições higiénicas, estéticas e económicas (Calado, 2003).

O *Estatuto Profissional do Arquitecto* modificou-se entre 1903 e 1933⁸, devido a uma crescente tomada de consciência dos arquitectos em relação às funções que deveriam desempenhar na sociedade, dando lugar a uma evolução constante de valores e actividades que as organizações profissionais pretenderam regular (Ribeiro, 2002). A autora entendeu os estatutos “como os textos que lhes poderiam conferir o poder de intervenção nos termos da lei e que na ausência de diplomas oficiais se constituíam como um pacto colectivo, ético e deontológico da profissão e dos que a exerciam” (idem, p. 311). A importância colectiva dos Estatutos, enquanto grupo particular de profissionais com os mesmos valores e objectivos, possibilitou a definição de deveres e obrigações pelos quais consideravam como se devia exercer uma profissão, estabelecendo uma coesão de grupo, o que originou uma identidade profissional (idem). Figueiredo (2007), também reconheceu uma alteração do conceito de arquitecto no princípio do século XX, que passou a “vestir-se de uma função pedagógica e interventiva, uma missão cívica, como se disse, no tecido das preocupações despertadas entre os princípios de modernização e democratização da sociedade” (p.211). Desta maneira, competia ao arquitecto, dentro de uma intenção de cooperação colectiva, o propósito de dar expressão e a uma identidade colectiva ao país através da interpretação das ideias e aspirações da sociedade.

Esta organização profissional teve sempre como uma das principais premissas e linhas de acção a luta pela educação do cidadão face ao distanciamento da população à sua actividade, apelando a uma acção de educação artística do público e orientação estética dos municípios em defesa dos seus associados. Também as questões relacionadas com a habitação, o saneamento e a segurança na construção encontram-se identificadas nos relatórios dos trabalhos associativos da classe e no Anuário. Estas vão ser as directrizes de acção da SAP em prol da defesa da profissão e que, por sua vez, definiram o papel do arquitecto na sociedade através da clarificação da sua formação, das suas funções e na divulgação dos temas nos quais devia focar a sua actividade.

2.3. AS FUNÇÕES DO ARQUITECTO

No princípio do século XX a habitação privada foi a área de trabalho predominante dos arquitectos, onde a habitação unifamiliar e os prédios de rendimento foram os programas mais correntes no princípio

⁸ “verifica-se que os aprovados em 1902 são omissos quanto à definição das atribuições dos arquitectos. Significativamente, os Estatutos aprovados em 1933 e que correspondem à criação do Sindicato Nacional dos Arquitectos especificam no seu Capítulo III – Da profissão e do seu exercício, em que consiste a profissão do arquitecto” (Ribeiro, 2002, p.311).

O ARQUITECTO EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

do século XX (Calado, 2003). Neste período, a arquitectura foi desenvolvida maioritariamente através de encomendas da aristocracia, que pretendia palacetes urbanos e passou, progressivamente, a ser substituída por uma burguesia em ascensão (idem). Estão inseridos nestes casos alguns edifícios premiados com o Prémio Valmor, em Lisboa. No entanto, Bermudes (1895) destacou na estética das cidades portuguesas a existência de construção banal, resultado dessa reconstrução das cidades sem nenhum plano, ficando à mercê de decisões políticas que desvalorizavam o conhecimento e autoridade do arquitecto. Quanto à higiene das mesmas, o arquitecto constatou:

“vejam-se essas sórdidas aglomerações de habitações operarias, chamadas «ilhas» ou «pateos», onde perpetua e amorosamente se cultivam todos os germens pathogenicos, desde a tuberculose até ao typhus. Dê-se um passeio pelas cidades de provinda onde as fézes se vehiculam pelo meio da rua, á luz do sol!” (Adães Bermudes, 1895 apud Calado, 2003, p.180)

Esta afirmação de Bermudes (1895) colocou em evidência o problema do alojamento das classes proletárias perante os membros da *Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses* e demonstra a consciência do arquitecto perante este problema ao manifestar a sua insatisfação pela falta de qualidade de higiene e salubridade na cidade causada por estas habitações.

A relação da SAP com a população era, em parte, desenvolvida, para além do sector das Obras Públicas, ao nível da habitação e dos seus problemas que lhe eram inerentes: o conforto, a higiene, a salubridade e a estética. Estes temas foram abordados no Anuário através dos títulos: os *Interesses Gerais da Classe*, os *Assuntos Técnicos*, a *Habitação* e a *Legislação*. Através destes tópicos, que estruturam o Anuário e são transversais aos cinco números da publicação, foi possível compreender os direitos, deveres e missões do arquitecto no princípio do século XX promovidos pela SAP.

Os arquitectos procuraram contribuir para a melhoria da construção da habitação através do conhecimento do que se passa no estrangeiro, divulgado nas várias revistas de especialidade internacionais e nacionais (Calado, 2003). Tal conhecimento permitiu que reconhecessem o atraso existente no país, e para colmatar esse atraso, era dada aos sócios destacados pela SAP, que assistiam aos Congressos Internacionais, a possibilidade de divulgarem a informação com o intuito de actualizarem os restantes colegas perante a situação dos outros países e realidades:

“Aliás, esta é uma temática em relação à qual a Sociedade dos Arquitectos denota uma certa preocupação atendendo aos vários artigos publicados até então no seu “Anuario”, versando exactamente questões de salubridade e higienenas habitações, existindo mesmo um artigo sobre o 1.º Congresso Internacional do Saneamento e da Salubridade da Habitação, realizado em Paris, em 1904” (Ribeiro, 2002, p. 58).

A temática sobre a higiene e salubridade surgiu constantemente no capítulo sobre a habitação ao longo dos diferentes números do Anuário da SAP (1905-1911), como se ilustrou: “a casa, se nos é indispensável à vida, deve ser higienica, pois não se admite a existencia de habitação, antiga que não seja saneada ou moderna que não seja salubre” (Carvalho, 1905, p. 57), reflexão que surgiu no seguimento do *1º Congresso Nacional do Saneamento e Salubridade da Habitação* (1904). O arquitecto João Lino de Carvalho promoveu junto da classe o estudo e educação do tema por se tratar de um problema que requer toda a atenção, concluindo que caso “contrário melhor seria abandonar a execução de obra tão grandiosa” (Carvalho, 1905, p.58). Novamente, no capítulo da habitação, o arquitecto João Lino de Carvalho (1906a) abordou os temas da higiene e salubridade desenvolvidos nos congressos internacionais e afirmou que a questão do saneamento e salubridade da habitação se

impunha como um dos principais factores da construção da actualidade. O autor responsabilizou a falta de atenção da administração pública pela situação da habitação urbana, bem como os proprietários, que só pretendiam o lucro ao permitirem que os seus inquilinos habitassem edifícios com poucas condições higiénicas. Em oposição a tais acontecimentos defendeu: “façamos, pois, a propaganda contra a insalubridade, porque o que a Natureza concedeu a todos nós como indispensável à vida foi ar, luz e água” (1906, p.31).

Em 1907, abordaram-se nos *Assuntos Técnicos do Anuário no 2º Congresso Internacional de Saneamento e Salubridade da Habitação*, que ocorreu em 1906, em Génova, onde se debateu o tema da higiene e as novas aplicações do ar, luz e água. Lino de Carvalho (1907) constatou que através dos contributos de todos os representantes dos vários países se poderia atingir a solução do problema e para tal era necessário o contributo de todos os profissionais que se interessavam pela higiene da habitação, como os arquitectos, médicos e proprietários. Neste seguimento Lino de Carvalho, em 1908, reforçou a importância da higiene e salubridade na habitação abordando novamente o congresso, destacando que uma das principais preocupações apontadas “terá sido por certo conciliar a arte e a hygiene com a economia, iniciativa interessantíssima, e que merece ser mais desenvolvidamente discutida, animada e tornada pratica” (p.29). Este arquitecto alertou os sócios para o dever da cidadania e para a resolução do problema do bem-estar social, considerando a habitação como um direito indispensável, “não apenas de alguns, mas da humanidade” (p.28).

Compreende-se que para a SAP, o objectivo de melhorar as condições e vida das várias classes sociais deveria demonstrar a importância da sua actividade para a sociedade. Este propósito também contribuiu para a continuidade e consolidação de uma identidade profissional do arquitecto que se encontrava vinculada a uma consciência da realidade onde se inseria. O arquitecto passou a procurar uma interacção constante com o gosto do cidadão, através de uma responsabilização das suas missões directamente relacionadas com os temas da salubridade e higiene das habitações, como observou Lino de Carvalho (1905):

“Na actualidade seria supérflua a pretensão de demonstrar que a casa, se nos é indispensável à vida, deve ser higiénica, pois não se admite a existência de habitação, antiga que não seja saneada ou moderna que não seja salubre” (p.57).

Em 1908, a SAP realizou a exposição *Casas Baratas - Representação ao Governo*, em resposta a uma proposta de lei apresentada ao Governo que tinha “com o fim de promover a construção de habitações higienicas para as classes menos abastadas”, onde demonstra o seu interesse pelo tema afirmando que é um “assumpto que tão directamente lhes diz respeito” (Anuário, 1908, p.17). Esta apresentação de lei, que não identificava os arquitectos entre os vários profissionais destacados para integrar o *Conselho Superior de Higiene da Habitação*, foi referida no boletim da SAP como um esquecimento. Para Ribeiro (2002), tal situação de esquecimento e não exclusão deveu-se a uma consequência da insuficiente clarificação existente no campo profissional de intervenção dos arquitectos. De tal forma, aque a SAP tivesse com missão promover e clarificar a sua actividade profissional junto dos Poderes Públicos e promover o gosto do cidadão. Nesta exposição *Casas Baratas Representação ao Governo*, a SAP alertou para a necessidade de integração dos arquitectos no *Conselho Superior de Higiene da Habitação*, que fora criado para promover a construção de habitação económica. Devido à ausência de arquitectos neste Conselho, referiu: “Uma missão d’esta natureza não só representaria, pois, um injustificado desprestígio para a nossa classe como um prejuízo para a boa solução d’este problema

para a qual a mesma classe tão utilmente tem contribuído” (Anuário, 1908, p. 18). Compreende-se com esta afirmação que a SAP compreendia a importância deste problema na sociedade e procurava novos meios para o resolver. Portanto, a SAP reconhecia o problema da higiene na habitação como tema importante na sua actividade profissional pela capacidade em condicionar o seu sucesso e notoriedade junto da sociedade.

João Lino de Carvalho, arquitecto destacado pela classe para comparecer ao congresso, referiu que este problema se “transformou no assunto mais importante das questões sociais da actualidade” (Carvalho, 1908, p.21). Por não se tratar de um problema de fácil resolução, o arquitecto referiu-se à questão como “social inadiável, e assim também estudado com consciência, poderá mesmo chegar-se, segundo creio, à casa barata” (Carvalho, 1908, p.21). Este assunto volta a ser discutido em 1911, nos trabalhos associativos da SAP (Ribeiro, 2002), como demonstra o relatório sobre o concurso promovido pela *Cooperativa Predial Portuguesa*. Após a discussão do seu programa, o Conselho Director decidiu que a SAP não devia participar por não estar conforme o *Regulamento de Concursos* estabelecido e também por considerar: “a natureza e importância dos projectos a adquirir dispensam a abertura de um concurso público” (livro de Actas do Conselho Director da SAP, 1911, acta n.º 35 apud Ribeiro, 2002, p.65).

Destacou-se ainda sobre este tema, a exigência feita pela SAP ao Governo, em 1909, para que fosse feita a revisão e cumprimento do *Regulamento dos Serviços de inspecção e vigilância para segurança dos Operários nos trabalhos de construção civil*, identificando este assunto como o “mais sagrado de todos os princípios, o respeito pela vida humana, e pelos direitos das classes que, por serem proletárias, não são menos uteis à nação” (Anuário, 1909, p.50). Esta participação em causas cívicas por parte da SAP foi ainda evidenciada na relação entre Norte Júnior e a *Associação Voz do Operário* (Calado, 2003), cuja sede projectou com a congratulação do Conselho Director. Mais tarde, em 1928, a SAP voltou a retomar este tema com a promoção do *Concurso de Habitações Económicas*, presidido pelo arquitecto Raul Lino.

Estes temas sociais (salubridade e higiene, habitação económica, ensino) apareceram referenciados na obra de Ribeiro (2002), através da leitura dos *Relatórios dos Conselhos Directores* ao longo da existência da SAP (Fig. 02.06), e nos *Índices do Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911) (Fig. 02.07). Concentram-se em três períodos distintos: nos primeiros anos da formação da SAP (1903-1911); no pós-guerra mundial entre 1917 a 1920, onde se situou o debate em torno do tema da higiene, salubridade e o ensino; e, por fim, entre os anos 1929-1933 através do destaque atribuído ao tema da habitação económica. Estes dados demonstraram que o tema habitação económica foi abordando ao longo do trabalho associativa da *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, encontrando-se presente desde o seu início até ao seu fim demonstrando o seu interesse para a actividade profissional do arquitecto

Deste modo, compreendeu-se que no princípio do século XX, as funções do arquitecto traduziram-se numa maior consciência dos problemas da sociedade e da habitação, afirmando-se como o único profissional capaz de satisfazer essas necessidades. As suas funções encontravam-se directamente relacionadas com a higiene e salubridade, como foi possível observar através dos relatórios dos congressos internacionais e na informação divulgada dos congressos a partir da leitura do *Anuário da SAP*. Em particular, no caso da habitação para as classes proletárias a SAP apeliu e reflectiu sobre a importância de se conciliar a parte estética e a higiene com a questão económica. Os arquitectos pretendiam promover o conforto, higiene e salubridade nas habitações como um direito de todas as classes sociais, destacando como elementos indispensáveis à vida – o ar, a luz e água.

O ARQUITECTO EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Identificação dos temas: Ensino, Higiene e Salubridade, e Habitação económica em documentos publicados através da análise da obra - *Arquitectos Portugueses - 90 anos de Vida Associativa de Ana Isabel Ribeiro*

Documentos publicados pela SAP		ENSINO	HIGIENE E SALUBRIDADE	HABITAÇÃO ECONÓMICA
Trabalhos Associativos:	Ano da Publicação			
Livro de Actas do Conselho Director da SAP	1903	●	●	●
Relatório do Conselho Director da SAP	1904	●	●	○
	1905	○	○	○
	1906	○	○	○
	1907	○	○	○
	1908	●	●	●
	1909	○	○	○
	1910	○	○	○
	1911	○	○	○
	1912	●	○	○
	1913	●	○	○
	1914	○	○	○
	1915	○	○	○
	1916	○	○	○
	1917	●	○	○
	1918	●	○	○
	1919	○	●	○
	1920	○	●	○
	1921	○	○	○
	1922	○	○	○
	1923	○	○	○
	1924	●	○	○
	1925	○	○	○
	1926	●	○	○
	1927	●	○	○
	1928	○	○	○
	1929	○	○	●
	1930	○	○	●
	1931	○	○	○
	1932	○	○	●
	1933	○	○	●

- Formação
- Higiene e Salubridade
- Habitação Económica

FIG.02.06 | Identificação dos temas: ensino, higiene e salubridade, e habitação económica em documentos publicados através da análise da obra *Arquitectos Portugueses - 90 anos de Vida Associativa* (Ribeiro, 2002)

Identificação dos temas através da análise dos Índices do Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes (1905-1911)

Ano da publicação	Índice	Observações	FORMAÇÃO ENSINO	HIGIENE E SALUBRIDADE	HABITAÇÃO ECONÓMICA
1905 . ANO I	Assembleia Geral		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Extracto das actas das sessões		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Notas de publicações oferecidas à biblioteca até 30 de Junho de 1905		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Biografias		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Interesses Gerais da Classe	Direitos e Deveres do architecto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Assuntos Técnicos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O chamado Concurso das Fachadas		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Concursos de Architectura		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	A Habitação		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Legislação		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Legislação portuguesa sobre edificação	Crítica ao RSEU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Varia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Emblema Associativo		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	VI Congresso Internacional dos Architectos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
VII Congresso Internacional dos Architectos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Excursão		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
1906 . ANO II	Assembleia Geral		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Extracto das actas das sessões		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Conselho Director		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Biblioteca		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Biografias		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Interesses Gerais da Classe		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Assuntos técnicos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	As novas edificações de Lisboa		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O Prémio Valmor		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Sociedade Nacional de Belas Artes		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Sede Social . Salão de Exposições		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A Habitação		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Legislação		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Legislação portuguesa sobre edificação		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Varia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Emblema Associativo		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Saneamento Moral	Defesa da profissão	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
VII Congresso Internacional dos Architectos		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Pro Labor	Reconhecimento profissional dos operários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Educação Operária	Valorizam o ensino dos operários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
	Importância da boa construção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Excursão		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Notas de publicações existentes em 30 de Junho de 1906		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	

● Formação ● Higiene e Salubridade ● Habitação Económica

O ARQUITECTO EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1907 . ANO III	Assembleia Geral - Extrato das actas das sessões		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Extracto das actas das sessões		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Conselho Director - Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Interesses Gerais da Classe	Defesa da profissão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Assuntos Técnicos		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	A Habitação		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Legislação		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Legislação portuguesa sobre edificação	Crítica ao RSEU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Varia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Os destinos da arquitectura portuguesa		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O Prémio Valmor		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O título do arquitecto em Portugal	Defesa da profissão	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A nossa autonomia	Defesa da profissão	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	VII Congresso Internacional dos Arquitectos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Excursão		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
A Educação do Arquitecto		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Questões Sociais		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Sinopse de Legislação comparada sobre acidentes de trabalho		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
1908 . ANO IV	Assembleia Geral - Extrato das actas das sessões		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Extracto das actas das sessões		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Conselho Director - Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Biografias		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Interesses Gerais da Classe		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Casas Baratas . Representação do Governo		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Assuntos Técnicos		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Ensino da Arquitectura		<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	A Habitação	Consciência cívica e moral do problema do alojamento	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Legislação		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Legislação portuguesa sobre edificação		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Varia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Exposição Nacional do Brazil de 1908		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Excursão		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Corporação de Artes e Ofícios		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Congresso dos Arquitectos do Canadá		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Os arquitectos do quadro do Ministério de Obras públicas		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
VIII Congresso Internacional dos Arquitectos em Viena d'Áustria		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
1911 . ANO V VI	Assembleia Geral - Extrato das actas das sessões		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Extracto das actas das sessões		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Conselho Director - Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Relatório		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Biografias		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Interesses Gerais da Classe		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Serviços de Arquitectura. Representação ao Governo	Defesa da profissão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Assuntos Técnicos		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A Habitação		<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Legislação		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Segurança dos operários. Representação ao Governo		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Varia		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	A consagração da obra de um grande artista português		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Excursão		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	O ensino do pessoal operário	Preocupação com os operários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
IX Congresso Internacional dos Arquitectos		<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Insistindo	Deveres da profissão	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Concursos públicos de arquitectura		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	

FIG.02.07 | Identificação dos temas: ensino, higiene e salubridade, e habitação económica através da análise dos Índices do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911)

2.4. CONCLUSÃO

No princípio do século XX, os princípios orientadores da profissão do arquitecto iniciaram-se no ensino que influenciou a actividade profissional e originou uma nova consciência de classe, resultando na organização de uma classe profissional.

Na *Formação dos Arquitectos* o arquitecto Alexandre Soares (1908) alertou as Escolas de Belas-Artes do Porto e de Lisboa sobre o seu dever cívico em incentivar o aluno em resolver os problemas da sociedade. A SAP desenvolveu um programa para a reforma do curso de Arquitectura ao integrar conteúdos científicos próprios do campo da arquitectura. Estes conteúdos pretendiam promover um novo perfil do arquitecto, mais desperto para os interesses da sociedade, em particular para as questões estéticas, de higiene e salubridade das habitações, bem como para as habitações para as classes proletárias.

A definição da actividade profissional alterou-se na transição do século XIX para o século XX devido à consciência do arquitecto perante as exigências da sociedade, levando-o a uma maior especialização do seu ramo de actividade. Neste período, destacou-se as reivindicações dos arquitectos perante a falta de conhecimento da sociedade face à profissão e capacidade técnica, que não lhes atribuía valor como é o caso dos poderes públicos e a falta de arquitectos nos cargos das Obras Públicas. Na procura por melhorar as condições estéticas e higiénicas das cidades, definiram responsabilidades técnicas e científicas que os profissionais deveriam responder no exercício da sua profissão como: garantir o conforto, a higiene, a salubridade e a qualidade estética nas suas construções, elegendo a habitação como tema principal do seu trabalho. Deste modo, os arquitectos no princípio do século XX partilharam as suas preocupações junto dos poderes públicos e dos cidadãos, com o objectivo de divulgarem relevância da sua actividade na procura em melhorarem o quadro de vida da sociedade.

A *Sociedade dos Architectos Portuguezes* (SAP) reflectiu, enquanto grupo profissional, a formação de uma identidade profissional através da consciência e reconhecimento do mesmo conjunto de valores, deveres e obrigações entre vários arquitectos do que deveria ser a sua prática profissional. Esta organização profissional desenvolveu um programa para a reforma do curso de Arquitectura com o intuito de formar os alunos para os problemas de higiene e salubridade das habitações, definiu legislação, elaborou regulamentos e promoção de concursos públicos, apelou junto do Estado pela higienização na habitação e na cidade, promoveu a educação do gosto do cidadão e, também, o modo de actuação no caso do uso indevido do título de arquitecto. Estes temas abordados pelos trabalhos associativos, relatórios da direcção e pelo Anuário da SAP continuaram a ser desenvolvidos ao longo do século XX.

No princípio do século XX as funções do arquitecto traduziram-se numa maior consciência dos problemas da sociedade e da habitação. A SAP discutiu o tema da higiene e salubridade e reconheceu a necessidade de resolução do problema da habitação económica para as classes proletárias. Na exposição *Casas Baratas – Representação ao Governo* (1908), a SAP apresentou uma proposta de lei com o objectivo de promover habitação para as classes proletárias afirmando que era um assunto que directamente lhe dizia respeito. Sobre este tema reflectiram a importância de se conciliar a parte estética e a higiénica com a questão económica. Os arquitectos pretendiam promover habitações com conforto, higiene e salubridade, compreendo a importância do “lar” como um direito de todas as classes sociais onde deveria existir como elementos indispensáveis à vida – o ar, a luz e a água.

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

Assim, no princípio do século XX, mediante a leitura dos *Relatórios da Direcção* da SAP, detectaram-se nos trabalhos associativos e no seu meio de divulgação, o *Annuário*, os seguintes temas que reflectiam as preocupações sociais do arquitecto na habitação: a importância de conciliar a estética e higiene com a economia; promover o conforto, higiene e salubridade como um direito de todas as classes sociais, em particular as classes proletárias; promover a qualidade estética das habitações; e por fim, foram destacados como elementos indispensáveis à vida e proporcionar o acesso ao ar, à luz e à água.

Ao analisar-se estes temas de carácter social (a higiene e a salubridade, a habitação económica e o ensino) na obra de Ribeiro (2001) e nos índices do *Annuário*, compreendeu-se que foram abordados durante a vida associativa da SAP, desde o seu início até ao fim por diferentes arquitectos, o que demonstrei a sua importância para a actividade profissional na época.

Desta maneira, compreendeu-se que os arquitectos tinham formação e conhecimento para responder aos problemas e construir um país com uma maior modernidade onde estava associada uma ideia de salubridade e de higiene, conciliada com a economia e a estética. Também procuraram desde o início dar sentido e valor ao seu papel utilitário na configuração do espaço doméstico, permitindo que este campo de conhecimento se expanda e se relacione com as classes proletárias, com a qual a arquitectura compartilhava preocupações intelectuais e sociais. Deste modo, na SAP a prática social do arquitecto estava latente aos seus exercícios profissionais na procura em resolver os problemas de necessidade básica como o direito à habitação, promovendo o conforto, a higiene e salubridade, a qualidade estética e a economia na construção.

Observa-se que face às necessidades gerais da sociedade surgiram, simultaneamente, novos conceitos de conforto que colocaram a habitação económica no centro do debate do trabalho dos arquitectos, no princípio do século XX. Estes profissionais compreenderam na arquitectura uma função social, onde distinguiram aspectos gerais básicos de habitabilidade do espaço, que passaram, necessariamente, a expandir-se da habitação plurifamiliar e dos prédios de rendimento também para a habitação económica, destinada para as classes proletárias.

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920



CAPÍTULO 3

HABITAÇÃO ECONÓMICA

Neste capítulo procurou-se entender o conceito de habitação económica no período de investigação (década de 1920). Procurou-se compreender o problema do alojamento a nível internacional e nacional e os problemas arquitectónicos que daí surgiram como a necessidade de higiene e salubridade. Sobre o conceito de habitação económica explorou-se a legislação, os bairros construídos, os proprietários, e as tipologias desenvolvidas pelos arquitectos com o objectivo de se identificar as características arquitectónicas deste tipo de habitação na década de 1920 em Portugal. A compreensão da *habitação económica* como resultante de uma atitude profissional que aborda questões sociais (higiene e salubridade), constituirá a base de identificação que permitirá compreender a definição do tema na revista *A Architectura Portuguesa*.

FIG.03.00 | Bairro da Ajuda; Lisboa, 1934 | Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

3.1. HABITAÇÃO

A arquitectura dá forma aos espaços, organiza-os e constitui-se como elemento fundamental do qual o homem precisa para viver (Távora, 1999). Para o arquitecto Fernando Távora (1999) na sua obra *Da Organização do Espaço*, a habitação deve proporcionar bem-estar físico e mental ao homem através de um conjunto de espaços organizados de acordo com as suas necessidades e possibilidades, quer como indivíduo, quer como elemento de um grupo social. Estes espaços devem satisfazer totalmente as necessidades e funções para que foram criados com o objectivo de garantirem apoio à vida do homem.

O arquitecto Witold Rybczynski (1999), na sua obra *A Casa: A História de uma Ideia*, explorou a evolução do conceito de bem-estar na habitação na cultura ocidental identificando-o como uma necessidade humana fundamental. Este autor defende que a ideia de bem-estar se encontra directamente ligada ao conforto e “la gama de la comodidad se descubre cuando se miden los límites en los que la gente empieza a experimentar incomodidad” (p.228). Acrescenta que o conforto não é uma experiência subjectiva de satisfação, porque em todos os períodos históricos existiu sempre um consenso demonstrável, onde as novas ideias de conforto adicionaram uma camada às anteriores, visto que o seu conceito depende de todas as características e não apenas das mais recentes. No entanto, em vários momentos, e em resposta a várias condicionantes externas – sociais, económicas e tecnológicas – a ideia de conforto manteve as suas principais características como: a intimidade, a comodidade, o carácter privado e os elementos naturais como a luz, o calor e a ventilação (Rybczynski, 1999). Identificou-se que o bem-estar na habitação prevêem do conforto que esta associado à luz, ao calor e à ventilação.

O bem-estar físico na habitação também é visível através dos espaços que auxiliam as necessidades e funções dos seus utilizadores, ou seja, os espaços devem garantir ao homem o apoio às suas actividades. O arquitecto Bernard Leupen (2006), autor da obra *Housing Design* analisa a organização básica do espaço doméstico produzido no século XXI, no seu artigo *Polyvalence, a concept for the sustainable dwelling* defendeu que o habitar é universal e identificou um conjunto de seis actividades básicas que uma habitação precisa de garantir independente da cultura ou do rendimento. Estas actividades dividem-se entre áreas de estar e de dormir: “Sleeping, Get Together, Eating, Cooking, Bathing and Working” (p.25). Refere ainda que estas actividades são potenciadas através de dois factores: a dimensão dos espaços, deve existir áreas mínimas que permitam o desenvolvimento de uma das actividades nesse espaço; e a circulação, a comunicação entre os espaços não deve ser continua com o objectivo de não existirem dependências de acesso.

O sociólogo francês Chombart de Lauwe (1960) no artigo *Sociologia da Habitação: Métodos e Perspectivas da investigação* sublinhou o rendimento como um indicador relevante na qualidade de conforto na habitação, de tal forma que devia acompanhar o conhecimento das necessidades e condições de vida de quem as habita. Ao ter realizado inquéritos nos bairros sociais o sociólogo chamou a atenção para o facto da carência habitacional desorganizar a vida social, identificando que um dos pontos de partida para se estudar as “necessidades das famílias em matéria de alojamento é o de observar a sua maneira de organizar o espaço de que dispõem em relação com a disponibilidade de tempo e de rendimentos” (p.248). Considera assim, que estes três factores (espaço, tempo e rendimento) estão directamente relacionados com o salário e profissão dos residentes, resultando no

grau de importância do alojamento nas despesas mensais da família. O sociólogo destacou por fim, a necessidade de se conhecer os recursos financeiros da família de modo a compreender que lugar terá a habitação nas suas preocupações (Chombart de Lauwe, 1960). Mais tarde, a socióloga francesa Monique Eleb (2015), que dirige o *Laboratório de Arquitectura, Cultura e Sociedade - Séculos XIX-XXI* onde incide a sua investigação sobre a história sociocultural do habitar, estabeleceu uma relação entre o desenho das habitações e o rendimento dos seus habitantes. A autora defendeu que os recursos financeiros têm uma tradução directa no desenho das habitações ao reflectirem o status social dos seus ocupantes. Por sua vez, também observou que o rendimento está ligado directamente ao tamanho da habitação, do qual irá também resultar numa estética.

Portanto, a habitação assume-se enquanto espaço primordial e necessidade básica da organização do espaço. O homem deve usufruir de espaços onde a qualidade, harmonia e conforto que proporcionem bem-estar físico e mental. Uma habitação deve proporcionar o conforto através da intimidade, da comodidade e dos elementos naturais (luz, calor, ventilação) e permitir actividades como o repouso, o convívio, higiene e alimentação. Por fim, a disponibilidade de tempo e o rendimento dos seus ocupantes podem definir o tamanho da habitação e a sua estética, que poderá reflectir o seu status social.

3.2. O PROBLEMA DA HABITAÇÃO APÓS A 1ª GUERRA MUNDIAL

3.2.1. NO CONTEXTO INTERNACIONAL

O problema da habitação teve início no século XIX, com o desenvolvimento da industrialização que originou problemas de alojamento das classes proletárias nas principais cidades europeias. Este problema gerou críticas, como por exemplo: *A Questão do Alojamento*, de 1872, obra de Friedrich Engels, onde criticava a carência de alojamentos adequados e acessíveis para os trabalhadores, bem como algumas soluções e interpretações para o problema da habitação que a Alemanha tinha passado. Engels apresentou a contradição entre o objectivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e a tendência dos industriais em manter baixas estas condições, para reduzirem o custo da mão-de-obra.

No século XIX, a industrialização produziu alterações no desenho da cidade quando as transformações em curso provocaram desequilíbrios económicos e sociais na população. O arquitecto Leonardo Benévolo (1994) na sua obra *As Origens da Urbanística Moderna*, ao reflectir sobre as transformações económicas e sociais que formaram a cidade industrial, constata que as mudanças produzidas gradualmente pela revolução industrial nas cidades só mais tarde na transição para o século XX foram percebidas como problemas, quando a população vinda dos campos aumentou nos centros urbanos. Este aumento demográfico mudou a distribuição e ocupação dos habitantes no território, reflectindo-se em grande escala na falta de habitações disponíveis e na sua qualidade.

As cidades tornaram-se, progressivamente, em pólos de atracção pelas oportunidades de vida e pelos negócios gerados pela indústria que atraía muita mão-de-obra do campo, uma vez que a população procurava trabalho nas cidades para obter melhores condições de vida (Lefebvre, 2012). O sociólogo

e filósofo Henri Lefebvre ao reflectir sobre a evolução do urbanismo e da sociedade, na sua obra *O Direito à Cidade* (2012), constata que junto dos centros urbanos, onde se tinha implantado alguma actividade industrial, foi-se aglomerando uma população de trabalhadores que facultaram mão-de-obra às necessidades da indústria. Tal acontecimento levou os proprietários a reduzirem os salários e a elevarem as exigências e condições de trabalho, gerando a especulação de terrenos e de imóveis urbanos (Lefebvre, 2012). Esta população constituiu-se ia nas classes proletárias, geralmente definidas por classes sociais mais baixas por população que vive apenas do rendimento da indústria.

Benévolo (1994), identifica a carência na habitação originada pelo êxodo das famílias que se dirigiam para as cidades industriais, observando que ficavam “mal alojadas nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos, ou nas novas construções erigidas na periferia, que depressa se multiplicaram formando bairros novos e extensíssimos em redor dos núcleos primitivos” (p.34). As carências higiénicas tornaram-se gradualmente “insuportáveis na cidade, pela contiguidade e o número enormíssimo das novas habitações construídas”, o que impossibilitava o escoamento de resíduos originando ao longo das ruas “esgotos a descoberto” (Benévolo, 1994, p.35). Como se observou existiam problemas de higiene e salubridade nas cidades derivados da falta de condições das habitações.

O arquitecto Keil do Amaral (1945), ao ter realizado uma retrospectiva do *Problema do Alojamento* no estrangeiro na década de 1940 reflectindo sobre os problemas das cidades e da habitação em Portugal, afirmou que no princípio do século se assistiu a uma contradição entre os interesses económicos e a questão social das classes proletárias, o que resultou num conflito entre dois aspectos: o económico (a renda que operários pagavam) e o científico (materiais, processos construtivos). Concluindo que, no princípio do século XX surgiu nos países estrangeiros, uma necessidade de alojamento, onde, o salário dos operários não permitia a selecção de habitações com boas condições, sendo estes forçados a aceitar aquelas que conseguiam pagar (Amaral, 1945).

9 Azevedo (1928) explora as políticas de aluguer de vários países (Espanha, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Áustria, Inglaterra, Checo Eslováquia, Rússia, Estados Unidos) e acompanha as acções tomadas ao nível do custo baixo da habitação, ou seja, todos eles conseguiram que o aluguer de uma habitação num orçamento doméstico ficasse nitidamente inferior ao custo da vida no pós-guerra. Perante tais exemplos, Azevedo (1928) procedeu à análise dos contractos do inquilinato e à comparação da legislação entre esses mesmos países.

O Coronel Guilherme de Azevedo⁹, político na década de 1920, numa conferência realizada a Maio de 1928 na *Sociedade a Voz do Operário* a convite da *Associação dos Inquilinos de Lisboa*, abordou *Os Problemas da Habitação em Portugal e Noutros Países*. Na conferência considerou que a situação persistia na década de 1920 em torno dos alugueres na Europa, reconhecendo como a principal questão a qualidade da habitação, afirmando: “Milhares e milhares de seres humanos se foram assim apertando entre paredes sem ar e sem luz suficientes, expostos às mais terríveis doenças” (p. 71). Após a Primeira Guerra Mundial, Azevedo (1928) observa que a construção ficou interrompida, o que intensificou a crise do alojamento. Esta conjuntura também foi agravada, pela subida dos impostos, do nível de vida, da especulação dos materiais e os terrenos. Tal situação viria a conduzir mais famílias do campo aos centros rurais despertando o êxodo rural. Lefebvre (2012) confirma que após a Primeira Guerra Mundial, a crise da habitação agravou-se e transformou-se na nova consciência social, onde o direito à habitação surgiu através de iniciativas dos organismos públicos, com o objectivo de fornecerem rapidamente e ao menor custo o maior número possível de habitações.

Observou-se o crescimento da população, em particular na década de 1920, durante o pós-guerra, devido aos desenvolvimentos técnicos que se encontravam exclusivamente ao serviço de um

grupo restrito de pessoas que os utilizavam apenas como lucro. Compreende-se desta forma que, no princípio do século XX, tanto as estruturas urbanas como políticas não estavam preparadas para acolher este crescimento demográfico que rapidamente originou especulação sobre os alojamentos e sobre o preço do solo, factores que agravaram as condições da possibilidade de ser habitado por um grupo significativo da população.

Em Portugal, embora um pouco mais tarde quando comparado com os restantes países europeus, a industrialização também teve o efeito de sobrepopoamento das principais cidades (Lisboa e Porto). A luta política dos operários pelo alojamento que se verificou escasso proporcionando pouca condições de habitabilidade (conforto, higiene e salubridade), e a sua defesa e estudo por parte dos arquitectos começou a ter relevância no princípio do século XX, em particular durante a década de 1920 após a 1ª guerra, onde um novo aumento do êxodo rural para as cidades se verificou.

3.2.2. EM PORTUGAL

O problema do alojamento nas principais cidades portuguesas alcançou maior número na segunda metade do século XIX, no momento em que o país crescia demograficamente motivado pela industrialização. Neste período o número de trabalhadores que dependiam da produção industrial representava 18 % da população activa em 1890, 19% em 1900, 22% em 1911, e 19% em 1930. Esta redução na década de 1920 deveu-se ao surto de gripe pneumónica em 1918, à emigração e ao impacto da Primeira Guerra. Segundo Manuel Teixeira (1992), ao analisar na obra *As estratégias de habitação em Portugal (1880-1940)* o problema do alojamento no princípio do século XX e o aumento da procura por habitação nas principais cidades industrializadas, identificou que entre 1890 a 1910 a classes proletárias aumentou 21,5%, sendo os maiores centros industriais Lisboa e Porto, seguidos pela Covilhã, Braga, Aveiro, Portalegre e Tomar.

Os pátios em Lisboa e as ilhas no Porto reflectiam este processo de sobrelotação e deficiência do alojamento que servia aqueles que na cidade procuravam melhores condições de vida. Esta necessidade de habitação para a classe proletária encontrou resposta no sector privado, que viu nesta situação uma oportunidade de rentabilizar os terrenos (Teixeira, 1992). O arquitecto Eliseu Gonçalves (2018), ao analisar *A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)*, informa sobre as características das habitações construídas por este mercado de arrendamento que ocupavam terrenos no interiores de quarteirões, definindo-as como precárias de dimensões reduzidas, sem as mínimas condições de higiene e salubridade:

“Pátio – termo que define um tipo de habitação particular na cidade de Lisboa caracterizado por alguma regularidade geométrica (...). Os pátios situam-se no interior dos quarteirões e eram promovidos por pequenos investidores, mas, porque em Lisboa o nível de salários era superior e o mercado de arrendamento mais sofisticado na maioria dos casos a construção das casas foi mais elaborada dando origem a conjuntos que podiam ultrapassar os dois pisos utilizando galerias voltadas para um pátio comum”

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

Ilha – termo que define bandas de pequenas casas com cerca de 16m² de área útil dispostas ao longo de parcelas estreitas habitadas maioritariamente pela classe proletária do Porto. Sem esgotos e abastecimento de água, com retretes comuns, a ilha fornecia habitações comumente constituídas por um só compartimento cuja única fachada voltada à via continha uma porta e uma janela de dimensões diminutas. Geralmente este conjunto de habitações desenvolvia-se atrás de um prédio aburguesado para a residência do promotor” (Gonçalves, 2018, p. 42)

Estas habitações populares foram construídas pelos próprios trabalhadores, em terrenos que proprietários cediam, com recursos e capitais limitados, resultando em habitações com pouca qualidade (Teixeira, 1992). O autor compara as duas principais cidades do país relativamente à construção destas habitação, apresentando dados que demonstram que os pátios de Lisboa nunca se construíram em tão grande número como as ilhas do Porto: “em 1905 havia 233 «pátios» em Lisboa, com um total de 2278 habitações e alojando 10487 pessoas. Uns anos antes, em 1899, existiam no Porto 1048 «ilhas», com 11129 casas e 50000 habitantes. Embora com menos de metade da população de Lisboa, o Porto tinha quase cinco vezes mais pessoas vivendo neste tipo de habitação do que Lisboa” (p. 69).

Os dados apresentados nas Figuras (Fig.03.01; Fig. 03.02; Fig.03.03) reflectem, de acordo com Teixeira (1992), a redução na qualidade das habitações das classes proletárias que se agravou também pelas constantes subidas do custo de vida que reduziram o seu poder de compra. O arquitecto Pedro Vieira de Almeida & o arquitecto José Manuel Fernandes (1986), ao contextualizarem a *arquitectura moderna na história de Portugal do século XX*, observa que esta falta de condições de vida reflectia-se nos alojamentos extremamente pobres, pequenos e insalubres em que vivia a maioria da população que constituía a classes proletárias.

As elevadas taxas de mortalidade originadas pelas doenças propagadas pela falta de condições das habitações (cólera e febre amarela) constituíram os discursos dos higienistas e reformadores sociais que na entrada do novo século já iam debatendo estas questões, ao defenderem a implementação de higiene e salubridade nas habitações construídas de raiz (Cosme, 2006).

Portanto, na década de 1920, após o rápido crescimento industrial que resultou no aumento constante do êxodo rural e na procura de habitação de baixo custo na cidade a disponibilidade de habitações para a classe proletária era pouca. A maior parte desta classe vivia em habitações densamente povoadas, com poucas condições de higiene e salubridade. As primeiras medidas públicas foram dirigidas às questões de higiene e salubridade, com o objectivo de melhorarem as condições em que os trabalhadores viviam.

3.3. AS QUESTÕES DE HIGIENE E SALUBRIDADE EM PORTUGAL

O rápido crescimento das cidades e a elevada concentração demográfica revelaram as insuficiências da rede de saneamento básico e do abastecimento de água. As deficientes condições de habitabilidade da maioria das casas das classes proletárias agravavam os problemas de saúde pública. O debate sobre a higiene e salubridade das habitações intensificou-se nos últimos anos do século XIX, logo que os surtos de cólera e febre-amarela se disseminaram pelas cidades mais industrializadas – Lisboa e Porto, onde as doenças tiveram o seu início, particularmente, nas zonas mais degradadas e insalubres das cidades (Serrano, 2011).

População do país e população urbana

Ano	População do país	População urbana
1900	5 423 132	859 753
1910	5 999 146	1 127 420
1920	6 080 135	1 213 216
1930	6 802 429	1 488 763

FIG.03.01 | Quadro sobre a população do país em comparação com a população urbana entre 1900 e 1930 | Fonte: Teixeira, 1992 p.83

População das cinco maiores cidades do país

Ano/Cidade	Lisboa	Porto	Braga	Setúbal	Coimbra
1900	167 955	356 009	24 202	22 074	22 074
1910	431 738	191 890	24 647	30 346	30 346
1920	484 664	202 310	21 970	37 074	37 074
1930	591 939	229 794	26 962	46 398	46 398

FIG. 03.02 | Quadro sobre a população das cinco maiores cidades de Portugal entre 1900 e 1930 | Fonte: Teixeira, 1992 pp.84

Construção de habitação em Portugal

Ano	Nº total de fogos	Nº de fogos construídos entre recenseamentos
1900	5 423 132	54 173 (1890-1900)
1910	5 999 146	111 213 (1900-1911)
1920	6 080 135	15 777 (1911-1920)
1930	6 802 429	234 966 (1920-1930)

FIG.03.03 | Enquadramento do problema do alojamento e do aumento da população | Fonte: Teixeira, 1992 p. 85

10 Como descreve Serrano (2011), esta consciência por parte dos engenheiros resulta também não apenas da formação académica, que lhes facultava instrumentos para intervir na cidade, mas também devido a estarem organizados como classe profissional desde 1869, na *Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*.

De acordo com o historiador João Cosme (2006), ao analisar no artigo *As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)* as medidas jurídicas em relação à habitação, afirmou que a defesa da saúde pública apresenta-se na época através da melhoria nas condições de habitabilidade por parte das medidas higio-sanitárias. Tais medidas resultaram na diminuição na taxa de mortalidade das classes proletárias (Cosme, 2006). Os médicos propuseram acções através do seu conhecimento científico, com vista a uma maior salubridade, juntamente com os engenheiros¹⁰, que desde cedo se mostraram conscientes das preocupações higiénicas e se constituíram como os primeiros protagonistas com capacidade para concretizar respostas para o problema (Serrano, 2011). Juntamente com os arquitectos, estas profissões desenvolveram um debate mais alargado na defesa da saúde, alertando para os custos económicos e sociais, resultantes das condições de vida dos operários, finalizando o seu discurso na higiene urbana e na habitação.

O Estado com base nas recomendações apresentadas em estudos médicos (conduzidos pelo médico Ricardo Jorge) e trabalhos teóricos de engenheiros e arquitectos lançou medidas para o controlo higiénico das habitações através da implementação de normas e regulamentos (Serrano, 2011). Tais iniciativas regulamentares reflectem que o combate à insalubridade da habitação urbana estava no centro das preocupações higienistas no final da monarquia. Exemplo disso é o regulamento aprovado a 14 de Fevereiro de 1903, o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* (RSEU) e o *Regulamento Geral de Saúde*, de 1901. Ambos visavam definir as condições sanitárias e ambientais a que os novos edifícios deviam obedecer e permitiam a inspecção das obras por parte das autoridades sanitárias municipais.

11 Esta acção formativa, procurava definir competências ligadas à medicina preventiva e incluía no seu "programa escolar disciplinas como Desinfecção pública, Higiene industrial, a Assistência das classes pobres, higiene escolar e higiene habitacional e salubridade das habitações" (Serrano, 2011, p.372).

No princípio do século XX, este conjunto de acções foram tratadas através das intervenções políticas focadas na higienização da habitação urbana, apoiadas pela actualização da formação¹¹ dos profissionais que intervinham na cidade (tais como os arquitectos e engenheiros) que se complementaram com os poderes públicos, na regulamentação e legislação do edifício (Serrano, 2011). Tais acções políticas e debates profissionais pretendiam controlar e harmonizar o crescimento urbano através da habitação.

3.3.1. REGULAMENTO DA SALUBRIDADE DAS EDIFICAÇÕES URBANAS (RSEU)

No início do século XX, o RSEU (1903) definiu regras para a salubridade na habitação, estabelecendo-se como a primeira lei referente à higiene das habitações ao divulgar um conjunto de normas de padrões mínimos de qualidade construtiva e ambiental (Fig. 03.04). O regulamento estrutura-se em três capítulos: a salubridade dos terrenos, salubridade dos prédios e disposições gerais. Como se observa nos artigos do *Capítulo I - Salubridade dos Terrenos*, procurou-se condicionar a edificação das habitações em terrenos com o mínimo de condições de salubridade, ou seja, existia uma preocupação urbana de salubridade no que diz respeito à relação das habitações com a sua envolvente e espaço público. Identificou-se também a importância de se evitar a realização de construções em zonas onde os lençóis freáticos fossem contaminados pelas águas perto de instalações de animais ou de cemitérios. A questão da localização das habitações era importante para as classes proletárias, uma vez que o número de habitações com água canalizada era muito reduzido e a população utilizava poços. Compreende-se assim que a higiene e salubridade se iniciava pela implantação da habitação, procurando desta maneira defender a qualidade da água que se consumia nas habitações (RSEU, 1903).

Síntese de requisitos da salubridade nas edificações (RSEU)

Artigo 6.º, alínea 3.º - Alturas mínimas do pé direito

rés do chão	1º andar	2º andar	3º andar	4º andar	5º andar
3, 25 m	3, 25 m	3, 00 m	2, 85 m	2, 75 m	2, 75 m

Artigo 9.º - Pavimento do rés do chão caixa de ar ventilada com 0,60 m² com aberturas na parede

Artigo 9.º, alínea 2.º; Artigo 11.º; Artigo 13.º - Iluminação

escadas	janelas	janelas nos quartos
clarabóia com ventilação	≥ 1/10 da área do pavimento	≥ 0,80 m ² da área do pavimento ≥ 25 m ³ de ar por pessoa janela para o exterior

Artigo 14.º - Chaminés construídas na fachada posterior

Artigo 16.º - Algerozes serão proporcionados à grandeza do telhado

Artigo 19.º - Pátios

entre prédios com altura inferior a 18 m	entre prédios com altura superior a 18 m
≥ 30m ² de superfície com 5 metros de largura mínima	≥ 40m ² de superfície com 5 metros de largura mínima

Artigo 20.º alínea 1.º e 2.º - Saguões/ iluminação

cozinha	vestíbulos
9m ²	4m ²

Artigo 21.º - Depósitos de água não devem estar em comunicação directa com latrinas, ou tubos de queda, nem mesmo o orifício de vasão superior

Artigo 24.º - Água canalizada o encanamento nunca deve ter ligação directa com latrinas ou qualquer depósito insalubre, mas será sempre colocado entre estas e as latrinas um depósito de água isolador

Artigo 26.º - Tubos de queda na fachada posterior para águas das chuvas e águas pluviais

**Artigo 42.º; Artigo 43.º
Latrinas e Pias** em cada domicilio deve haver pelo menos uma de cada; a latrina pode ser colocada no exterior ou no interior com um vão de 0,50 x 0,30 m; deve existir um autoclismo ou aparelho automático; as pias devem ser colocadas nas paredes exteriores, e quanto possíveis próximas de uma janela, e só excepcionalmente no interior da habitação.

FIG. 03.04 | Síntese de requisitos da salubridade nas edificações | Fonte: Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, 1903

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

Com o objectivo de minimizar as condições precárias das habitações, o *Capítulo 2 – Salubridade dos prédios* abordou a questão das dimensões das fachadas em relação às ruas, bem como a altura mínima entre o pavimento e o tecto dos espaços interiores, e a necessidade de impermeabilização do piso térreo ou de implementar a solução de construir uma caixa-de-ar ventilada (Fig. 03.04). Observa-se a intenção do regulamento em garantir ventilação e insolação nas habitações como objectivos bases para garantir a salubridade e higiene dos conjuntos edificados.

Quanto ao espaço interior, com o intuito de o tornar mais confortável e de acabar com os espaços com pouca iluminação e com pouco arejamento, o regulamento definiu regras de iluminação e ventilação para as escadas de acesso aos diversos andares, e também para as janelas e para os quartos de dormir: “se forem destinados a iluminar e arejar cozinhas terão pelo menos 9m²; se forem iluminar vestíbulos, antecâmaras ou escadas precisam de ter no mínimo 4m²; pavimento deve ser lajeado com inclinação para o meio para escoamento das águas (RSEU, 1903, p. 67). Em relação ao espaço exterior, as paredes e o pavimento deviam evitar infiltrações e humidades, bem como alturas e superfícies mínimas para os pátios e para os saguões ou pátios interiores.

Constata-se ao longo do regulamento uma preocupação no estabelecimento de normas dispositivas relativamente ao sistema de abastecimento de água das habitações na sua relação com os esgotos na construção de Depósitos de água, Tubos de queda e Sifões e Tubos de ventilação. Estas consideravam o arejamento, o material dos canos, bem como a sua permeabilidade e dimensão, onde a água nunca podia estar em contacto directo com as latrinas ou qualquer outro dispositivo insalubre. O regulamento estabeleceu ainda os locais para a instalação das Latrinas e pias, e as dimensões dos vãos para a sua ventilação, colocando a hipótese de utilização de aparelhos automáticos. O *Artigo 43* define ainda que “as pias devem ser collocadas nas paredes exteriores, e quanto possíveis próximas de uma janella, e só excepcionalmente serão collocadas no interior da habitação” (RSEU, 1903, p.69).

Segundo Gonçalves (2018), este novo regulamento “produziu alterações significativas na arquitectura da casa de gama baixa” (p. 44), uma vez que obrigou aos promotores e residentes a incorporação de dispositivos técnicos e funcionais que originaram alterações na organização do espaço interno como na sua relação com a sua envolvente e espaço público. Também o engenheiro Augusto Montenegro (1829-1908), responsável pelos inquéritos à habitação de Lisboa, referiu que estas novas disposições de controlo da salubridade da habitação “deveriam ser acompanhadas por uma lei sobre a construção de casas baratas (...) para, definitivamente ser processada a tão reclamada reforma da cidade (Montenegro, 1907, p. 5 apud Gonçalves, 2018, p.44).

Apesar de um notável reforço da regulamentação no princípio do século XX, onde se abordavam questões relacionadas com a qualidade da construção (o arejamento e a canalização dentro das habitações), o surto da gripe espanhola que ocorre durante a I Guerra Mundial (1914-1918), relançou o debate com uma nova força, após ter provocado em Portugal um elevado número de vítimas até 1919, estimadas em mais de 100 mil (Serrano, 2011). A comunicação no Diário da Câmara dos Deputados de 1919 reflectiu na época esta consciência do problema do alojamento, afirmando: “as endemias que frequentemente assumem proporções de grande gravidade, que, a não serem combatidas (põem) em sério riscam a saúde pública, sobretudo das classes laboriosas, menos defendidas pelas suas precárias condições de vida, do contágio da doença” (p. 2137 apud Gonçalves, 2018, p.64).

De acordo com Cosme (2006), o RSEU de 1903 foi actualizado ao nível da salubridade apenas em 1951, através do *Regulamento Geral das Edificações Urbanas* (RGEU), o que provou a sua aplicabilidade por quase meio século.

3.3.2. DEBATE DO RSEU PELOS ARQUITECTOS

No princípio do século XX, a habitação operária foi rapidamente identificada pelos vários intervenientes da cidade (arquitectos, engenheiros, médicos, higienistas) como foco de insalubridade. Esta procura por uma cidade mais higienizada evidenciou-se junto das várias classes da sociedade que trabalhavam na construção, ao divulgarem inúmeros artigos para informar a restante classe sobre a importância da iluminação, da ventilação e da distribuição dos espaços interiores para melhoria das condições de salubridade (Serrano, 2011).

Ao longo dos cinco números divulgados no *Anuário Sociedade dos Architectos Portuguezes* a SAP realizou críticas ao RSEU, abordando a salubridade dos terrenos e as questões relacionadas com a habitação em relação à rua ao nível das dimensões da cobertura e altura de fachadas. Tais artigos pretendiam melhorar o regulamento em comparação com outros internacionais:

Salientámos principalmente as lacunas existentes no regulamento de salubridade das edificações urbanas e podemos accrescentar que elle se acha atrasado de muitos annos em relação a outros regulamentos congeneres de paizes estrangeiros, os quaes, estudando successivamente a sua legislação, a vão modificando e aperfeiçoando de par e passo que o progresso o vae exigindo e as conveniencias sociaes o aconselham (Machado, 1906, p. 33).

O primeiro artigo divulgado sobre a matéria da salubridade em Portugal data de 1900 publicado na revista *A Construcção Moderna* (1900-1919), intitulado *A luz na Habitação* (Fig.03.05), no qual se definiram parâmetros relacionados com as janelas em relação à parede e entre a largura da rua e a altura do edifício. Serrano (2011) observa que “tendo em conta que o RSEU é publicado em 1903, este texto tem a virtude de anunciar algumas recomendações que integrarão o futuro regulamento, nomeadamente a dimensão proporcional das janelas” (p.374). No entanto, alguma da matéria abordada no artigo já tinha sido objecto de regulamentação na Lei de 1864 e posteriormente foi reformulada pelo RSEU. Os artigos subsequentes continuaram a divulgar a mesma temática – como é o caso de *Higiene e Habitação*, onde E.T. definiu que “os requisitos da salubridade são em número de cinco: o ar, a luz, o calor, a agua, e, enfim, o solo.” (*A Construcção Moderna*, 1900, N.º2, p.7) – e analisou a acção que cada um deles tem sobre a higiene da habitação.

O artigo *A vivenda higienica*¹², publicado ao longo de nove fascículos, explorou alguns dos problemas da habitação, propondo medidas concretas para se aplicar em futuros regulamentos como: a capacidade de cubagem de ar por divisão, a ventilação e insolação de todos os compartimentos, o estudo das canalizações, e a interdição da proximidade das instalações sanitárias e da cozinha com água para consumo e uso (*A Construcção Moderna*, 1903, N.º107-115). Compreende-se que estes artigos identificavam o saneamento, a salubridade e a organização espacial como os principais problemas do alojamento das classes proletárias e tinham como objectivo promover e divulgar soluções arquitectónicas.

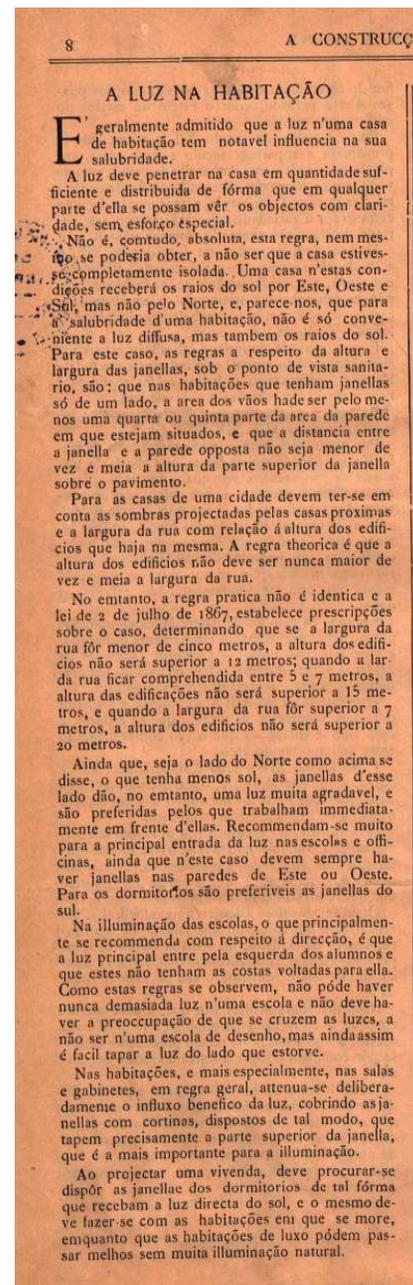


FIG.03.05 | *A luz na habitação* | Fonte: *A Construcção Moderna*, 1900, N.º 1, p. 8

¹² Comunicação na *Sociedade Espanhola de Higiene*, em 1903, de Ángel Larra y Cerezo (1858-1910), Médico e vice-presidente da Sociedade Espanhola de Higiene.

Deste modo, Serrano (2011) conclui que as recomendações relacionadas com a salubridade da habitação, ainda que diversas, podem dividir-se em duas correntes. A primeira procurava definir as condições de higiene em intervenções pontuais no interior da habitação, redefinindo o programa da habitação por número de equipamentos (instalação sanitária e cozinha), e distribuir e melhorar as condições do espaço (dimensões) subjacente à importância dos elementos naturais (ar, sol e a luz). A segunda, mais tecnológica, procurava, através da instalação de aparelhos e dispositivos técnicos, assegurar e melhorar as condições sanitárias. Esta opção era mais cara, por isso menos compatível com a situação financeira das classes proletárias.

No princípio do século XX, a higiene nas habitações constituiu-se como tema de discussão e confronto de teorias entre vários especialistas (Serrano, 2011). As questões da higiene e salubridade, identificadas pelos arquitectos foram: a água, a luz solar natural, a temperatura, a ventilação e os esgotos. Na época o papel do arquitecto João Lino de Carvalho em torno destas questões ao publicar vários artigos no Anuário da SAP pode ser visto como exemplo do modo como os arquitectos reconheceram que somente a partir de uma base económica igualitária para todas as classes aliado ao grande esforço científico coordenado para o bem comum da casa salubre e higienizada – habitação económica –, “se podia dar a todos os lares o conforto mínimo e necessário que sustente a dignidade humana” (Lino de Carvalho, 1908, p.27). Compreende-se que, neste período, as questões de higiene e salubridade na habitação eram um assunto da maior actualidade.

3.4. SOLUÇÕES ECONÓMICAS EM PORTUGAL

3.4.1. DEBATES, ESTUDOS E PROJECTOS

Desde cedo que os arquitectos acompanharam as questões relacionadas com a habitação operária, situação evidenciada em 1865, quando Possidónio da Silva e P.J.Ferreira da Costa na *Real Associação dos Architectos Archeologos Portuguezes*, sugerem como temática de estudo as habitações operárias (Ribeiro, 2002). No princípio do século XX, foi através do debate em torno da habitação económica que se procuraram estratégias alternativas ao alojamento precário dos pátios, vilas e ilhas, e a consolidação de todas as preocupações e respostas sobre a cidade moderna.

Partilhando também do mesmo ideário reformista nesta matéria, como Lino de Carvalho, o engenheiro Mello de Matos abordou várias vezes a questão social nos seus textos. A historiadora Marieta Dá Mesquita (2011b), no âmbito do projecto designado *Arquitectura(s) de Papel – Imagens e Projectos de Arquitectura no inicio do século XX através d'A Construção Moderna (1900-1919)*, estudou o papel do engenheiro Mello de Matos na disseminação de conhecimento sobre a higiene e salubridade na habitação económica. A autora destaca que neste contexto o engenheiro pretendeu contribuir significativamente para a “melhoria das condições laborais e de habitação dos grupos mais desprotegidos da sociedade industrial.” (p.262). Em 1904, Mello de Matos abordou frequentemente o tema das casas baratas na revista *A Construção Moderna*, numa altura de relevância na construção dos modelos arquitectónicos das casas económicas, direccionando o debate para a promoção e discussão de estratégias alternativas à do alojamento precário¹³ (Serrano, 2011). Este engenheiro procurou complementar e divulgar o conhecimento que tinha das soluções estrangeiras no domínio da habitação económica, recordando as iniciativas privadas de muitos industriais europeus e divulgando críticas positivas aos resultados (Mello de Matos, 1903). Em 1904, destacou a importância deste tema: “Devo dizer que esse problema das casas baratas é de primordial importância na Alemanha”

13 Mello de Matos expõe a situação nacional, baseando-se nos dados obtidos no inquérito realizado pelo Conselho de Melhoramentos Sanitários aos Pátios de Lisboa, cujos resultados mostram as graves condições de salubridade destes alojamentos – “dos 102 pateos referidos, há 17 em que a cubagem de ar por habitante regula de 5 a 9 metros cúbicos (...) ora devendo a capacidade de ar por habitante ser superior a 20 metros bem se vê que ha mais de 66 pateos, isto é uns 65 por cento, em que se respira ar conspurcado pelas exalações dos proprios moradores” (Casas Baratas, in *A Construção Moderna*, 1994, p.279 apud Serrano, 2011, p.375)

(Mello de Matos, 1904, p. 283).

A conferência¹⁴ realizada no *Centro Regenerador Liberal*¹⁵ e transcrita n' *A Construção Moderna*, em 1904, constituiu um exemplo de iniciativa na resolução do problema da habitação económica ao abordar a legislação e as experiências realizadas no campo da habitação operária em vários países da Europa, apresentando um catálogo de soluções eventualmente aplicáveis ao caso português (Mello de Matos, 1904). Nesta comunicação Mello de Matos¹⁶ expôs a situação nacional¹⁷ e explicou a alteração do título da conferência, sugerindo que o nome casas baratas englobava melhor o assunto do que casas para operários. Esta decisão foi tomada por reconhecer que existiam no comércio e na administração pública empregados cujos vencimentos eram semelhantes aos dos operários, daí que o título final tivesse o intuito de abranger o “estudo das habitações de todos os que ganhavam pouco e pretendiam criar uma família, ter um lar” (Mello de Matos, 1904, p. 278).

No seguimento destes estudos, o engenheiro apresenta um quadro, no qual analisa sistematicamente o problema das casas operárias, desde “o levantamento de soluções relacionadas com os diversos modos de produção e tipos arquitectónicos, questões que considera indissociáveis de um quadro legislativo até à gestão do espaço urbano, acessibilidades, transportes e infra-estruturas” (Serrano, 2011, p.375). O quadro definiu cinco categorias de habitação económica: isoladas, grupo de duas casas, as constituídas por fileiras de casas sucessivas ou paralelamente à rua, grupos de quatro casas, e habitações colectivas de vários andares (Fig. 03.05). Existia, ainda, uma indicação transversal a quatro grupos – excluindo as casas colectivas –, relativamente à importância de um terreno adjacente à habitação que formava um jardim entre a habitação e a rua (Mello de Matos, 1904).

Estas observações e estudos por parte dos arquitectos e engenheiros, em particular o exemplo de Mello de Matos, convergiram na necessidade de o Estado promover a habitação económica para a classe proletárias. Exemplo disso foi o parecer enviado em 1908, pela *Sociedade dos Architectos Portuguezes* ao Governo sobre as *Casas Baratas* (consultar Capítulo 2, secção 2.3) e mais tarde o artigo de Mello de Matos, intitulado *Casas Económicas: O que é que deve ser a iniciativa do Estado* (1908). O engenheiro refere a importância em se promover a constituição de companhias que construam “novas habitações saudáveis e baratas com destino às classes proletárias, a fim de suprirem a falta que se nota de casas d'este género e para substituírem as que teem de ser demolidas por inabitáveis” (1908, nº 265, p.7). Neste artigo o engenheiro defendeu que o Estado e as identidades responsáveis (privadas, municipais ou estatais), deviam envolver-se na resolução do problema da habitação insalubre, através da produção de casas económicas, reforçando a importância de procurar novas formas de viabilização financeira dos recursos investidos.

As considerações iniciadas em 1904, 1905 e 1907 por Mello de Matos evoluíram para uma maior definição das características programáticas e espaciais da habitação e do conjunto urbano, como demonstra um artigo seu em 1911, intitulado *A organização de um bairro operário*. No artigo identificou critérios para a estruturação de um bairro, na procura da resolução do problema de alojar em boas condições higiénicas as classes proletárias (Fig. 03.06). Tais recomendações reflectiam a posição de Mello de Matos (1911) relativamente à importância da habitação no princípio do século XX: “Fazer a casa atraente, torna-la verdadeiramente o lar é pois, obra de altíssima moral social, é de aquellas que merecem fixar a atenção do legislador, do philosopho, do moralista, do constructor, até do financeiro (Mello de Matos, 1904, p. 278). Compreende-se nesta afirmação que o tema principal que o atraia nas habitações económicas era a estética das construções, onde considerava que a beleza iria reflectir

14 “Matos, José Maria Mello de – Casas Baratas. Conferência realizada no Centro Regenerador Liberal, publicada n' *A Construção Moderna*, Ano IV, nº 119 (10-01-1904) pp.277-280; nº 120 (20-01-1904, pp. 283-287; nº 121 (01-02-1904), pp.5-8; nº 122 (10-02-1904), pp. 13-15; nº 123 (20-02-1904), pp. 22-24 e nº 124 (01-03-1904), pp.30-32” (Mesquita, 2011, p.278)

15 “Grupo de cisão do partido regenerador, liderado por João Franco, e no qual Mello de Matos é filiado (Serrano, 2011, p. 380)

16 “Mello De Matos refere no seu artigo «casas baratas» a origem do termo e a correspondência com a habitação operária «foi em 1889 que um congresso operário reunido em Paris, deliberou que a denominação de casas para operários, com que era conhecido o problema, fosse substituída pela de casas baratas (...)» in «Casas Baratas», in *A Construção Moderna*, Ano IV, n.º 119 (10-01-1904), p.278” (Serrano, 2011, p.380)

17 Baseando-se no trabalho do general Augusto Montenegro que realizou um inquérito pelo Conselho de Melhoramentos Sanitários aos Pátios de Lisboa, cujos resultados revelam a falta de condições existentes nesses alojamentos: “há em Lisboa 57 pateos com 716 casas e 2790 habitantes que foram classificados de condemnáveis e 70 pateos, com 503 casas e 3600 habitantes reputados de mau estado” (Mello de Matos, 1904, p. 142).

Bairros Operários: 5 categorias

1.º Isoladas	separadas umas das outras por um terreno que serve como jardim; algumas poderão ter na frente um pátio que as separa da rua; convenientes para a boa hygiene, no entanto são mais caras por terem as paredes isoladas e por ocuparem mais terreno.
2.º Grupos de duas casas	podem ter a mesma disposição das anteriores e oferecem a economia de uma parede comum,
3.º Fileiras de casas sucessivas	collocadas paralelamente à rua; mais económicas do que as anteriores, por ocuparem menos terreno; jardim na rectaguarda e à frente para separar da rua;
4.º Grupos de quatro casas	os menos convenientes para a iluminação e arejamento, mas ficam mais baratos porque cada uma tem duas paredes comuns; estes grupos podem ficar isoladas por uma um terreno de largura pelo menos de 5m; terreno/jardim à rectaguarda e à frente para as separar da rua;
5.º Casas colectivas ou de muitos andares	constituídas para receberem uma pessoa por quarto ou famílias numerosas; é o sistema mais económico mas não é o mais conveniente.

FIG.03.06 | Categorias de *Bairros operários: 5 categorias* | Fonte: Mello de Matos, 1904, pp.284-285

A organização de um bairro operário (Mello de Matos, 1911)

Cada habitação deve satisfazer as seguintes condições:

- 1.º Ser independente;
- 2.º pelo menos uma sala de trabalho, quarto de casal, outro para os filhos de sexo masculino, um terceiro para os do sexo feminino, uma cozinha, latrina, pequeno quintal;
- 3.º Reduzir ao mínimo possível as cantarias e outros trabalhos dispendiosos;
- 4.º Limitar tanto quanto possível o número de paredes que não sejam comuns a mais de um prédio;
- 5.º Dispor os telhados de maneira que dispensem a armação de asnas de madeira ou outro material;
- 6.º Garantir a luz directa a todos os compartimento.

O conjunto de habitações do bairro deve preencher os seguintes requisitos:

- 1.º Ser constituídos por fileiras de casas de acesso directo
- 2.º No centro do bairro deve existir uma escola para o sexo feminino e masculino, para uma creche e para um jardim de infância;
- 3.º Num dos extremos do bairro deve existir um lavadouro público e no outro, uma casa para o alojamento de celibatários, e adjacente a ela, uma biblioteca e sala para conferências, reuniões, administração das instituições operárias de previdência;
- 4.º O bairro não deve ficar distante da fábrica ou deve estar ligado a ela por transportes acessíveis, rápidos e baratos.

FIG. 03.07 | Proposta de Mello de Matos para a organização de um bairro operário | Fonte: Mello de Matos, 1911, pp.66-67

o conforto e comodidade das habitações.

O arquitecto António Couto Abreu (1874-1946), no seguimento da criação da *Repartição Municipal de Subsistências e Auxílio às Classes proletárias* em Lisboa conseguiu ter aprovada uma proposta denominada *Casas económicas para as classes menos abastadas*, em 1918. Comprometendo-se a organizar um concurso público de ideias que esclarecesse os aspectos apresentados, do qual de destacam os seguintes parâmetros: a qualidade estética (alínea 4) e a necessidade de se adaptar a tipologia dos conjuntos de habitação económica à cidade a que se destinam (alínea 3) (Figura 03.07). Segundo Gonçalves (2018), embora esta proposta não tenha sido concretizada, o seu “enunciado permite fixar dúvidas fundamentais que o programa de habitação económica colocava aos políticos, promotores e projectistas” (p.52).

Enunciado do Concurso Público para Casas económicas para as classes menos abastadas (António Abreu, 1918)

1.º Modo de assegurar o saneamento dos bairros e casas insalubres. Intervenção dos poderes públicos: seus limites e formas. Organização do cadastro sanitário da habitação.

2.º Construção de casas económicas, localização, higiene, viação. Suas relações com o movimento industrial e futuro desenvolvimento da cidade.

3.º A que tipo de construção se deve dar preferência, em Lisboa, a colectiva? (bloc) ou individual? (cottage).

4.º Vantagens da casa colectiva, inconvenientes, modos de construção e sua disposição.

5.º Casas individuais, suas vantagens, inconvenientes e distribuição.

6.º Acesso das classes proletárias a propriedade da casa. Condições, vantagens e inconvenientes.

7.º Possibilidade de dar as casas baratas o caracter estético.

8.º Intervenção das Camaras na construção e administração directa das casas baratas. Sua necessidade e legitimidade.

9.º Facilidades a conceder a indústria particular quando pretenda construir casas baratas.

10.º Legislação comparada relativa a habitações económicas.

11.º Bases financeiras para a construção de habitações económicas pela Camara Municipal ou sociedades particulares.»

FIG.03.08 | Enunciado do *Concurso Público para Casas económicas para as classes menos abastadas* | Fonte: António Abreu, 1918, p. 98 apud Gonçalves, 2018, p. 52

Em 1929, a gerência da SAP participou no júri de um concurso público destinado à elaboração de projectos tipo de habitações económicas, promovido pela *Sociedade de Casas Económicas* e representada pelo arquitecto Raul Lino (Ribeiro, 2002). Tal acontecimento reforça a importância que este tema tinha na época. A arquitecta Margarida Tavares (2015), na sua tese de doutoramento intitulada *Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e modos de atuação no exercício do projecto ao estudar a historia da habitação social em Portugal*, observa a coincidência da data do *II Congresso dos CIAM*¹⁸ (Outubro 1929), subordinado ao tema *Unidade Mínima de Habitação*, e a publicação do semanário português – *Noticias Ilustrado*, que questionou um grupo de jovens arquitectos sobre “qual seria a obra mais urgente a fazer?” (França, 1985, p. 118-119). Em resposta o arquitecto Pardo Monteiro (1987-1957) referiu como prioridade a realização

¹⁸ Na Europa, e retomando o trabalho dos CIAM em 1929 em Frankfurt, debateu-se entre arquitectos a habitação mínima, refletindo -se sobre um mínimo racional, variável segundo o número de ocupantes. Definindo-se novas funções, novos usos e novos modos de comportamento, explorou-se também uma nova forma de avaliar e projectar a célula habitacional, padronizando espaços e respondendo às cinco actividades do homem moderno: estar, comer, dormir, limpar e cozinhar (Tavares, 2015, p.76)

de bairros de habitações económicas. Mais tarde, Pardal Monteiro realizou quatro mandatos como presidente do *Sindicato Nacional dos Arquitectos* entre 1936 e 1944.

Os debates lançados por Mello de Matos, João Lino de Carvalho e a SAP, procuraram lançar o estudo e a importância deste tema para a classe profissional. Deste modo, na década de 1920 identificaram-se várias soluções tipológicas como as habitações isoladas, as agrupadas em conjuntos de duas e quatro casas e em fileiras sucessivas, definindo-se utilizações dos espaços interiores (sala de jantar, sanitários, sala de trabalho, quarto de casal e quartos para ambos os filhos do sexo masculino e feminino). Em relação ao conjunto urbanístico do bairro destacaram-se os requisitos por uma escola, creche, serviços administrativos e lúdicos que apoiem o Bairro. Estas leituras dos arquitectos e engenheiros foram complementadas pelas propostas de lei divulgadas pelo Estado ao longo do primeiro quartel do século XX, resultando na definição e regulação das características das habitações económicas e dos bairros operários.

19 “Foram vários os projectos de lei apresentados no Parlamento. Destacamos em 1.º lugar a proposta de lei da autoria dos ministros Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro de 15/01/1883; 2.º a proposta de Rosa Araújo apresentada em 19/02/1884; 3.º o projecto de lei de Augusto Fuschini de 17/05/1884; 4.º de Guilherme de Santa Rita de 7/03/1901; 5.º em 22/08/1905 novo projecto de D. João de Alarcão; 6.º a proposta de lei apresentada pelo ministério de Ferreira do Amaral em 23/05/1908. Após a instauração da República em 26/02/1914 a proposta de lei da autoria do ministro das Finanças Tomás Cabreira; e em 20/08/1915 a proposta do deputado Ramos da Costa. As duas últimas constituíram a fonte em que se baseou o Decreto n.º 4137 de 1918” (Tiago, 2010, p.250).

20 A legislação de habitação e as experiências de outros países eram conhecidas e discutidas em Portugal por deputados do Parlamento, como é também o caso de Guilherme Santa Rita e Caeiro da Matta que apresentaram a legislação habitacional em 1901 e 1908. Ambos escreveram livros sobre a legislação de habitação nos países europeus, como é o caso da obra *Habitação do Operário e das Classes menos abastadas de Santa Rita*, de 1891, que descreve exemplos no Brasil e Estados Unidos da América e introduz a discussão da situação portuguesa, tal obra vai se tornar na base de alguma das propostas apresentadas ao Parlamento e inspirada em experiências de outros países (Teixeira, 1992).

21 “ Director do Grupo de Economia Social, Higiene, Assistência Pública da Secção Portuguesa da Exposição Universal em Paris, Lino de Carvalho foi um dos raros arquitectos empenhados no debate as casas baratas, escrevendo entre outros «Povoações Salubres» e «Considerações sobre a higiene da habitação»” (Gonçalves, 2018, p. 47).

3.4.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

No primeiro quartel do século XX, é possível distinguir três períodos distintos na definição de estratégias de habitação, através das diferentes condições económicas, sociais e políticas. O primeiro é relativo às últimas décadas da monarquia constitucional até 1910, o segundo é alusivo ao regime republicano de 1910 até 1926, e o terceiro pertence ao Estado Novo (Teixeira 1992).

No final do século XIX o governo foi sendo exposto constantemente “à urgência da cidade higiénica, a qual arrastava consigo a discussão política sobre a promoção das casas baratas” (p.44). Segundo Gonçalves (2018), tal afirmação é confirmada pelo autor no número de propostas legislativas que foram apresentadas à Câmara dos Deputados do Reino no período da Monarquia¹⁹. Exemplo disso foi a proposta de lei sobre as habitações económicas apresentada por Guilherme Augusto Santa Rita²⁰ (1859-1905), afirmando ser dever do Estado a promoção destas habitações para garantir um equilíbrio social, económico e político:

Questão fundamental direi mesmo: questão primacial, porque encarada sob o aspecto da legal constituição da família, ella nos mostra, nos ensina como essa constituição e essa manutenção se effectuam segundo as leis da moral e da hygiene; como o seu poder de orientação se reflecte nos destinos do individuo como membro da colectividade, e, por consequência, como acção productora determinativa de um aperfeiçoamento constante e de um maior e melhor distribuição, consumo e circulação da riqueza de um país (Santa-Rita, 1901, p.2).

Outra iniciativa legislativa para a leitura do posicionamento político sobre a questão da habitação no período que antecedeu a implantação da República foi através do Ministro das Obras Públicas João Alarcão na Câmara dos Deputados em defesa da construção de habitação para as classes proletárias, através da publicação de um projecto de lei sobre as habitações económicas (Proposta de lei, nº 10-BB, 1905). Esta proposta pretendia auxiliar a iniciativa particular na construção de bairros ou grupos de casas baratas em boas condições de salubridade, para o alojamento das classes proletárias.

Em 1908, a *Comissão de Propaganda contra as Habitações Insalubres*, composta por vários elementos, incluindo a *Sociedade dos Architectos Portuguezes* representada por João Lino de Carvalho²¹ (1859-1926), colocou à discussão a Proposta de Lei n.º 5-B *Construção de Casas Higiénicas e Baratas para Operários* (Diário do Governo, 1908, p.12), cuja relevância se revelou na instituição de uma identidade reguladora denominada *Conselho Superior de Higiene da Habitação*. Perante a exclusão dos arquitectos neste Conselho Superior, Lino de Carvalho escreveu no Anuário da SAP:

O architecto, realisando o seu ideal de Arte na vivenda opulenta, não descura, mas até com dedicação de apóstolo se occupa do grande problema da habitação operaria. E só lhe interessa, ahí, a esthetica? Não. Elle sabe bem da sua importância económica e hygienica, e, em toda a sua complexidade, tem sempre encarado este problema aos Architectos de todos os paizes (1908, p.18)

Em 1914 foi publicado o Parecer n.º 214 juntamente com a proposta de lei que fixou, pela primeira vez, o termo habitações económicas englobando nele as construções que servissem de habitação a famílias com rendimentos a rondar os 45 escudos e que fossem certificadas como insalubres (Gonçalves, 2018). O parecer assumia que o processo de construção devia ser partilhado entre filantropia e industriais, o movimento cooperativo e a Administração Pública. Compreende-se, antes da década de 1920, que a habitação era considerada por parte dos políticos como um factor de progresso na reforma da sociedade, a higiene urbana e da habitação faziam parte da discussão juntamente com a solução das habitações económicas. Gonçalves (2018) deferência dois momentos na promoção de habitação pública, definidos pelo Decreto n.º 4137 de 1918 e o Decreto n.º 16055 de 1928, subjacente ao primeiro decreto ainda coexistiu o Decreto de lei n.º 5397 de 1919.

3.2.4.1. DECRETO DE LEI N.º 4137 (BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS)

O tema da legislação das habitações económicas foi reforçado em 1918, no sentido de promover construção de habitação de baixo custo. O forte êxodo rural do pós-guerra, juntamente com a gripe pneumónica, levou o Estado a assumir a promoção de habitação operária a partir de 1918, com a introdução do Decreto de Lei nº 4137 em 25 de Abril, em resposta à questão da habitação (Teixeira, 1992). Juntamente a estes factores existia uma falta de interesse por parte dos senhorios na manutenção das habitações e a falta de investimento em novas. O decreto começou por denunciar as deficientes condições de habitabilidade a que os operários estavam sujeitos:

A junção de duas e três famílias em verdadeiros antros, sem as menores condições de asseio ou de conforto, a instalação de muitas pessoas em pequenos cubículos, ou até mesmo num único compartimento, por vezes numa promiscuidade de sexos que destrói todas as noções da moral, e isto sem que um raio de sol ou uma lufada de ar aí entre, porque essas habitações da miséria são, em geral, subterrâneas, ou levantam-se à eira de vielas húmidas e estreitas, onde escorrem os mais nauseantes detritos (p. 451).

Face a estas condições de habitabilidade, o Estado compreendia que os operários “em vez de sentir amor pela sua casa, começam a detestá-la, a considerá-la como uma estância de amarguras, desatando-lhe ela, não ideias de paz, quietação e felicidade, mas sim sentimentos de ódio e de revolta” (p.451). Com esta afirmação, observa-se a consciência do Estado sobre o significado e importância

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

da habitação para a vida das classes proletárias, na qual está subjacentes intenções de promoção de uma vida condigna, com base na salubridade e higienização. Face a esta situação, no preâmbulo do Decreto de Lei nº 4137 (1918), apresentaram-se sintetizados os pressupostos que estariam na base da criação de melhores condições de vida e de alojamento: a construção em larga escala de habitações económicas, principalmente nas cidades, com condições de conforto e higiene.

22 O Decreto 4137 (1918) salienta o protagonismo assumido pelas administrações municipais como é o caso de França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Alemanha e Espanha, e especifica particularmente a lei belga de 1889, a inglesa de 1890, a italiana de 1903 e a francesa de 1906.

O Decreto nº 4137 (1918) deu como exemplo o caso do Bairro do Monte Pedral, promovido pelo jornal O Comércio do Porto, e faz referencia às experiências estrangeiras²² na área da construção de habitações económicas, considerando -as como um modelo a seguir pela intervenção estatal no sector. De todos os modelos apresentados interessou, sobretudo, o modelo inglês – pioneiro da edificação de casas baratas por sociedades cooperativas ou pela administração local. Os dados apresentados no decreto, comprovam que o modelo inglês conseguiu aumentar o acesso à propriedade e à habitação das classes proletárias.

Como objectivos, o decreto estabeleceu o preço de aluguer das casas económicas e definia-as como sendo as que se destinavam “ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoações, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam às condições de salubridade e preços abaixo designados” (Artigo 1º, 1918, p.455). O preço tinha relação com a localização das habitações, pelo que se estabeleceram três zonas para a sua construção (Lisboa e arredores, Porto e arredores, outras zonas, bem como a categoria da habitação, classificada segundo o número de quartos habitáveis, e na existência ou não de quintal (Fig. 03.09). Em relação à categoria da habitação, o Decreto nº 4137 (1918) apresentou um quadro de classes e rendas máximas consoante a sua localização, diferenciadas pelo número e área dos quartos e pela existência de cozinha e WC. (Fig. 03.09).

Renda mensal máxima das casas económicas

Zona	Classe 1	Classe 2	Classe 3
	≥ 3 quartos com 9 m ² cozinha e wc	2 quartos com 9 m ² cozinha e wc	quarto com 9 m ² cozinha e wc
Lisboa	12\$00/m ²	10\$00/m ²	5\$00/m ²
Porto	10\$00/m ²	8\$50/m ²	4\$00/m ²
Outras Zonas	9\$00/m ²	7\$00/m ²	3\$00/m ²

FIG. 03.09 | Quadro da renda mensal máxima das casas económicas, de acordo com o Decreto N.º4137 | Fonte: Decreto de Lei n.º 4137, 1918, p. 455

No seguimento da questão da habitação valorizou-se a casa unifamiliar isolada, mas aceitavam-se grupos de duas casas separadas por um espaço inferior a cinco metros, e de oito quando fossem térreas e fileiras de casas sucessivas e unidas. Deste modo, impunham-se as condições para cada uma destas soluções o facto de terem “sempre na rectaguarda um terreno com a largura mínima de quatro metros, e sendo possível, um pequeno jardim à frente” (Artigo 4º, 1918, p.455).

O legislador afirmou que, apesar das casas poderem ser construídas por iniciativa privada, os municípios encontravam-se encarregues da urbanização dos terrenos, bem como do financiamento e construção das infra-estruturas e serviços necessários. Tais requisitos incluíam a construção das ruas,

o estabelecimento de sistemas de saneamento, a instalação das redes de água e de electricidade, a construção de escolas, e o estabelecimento de meios de transporte baratos quando as habitações estavam afastadas dos centros industriais e comerciais, no caso de Lisboa e do Porto (Artigo 25º).

O motivo aparente pela inexistência de comentários ao Decreto nº 4137 por parte da Sociedade, poderá prender-se com o facto de no mesmo ano terem falecido o arquitecto Ventura Terra e Rosendo Carvalheira, em Lisboa e, José Teixeira Lopes e Eduardo Alves, no Porto (Ribeiro, 2002). Acrescenta-se como motivo a existência de alguns problemas com a *Sociedade dos Architectos Portugueses* relacionados com redução dos membros no Conselho Director e à demissão de Leonel Gaia, como delegado da Sociedade junto da *Comissão Estética Municipal*. Segundo Teixeira (1992), o decreto seguiu aspectos das propostas de lei anteriores que não foram aprovados, como é o caso do plano dos bairros e a forma das habitações, inspirados na proposta de 1905 de João Alarcão.

Posteriormente ao decreto nº 4137, surge a Junho de 1918 o decreto nº 4440, que regulamentou algumas disposições do segundo, fixando o *Regulamento da Construção e Venda de Casas Económicas*. No que concerne à habitação, o decreto estipulou regras em relação à localização da sanita, e em relação ao pé direito da habitação e ao pavimento do rés-do-chão com caixa-de-ar ventilada, iguais às estipuladas pelo RSEU.

A. DECRETO DE LEI N.º 5397 DE 1919 (BAIRROS SOCIAIS)

Durante a Primeira República, entre 1919 e 1926, existiram em simultâneo dois programas da Administração Pública para a promoção de habitação económica (Gonçalves, 2018). A lei de 1918 estabeleceu os *Bairros de Casas Económicas* e em 1919 instituiu-se os *Bairros Sociais*. Enquanto a primeira, de 1918, teve como referência a política de higienizar e moralizar, a segunda, de 1919, “reconhece explicitamente o princípio do direito da habitação no quadro de uma melhoria qualitativa das condições de vida dos trabalhadores” (Tiago, 1997, p. 69 apud Gonçalves, 2018, p. 59) através da comparticipação total do Estado.

Esta lei, proposta pelo socialista Augusto Dias da Silva (1887-1928), fazia parte de um pacote de legislação social singular do qual integrava a edificação de *Bairros Sociais*. O Ministério do Trabalho com o objectivo de combater o desemprego na construção civil propôs-se dotar os três maiores centros industriais do País com bairros económicos públicos (Gonçalves, 2018).

No preâmbulo ao Decreto de Lei n.º 5397 pode ler-se que era urgente “construir, quantos antes, bairros operários com habitações higiénicas, agradáveis e cómodas, de harmonia com os direitos e necessidades de quem trabalha e produz” (p.641) e os conjuntos construídos deveriam assegurar “as condições próprias para o gozo da saúde, para o desenvolvimento físico, formação e educação moral e intelectual aperfeiçoamento profissional e para o amparo e repouso de doenças” p. 641). O decreto estabelecia a construção imediata de um bairro com 1000 casas independentes para a zona de Lisboa, a inaugurar até ao final da década de 1920. O conjunto devia integrar lavandarias, balneários, campos de desporto, teatros, escolas profissionais, cantinas, casas de saúde e jardins. Gonçalves (2018)

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

observa que à parte destes equipamentos identificados o decreto propôs também a criação de uma estrutura urbana de grande dimensão quando comparadas com os conjuntos estabelecidos na lei de 1918, à data em fase inicial de construção (Bairro da Ajuda/Boa-Hora; Bairro da Arrábida; Bairro das Ursulinas).

Posteriormente ao decreto, o *Regulamento para a Construção dos Bairros Sociais*, com a abertura de crédito, iniciou a promoção da construção do Bairro do Arco do Cego em Lisboa. No entanto, segundo Gonçalves (2018), o Decreto n.º 5443 de 26 de Abril de 1919 determinou a construção de mais quatro bairros, sendo eles: Bairro de Braço de Prata (Lisboa); o Bairro de Alcântara (Lisboa); o Bairro da Ajuda (Lisboa) e o Bairro da Covilhã. A Portaria n.º 2003 de 23 de Setembro de 1919, canalizou a verba atribuída ao Bairro de Braço de Prata para um novo bairro no Porto, denominado Bairro Lordelo do Ouro.

Em 1922, pela dificuldade em avançar com a construção dos bairros face às derrapagens orçamentais, o Estado reconheceu a sua falha em promover o desenvolvimento rápido das novas construções que tinham como objectivo atenuar a enorme crise da falta de casas para as classes menos favorecidas, especialmente em Lisboa ao não terminar nenhum dos bairros propostos (Diário do Governo, 1922). Uma vez que nenhuma obra estava concluída optou por suspender “os trabalhos nos projectados Bairros de Alcântara e Ajuda, na cidade de Lisboa, e nos Bairros das cidades do Porto e da Covilhã, concentrando-se a máxima actividade no Bairro do Arco do Cego” (Diário do Governo, 1922, p. 194). Destes cinco bairros, apenas o do Arco do Cego e da Ajuda foram concretizados, ainda que apenas concluídos no início do Estado Novo, na década de 1930.

B. DECRETO N.º 16055 DE 1928 (REGIME DE CASAS ECONÓMICAS)

Na década de 1920 é possível distinguir mais um período na programação de habitação social, através da publicação a 12 de Outubro de 1928 do Decreto n.º 16055 que declarava o *Regime de Casas Económicas*. Neste Decreto pretendia-se facilitar a construção de habitações independentes e ajardinadas (Teixeira, 1992). No entanto, o Decreto n.º 16055 (1928) reconhecia a ineficácia do Estado durante a última década relativamente aos poucos exemplos de construção de habitações económicas em Portugal. Neste período não foi possível auxiliar o financiamento directo e indirecto às empresas edificadoras, declarando: “o que mais provado ficou neste período foi que as obras a realizar não podem ser executadas pela administração local ou pelos municípios” (1928, pp. 2166-2167). Perante tal consciência, esta lei pretendia envolver novamente no campo da habitação acessível à promoção privada, tornando a sua acção economicamente atractiva (Gonçalves, 2018).

O geógrafo Carlos Nunes Silva (1994), ao analisar em concreto este decreto no artigo *Mercados e políticas públicas de habitação em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX*, identificou que em relação à obtenção do estatuto da casa económica, este Decreto define no artigo 2º os materiais em que podem ser construídas as habitações: em alvenaria, tijolo, adobe ou betão armado, preferencialmente anti-sísmicas, duradoiras, com bons níveis de impermeabilização, isolamento e higiene moderna e conforto” (p. 660).

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

Este decreto definiu a organização funcional do fôgo da habitação económica que se passou a compor “compartimentos habitáveis» (quartos e salas), não habitáveis (cozinha e banho) e serviços (retrete, despensa, arrumações)” (Gonçalves, 2018, p. 66). Esta definição demonstrou a evolução da organização funcional da habitação e o reconhecimento das várias necessidades programáticas que esta deve responder.

Relativamente à importância da legislação na promoção e definição da habitação económica na década de 1920, compreende-se que o debate do Estado sobre o problema da habitação foi sendo estruturado ao redor das medidas higiénicas e das tipologias habitacionais mais adequadas a nível urbana e do fôgo, na procura em compatibilizar a promoção e financiamento público. Na década de 1920, a legislação identificou as habitações económicas a nível urbano pelas seguintes características: podiam ser construídas casas isoladas, ou em grupos de duas e quatro casas, em fileiras de casas sucessivas (nestes quatro conjuntos era necessário existir um pequeno jardim ou pátio, seja à frente ou atrás das habitações), e casas colectivas; as ruas deveriam ter esgotos e iluminação, e acesso a meios de transportes baratos; ser construída uma escola ou creche e lavadouros públicos por cada grupo de 100 casas; e existir um terreno, praça ou largo arborizado para usufruto dos seus moradores.

As habitações deveriam garantir isolamento, impermeabilidade, higiene e conforto. Podiam ser construídas em alvenaria de pedra e cal, tijolo ou adobo, ou por cimento ou cimento armado. No que diz respeito ao espaço interior da habitação definia-se que a classe I, a mais elevada, teria três ou mais quartos habitáveis com mais de 9m², cozinha e WC; a Classe II reduzia-se para 2 quartos nas mesmas condições; a Classe III reduzia-se para 1 quarto de 9m² e cozinha; e a Classe IV para um quarto isolado com 9m² pelo menos. Estipulava-se ainda relativamente ao espaço interior que cada habitação deveria ter uma retrete e que esta tinha de ser distinta da pia de serviço da cozinha, e todas as habitações precisavam ter uma cozinha com chaminé.

Através da leitura do *Bairro Operário*, construídos sob os requisitos dos regulamentos do primeiro quartel do século XX, procurou-se identificar nas soluções construídas pelos arquitectos, com o objectivo de compreender os temas mais relevantes no desenvolvimento de habitações económicas na década de 1920.

3.4.3. O BAIRRO OPERÁRIO

No início do século XX, após as iniciativas privadas e filantrópicas de construção de habitação operária e popular, que marcaram maioritariamente as duas cidades mais industrializadas (Lisboa e Porto), estas apresentavam o desnível existente nas formas de exploração habitacional das classes desfavorecidas. Em ambos os casos nem o Estado ou os privados investiram em bairros operários periféricos, ao contrário de outros países mais avançados (Portas, 1997).

A. LISBOA

Devido ao maior desenvolvimento da economia e dos salários mais elevados em Lisboa, as classes proletárias na capital conseguiram ter acesso a habitações com melhor qualidade do que no Porto (Teixeira, 1992), Esta conjuntura deu origem a uma oferta mais diversificada por parte dos promotores privados que construíram, no final do século XIX, um grande número de edifícios de habitação multifamiliares na capital.



FIG.03.10 | *Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinada às classes laboriosas e menos abastadas*, Lisboa, da autoria do arquiteto Adães Bermudes, 1897 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.48

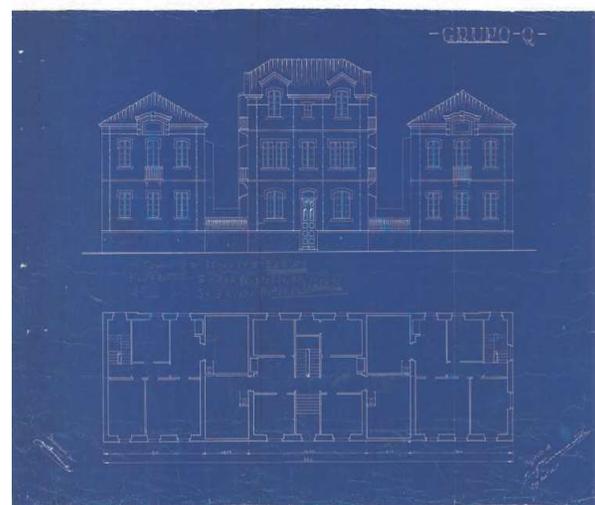


FIG.03.11 | *Casas Económicas de Ajuda*, Lisboa, 1918, da autoria do engenheiro Craveiro Lopes, 1918 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.55

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920



FIG.03.12 | Casas Económicas de Ajuda, Lisboa, 1930, da autoria dos arquitectos Norte Júnior e Cristino da Silva | Fonte: Gonçalves, 2018, p.55



FIG.03.13 | Bairro do Arco do Cego, Lisboa, 1935 | Fonte: Tiago, 2010, p.256



FIG.03.14 | Bairro do Arco do Cego, 1935 | Fonte: Tiago, 2010, p.256

O primeiro projecto de habitações económicas identificado foi desenvolvido pelo arquitecto Adães Bermudes (1864-1948), ao elaborar o Projecto para a organização duma sociedade promotora de *habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*, em 1897 (Fig.03.10). A proposta de Adães Bermudes previa a construção de um bairro modelo possível de ser reproduzido em vários pontos de Lisboa. Gonçalves (2018) ao observar a falta de projectos realizados antes do século XX destaca a importância do projecto para o contributo prático sobre o tema, afirmando que “de uma forma geral, o interesse académico e profissional dos arquitectos portugueses sobre o desenho das casas baratas era quase inexistente” (p.47). Para o autor, este projecto permitiu pela primeira vez associado à palavra escrita uma representação da arquitectura das casas, que introduz um novo discurso disciplinar e uma reflexão sobre “o sentido de ornamento, a norma e o apuro geométrico clássico, os compromissos sociais e políticos da profissão, a relação com novos campos disciplinares” (Gonçalves, 2018, p. 48).

Somente na década de 1920, ao abrigo do Decreto nº 4138 (1918), foi prevista a construção dos bairros do Arco do Cego, com 469 habitações, e o Bairro da Ajuda, constituído por 264 habitações (Fig.03.11; Fig. 03.12). Ambos incluíam soluções de habitação colectiva e junto às habitações unifamiliares existiam blocos de habitação. O Bairro de Sidónios Pais, com 100 habitações, constituiu-se apenas por habitações unifamiliares (Teixeira, 1992). Contudo, esta iniciativa da primeira República fracassou e os bairros sociais iniciados durante este período foram apenas terminados na década de 30.

A historiadora Maria da Conceição Tiago, no artigo designado *Bairros Sociais da 1ª República: projectos e realizações* (2010), aborda as primeiras promoções públicas de habitação e os decretos de lei relacionados com a sua construção e analisa o projecto do Bairro da Ajuda projectado pelos arquitectos Norte Júnior (1878-1962) e Cristino da Silva (1896-1976). Este projecto foram desenhados com o intuito de dispor de vários equipamentos sociais que pretendiam assegurar autonomia aos seus habitantes, como uma escola primária, balneário público, estação de incêndios, esquadra da polícia, lavadouro público, posto médico, reservatório de água e diversos estabelecimentos comerciais. Contudo, apenas foram construídos a escola primária e 19 estabelecimentos comerciais (Tiago, 2010). O modelo adoptado para as habitações consistiu nos prédios plurifamiliares, dispondo nas traseiras de espaços ajardinados. Com base nesta solução conseguiu-se construir mais moradias do que o previsto no lançamento do projecto: o bairro foi concluído com cerca de 264 moradias, foi constituído por prédios de um só piso até quatro, e através da sua planificação inicial dispôs-se de bastante luz natural e ar em todas as habitações (Tiago, 2010).

O bairro do Arco do Cego da autoria do arquitecto Adães Bermudes foi inicialmente desenvolvido com soluções espaciais e distributivas servindo a diferentes utilizadores, quer em termos de composição do agregado familiar, quer em termos das suas condições financeiras e profissionais (Mesquita, 2006). No projecto inicial estavam propostas três categorias de edifícios de habitação: as casas independentes, as colectivas e as especiais que se podiam desmultiplicar em vários tipos, consoante a dimensão do agregado e as suas condições económicas (Mesquita, 2006). A primeira categoria apresentou três tipos destinadas a famílias operárias – as casas isoladas, casas agrupadas e casas contínuas em alinhamento; a segunda categoria destacou apenas um tipo, constituído por dois edifícios com 3 andares, com 32 quartos independentes, destinado a celibatários de ambos os sexos; a última categoria apresentou três tipos: a casa isolada do género de *Chalet* casa geminada e casa isolada, destinadas a funcionários médios. Segundo Mesquita (2006), este programa tipológico pretendia sistematizar e hierarquizar um conjunto de edifícios residenciais destinados aos operários e a pequenos funcionários. As habitações seriam complementadas por equipamentos e espaços lúdicos, tais como

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

várias cooperativas, uma adegua, uma padaria, escolas, hospital, banhos e lavadouros públicos, igreja, teatro, club, biblioteca, estação de polícia e incêndios, e a administração geral do bairro.

O Bairro do Arco do Cego foi concluído em 1932 pelo Estado Novo, com 481 habitações de variadas tipologias (Fig. 03.13; Fig.03.14). A par dos edifícios multifamiliares foram construídas várias pequenas vivendas em banda, com jardins na sua frente e alguns nas traseiras, e os equipamentos colectivos foram reduzidos. O projecto preocupou-se em embelezar as fachadas dos edifícios, de modo a constituir-se uma unidade de planeamento urbano (Tiago, 2010).

Neste contexto político e ideológico, muitos dos moradores dos Bairros Sociais da Ajuda e do Arco do Cego, não pertenciam às classes menos abastadas, desvirtuando os objectivos do Decreto de 1918 e o ideário da matriz socializante de 1919 que presidiram ao seu planeamento (Ferreira, 1994). O Estado Novo recebeu a herança da República e os bairros de Lisboa serviram-lhe como enaltecimento e projecção da imagem do novo regime. Contudo, a maioria dos seus destinatários não pertencia às classes menos abastadas e os seus moradores situaram-se na maioria dos casos na classe média urbana.

As rendas praticadas em ambos os bairros de Lisboa colocaram as habitações fora do alcance da maior parte dos habitantes das classes trabalhadoras. Somente em 1938, através da divulgação de um novo decreto (Decreto-Lei nº 28912, de Agosto de 1938), é que se retomou à construção para as famílias mais carenciadas que habitavam nas abarracadas através do programa das *Casas Desmontáveis*.

B. PORTO

No Porto, a iniciativa filantrópica com maior relevância e projecção neste período foi do jornal *O Comércio do Porto*, iniciando a sua construção em 1899 (Fig.03.15; Fig.03.16). O projecto do Bairro do Monte Pedral, desenvolvido pelo Arquitecto José Marques da Silva, foi sobejamente divulgado como exemplar nos anos seguintes (Mello de Matos, 1904; Alarcão, 1905; Decreto 4.137, 1918), por ter inovado ao nível urbano e espacial das habitações. O projecto caracterizava-se por ter 68 habitações em conjuntos distintos (conjuntos de 4 habitações e casas simples), complementados por uma creche e vários lavadouros públicos, com uma via arborizada e uma praça interior (Gonçalves, 2011). As habitações dispunham de um jardim, cozinha, quartos e sala, dois espaços sanitários em cada andar, e o rés-do-chão equipado com caixas-de-ar para ventilação do soalho. Segundo Gonçalves (2011), o sucesso desta solução deveu-se, não apenas à capacidade de Marques da Silva em compatibilizar os critérios de higiene ligados com a circulação do ar e à exposição solar, mas também pelo facto de algumas habitações terem áreas superiores a 100m², quando o padrão normalizado se situava nos 80 m².

O município do Porto impulsionado pela experiência filantrópica do jornal *O Comércio do Porto* iniciou também a construção de conjuntos habitacionais, denominados por colónias operárias, situadas no primeiro anel de expansão urbana da cidade (Teixeira, 1992). Em 1910, a Câmara Municipal do Porto promoveu a construção de 4 bairros para as classes proletárias, constituídos por conjuntos de 4 habitações agrupadas, de um e dois pisos e cada uma delas com um pequeno jardim (Teixeira, 1992) (Fig.03.18). Gonçalves (2018) destaca um projecto submetido pela cooperativa operária *Grupo Dez de Maio*, construído na década de 1920 no Porto, da autoria do arquitecto Aucíndio Ferreira dos Santos

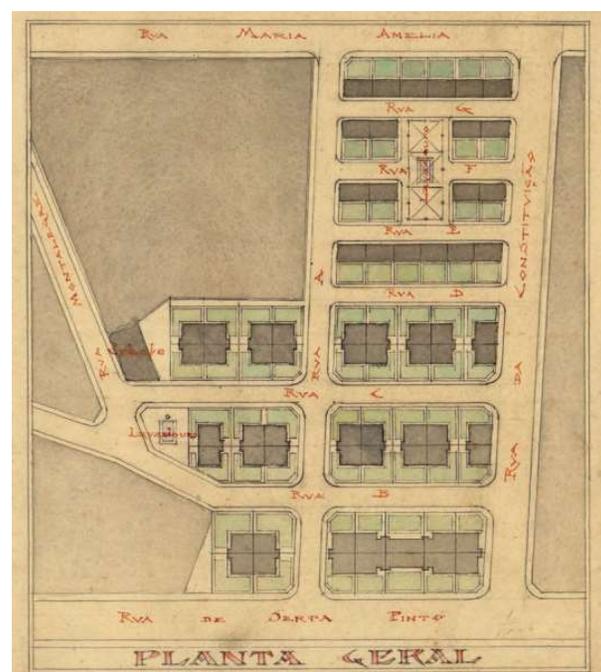


FIG.03.15 | Bairro do Monte Pedral, desenho de implantação da autoria do arquitecto José Marques da Silva, 1899 | Fonte: Gonçalves, 2011, p.106

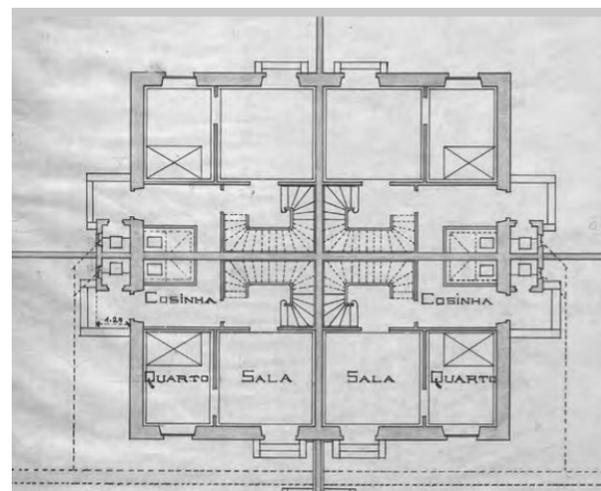


FIG.03.16 | Bairro Monte Pedral Marques da Silva, Planta térrea de um conjunto de quatro casas | Fonte: Gonçalves, 2011, p.108

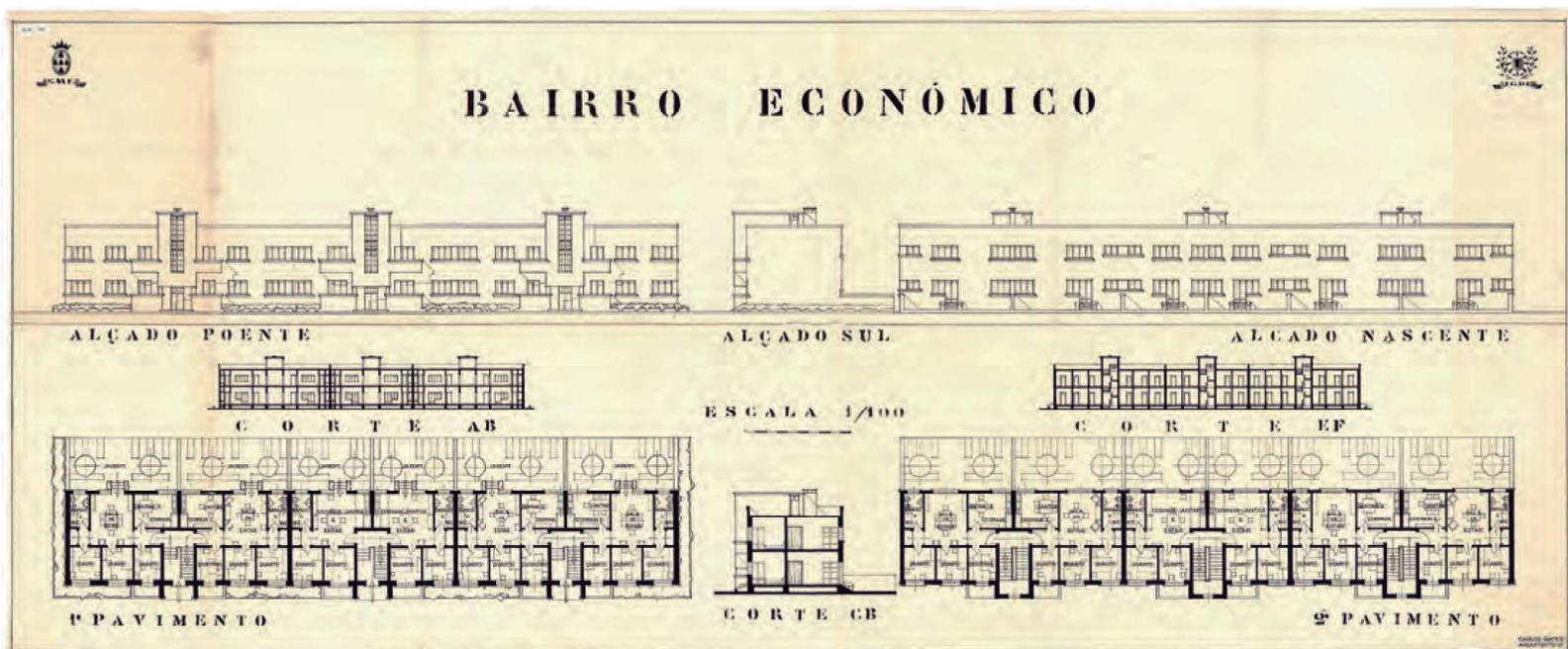


FIG.03.17 | *Bairro Económico — modelo 2*, Funchal, da autoria do arquitecto Carlos Ramos, 1931 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.73

e aponta o desconhecimento do motivo pelo “processo desta modesta cooperativa constar no arquivo pessoal de Salazar” (p. 67).

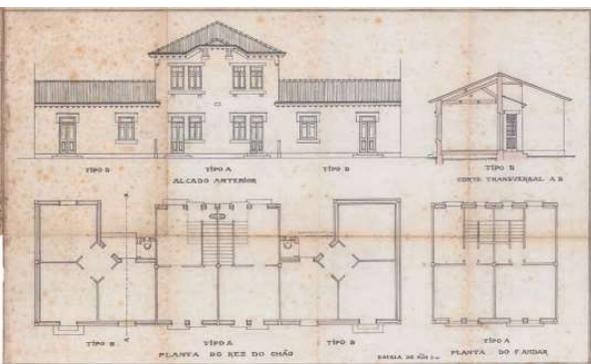


FIG.03.18 | *Casas Económicas tipos A e B*, Porto, 1918 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.57

Juntamente com o Bairro do Arco do Cego e da Ajuda, o Estado promoveu as *Casas Económicas do Porto*, denominado posteriormente por Bairro d'Arrábida, da autoria do engenheiro Gaudêncio Rodrigues Pacheco (1875-1937) (Gonçalves, 2011). O engenheiro Gaudêncio Pacheco clarifica em 1920 que o bairro “dispõe de excepcionais condições de salubridade, fundado além disso vizinho de importantes lugares da indústria fabril” (TXT.09597693. SIPA/IHRU apud Gonçalves, 2011, p. 56). Destaca-se na Figura 03.17, o átrio distributivo que conecta todas as divisões da habitação, permitindo uma redução das áreas de circulação.

C. OLHÃO, VIANA DO CASTELO, CASCAIS

No final da década de 1920, observa-se a introdução de novas soluções por meio do debate internacional formalizadas no Bairro de Olhão por Carlos Ramos (1897- 1969), no Bairro de Viana de Castelo por Rogério de Azevedo (1898-1983) e no Bairro Municipal de Cascais por Jorge Segurado (1898-1990). Para Gonçalves (2018) estes bairros configuram uma nova forma de pensar no desenho da casa operária, que foi em seguida interrompido em 1933 com a reabertura do tema da *Casa Portuguesa* como modelo de afirmação nacional.

O projecto de um bairro económico para Olhão (Fig.03.17), em 1929, propunha 24 casas geminadas térreas com pátio interior organizadas ao longo de uma rua privada que funcionava como principal eixo de circulação do conjunto (Agarez, 2016). O arquitecto Ricardo Agarez, ao ter realizado uma investigação sobre os edifícios de arquitectura moderna na década de 1920, intitulada *Algarve Building Modernism, Regionalism And Architecture In The South Of Portugal, 1925-1965*, confirma

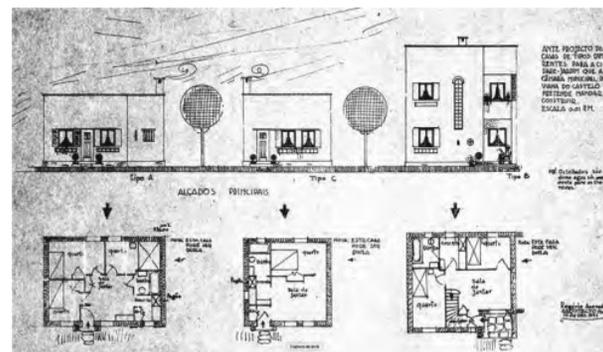
a preocupação do arquitecto Carlos Ramos em normalizar os elementos construtivos vernaculares locais, ajustando o desenho modernista da proposta à arquitectura popular.

O bairro de Viana do Castelo, projectado por Rogério de Azevedo em 1932, foi estruturado através do conceito de cidade-jardim, constituindo-se por casas isoladas, escola, creche e dois conjuntos para cooperativas de habitação (Gonçalves, 2018). Ao nível do traçado urbano o arquitecto, segundo o autor, não hierarquizou os jardins e logradouros, mas definiu uma faixa de terreno para hortas na zona poente e integrava campos e parques de jogos no seio dos quarteirões. O autor observou que existiu a preocupação por parte do arquitecto em desenhar as moradias flexíveis (Fig.03.19), de maneira a formar tipologias até quatro quartos, possíveis também de serem agregadas em banda. Ressalta para Gonçalves (2018), no desenho do espaço interior da habitação, a dimensão dos espaços e complexidade funcional dos compartimentos associados à cozinha e ao W.C., que denota também uma consciência da introdução de equipamentos domésticos modernos no quotidiano das famílias (Fig.03.19).

Inaugurado a 1933, o Bairro Operário de Monte Real, localizado em Cascais, projectado por Jorge Segurado, definia-se a nível urbano por uma malha rectangular onde as habitações se dispunham em fileiras paralelas (Fig. 03.21). Foi projectado inicialmente com 133 fogos do tipo A e 123 do tipo B, uma escola, parques infantis, uma biblioteca e uma sede de cooperativa. Segundo Gonçalves (2018), ambas as tipologias (com um ou dois quartos) correspondiam a casas unifamiliares agrupadas em banda, “tendo um núcleo distributivo formado pela «casa comum», a qual era agregada uma pequena zona de cozinhar e um quarto de banho” (p. 74) (Fig.03.20).

Estes três exemplos do final da década de 20 e princípio de 30 desenvolvem novas soluções no desenho do espaço doméstico operário. Estas experimentações decorreram, como observou Gonçalves (2018), da nova prática veiculada pelo movimento funcionalista europeu, da qual surgem “por via do debate internacional desencadeado em torno do programa ideológico e formal do Esprit Nouveau e da Bauhaus” (p.73). Observou-se nas plantas das tipologias dos três bairros, principalmente no bairro Monte Real (Fig. 03.20), a redução das zonas de circulação da habitação a um “espaço comum” de estar e não apenas de circulação, que comunicava com vários compartimentos (quarto, casa de banho, cozinha e o acesso exterior à habitação).

Na década de 1920 os bairros operários reflectiram os debates lançados pelas revistas de especialidade e adaptaram-se aos requisitos dos decretos. Três anos antes do RSEU (1903), no Bairro do Monte Pedral no Porto, Marques da Silva demonstrou as preocupações ao apresentar soluções para a higiene e salubridade das habitações, ao desenvolver o espaço interior com uma maior dimensão e com boas circulações, arejamento e insolação. Observou-se uma variedade de propostas de habitação económica, desde os projectos monumentais promovidos pelo Estado, como o Bairro do Arco do Cego e da Ajuda contrastando com a escala dos bairros promovidos na cidade do Porto, com soluções de menor dimensão a nível urbano, e por fim os Bairro de Olhão, de Viana do Castelo e de Cascais que se encontram em sintonia com o discurso internacional.



G.03.19 | Anteprojecto das casas de tipos diferentes, Viana do Castelo, do arquitecto Rogério de Azevedo, 1932 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.74

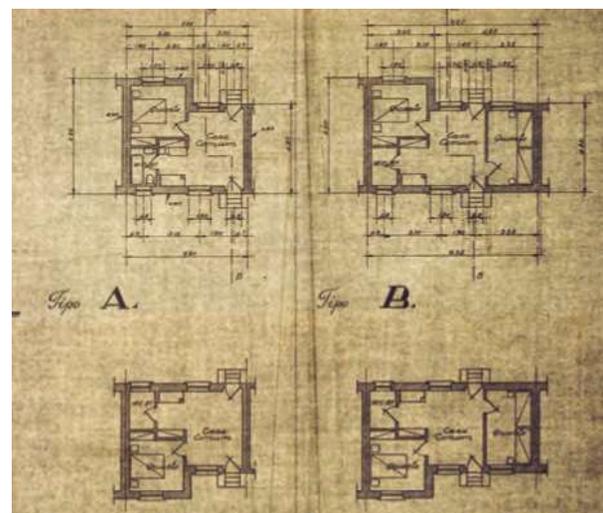


FIG.03.20 | Bairro Operário Conde de Monte Real, Cascais, 1930, da autoria do arquitecto Jorge Segurado, 1930 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.76



FIG.03.21 | Bairro Municipal de Cascais, Cascais, 1933, da autoria do arquitecto Jorge Segurado, 1933 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.77

Na década de 1920 estes diferentes posicionamentos dos arquitectos, reflectidos nos bairros construídos, demonstram que estes profissionais tinham consciência dos vários problemas inerentes à construção de bairros operários e capacidade para resolvê-los. Tal é visível na questão urbana (equipamentos públicos, espaços verdes) até à tipologia (higiene, salubridade, qualidade estética). No entanto, como refere Gonçalves (2018) estas propostas “afastavam-se daquilo que viria a ser o modelo implementado pelo Estado Novo para a arquitectura das Casas Económicas de 1933” (p. 76) que passa a “vigorar uma normalização da forma para a reprodução de um tipo de casa que persegue um ideal rural pela combinação da horta com formas chãs (...) A «casa de família» que António Salazar ambiciona para o País dará corpo aos aspectos pitorescos das casas simples vernaculares tomados como sinais genuínos de uma portugalidade que se quer regenerar” (p. 79).

3.4.4. OS TIPOS DE BAIRRO OPERÁRIO

No decorrer da leitura dos vários acontecimentos que levaram ao desenvolvimento do tema da habitação económica, foi possível identificar os vários tipos de bairros pensados e desenvolvidos no princípio do século XX. Através da leitura dos subcapítulos anteriores, verificou-se que podem surgir de diferentes promotores as mesmas ou diferentes soluções. Deste modo, a leitura dos diferentes tipos de bairros foi realizada através da análise da repetição do fogo base, resultando numa tipologia urbana.

Quanto à habitação popular desenvolvida na época, as ilhas caracterizam-se por fileiras de pequenas casas de um só piso, os pátios desenvolviam-se em redor de um terreno com casas de um piso só, e as vilas também se agrupam à volta de um terreno, com acesso através de um espaço central com habitações entre um a dois pisos. Estas soluções são maioritariamente definidas por conjuntos em banda com diferentes dimensões nos corredores de acesso às habitações, sendo que, normalmente, estes conjuntos tinham dimensões reduzidas o que dificultava a ventilação e iluminação das habitações.

No princípio do século XX os *Debates, estudos e propostas de arquitectura* (sub-capítulo 3.4.1) provenientes do conhecimento da higiene e salubridade, levaram aos arquitectos, engenheiros e médicos a identificarem várias soluções tipológicas urbanísticas. Mello de Matos (1904) concluiu que as constituídas em banda, são mais económicas por partilharem uma parede e ocupam menos terreno e os jardins podiam ficar na retaguarda ou à frente.

Relativamente ao *Enquadramento Legal* (sub-capítulo 3.4.2) valorizou-se a casa unifamiliar isolada, mas permitiu-se também a construção de grupos de duas e quatro casas e fileiras de casas sucessivas e unidas. Para estas soluções, a legislação impunha a condição de terem sempre um pequeno jardim ou pátio, seja à frente ou atrás das habitações.

No *Bairro Operário* (sub-capítulo 3.4.3), pensado e desenvolvido durante o primeiro quartel do século XX, identificaram-se as seguintes tipologias urbanísticas na sua concepção e realização: conjuntos de quatro habitações e casas simples, ambas com jardim (Bairro do Monte Pedral); conjuntos de quatro habitações agrupadas de um e dois pisos e cada uma delas com um pequeno jardim (Bairro

O Comércio do Porto); prédios plurifamiliares de um piso até quatro com espaços ajardinadas nas traseiras (Bairro da Ajuda); casas isoladas, casas agrupadas, casas contínuas em alinhamento e casas geminadas (Adões Bermudes, Arco do Cego); vivendas em banda, com jardins na frente a alguns nas traseiras (Edmundo Tavares e Frederico Carvalho, Bairro Arco do Cego). No final da década de 1920, o Bairro de Olhão caracteriza-se com casas geminadas em banda, o Bairro de Viana do Castelo, por casas isoladas com quintal/horta e o Bairro Monte Real, por casas unifamiliares agregadas em banda.

3.4.5. BAIRRO E PROPRIEDADE

Na transição entre séculos em Portugal, Teixeira (1992) identifica um período que corresponde a uma transição de um mercado não regulamentado, de carácter essencialmente privado, para as primeiras intervenções estatais, ainda que com poucos resultados, e por fim para o desenvolvimento de programas de habitação estatal de maior escala já no período do Estado Novo. Antes do século XX a procura de habitação de baixo custo foi promovida principalmente, por construtores privados e, numa escala muito menor, por sociedades filantrópicas e por industriais que construíram habitações para os seus próprios operários (Silva, 1994). No entanto, a maioria das casas construídas por industriais ou por filantropia adoptaram os modelos de habitações disponíveis, que variavam consoante os recursos do promotor e dos objectivos da iniciativa.

Até ao fim da Monarquia (1910), a construção das ilhas na cidade do Porto manteve-se por não existirem outras alternativas à habitação operária (Teixeira, 1992). Esta situação surgiu de uma incompatibilidade económica por parte dos promotores com a nova regulamentação. Por outro lado, em Lisboa a situação económica por parte dos promotores privados permitiu “elaborar o modelo do «pátio» e começado a construir habitação e de acordo com a nova regulamentação” (idem, p.74). Em consequência, a taxa de mortalidade em “Lisboa baixou de 30,35 ‰ para 23,39‰ entre 1880 e 1910, e no Porto, durante o mesmo período reduziu apenas de 31,94‰ para 31,00‰” (idem, p.74).

Relativamente à iniciativa pública, verifica-se a partir do início do século XX a promoção de regulamentação e construção de habitação municipal. Segundo Teixeira (1992), na década de 1910 a Câmara Municipal do Porto promoveu a construção de quatro bairros para as classes trabalhadoras (Colónia Antero de Quental de 1914; Bairro de Estêvão de Vasconcelos de 1914; Bairro de Viterbo de Campos em 1916; Bairro Manuel Laranjeira em 1917). No entanto, contrariamente ao verificado na autarquia do Porto, entre 1910 e 1926 a Câmara Municipal de Lisboa mostrou-se indiferente aos problemas de habitação na cidade ao não construir nenhuma habitação durante este período, optando por se aliar indirectamente às iniciativas privadas, que neste período registaram uma maior actividade e diversidade na oferta de habitação popular através da construção de pátios, vilas e pequenos prédios de habitação. Portanto, como observou Pereira (1994), a década de 1920 representa em Lisboa “as últimas e já raras realizações da iniciativa privada na construção de vilas” (p. 523).

Em 1918 com a publicação do Decreto nº 4137, o Estado passou a promover directamente a construção de habitação económica, permitindo também a sua construção por iniciativas privada,

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

quer através de sociedades ou de cooperativas. No entanto, apesar dos incentivos apresentados pelo Decreto, os promotores privados consideravam mais lucrativo construir sem limitações de renda, do que sujeitarem-se às especificações e às rendas impostas pela lei:

“a maior parte dos promotores de habitação popular não tinham capacidade financeira para investir neste tipo de empreendimento, que pressupunha investimentos muito maiores do que os necessários para construir «ilhas», enquanto que os promotores com mais capital preferiam investir especulativamente ou construir habitação para as classes médias, actividades que lhes davam maiores lucros” (Teixeira, 1992, p. 78).

Assim, ao abrigo deste Decreto, o Estado promoveu a construção do Bairro do Arco do Cego e o Bairro da Ajuda, em Lisboa, e o Bairro de Sidónio Pais, no Porto. No entanto, os novos bairros de Lisboa, terminados apenas em 1934-1935, serviram de alojamento à classe média e não há classes proletárias, não cumprindo os objectivos originais da Primeira República e do Decreto nº 4137. Tal situação deveu-se às limitações orçamentais da década de 1920 não permitirem alcançar os objectivos sociais planeados pelo Estado, e “quanto ao acesso à habitação, a classes proletárias continuo maioritariamente dependente de um mercado privado de arrendamento ancorado num parque habitacional de fraca qualidade e, em parte clandestino” (Gonçalves, 2018, p. 65). Durante esta década, coincidem as primeiras iniciativas públicas de habitação com a última década de promoção privada de habitação em Lisboa (Teixeira, 1992; Pereira, 1994).

Na transição entre a década de 1920 e 1930 o Estado passou a controlar todo o processo de construção das casas económicas, incluindo a aquisição de terrenos, o financiamento, a construção, a distribuição das casas e a gestão dos bairros (Teixeira, 1992). Somente em 1938, através da divulgação de num novo decreto (Decreto-Lei nº 28912, de Agosto de 1938), o Governo retomou o tema da construção para as famílias mais carenciadas que habitavam nas barracas através do “programa das casas desmontáveis”. Porém, como descreve Teixeira (1992): o “tamanho, a qualidade e as rendas destas casas eram bastante inferiores às das casas económicas” (p.81). Estas habitações foram construídas com materiais pobres - “placas de fibrocimento, menos dispendioso e de construção mais rápida” (Silva, 1992, p.10) - por serem de alojamento provisório para as famílias desalojadas dos bairros de barracas e futuramente substituídas por outras permanentes.

Os temas anteriormente observados – O *Bairro Operário*, *Os tipos de Bairro e Bairro e Propriedade* – podem ser analisados no que diz respeito à construção de habitação económica em Portugal na década através da plataforma *Mapa de Habitação (1910-1974)*. Esta plataforma é um Projecto desenvolvido no âmbito do grupo *Atlas da Casa [AdC]*, um dos grupos de investigação do *Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo [CEAU] na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto [FAUP]*. O projecto *Mapa de Habitação (1910-1974)* pretende estabelecer um estudo contextual comparativo e interpretativo através da compilação de arquivos documentais de habitação de iniciativa pública em Portugal e simultaneamente pelo meio de uma revisão de fontes secundárias (livros e trabalhos de investigação) na procura pela “articulação do conhecimento e o preenchimento de lacunas temporais, locais ou programáticas, rumo a uma visão global e sistémica” (Mapa da

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

Habitação em Portugal, 2019, para. 1). Esta base dados permitiu apontar a relação entre os programas públicos e privados de habitação e identificar tipos habitacionais e a sua localização. Observou-se na plataforma a correspondência do conceito de bairro de rendimento habitação apresentado no site em comparação com o definido por esta investigação em relação aos temas habitação económica, higiene e salubridade, e bairro operário:

Bairro de rendimento – Bairro de iniciativa privada que pelas suas características morfológicas e tipológicas mantém forte semelhança com outros bairros sustentados em programação de habitação coevos. Estes bairros destinam-se há classes proletárias com possibilidade de sustentar um arrendamento caracterizando-se por um desenvolvimento espacial mínimo, contudo apresentando já, em alguns casos, a preocupação com infra-estruturas básicas como abastecimento de água e saneamento e, principalmente, ventilação. Assim, este tipo de promoção, não se inserindo num programa habitacional legalmente enquadrado, partilha semelhanças e vai explorar a possibilidade de arrendamento às famílias que não são abrangidas pela habitação programada (Mapa da Habitação em Portugal, 2019, para. 1)

Face a esta correspondência, os dados recolhidos através da plataforma *Mapa de habitação (1910-1974)* e sintetizados na Fig. 03.22, permitem compreender através da comparação de três períodos relativos à legislação de habitação económica (1.º antes da publicação de legislação sobre o tema; 2.º quando em 1918 entra em vigor o Decreto n.º 4137 – Bairros de casas Económicas; 3.º quando entra em vigor em 1928 o Decreto n.º 16055 – Regime de Casas Económicas) o número de bairros construídos em Portugal de acordo com a sua localização e número de fogos construídos, a sua promoção (privada ou pública) e por fim a que tipologia pertencem (banda, colectiva, geminada). Estes dados, analisados de acordo com a legislação em vigor na época permitem confirmar que no período de investigação (particularmente da década de 1920) a cidade do Porto apresenta um maior número de bairros construídos, de origem privada e maioritariamente de tipologia em banda comparativamente ao resto do país. Estes dados, confirmam a importância e a quantidade de habitação construída na cidade do Porto, sendo as habitações construídas maioritariamente através de promoção privada, nas quais a tipologia urbana mais utilizada foi em banda (Fig.03.22). Este gráfico comprova a pertinência na análise de propostas de habitação económica desenvolvidas por parte dos arquitectos para o Porto, de promoção privada e tipologia urbana em banda.

Estes dados confirmam a relevância do estudo de habitação económica de promoção privada como também sugere Gonçalves (2018), ao observar que em relação ao Decreto n.º 4137 “não se conhece o impacto que a lei causou no sector privado” (p.54), abordando no seu artigo apenas as intervenções públicas.

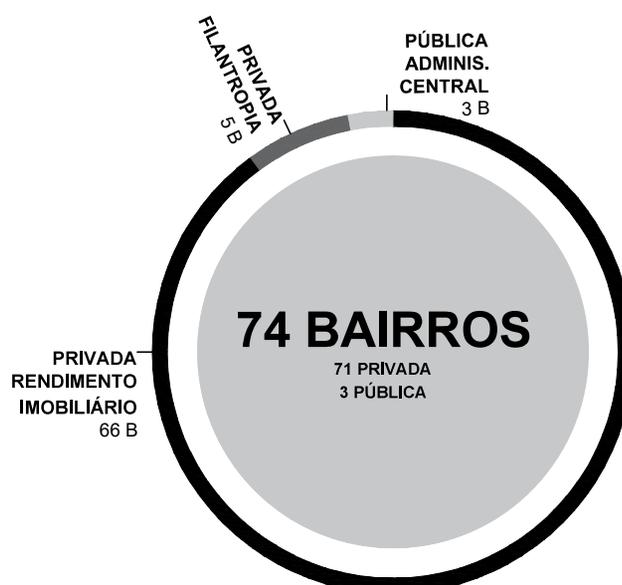
1900 - 1917

ANTES DA PUBLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA

**LOCALIZAÇÃO VS N.º DE BAIROS
CONSTRUIDOS EM PORTUGAL**



**PROMOÇÃO
PÚBLICA / PRIVADA**



**TIPOLOGIA
COLECTIVAS / GEMINADAS /
BANDA**

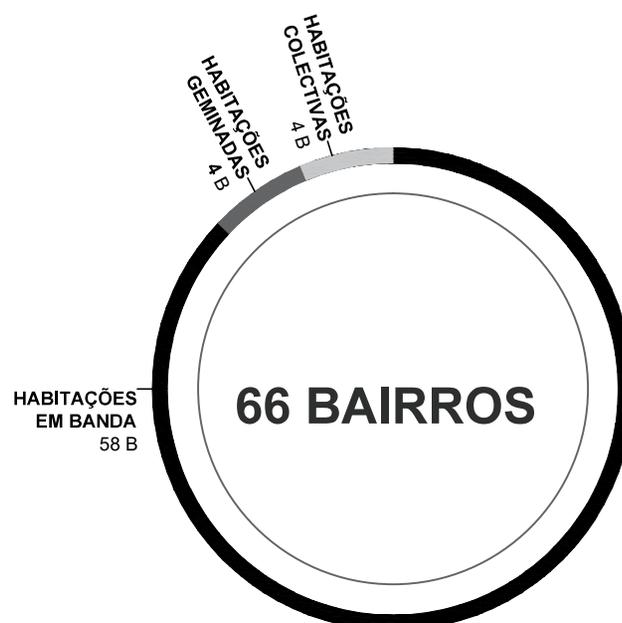
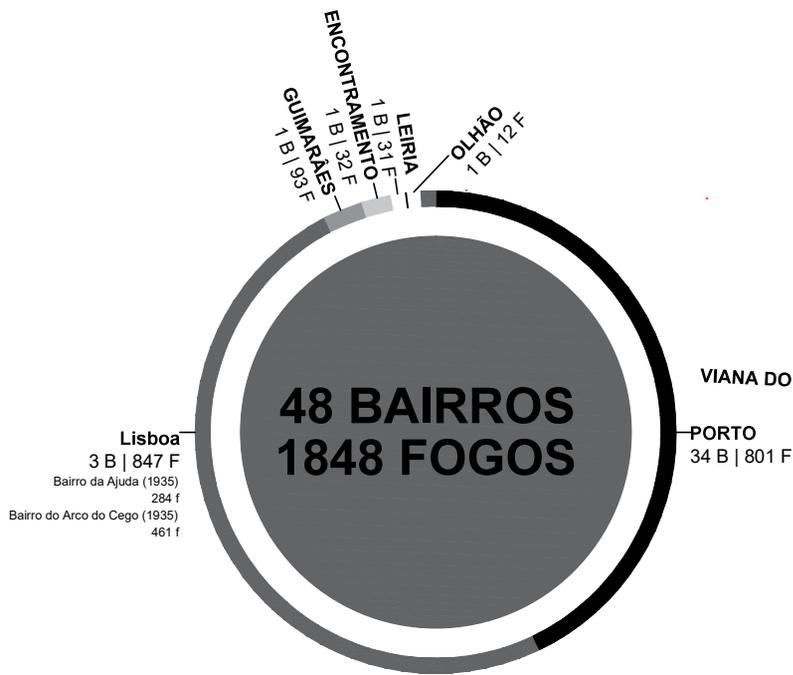


FIG.03.22 | Gráfico que representa a relação entre a localização e número de bairros construídos, a promoção (privada ou pública) e a tipologia com base na informação disponibilizada no site Mapa da Habitação em Portugal (acedido em <https://db.up.pt/fmi/webd/map-ahabitacaodb>) de acordo com a legislação em vigor na década de 1920 | Fonte: Decreto n.º 4137, 1918 p.455

1918 - 1927

EM 1918 ENTRA EM VIGOR O DECRETO DE LEI N.º 4137
(BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS)



1928 - 1932

EM 1928 ENTRA EM VIGOR O DECRETO N.º 16055 DE 1928
(REGIME DE CASAS ECONÓMICAS)



PORTO

34 BAIRROS

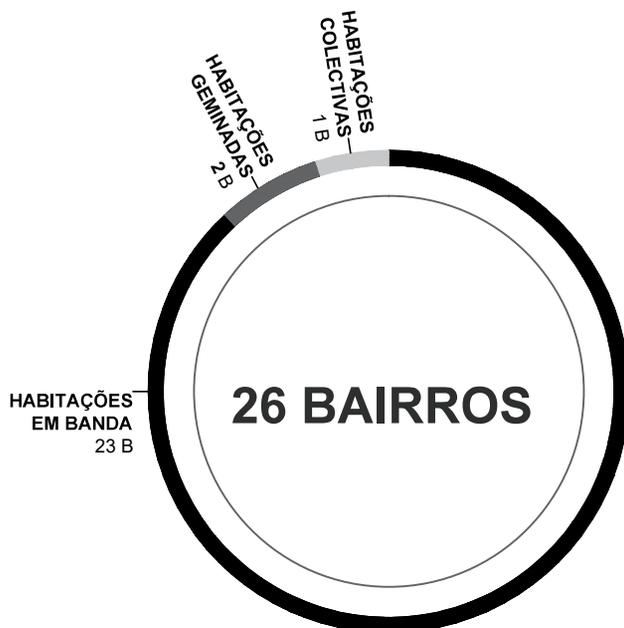


51 BAIRROS



PRIVADA
RENDIMENTO IMOBILIÁRIO

26 BAIRROS



44 BAIRROS?



BANDA

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

3.5. CONCLUSÃO

O alojamento das classes proletárias foi problemático face às questões de higiene e salubridade, no qual a habitação operária foi identificada pelos vários intervenientes na sua construção como foco de insalubridade, sendo alvo de várias recomendações e leis. Os vários intervenientes na cidade (arquitectos, engenheiros, médicos e higienistas) com base no RSEU (1903) apresentaram algumas leis relacionadas com a salubridade da habitação. Estas procuravam definir as condições de higiene da habitação através de soluções pontuais no seu interior, redefinindo o seu programa pelo número de equipamentos (instalações sanitárias e cozinha) e na distribuição e melhoria das condições dos espaços (dimensões), que tinha subjacente a consciência da importância dos elementos naturais (ar, sol e a luz).

Por conseguinte, foi na habitação económica que se procuraram estratégias alternativas ao alojamento precário dos pátios, vilas e ilhas e se reflectiram as preocupações e respostas sobre a cidade moderna. Estratégias reflectidas através da renovação da habitação para as classes proletárias como resposta à urgência sanitária e de higiene pública das populações ou afirmando a habitação digna como um direito fundamental que a República queria garantir.

O trabalho científico dos arquitectos e engenheiros contribuíram para a divulgação do tema, ajudando a promover propostas de lei por parte do Estado (RSEU e Decreto n.º 4137) que definiram e regulamentaram as características das habitações e dos bairros operários.

Assim, as características identitárias da habitação económica em Portugal mais relevantes para compreender a definição do conceito na década de 1920 são: a localização, o Porto por ser a cidade com maior índice de construção de habitações comparativamente com as outras cidades industriais; o tipo de promoção (de iniciativa privada), por se assistir à não construção de habitação promovida pelo Estado, por ser a última década de construção de vilas e por ter continuado a construção de ilhas (Porto); tipo de organização urbana das habitações (banda); a habitação, o programa funcional, número de compartimentos e áreas mínimas (definido pelo Decreto de Lei n.º 4137, de 1918, bem como a organização programática, definida no Decreto de Lei n.º 16085, de 1928); a higiene e salubridade, a água, esgotos, a ventilação/luz, as instalações sanitárias e cozinha; económica, reflectida no sistema construtivo e nos materiais, e rentabilização do espaço interior através da redução das zonas de circulação; por fim sublinha-se a qualidade estética no desenho das fachadas (Fig. 03.23).

Conclui-se que na década de 1920 os arquitectos tinham a necessidade em dar uma resposta de cariz social ao problema da habitação económica ao procurarem desenvolver condições de higiene e salubridade no habitar através da materialidade e espacialidade. Esta conjuntura no primeiro quartel do século XX, com as várias mudanças governamentais e as várias políticas de habitação foi registada por três periódicos da especialidade: *A Construção Moderna* (1900-1919), o *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911) e *A Architectura Portugueza* (1908-1929).

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920		BASES DOCUMENTAIS
CARACTERÍSTICAS		AUTORES
01. LOCALIZAÇÃO	PORTO	"Embora importantes em Lisboa, os «pátios» nunca se construíram em tão grande número como as «ilhas» do Porto. Em 1905 havia 233 «pátios» em Lisboa, com um total de 2278 habitações e alojando 10487 pessoas. Uns anos antes, em 1899, existiam no Porto 1048 «ilhas», com 11129 casas e 50000 habitantes. Embora com menos de metade da população de Lisboa, o Porto tinha quase cinco vezes mais pessoas vivendo neste tipo de habitação do que Lisboa" (Teixeira, 1992, p. 69).
02. PROMOÇÃO	PRIVADA	"a 1.ª República lançou as primeiras iniciativas de habitação social, os bairros sociais, só concluídos na década de 30, dois em Lisboa e um no Porto. Não obstante as diversas iniciativas tomadas para esse fim, a intervenção do Estado na promoção directa de habitação social foi um fracasso completo durante a 1.ª República: não se construiu um único fogo" (Silva, 1994, p. 658). "As últimas e já raras realizações da iniciativa privada na construção de vilas datam da década de 20" (Pereira, 1994, p.523). Relativamente aos incentivos apresentados pelo Decreto de Lei n.º 4137 "a maior parte dos promotores de habitação popular não tinham capacidade financeira para investir neste tipo de empreendimento, que pressupunha investimentos muito maiores do que os necessários para construir «ilhas», " (Teixeira, 1992, p. 78). "Enquanto que em 1899 existiam 1048 «ilhas», com 11129 casas, alojando 50000 pessoas (Jorge, 1899), em 1909 o número de «ilhas» tinha aumentado para 1200, com 12000 fogos (Moreira, 1950), e em 1929 o seu número tinha ainda aumentado para 1301 «ilhas», com 14 676 casas (Antas e Monterroso, 1934)" (Teixeira, 1992, p. 74).
03. TIPOLOGIA URBANA	BANDA	"Fileiras de casas sucessivas, collocadas parallelamente à rua. São mais económicas do que as que teem uma parede commum, occupam menos terreno e exigem vedação, podendo os jardins, quando os tiverem, o que é sempre conveniente, ser collocados, na rectaguarda e, se houver terreno suficiente, haverá outro jardim ou pateo na frente para as separar da rua" (Mello de Matos, 1904, p. 285).
04. HABITAÇÃO	PROGRAMA NÚMERO DE COMPARTIMENTOS ÁREAS	"classe I, a mais elevada, teria três ou mais quartos habitáveis com mais de 9m2, cozinha e WC; a Classe II reduzia-se para 2 quartos nas mesmas condições; a Classe III reduzia-se para 1 quarto de 9m2 e cozinha; e a Classe IV para um quarto isolado com 9m2 pelo menos" (Decreto n.º 4137, 1918, p.455)
05. ORGANIZAÇÃO PROGRAMÁTICA	.COMPARTIMENTOS HABITÁVEIS .COMPARTIMENTOS NÃO HABITÁVEIS - SERVIÇOS	"Uma casa económica compor-se há de: compartimentos habitáveis - salas e quartos; compartimentos não habitáveis - cozinha e casa de banho; pertences - W.C., despensa e casa de arrumações" (Decreto n.º 16 085, 1928, p.2250).
06. HIGIENE E SALUBRIDADE	ÁGUA	"A natureza das recomendações conducentes à salubridade da habitação são diversas mas podem dividir-se em duas sensibilidade: A primeira procura fixar as condições de higiene em intervenções pontuais - redefinindo o programa da habitação em função da tipologia de alguns espaços (w.c., cozinha) ou a incidência de elementos naturais, o ar, o sol ou a luz que penetram nos interiores. A outra corrente, pelo contrário, confia que a instalação de aparelhos e dispositivos técnicos assegure e melhore as condições sanitárias" (Serrano, 2011, p.371). "os requisitos da salubridade são em número de cinco: o ar, a luz, o calor, a agua, e, enfim, o solo." (Serrano, 2011, p.374)

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA DÉCADA DE 1920

ÁGUA	ESGOTOS	<p>“Este arquitecto (João Lino de Carvalho) considerava dois níveis de estruturação do saneamento na cidade: os que se exerciam no proprio solo (canalizações, esgotos); e os que se erigiam acima do solo” (Figueiredo, 2018, pp. 272-273)</p> <p>“todas as habitações possuem esgotos e teem água á vontade” (Mello de Matos, 1903, p.143)</p>
	VENTILAÇÃO . LUZ	<p>“As janellas devem ser amplas para darem entrada ao ar e à luz, tendo pelo menos um décumo da superficie do pavimento do quarto, e com o minimo de 0,80 m² nos quartos de dormir” (RSEU, 1903, p. 66).</p> <p>“Relativamente às condições de arejamento e luminosidade este autor reivindicava: «estabelecemos a forma das plantas das novas cidades (...) de modo que dão azo a uma solução racional e astronomicamente verdadeira da illumination da habitação por meio dos raios solares»” (Augustin Rey, 1905, p. 286 apud Figueiredo, 2007, p. 273).</p> <p>“ver talvez em breve a habitação económica unfluir beneficemente tanto moral como physicamente sobre uma população que se estiola por falta de luz, por falta de ar, por falta de hygiene e que perde a energia por carência de bem estar adquirido pelo trabalho, pela intelligencia, pelo cumprimento do dever” (Mello de Matos, 1907, p.60).</p>
	W.C.	<p>“Em cada domicilio deve haver pelo menos uma latrina e uma pia de despejo, independentes uma da outra. A latrina poder ser collocada, conforme as circunstancias, ou em espaço contiguo ao predio, ou por fora da sua parede exterior, ou ainda no interior da habitação, convindo neste caso que o seja ao fundo de um corredor, em local onde possa haver uma janella ou pelo menos uma fresta de 0,30 cm X 0,50 cm X que dê communicação para o ar exterior” (RSEU, 1903, p. 68)</p>
07. ECONÓMIA	CONSTRUÇÃO RÁPIDA	<p>“estudo das habitações de todos os que ganhavam pouco e pretendiam crear uma família, ter um lar” (Mello de Matos, 1904, p. 278).</p> <p>“Tem-se reconhecido a necessidade de os substituir por arruamentos de habitações modestas, mas limpas, cujas rendas sejam compatíveis com os meios de que dispõem os menos favorecidos da fortuna” (Decreto de Lei n.º4137, 1918, p. 452).</p>
	MATERIAIS BARATOS	<p>“na actualidade harmonisar a arte e a hygiene com a economia é de facto o mais interessantes problema que se impõe ao architecto” (João Lino De Carvalho, 1908, p. 25)</p> <p>“Importava «não fazer apenas projectos», mas acima de tudo executá-los «económica» e «rapidamente»” (Mello de Matos, 1905, p.102 apud Figueiredo, 2007, p.285).</p>
	CIRCULAÇÕES REDUZIDAS	<p>“como as que dizem respeito às rendas e preços de venda das casas económicas, bastante mais elevados do que o que se estipulava nos projectos referidos, que se explicam facilmente, visto o acréscimo exorbitante que desde 1914 a 1916 tiveram não só os salários dos operários das indústrias de construção, mas também os materiais empregados pelas mesmas indústrias, o que torna inexequíveis as bases em que se fundam aqueles diplomas” (Decreto de Lei n.º4137, 1918, p. 452).</p> <p>“tendo um núcleo distributivo formado pela «casa comum», a qual era agregada uma pequena zona de cozinhar e um quarto de banho” (Gonçalves, 2018, p. 74).</p>
08. ESTÉTICA	HABITAÇÃO ATRAENTE	<p>“Fazer a casa atraente, torna-la verdadeiramente o lar é pois, obra de altíssima moral social , é de aquellas que merecem fixar a atenção do legislador, do philosopho, do moralista, do constructor, até do financeiro (Mello de Matos, 1904, p. 278).</p>
	FACHADAS ADORNOS	<p>“Pretende-se aqui evitar o carácter lúgubre, típico dos bairros operários, constituídos por monótonos alinhamentos de casas uniformes e sem adornos. Por isso se projectam tipos variados, se enriquecem as fachadas” (Pereira, 1994, p. 522)</p> <p>“para se evitar a mononita da repetição os architectos reuniram estas habitações em grupos de seis ou oito, variando a estilisação das fachadas creando assim efeitos decorativos” (Mello de Matos, 1904, p.143).</p>

FIG.03.23 | Quadro síntese das Características Identitárias da Habitação Económica na década de 1920

CAPÍTULO 4

REVISTAS DE ARQUITECTURA

Para entender os mecanismos de divulgação da arquitectura no início do século, procurou-se contextualizar as revistas socialmente, culturalmente e economicamente na época para compreender a imprensa periódica especializada de arquitectura como meio de divulgação relevante para a prática da classe profissional dos arquitectos, com foco no tema da habitação económica em Portugal.

FIG. 04.00 | Conjunto de projectos e informação teórica sobre Habitação Económica divulgada na revista *A Construção Moderna* e n' *A Architectura Portuguesa*

4.1. PORTUGAL NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX

A prática e a divulgação da arquitectura reflectem os valores e os condicionamentos do período em que é produzida, pelo que se apresenta uma breve síntese desse contexto político, económico-social e cultural.

4.1.1. POLÍTICA E ECONOMIA

No decorrer do desenvolvimento económico promovido pela 2.^a Revolução Industrial, em 1900, a Europa encontrava-se no seu apogeu a nível militar, industrial e comercial. Samara & Rosas (2000), ao contextualizarem a política e a economia na obra *Portugal 1900*, constataram que a industrialização promoveu o êxodo rural e o crescimento das cidades a favor do desenvolvimento industrial, dos serviços, transportes e do comércio.

Portugal, na periferia da Europa, não partilhava totalmente os mesmos desenvolvimentos e aspectos que caracterizavam os restantes países. O arranque industrial levou ao crescimento das cidades e fez alterar uma situação maioritariamente rural para citadina, sobretudo em Lisboa, como centro das lutas políticas e sociais, ainda que a um ritmo menos intenso que noutros países (Samara & Rosas, 2000). O historiador Rui Ramos (2001), ao ter realizado uma contextualização histórica e social de Portugal no princípio do século XX, observou que foi através da industrialização e da urbanização que surgiram novos grupos sociais, que reflectiram contrastes sociais, designadamente a classes proletária, constituída por uma vasta massa de trabalhadores economicamente pobres, e uma nova pequena burguesia de serviços, abastada e culta.

Em 1916, alterou-se a posição neutral de Portugal na Primeira Guerra com a decisão do envio de tropas para a frente de batalha. Esta nova posição agravou a situação económica, que se encontrava dependente do comércio externo quanto aos bens alimentares e energéticos, para além das baixas de venda da produção nacional (Samara & Rosas 2000). Tal posição, originou um clima de instabilidade nas principais cidades, tornando urgente a intervenção do Estado em várias matérias de cariz social, nomeadamente a habitação digna.

O Estado através da promoção de diferentes estratégias promoveu a renovação da habitação para as classes pobres como resposta à urgência sanitária e da higiene pública das populações, afirmando “a habitação digna como um direito fundamental que a República deveria garantir” (Gonçalves, 2018, p.78).

Após o golpe militar de 1926 deu-se uma progressiva estabilização política e recuperação económica do país o que permitiu um equilíbrio financeiro. Tal conjuntura levou à ruptura da continuidade ideológica do tema da habitação promovida pela República em 1933 pelo Estado Novo, culminando este processo de promoção de habitação numa operação de uniformização das casas económicas (Gonçalves, 2018, p.78).

4.1.2. CULTURA E SOCIEDADE

Os primeiros anos do século XX em Portugal foram marcados por um confronto de interesses entre as classes proletárias, que trabalhavam em condições extremas de sobre exploração e uma burguesia ascendente. Os conflitos entre as duas classes encontravam-se relacionados com as poucas condições de vida impostas pelas classes ricas em relação às operárias, onde, se sentia também a falta de interesse dos senhores pela manutenção das habitações e a falta de investimento em novas (Pires, 2001). Através do trabalho na indústria, os trabalhadores começaram a ter uma maior noção dos seus próprios interesses e direitos, procurando, através de greves e manifestações, melhores condições de trabalho, económicas e de vida (Almeida & Fernandes, 1986).

A consciência dos seus direitos e deveres deveu-se ao facto dos operários exercerem o seu trabalho nas cidades, perto dos pólos de decisões e centros políticos, conseguindo lutar pelos seus direitos através de organizações e associações profissionais (Pires, 2001). O operário organizado lutou pela questão social que abalou os governos dos últimos anos da monarquia como os primeiros da República.

A questão social tornou-se assim, um tema relevante no debate público e político no rescaldo na Primeira Guerra (Ramos, 2001). Tal importância durante este período levou a Administração Pública a empenhar-se em resolver o acesso à habitação ao maior número de cidadãos dentro das estratégias políticas republicanas, ao compreender que o tema da habitação era um forte instrumento no jogo político e de controlo social.

A taxa de analfabetismo rondava os 75% o que indicava um quadro limitado ao nível da educação e que o acesso à cultura se encontrava limitado às cidades (Pires, 2001). Tal conjuntura resultava por ser na cidade que se encontravam as instituições científicas, literárias e artísticas, bem como os cafés, teatros, as tertúlias e todo o tipo de actividades de sociabilidade que corporizam o que se entendia na altura como opinião pública. À parte da literatura e da pequena publicação das casas editoriais, Ramos (2001) afirma que Portugal era um país de jornais e revistas.

Durante o primeiro quartel do século XX surgiu uma nova classe social, tendo como base para o seu sustento a industrialização e sendo esse o seu motor de desenvolvimento. A população urbana habitava um país cada vez mais moldado pelas hierarquias sociais que progressivamente definiram a deficiente qualidade do espaço da cidade.

4.1.3. CIDADE, ARQUITECTURA E HABITAÇÃO

A cidade estabeleceu-se como o centro de mudança e de adaptação à vida moderna, as novas dinâmicas culturais e sociais que foram traduzidas pela arquitectura e pelo urbanismo, levou os técnicos (arquitectos, engenheiros) a ter como missão principal a luta na higienização da cidade (Almeida & Fernandes, 1986). Nas cidades portuguesas, de pequena dimensão comparativamente às estrangeiras, viviam apenas cerca de 800 mil pessoas, com destaque para as maiores cidades de Lisboa (380 mil) e Porto (170 mil), seguidas de longe por Braga, Setúbal, Coimbra, Évora e Covilhã.

As condições de vida das classes proletárias para com as das classes burguesas reflectiram-se na arquitectura. A primeira passou a residir em grandes núcleos de habitação precária e degradada: as ilhas,

no Porto, e as vilas, em Lisboa. A segunda terá surgido de uma pequena burguesia em ascensão, que através da exploração das classes proletárias conseguiu melhorar as suas condições de vida. Esta pequena e média burguesia representou a primeira base de apoio para o desenvolvimento urbano de Lisboa, constituindo-se os futuros clientes dos arquitectos. Exemplo disso foi o surgimento de novas áreas residenciais (Avenidas Novas) decorrentes do plano Ressano Garcia que estabeleceram um espaço hierarquicamente definido na cidade em relação aos bairros operários e à cidade antiga. Em contraste, como salienta Silva (2000), a necessidade de se construírem bairros operários era apenas abordada esporadicamente pela Corte.

De acordo com Almeida & Fernandes (1986), a partir de 1900 o operário português começou a entender que tinha de agir como um colectivo de maneira a combater as condições desumanas que lhe eram impostas e, nesse sentido, a sua luta evoluiu progressivamente até ao final da década de 20, quando o Estado Novo passa a exercer a sua nova política. Para Almeida & Fernandes (1986), foi de facto o despertar político desta classe que protagonizou a história das primeiras décadas do século.

A imprensa, como espaço de debate, constituiu e reflectiu um campo de visão que reúne todos estes factores. De acordo com Andrade (2018), o século XX encontrou nas revistas o instrumento apropriado à criação, circulação e discussão de ideias e da cultura da sua época. A imprensa revelou-se como uma janela crítica que reflectiu e traduziu os temas e problemas que atingiam a sociedade do seu tempo, pelo que a sua análise para o estudo da arquitectura produzida, estudada e divulgada seja crucial para entender as forças sociais económicas e políticas que em conjunto com as culturais informavam o seu desenho.

4.2. IMPRENSA

No princípio do século XX, a imprensa ocupava de forma crescente um lugar de destaque na sociedade portuguesa. Esta fonte de informação tornou-se num instrumento privilegiado da opinião pública por conter uma forte capacidade representativa e discursiva, elucidando o público a ser guiado pelos conhecimentos que ocupavam uma sociedade moderna (Ramos, 2001).

O doutor Luís Andrade (2018), coordenador do *Seminário Livre de História das Ideias e do Grupo de Investigação Pensamento Moderno e Contemporâneo do CHAM* - projecto que têm como objectivo fazer o mapeamento da cultura portuguesa do século XX a partir da análise sistemática do conteúdo das revistas tidas por mais significativas do século XX disponibiliza uma base de dados online no portal *Revistas de Ideias e Cultura (RIC)*, do qual já faz parte a revista de arquitectura *A Construção Moderna*. Andrade (2018) considerou que as revistas foram responsáveis pela nova estrutura mental e foram instrumentos nos quais as figuras públicas revelavam os seus pensamentos e a suas preocupações. Alguns dos periódicos divulgavam temas importantes e construíram interesses variados, nos quais promoviam doutrinas distintas em torno de públicos específicos, segundo intenções muitas vezes expressas nessas publicações.

Tal relevância foi observada por Ramos (2001), ao identificar que no decorrer do início do século os jornais e as revistas eram cada vez mais uma referência quotidiana. Contabilizavam-se, nos registos em Lisboa²³, 416 títulos de publicações de todo o género, enquanto em 1910 o número terá subido para 543 e, em 1930, atingido os 662. Lisboa e Porto concentravam a maior parte das publicações nacionais (aproximadamente 42%), existindo no resto dos distritos o jornal semanal que detinha 64%

23 Em 1906, os principais jornais da capital, extraíam em conjunto 253 000 exemplares impressos diariamente, colocando desta maneira o jornal como o meio de comunicação mais utilizado (Ramos, 2001).

do total de jornais (Reis, 1989).

A ensaísta Clara Rocha (1985), que publicou a obra *Revistas literárias do século XX em Portugal* onde realiza aproximação sociológica das revistas e jornais literários, definiu a revista como uma publicação periódica que analisa diversos assuntos, o que permite por vezes uma leitura fragmentada, não continua, por isso selectiva onde o leitor só lê os artigos que lhe interessam. A revista visa desempenhar funções de formação, de intervenção ou de animação cultural. A revista também representa um objecto efémero que pode ser guardado ou revisto consoante a informação que disponibiliza seja ela mais cultural, técnica, política, de opinião ou de entretenimento. O aparecimento deste meio de comunicação pode dever-se à afirmação de um grupo ou colectivo, quer a uma necessidade cultural do público, ou um lugar de encontro de uma vanguarda ou geração (Rocha, 1985).

A presença das revistas no quotidiano da sociedade portuguesa motivou um ambiente favorável à constituição de comunidades e correntes originais. Estas, ao serem alimentadas pelas publicações regulares, fizeram evoluir a sociedade a nível cívico, literário e artístico, bem como a nível académico, intervindo na sensibilidade cívica, na opinião e gosto, de tal forma que moldaram a história cultural e política no princípio do século XX (Andrade, 2018). Como tal, este universo literário e intelectual, que tinha subjacentes intenções estéticas e morais destinadas aos de leitores, fez crescer a importância de grupos intelectuais do mundo da arte, da política e da literatura que alteraram o panorama da mentalidade da sociedade portuguesa. França (1983) destaca as publicações *Seara Nova* (1921-1984), *A Águia* (1910-1932), *Presença* (1927-1940), *Orpheu* (1915), bem como *A Ilustração Portuguesa* (1903-1933).

Durante este período de grandes mudanças políticas, muito do que se publicava tinha a função de difundir doutrinas políticas, visto que a imprensa se envolvia directamente e activamente nas disputas políticas da altura (Reis, 1989). Face a esta conjuntura, os republicanos pretenderam desenvolver uma divulgação que fomentasse a educação do povo através do reconhecimento e compreensão dos seus ideais para obterem mais facilmente o seu apoio, e, desta maneira, a instrução das classes proletárias através de periódicos acessíveis tornou-se uma prioridade nesta década (Reis, 1989). O meio material para concretizar esta recuperação social enquadrada nos ideários culturais da aristocracia operária, foram os jornais que ajudaram a despertar a cultura operária para o progresso, entre os vários jornais distingue-se *A Voz do Operário* (Lisboa, 1879) e *A Voz do Proletariado* (Porto, 1879).

Confirmou-se assim, como observou França (1983), que a imprensa promovia em diferentes campos culturais e estratos sociais: a instrução popular (através da divulgação de conteúdos técnicos e de especialização); a propaganda de novas ideias (ideários políticos, por vezes com teor revolucionário) de conteúdo crítico e pedagógico; e por fim promovia o campo artístico, auxiliando o movimento moderno junto da pintura, escultura, literatura e arquitectura.

Dentro deste conjunto variado de publicações (artísticas, literárias, políticas, doutrinárias), as revistas de arquitectura também foram a “prova do importante papel que desempenhavam, pois constituíram o anúncio e o repositório das transformações construtivas, funcionais, estéticas, políticas e sociais responsáveis pelas cidades contemporâneas” (Andrade, 2018, p.72). Assim, a imprensa de arquitectura contribuiu para reforçar o debate e divulgar novas orientações técnicas e expressões artísticas junto da sociedade e dos profissionais ligados à construção.

4.3. REVISTAS PERIÓDICAS DE ARQUITECTURA

A produção teórica publicada em livros, artigos e revistas, contribuiu para a disseminação de ideias sobre a habitação e apresentou as posições dos arquitectos que ambicionavam a sua aplicação prática, elegendo a defesa da habitação pelo seu papel determinante na sociedade.

Embora a imprensa especializada de arquitectura só tenha surgido em Portugal no princípio do século XX, as bases temáticas e linhas de pensamento formaram-se ao longo do século XIX, junto dos periódicos do âmbito artístico que divulgavam os debates de arquitectura (Figueiredo, 2007). Através da obra *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal 1993-1918*, Figueiredo (2007) identificou algumas publicações periódicas precedentes ao princípio do século XX tais como: “*Jornal de Bellas Artes* (1816-1817); *O Panorama*, jornal literário e instrutivo da *Sociedade Promotora de Conhecimentos Úteis* (Lisboa, 1837-1858); *Jornal de Bellas Artes* (1848-1884); *Arte Portuguesa, revista archeologica e de arte moderna* (Lisboa, 1895); *Arte* (Porto, 1895); *Gazeta Illustrada* (Coimbra, 1901); *A Cidade e os Campos*, revista mensal ilustrada (Lisboa, 1900-1910); *Os Serões*, revista mensal ilustrada (Lisboa, 1901-1911); *A Arte e a Natureza em Portugal* (1902-1908); *Arte e Vida* (1904); *O Ocidente* (1878-1915)” (2007, p.179).

Também afirmou que foi através destes periódicos que se estruturaram os critérios e que se desenvolveram os processos de reflexão e debate da arquitectura²⁴. No entanto, foi apenas no princípio do século XX que se consolidou uma capacidade autónoma enquanto disciplina e campo profissional da arquitectura, capaz de se desvincular de outras áreas profissionais, e produzir um discurso crítico e matéria escrita que desenvolvesse uma imprensa especializada em arquitectura. Este atraso do aparecimento de uma imprensa especializada em arquitectura deveu-se, sobretudo, à falta do conhecimento da parte dos autores que produziam e escreviam nessas anteriores publicações, que como não eram arquitectos, não dominavam as ferramentas para desenvolver e aplicar argumentações e conhecimentos que auxiliassem a actualidade do campo profissional (Figueiredo, 2007).

24 Dentro da divulgação da construção e da arquitectura antes de 1900 destacam-se o *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, publicação vinculada a leituras arqueológicas, e a revista *Construção* (1893-1895) divulgando textos teóricos e de críticos internacionais e informação específica para o campo da arquitectura e da construção (Figueiredo, 2007).

25 Tal conjuntura das publicações, também surge numa fase de expansão e delimitação do campo socioprofissional dos arquitectos relacionada, em primeiro lugar, com um novo estatuto do arquitecto e da criação da *Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1903), em segundo lugar, com o aparecimento de uma burguesia ascendente na sociedade que reconhece o valor do papel do arquitecto através da qualidade das habitações que constrói, em terceiro, com o desenvolvimento urbano que leva alguns empreendedores a encomendar obras de prestígio, resultando Prémios Valmor e, por fim, pelo aparecimento de programas de equipamentos sociais, educacionais e hospitalares (liceus, sanatórios e maternidades), nunca exigidos pela sociedade até então, correspondendo assim ao emergir de programas com o carácter interdisciplinar (Mesquita, 2008).

O início do século em Portugal coincidiu com o aparecimento das primeiras revistas especializadas²⁵ nas áreas de arquitectura e construção, que não pretendiam unicamente transmitir conhecimentos estéticos, técnicos e científicos, mas também “contribuir para a definição de competências e atribuições dos vários grupos profissionais vinculados à edificação” (Mesquita, 2006, p.12). A historiadora Marieta Dá Mesquita, no âmbito do projecto designado *Arquitectura(s) de Papel – Imagens e Projectos de Arquitectura no inicio do século XX através d’A Construção Moderna (1900-1919)*, constituiu-se como a principal impulsionadora de vários estudos científicos sobre as revistas periódicas especializadas em arquitectura. A autora identificou a partir de 1900 em Portugal, as revistas *A Construção Moderna* (1900-1919) e *A Architectura Portuguesa* (1908-1929), revistas de especialidade comerciais, acompanhadas pelo *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911), órgão oficial da classe profissional, constituíram-se nas publicações mais significativas dentro do contexto de implantação da Primeira República. Através da análise dos seus conteúdos textuais e gráficos foi possível reconhecer que as publicações divulgaram os princípios doutrinários do ideário republicano materializados nos protagonistas da geração de 1890 (Mesquita, 2007; Figueiredo, 2007). Assim, estas publicações assumiram-se como instrumentos activos de divulgação de conhecimento e tinham como objectivo motivar o progresso material e técnico do país ao abordarem os temas, preocupações e problemas que afectavam a cidade moderna ao difundirem novos programas e tipologias, promoverem o debate em torno do património monumental e da necessidade da sua salvaguarda, discutirem a

arquitectura nacional e divulgarem artigos de opinião sobre a higiene e salubridade urbanas (Mesquita, 2007). Através destas publicações, o debate arquitectónico adquiriu uma maior amplitude cultural e um carácter pedagógico que levou as revistas a trabalharem na transformação do gosto da sociedade pela divulgação de conhecimentos higiénicos, urbanos e projectos de habitação (Figueiredo, 2007).

Nos artigos publicados no princípio do século XX, a imprensa especializada em arquitectura destacou a imagem divulgada. Furtado & Cardoso (2018), ao realizarem uma análise da habitação divulgada pela revista *A Arquitectura Portuguesa na primeira metade do século XX*, distinguiram nestas publicações a utilização de cinco abordagens à divulgação de projectos: o recurso exclusivo a desenhos técnicos; a ocasional fotografia do exterior; o desenho aquarelado; as primeiras secções temáticas de novas imagens (fotográficas e ilustradas), e os primeiros artigos que divulgavam a produção internacional através de imagens fotográficas dos seus interiores.

Segundo Figueiredo (2007), as revistas, revelaram no princípio do século XX o seu carácter pedagógico que se constituiu como elemento chave nas suas publicações, ao procurarem educar e informar não apenas os sócios, mas também a restante sociedade. Os arquitectos consideravam a transformação do gosto público como parte da sua missão para a consolidação da cidade, utilizando-a também como defesa da profissão, de modo a afirmar a importância da sua actividade, pouco conhecida para o público habituado à leitura dos jornais, tentando colmatar o pouco interesse que despertavam para a sociedade (Mesquita, 2011).

Para Figueiredo (2007), as questões que ficaram em suspenso no final do século XIX, enunciadas por uma nova exigência urbana e centradas nos valores de salubridade, nos desajustes sociais e na falta de técnica construtiva da arquitectura, acabariam por estruturar os temas mais importantes no princípio do século XX nas revistas de especialidade portuguesas. Estes temas continuaram a ser promovidos por Mello de Matos que divulgou artigos que abordavam o problema da qualidade urbana e a cidade social, com base nas preocupações de habitabilidade ligadas à questão da habitação económica e aos novos equipamentos urbanos.

Assim, no princípio do século XX, as revistas de especialidade divulgaram e promoveram a arquitectura e orientaram discursos estéticos e artísticos, tornando-se no instrumento que divulgou e vinculou os debates sociais, históricos e culturais. Os temas abordados nas publicações permitiram compreender o pensamento e as preocupações dos arquitectos sobre a habitação, bem como as motivações e valores para a sua solução, assumindo um papel pedagógico na construção de uma imagem moderna para o país.

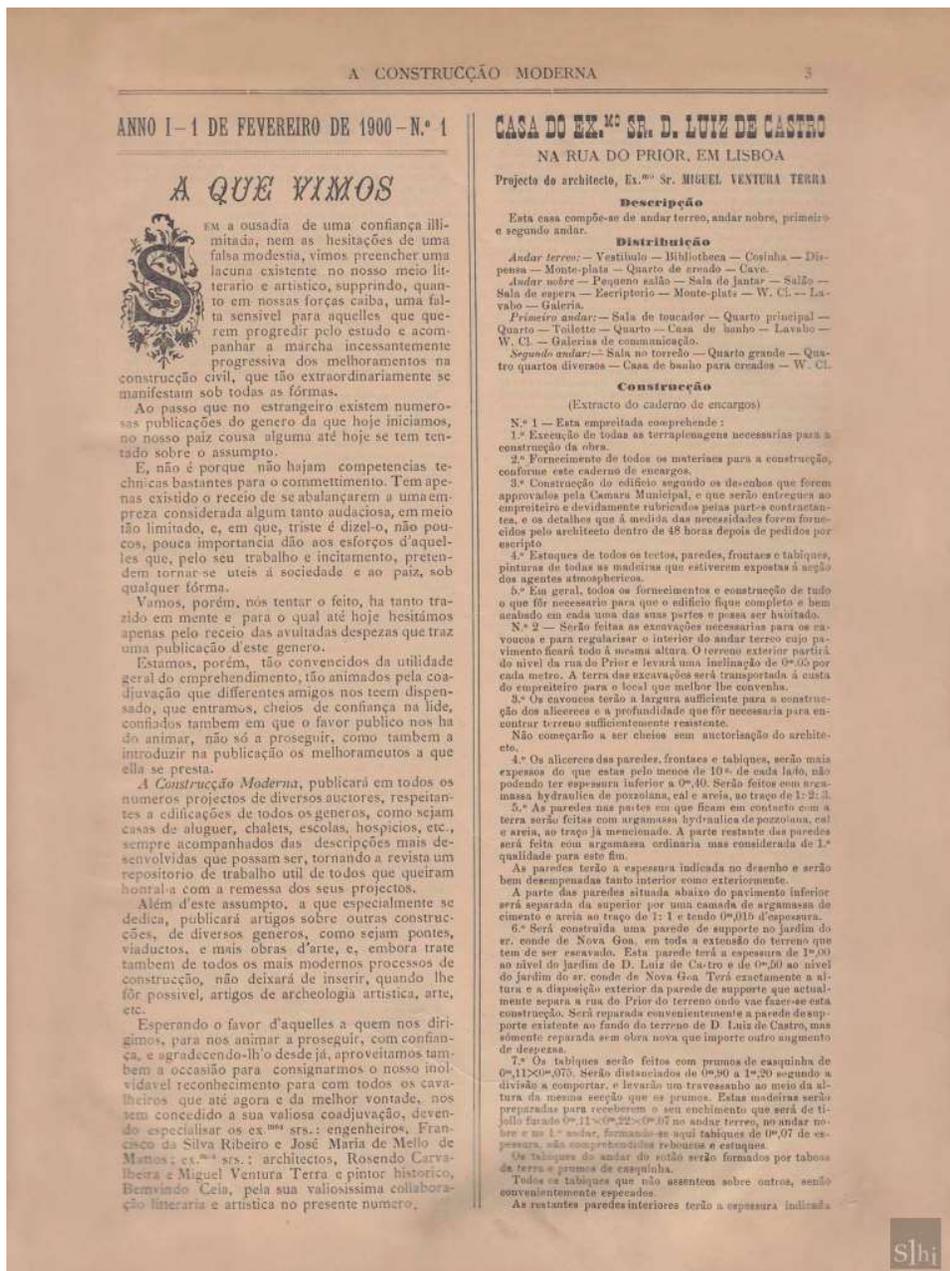
4.3.1. A CONSTRUÇÃO MODERNA (1900-1919)

A primeira publicação especializada surgiu em 1900, três anos antes da fundação da *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, mantendo a sua publicação constante até 1919. Tratava-se de uma revista quinzenal ilustrada, dirigida pelo engenheiro Mello de Matos (1856-1915) e pelo arquitecto Rosendo Carvalheira (1850-1919). Dirigida para os construtores civis e engenheiros, divulgou também informação para uma classe profissional ainda em vias de organização representando também a afirmação de uma nova consciência profissional dos arquitectos (Ribeiro, 2002). Mesquita (2006) sublinhou o comprometimento da revista no processo de legitimação corporativa e profissional da classe dos arquitectos, ao publicar nas suas páginas os documentos inaugurais da SAP. Este periódico constituiu-se como uma plataforma de difusão de novos conhecimentos técnicos e científicos nos domínios da arquitectura, da engenharia e da construção, que era constituída por artigos que se relacionavam com as linhas programáticas das revistas europeias especializadas (Mesquita, 2011).

O projecto editorial (Fig.04.01), que se desenvolveu entre 1 de Fevereiro de 1900 e 25 de Julho de 1919, apresentou como objectivo no seu primeiro número preencher uma lacuna na divulgação da arte nacional e internacional, na história da arte, nas técnicas de construção e nas discussões multidisciplinares sobre temas relacionados com a arquitectura, promovendo a difusão de conferências e exposições, associadas ao pensamento moderno (Fig.04.01). Neste sentido, a publicação procurou actualizar os leitores portugueses “ao passo que no estrangeiro existem numerosas publicações do género da que hoje iniciamos, no nosso paiz cousa alguma até hoje se tem tentado sobre o assumpto” (*A Construcção Moderna*, 1900, Nº1, p.3). Compreendeu-se através desta afirmação os objectivos que o projecto editorial se propunha, como o de envolver os profissionais nacionais ligados à construção dos debates e às práticas em relação aos arquitectos estrangeiros, promovendo a “marcha incessantemente progressiva dos melhoramentos na construcção civil, que tão extraordinariamente se manifestam sob todas as formas” (*A Construcção Moderna*, 1900, Nº1, p.3). Figueiredo (2007), também confirma a aproximação actualizada por parte da revista à situação estrangeira:

Revelava um grande e actualizado convívio com as ideias mais marcantes ao nível desse debate, publicando constantemente traduções de artigos respeitantes à cidade, aos novos materiais e processos construtivos, notícias que retirava de numerosos periódicos estrangeiros (...) Permitia, assim, para além da circulação de ideias, a divulgação, através da imagem e texto, de modelos estrangeiros que poderiam estimular o imaginário dos arquitectos portugueses. E, neste aspecto, note-se que a difusão de conferências e notícias estrangeiras era realizada poucos dias, ou meses, após esses eventos (Rute Figueiredo, 2007, pp. 195).

Face ao panorama da produção teórica do país, pouco atento às inovações ao nível do debate internacional, o projecto editorial d'*A Construcção Moderna* lançou o debate sobre as várias temáticas e competências exigidas às profissões ligadas à construção (Mesquita, 2011). Os artigos divulgados eram maioritariamente da autoria de engenheiros, pelo que abordaram discussões multidisciplinares sobre, não apenas a construção e artes decorativas, mas também sobre a história das artes e arquitectura, as necessidades sanitárias e higiénicas e técnicas desenvolvidas, o transporte e as novidades eléctricas, os regulamentos de edificação e a salubridade. Estes temas contribuíam para o interesse profissional por novos materiais e sistemas de construção que estavam a ser desenvolvidos



em Portugal e no estrangeiro (Mesquita, 2011).

A revista também divulga outras temáticas como os prémios (Prémio Valmor), regulamentos e resultados de concursos bem como os seus júris e exposições. Destacou-se também a divulgação das novas tipologias desenvolvidas por diversos autores, onde se apresentaram edificações públicas desde espaços comerciais, hospitalares, domésticos, religiosos e equipamentos escolares, acompanhados com descrições que possibilitavam uma maior compreensão e análise dos projectos (Mesquita, 2006). Contudo, a tipologia mais apresentada terá sido a arquitectura doméstica, que abrangeria dois terços do total dos projectos publicados (Mesquita, 2006). Tal presença dominante de edifícios residenciais (moradias, *chalets*, palacetes, edifícios de habitação e prédios de rendimento) surgiu no processo de expansão dos centros urbanos, em particular no de Lisboa²⁶.

FIG. 04.01 | Editorial | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900, Nº 1, p.3

26 A maioria dos projectos publicados nesta revista encontra-se circunscrita à cidade de Lisboa, esta situação deveu-se, como sugeriu Mesquita (2008), à renovação da cidade a partir do século XX, decorrente do plano de Frederico Ressano Garcia (1849-1909), que implementou uma mudança no desenho da urbe através de um plano que recorria à construção de vias, praças, saneamento e redes de abastecimento. Deste modo, o crescimento da nova malha urbana das avenidas vai influenciar a nova arquitectura doméstica.

27 Mesquita (2011), descreveu a importância do contacto estreito de Mello de Matos com revistas especializadas, em particular as francesas, com destaque para as publicações corporativas vinculadas à sua área de formação e apresentadas “no quadro das publicações periódicas internacionais de engenharia e arquitectura referenciadas na *Construção Moderna*” (Mesquita, 2011, p.257).

Mesquita (2011) salientou a importância dos contributos dos artigos do engenheiro Mello de Matos²⁷ neste periódico, que ganharam destaque nos temas divulgados pela revista, particularmente entre 1903-1910, ao assumirem a direcção técnica da publicação que corresponde, por sua vez, ao período mais dinâmico da publicação, quer em termos de periodicidade, quer de divulgação científica e técnica. Estes artigos abordaram temas de uma forma mais exigente e aprofundada teoricamente conseguindo acompanhar a primeira geração de arquitectos que promoveram o modernismo da arquitectura em Portugal, operando na renovação de linguagens, tipologias e conceitos (Mesquita, 2011). Neste sentido a autora, diferenciou três objectivos distintos transmitidos através dos artigos de Mello de Matos: os de conhecimentos técnicos (como processos construtivos e materiais); os de conhecimentos histórico-artísticos (pela divulgação dos programas e tipologias na época, indispensáveis à materialização do modo de vida moderno) e no âmbito da difusão de notícias e reportagens relativas à actualidade nacional e internacional (Congressos, as Exposições Universais e Internacionais).

Como sugeriu a autora, esta análise também identifica a hierarquia dos temas pedagógicos e doutrinários promovidos pela publicação, pelo que se destacam nas recensões (ao nível da quantificação da sua publicação) temas como: *novos materiais e processos construtivos*, *a higiene e salubridade* e os *transportes e comunicações*. Nos artigos técnicos: *higiene e salubridade*, *materiais e processos construtivos*, e os *transportes*. Mesquita (2011) sublinhou a particular expressão dos artigos que se reportavam directamente à problemática da higiene e salubridade urbanas, temas que Serrano (2011) apontou no artigo intitulado *A Higiene e Salubridade na arquitectura através d'A Construção Moderna* que refere terem “um lugar privilegiado nas colunas da revista, chegando sob a forma de artigos, recensões críticas, notícias de congressos, recomendações e diplomas legais” (p.374).

Graficamente a revista é composta por doze colunas de texto e uma página de gravuras, onde se podiam agrupar as suas temáticas em cinco secções gerais: *Higiene Pública*, direccionada à análise da higiene nas habitações, das condições urbanas e vias de comunicação (às quais estava associada a questão da habitação económica). A secção das *Técnicas e Materiais de Construção*, onde se divulgavam cálculos de construções de pontes e estruturas metálicas bem como testes de cimentos e das novas técnicas construtivas; a secção da *História da Arte e Estética*, que era regida sobretudo por arquitectos como o Rosendo Carvalheira, Costa Campos, Francisco Carlos Parente e também pelo engenheiro Mello de Matos. A secção das *Notícias* onde divulgavam relatórios sobre congressos internacionais, legislação e projectos; e, por fim, a rubrica de *Apreciação Crítica*, que acompanhavam os debates dos diferentes grupos, onde intervinham colaboradores de formação e opinião diversa (Figueiredo, 2007).

Em 1911, a revista integrou a revista *Artes do Metal*, passando a publicar artigos maioritariamente técnicos, sintéticos e não assinados. Tal levou ao declínio (progressivo) da qualidade da informação divulgada até à sua finalização em 1919, de tal forma que a publicação começou a afastar-se da sua orientação original e a mudar o rumo da publicação em função do público-alvo (Mesquita, 2011) Segundo a autora, o editor pretendia dirigir a publicação a um grupo mais alargado de profissionais da construção como serralheiros, entalhadores, canteiros e escultores e não tanto aos arquitectos e engenheiros. Segundo Figueiredo (2007), um dos factores que desencadeou o processo de desaparecimento desta revista foi o falecimento dos directores técnicos: primeiro Mello de Matos, em 1915, e depois Rosendo Carvalheira, em 1919.

Relativamente à importância da revista na divulgação de artigos alusivos ao tema da habitação económica, Serrano (2011), destaca a divulgação do RSEU na íntegra, em 1903, ao longo de vários números, bem como a integração na revista de temas principais como a higiene e as condições sanitárias na opção editorial, no seguimento dos debates internacionais. Mesquita (2011), também reforça a importância da divulgação de temas relacionados com a habitação económica pelo editor Mello de Matos, tais como a regulamentação de edifícios e a higiene e salubridade (1901, N.º 23-51; 1902, N.º 79; 1903, N.º82, N.º84; 1904, N.º 119-124; 1905, N.º 165-172; 1908, N.º 264-266; 1908, N.º 268). As intervenções políticas sobre o tema da habitação económica, não se encontravam afastadas do esforço da imprensa especializada com as suas propostas de difusão da doutrina higienista (Serrano, 2011). Exemplo disso, como identificou Serrano, foi o *Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas* (RSEU) e os seus preceitos regulados que “foram em grande parte inspirados nas recomendações apresentadas em estudos médicos e trabalhos teóricos de engenheiros e arquitectos” (Serrano, 2011, p.374)

Compreende-se que a revista *A Construção Moderna* permitiu aos arquitectos definir o seu campo de acção através de nova informação sobre as suas funções na sociedade, bem como a oportunidade para reforçar a sua imagem e confiança entre a opinião pública. O periódico português constituiu-se como um instrumento de divulgação de “saberes teóricos e aplicados que visavam actualizar, adequar e articular os procedimentos e métodos de edificação em resposta às transformações e necessidades impostas pela civilização industrial” (Mesquita, 2011, p.255).

Relativamente à divulgação do tema *habitação económica* (Fig.04.02) a revista apresentou um total de 19 artigos relacionados com o tema *Higiene e Salubridade, Legislação de Habitação e Habitação Económica*. Reconhece-se a importância do tema na revista através dos inúmeros artigos apresentados pelo seu editor Mello de Matos, bem como pela regularidade deste tema na primeira década da publicação do periódico. Em particular, na divulgação de projectos de habitação económica a publicação apenas apresentou dois projectos: o Bairro do Monte Pedral, da autoria do arquitecto José Marques da Silva, em 1902 e uma tipologia de *habitação económica*, da autoria do arquitecto Adolfo Marques da Silva, em 1914. Os restantes artigos sobre habitação económica são estudos teóricos sobre a tipologia da habitação e do conjunto, questões económicas e higiene e salubridade, não se encontram ilustrados com desenhos técnicos ou fotografias.

Assim, a revista *A Construção Moderna* auxiliou os arquitectos através da divulgação de novas ideias, conceitos e fundamentos que pretendiam responder às novas condições de habitabilidade da população portuguesa, em particular relacionadas com as questões de higiene e salubridade e da condição de vida das classes proletárias. Ao ter sido publicado a partir de 1900, considerou-se esta publicação como uma das bases teóricas da cultura arquitectónica pela tradução do pensamento, das preocupações e das motivações que dizem respeito aos arquitectos e por divulgar temas com um carácter multidisciplinar e abrangente. Apesar de publicar apenas dois projectos de habitação económica (Bairro do Monte Pedral, 1902, e uma tipologia de habitação, 1914), constatou-se que esta publicação garantiu bases teóricas arquitectos (higiene, salubridade, ventilação, organização urbana e tipológica) sobre o tema da habitação económica para a classe profissional dos arquitectos.

**Artigos alusivos ao tema Habitação Económica na revista
A Construção Moderna (1909-1919)**

título	ano		autor
TEMA 01. RSEU			
	1903	n.º 103, p.152; n.º 110, p.208 n.º 111, p.216 n.º 112, p.224 n.º 113, p. 232 n.º 115, p.248	
TEMA 02. HIGIENE NA HABITAÇÃO			
A luz na Habitação	1900	n.º 1, p.8	Mello de Matos
Hygiene na Habitação	1900	n.º 2, p.7; n.º3, pp.6-7; n.º4, p.7	E.T
A vivenda Hygienica	1903	n.º 107, pp.170-171 n.º 108, pp.187-188 n.º 109, pp. 197-198 n.º 110, pp.205- 206 n.º 111, p.213 n.º 112, pp.219-220 n.º 113, pp. 227-228 n.º 114, p. 237 n.º 115, pp.243-244	Tradução da comunicação de Àngel Larra y Cerezo apresentado na Sociedade Espanola de Higiene
Segundo Congresso Internacional de saneamento e salubridade da habitação	1906	n.º 194, p. 16 n.º 195, p.22-23 n.º 203, p.84 n.º 213, pp.162-163	Mello de Matos
Salubridade e Higiene Urbana	1906	n.º 188, p. 254	Mello de Matos
XIV Congresso Internacional de hygiene e demografia	1908	n.º 247, pp. 147-149 n.º 250, pp. 172-174 n.º 251, pp. 178-180 n.º 252, pp. 186-188 n.º 253, pp. 199-200 n.º 254, p. 208 n.º 255, pp.214-216 n.º 257, p.232 n.º 258, pp. 239-240 n.º 259, pp. 246-247	Mello de Matos
Pateos de Lisboa	1903	n.º 88, pp.29-31	Mello de Matos
Bibliografia: Inquerito aos pateos de Lisboa	1906	n.º191, p. 280	Augusto Montenegro
Os pateos de Lisboa	1906	n.º182, p. 1	Augusto Montenegro
O problema do saneamento das cidades	1909	n.º300, p.287	August Rey

AS REVISTAS DE ARQUITECTURA

Saneamento das Povoações	1901	n.º 23; n.º 24; n.º25;n.º 26; n.º27; n.º34; n.º 38;n.º 40; n.º41;n.º 42; n.º 43; n.º 44; n.º45;n.º46;	Mello de Matos
	1902		
TEMA 03. HABITAÇÃO ECONÓMICA			
Casas Baratas	1902	n.º 79, pp.165-166	Mello de Matos
	1903	n.º 82, pp. pp.191-192 n.º 84, pp. 191-192	
Bairros Operários	1903	n.º120, p.284	Augusto Montenegro
Conferência realizada no Centro Regenerador - Casas Baratas	1904	n.º 119, pp. 277- 280 n.º 120, pp. 283-287 n.º 121, pp. 5-8 n.º 122, pp. 13-15 n.º 123, pp. 22-24 n.º 124, pp. 30-32	Mello de Matos
	1905	n.º 165, pp.67-68 n.º 166, pp. 75-76 n.º 167, pp. 85-86 n.º 168, p.92 n.º 169, pp. 98-99 n.º 170, pp. 106-107 n.º 171, pp. 114-115 n.º 172, p. 125	Mello de Matos
	1905	n.º 167, p.8	Mello de Matos
Proposta de construção de Casas Económicas	1906	n.º235, p.55	Mello de Matos
Congresso Internacional da Habitação	1907	n.º 220, pp.218-219 n.º 221, pp. 230-231 n.º 222, pp. 235-236 n.º 223, pp. 243-244 n.º 224, pp.245-46 n.º 226, pp.270-272 n.º227, p.278 n.º 228, pp.285-286	Mello de Matos
Uma solução financeira do problema das habitações económicas			
Casas Económicas - O problema da Habitação	1908	n.º 264, p. 287 n.º 265, pp.7-8 n.º 266, p.15	Mello de Matos
As casas económicas na França e Itália	1908	n.º 268, pp.26-27	Mello de Matos
A organização de um bairro operário	1911	n.º 345, pp.66-67	Mello de Matos
Projecto de uma casa económica na Amadora.	1914	n.º414, pp. 41-42	A. Marques da Silva

FIG.04.02 | Artigos alusivos ao tema Habitação Económica | Fonte: *A Construção Moderna*, 1900-1919

4.3.2. ANNUÁRIO DA SOCIEDADE DOS ARCHITECTOS PORTUGUEZES (1905-1911)

A fundação da *Sociedade dos Architectos Portuguezes* em 1905 resulta da separação entre os architectos e arqueólogos que até então se encontravam reunidos sob a mesma identidade profissional (*Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes*). A *Sociedade* deu início às suas actividades reivindicativas através do seu Anuário, ao lutar pela sua integração na opinião pública enquanto profissão exclusiva do architecto e reforçar a sua importância na construção do meio artístico e intelectual do país, como explicita no seu editorial do seu primeiro número (Fig.04.03). Publicado entre 1905 e 1911, reflectia um sentido de responsabilidade e de acção na representação de uma nova consciência profissional, e por sua vez, documenta as actividades dos architectos portugueses, objectivo esse que “era uma velha aspiração da classe” (Ribeiro, 2002, p. 193). Tal propósito já tinha sido anteriormente apresentado numa reunião da *Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes*, em 1864:

Cerca de meio ano passado sobre o início da actividade da Associação, foi decidido, por unanimidade que esta oferecesse publicamente os seus préstimos à população, procurando-se assim sensibilizar a opinião pública para os problemas relacionados com a arquitectura e também a necessidade de que certos trabalhos fossem desempenhados por pessoas competentes e deles conhecedores (Ribeiro, 2002, p.27)

A proposta de uma publicação manifestou-se inicialmente por parte do Architecto Francisco Carlos Parente (1872-1924), fundador da SAP, que procurava estabelecer uma ligação entre os architectos (enquanto grupo profissional) e a sociedade (Ribeiro, 2002). No seguimento desta nova consciência dos architectos e das actividades que deviam exercer na sociedade, existiu o claro objectivo das suas promoções para a opinião pública através da comunicação. A SAP tinha como objectivo ajudar na evolução da classe mediante a divulgação de conhecimento que permitisse a transmissão e a recepção de novos saberes. Segundo Mesquita (2006), o *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* constituir-se-ia como a publicação corporativa por excelência.

Desde o seu início, a publicação foi alvo de críticas em relação à participação dos sócios. Adães Bermudes, em 1905, argumentou sobre o futuro da sua colaboração do Anuário, defendendo a sua divulgação, tanto na parte artística como literária, ao maior número possível de colegas que deviam, por obrigação, ser solicitados para a colaboração da sua construção (Figueiredo, 2007). Contudo, Carlos Parente tinha uma visão distinta, afirmando que, por se tratar do órgão oficial da SAP, o *Anuário* só deveria conter assuntos relacionados com o carácter associativo e de promoção da classe, de tal forma que também a parte artística deveria ser somente publicada após o reconhecimento público. Deste maneira, sugeriu a constituição de um jornal semestral onde podiam estar incluídos os projectos dos sócios que entendessem torná-los públicos.

28 “a nossa sociedade ter desde este anno começado a adquirir por compra avulsa ou por assignatura varias publicações, consideradas de geral interesse profissional, que muito têm contribuído para o desenvolvimento da biblioteca associativa (...) Mais algumas sociedades de instrucção, enviando-nos as suas publicações, estabeleceram ultimamente troca com o nosso Anuário, entre as quaes temos o prazer de registar: *Real Associação dos architectos civis e archeologos portuguezes*, *Associação dos Conductores de Obras Publicas* e *Associação dos engenheiros civis portuguezes*”(Carvalho, 1906, p.10).

Assim no primeiro ano da publicação, em 1905, a proposta foi considerada pelo Conselho Director como um “modesto trabalho, acanhado mesmo, em comparação com os nossos desejos, mas constituindo-se como um grandioso complemento das missões profissionais” (Relatório do Conselho Director, 1905, p.6), registando ainda nesse relatório o bom acolhimento da publicação por parte do público e das restantes identidades profissionais. Deste modo, a classe dirigiu os seus objectivos para com a SAP através do *Anuário* e também fizeram chegar as suas acções profissionais junto de outras colectividades de arte e ciência, tanto nacionais como internacionais que, por sua vez, tinham retribuído à SAP o seu conhecimento por meio do envio de outras publicações disponibilizadas na biblioteca da sociedade²⁸. Compreende-se a importância que a Biblioteca da Sociedade tinha para

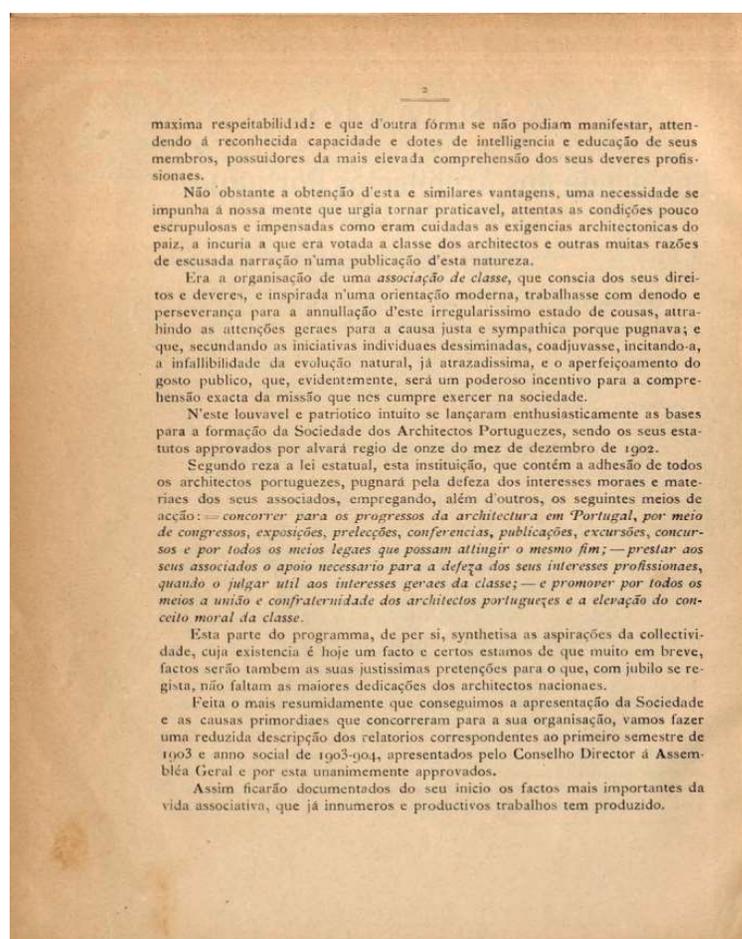
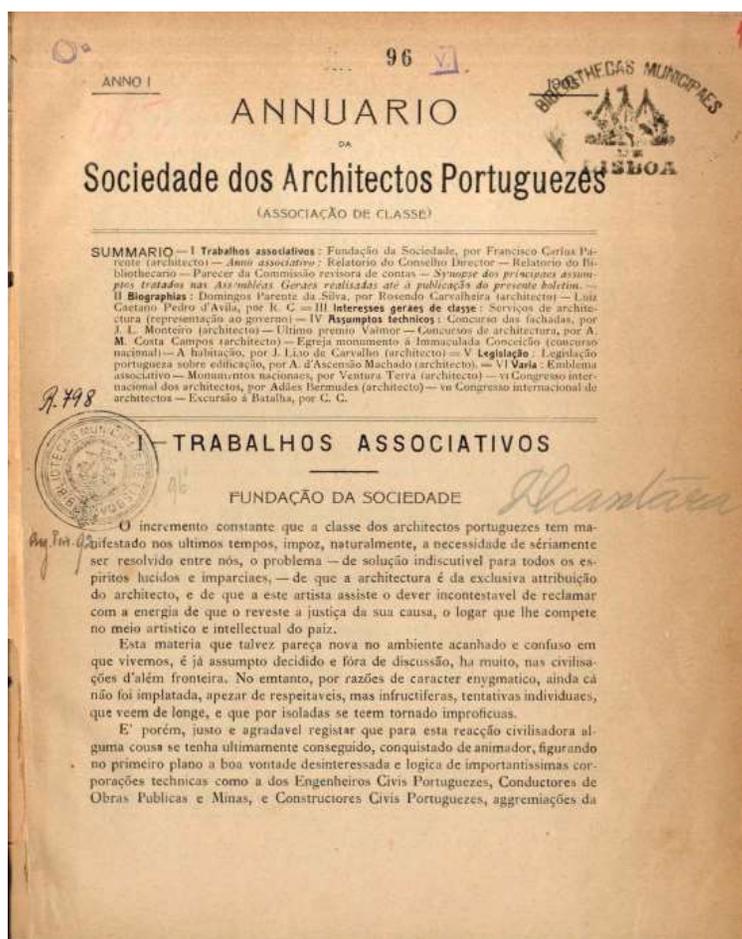


FIG.04.03 | Editorial | Fonte: *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1905, Ano I, p.2

AS REVISTAS DE ARQUITECTURA

a classe profissional, pelas referências às várias obras adquiridas e ao contributo do trabalho do arquitecto João Lino de Carvalho (1859-1926), que ficou à frente desta missão (Annuário, 1905).

Uma vez que o Annuário tinha como autores alguns dos mais ilustres arquitectos da época, os seus artigos demonstravam a qualidade e pertinência na divulgação dos problemas que envolviam a sociedade, apresentando soluções para a actualização dos conhecimentos dos sócios, de modo a promover respostas de intervenção para as necessidades de construção de um país moderno. Porém, para Figueiredo (2007), pela sua publicação anual, o *Annuário* não podia substituir a actividade de uma revista, daí que não conseguisse ter impacto na vida profissional dos arquitectos, ainda que fosse publicitado pela revista *A Construção Moderna*. A sua regularidade foi colocada em causa ao realizar a sua última edição em 1910, mas apenas impressa em 1911. O conselho director de 1915-1916 identificou o seu fim pela dificuldade e falta de colaboração por parte dos sócios ao não cederem material gráfico dos seus projectos (fotografias e desenhos), cuja escolha ficava ao critério dos autores (Ribeiro, 2002), registando-se o desinteresse dos sócios na divulgação dos seus trabalhos.

Relativamente à importância do *Annuário* na divulgação de artigos alusivos ao tema da habitação económica, destacou-se através da análise do índice dos vários números publicados a discussão do tema que se encontra integrado em várias temáticas como: a *legislação*; *assuntos técnicos*; o *ensino* e a *habitação*. A Fig. 04.04 confirmou a importância do arquitecto João Lino de Carvalho na discussão e divulgação das habitações económicas, posição também verificada por Figueiredo (2007), “a componente ideológica ficava, assim, evidenciada, quer através de um certo número de explícitas evocações que pontuam (...) textos seus – de que se destacariam os artigos publicados no Annuário da SAP como o título *A Habitação*” (p.271). Porém, esta publicação que cessou em 1911 não inclui projectos de habitação económica, apenas informação teórica apresentada em congressos internacionais e no parecer enviado ao governo.

O *Annuário* da SAP, apesar da sua importância enquanto documento oficial da classe profissional, não conseguiu criar espaço de debate dentro das publicações especializadas na época, quer pela sua publicação anual e quer pelo curto período em que foi publicado.

Artigos alusivos ao tema Habitação Económica no Índice do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (Anuário, 1905-1910)

título	ano		autor
TEMA 01. RSEU			
Legislação portuguesa sobre edificação	1905	n.º 1, pp. 64-69	Alfredo D'Ascensão Machado
Legislação portuguesa sobre edificação	1906	n.º 2, pp.33-35	Alfredo D'Ascensão Machado
Legislação portuguesa sobre edificação	1907	n.º 3, pp. 27-28	Alfredo D'Ascensão Machado
TEMA 02. HIGIENE NA HABITAÇÃO			
Concursos de arquitectura	1905	n.º 1, pp.45-50	Costa Campos
A Habitação	1905	n.º 1, pp. 57-63	João Lino de Carvalho
A Habitação	1906	n.º2, pp.30-31	João Lino de Carvalho
Interesses Gerais da Classe. Casas Baratas - Representação ao Governo	1907	n.º3, pp. 17-20	Sociedade dos Architectos Portuguezes
Assuntos Técnicos A habitação	1907	n.º 3, pp. 23-25	João Lino de Carvalho
Assuntos Técnicos - O Ensino de Arquitectura	1908	n.º 20, pp. 19-24	João Alexandre Soares
A Habitação	1908	n.º 4, pp. 25-29	João Lino de Carvalho
A Habitação	1910	n.º 5, pp. 47-48	João Lino de Carvalho
TEMA 03. HABITAÇÃO ECONÓMICA			
Concursos de arquitectura	1905	n.º 1, pp.45-50	Costa Campos
A Habitação	1905	n.º 1, pp. 57-63	João Lino de Carvalho
A Habitação	1906	n.º2, pp.30-31	João Lino de Carvalho
Assuntos Técnicos A habitação	1907	n.º 3, pp. 23-25	João Lino de Carvalho
Interesses Gerais da Classe. Casas Baratas - Representação ao Governo	1908	n.º3, pp. 17-20	Sociedade dos Architectos Portuguezes
Assuntos Técnicos - O Ensino de Arquitectura	1908	n.º 4, pp. 19-24	João Alexandre Soares
A Habitação	1908	n.º 4, pp. 25-29	João Lino de Carvalho
A Habitação	1910	n.º 5, pp. 47-48	João Lino de Carvalho

FIG.04.04 | Artigos alusivos ao tema Habitação Económica | Fonte: Índice do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1905-1911

4.3.3. A ARCHITECTURA PORTUGUEZA (1ª série 1908-1929)

Em 1908, teve início a publicação do primeiro número d'*A Architectura Portuguesa: Revista Mensal de Arte Architectural Antiga e Moderna: Collaborada por architectos e escriptores d'arte portuguezes*, assumindo-se como uma revista especializada de arquitectura (Mesquita, 2006). Teve como primeiros directores Mário Colares (?-?) e A.R. da Silva Júnior (1868-1937) e, até ao fim da sua publicação, em 1929, foi dirigida por Eduardo Nunes Colares²⁹ (1850-1926). A proposta da publicação partiu de Nunes Colares dirigindo-se em 1906 à SAP, afirmando que o interesse da sua publicação era manifestado por diversos architectos, de modo a oferecer os seus préstimos à SAP para “ter uma publicação mensal, igual às melhores que no mundo se publicam, sem para tal ter encargo algum pecuniário” (Colares, 1906 apud Figueiredo, 2007, p.214).

²⁹ Eduardo Nunes Collares foi jornalista e editor. Destacou-se neste campo pela edição d'*A Architectura Portuguesa – Revista Mensal de Arte Architectural Antiga e Moderna* (1908-1929), da revista *Artes dos Metais* (1910-1911) e d'*A Construção Moderna* (1900-1919) (Mesquita, 2008), e da revista de *Obras Publicas e Associação dos engenheiros civis portuguezes* (Carvalho, 1906, p.10).

A revista diferencia-se d'*A Construção Moderna*, que tinha uma leitura centrada na técnica e era direccionada para vários profissionais, uma vez que o seu editor apostava na apresentação e divulgação da arquitectura contemporânea nacional dirigida para a opinião pública. Afirmou a sua vontade de “colaborar para a elevação do nível moral e intelectual da profissão, fazendo activa propaganda num meio em que toda a gente se arrogava o título de architecto, sem para tal ter os mais elementares princípios necessários para tão honrosa profissão” (Colares, 1906 apud Figueiredo, 2007, p.213). O prefácio divulgado no primeiro número e escrito por Ramalho Ortigão, veio expressar os principais temas e objectivos que a publicação pretende alcançar: prestar um serviço alinhado com o progresso tecnológico da arquitectura através da disseminação da higiene na habitação, com base em novos materiais e técnicas de construção, novos equipamentos eléctricos, bem como na decoração moderna e em artes menores tais como a marcenaria, serralharia e escultura (Fig.04.05). A revista procurou contribuir para o desenvolvimento da cultura e do bom gosto dos intervenientes – architectos, engenheiros, especialidades de construção, clientes – na construção da imagem da arquitectura nacional. Neste sentido Furtado & Cardoso (2018) ao analisarem a *habitação unifamiliar na revista A Architectura Portuguesa na primeira metade do século XX*, afirmaram que “as obras divulgadas foram frequentemente instrumentos de propaganda em função da criação de um novo imaginário, quer formal, quer funcional e até estético” (p.8).

De acordo com Mesquita (2006), a política editorial da revista demonstrava parâmetros de qualidade gráfica (formato e papel couché) e crítica, visível nos artigos assinados por autores consagrados, como por exemplo: Abel Botelho, Gabriel Pereira, Ramalho Ortigão, o Rosendo Carneiro, José de Figueiredo, Adães Bermudes, José Pessanha, entre outros, que se constituíram como alguns dos colaboradores apresentados na página de abertura da revista. A qualidade dos critérios de selecção estava relacionada com os perfis dos architectos e os projectos publicados, nos quais se destacam: José Luís Monteiro (1848-1942), Ventura Terra (1866-1919), Álvaro Machado (1874-1944), Norte Júnior (1878-1962), entre outros, e também pelo valor cenográfico dos edifícios com particular destaque para a arquitectura doméstica desenvolvida em Lisboa, onde as obras eram divulgadas em fotografias, elemento privilegiado na revista. A qualidade da fotografia n'*A Architectura Portuguesa* também foi reconhecida por Ribeiro (2002), que diferenciou nos projectos de arquitectura, peças desenhadas e fotografias em pranchas separadas, o que para a mesma significava um avanço de qualidade relativamente à apresentação dos projectos n'*A Construção Moderna*.

Deste modo, segundo uma elaborada componente gráfica, *A Architectura Portuguesa* desenvolveu a ilustração, já utilizada de forma rudimentar pel'*A Construção Moderna*, com o objectivo de obter

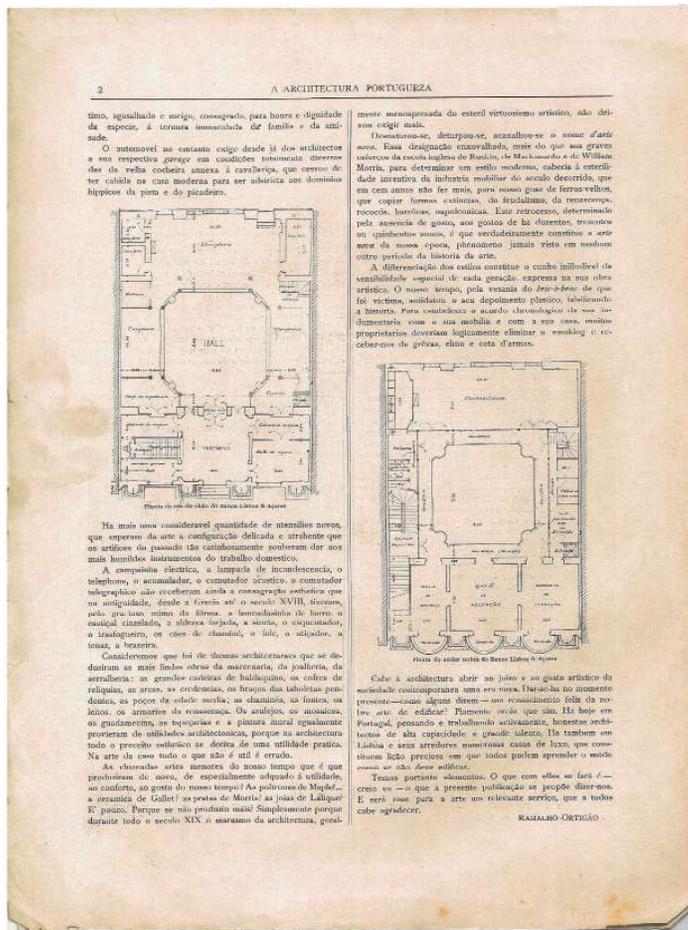
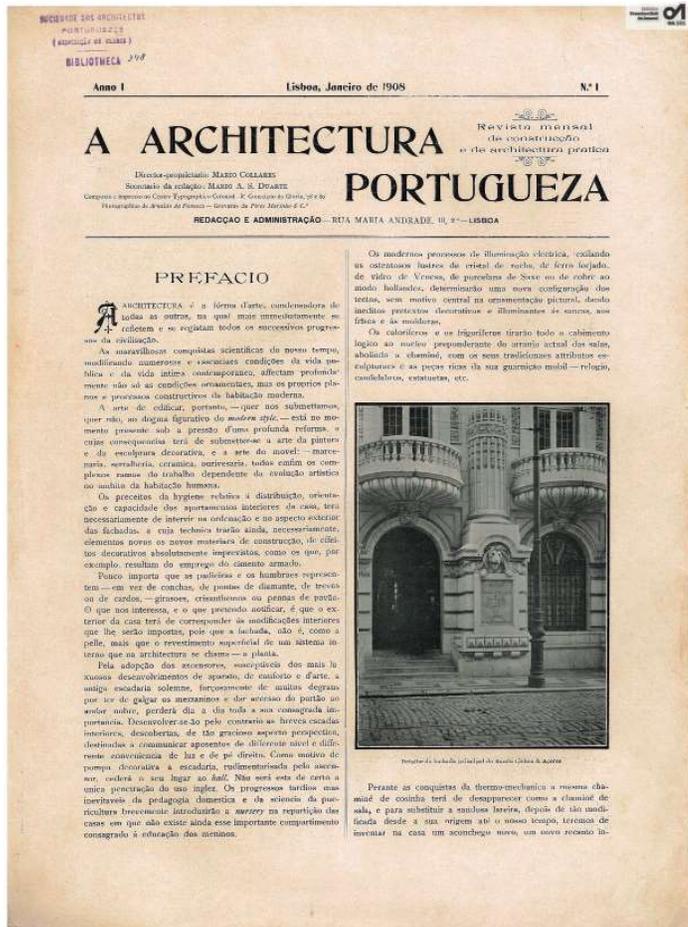


FIG.04.05 | Editorial | Fonte: A *Arquitetura Portuguesa*, 1908, pp.2-3

AS REVISTAS DE ARQUITECTURA

uma maior aproximação ao público e aos arquitectos. Assim, como descreveu Figueiredo (2017), a ilustração fotográfica adquiriu um lugar de destaque, existindo uma consciência em torná-la como um complemento ao discurso, não independente do texto, e funcionando como um sistema complementar de descrição que ampliava a capacidade de leitura de um projecto. A integração da imagem com o texto permitia ainda uma maior articulação das diferentes observações e análises que se podiam ter de uma obra, porque possibilitava aos leitores um conhecimento mais abrangente, apelava por um maior interesse do público às causas da arquitectura onde se encontrava vinculada a educação do gosto. Contudo, Furtado & Cardoso (2018) observaram que a partir da década de 1920 o número de imagens fotográficas publicadas diminuiu e a revista passou a apresentar os projectos através de desenhos técnicos aguarelados e esboços. Tal alteração foi justificada nas páginas da revista pela Direcção que decidiu antecipar os problemas da crise do papel e os aumentos sucessivos dos preços das gravuras antes da Guerra.

A publicação, apesar de ser específica do campo da arquitectura, através do tratamento gráfico esteticamente orientado, pela estrutura programática, pelo tipo de colaboradores e pela incidência dos artigos, conseguia dirigir-se também a artistas, literários e intelectuais (Calado, 2003). No entanto, Furtado & Cardoso (2018) observaram que a revista apesar de divulgar informação e detalhe sobre as áreas da arquitectura, foi incluindo também artigos sobre a construção e engenharia, design de interiores e de equipamentos, e decoração.

A Architectura Portuguesa afirmou-se como uma revista mensal de arquitectura moderna, que apostava na qualidade e especificidade da imagem, e no ensaio crítico como instrumento de comunicação, debatendo sobre a arquitectura moderna, as suas finalidades, os seus intervenientes na procura em informar o gosto dos utentes. Os seus elementos gráficos, como os desenhos de projectos e registos fotográficos notáveis na época pela qualidade “fazem d’*A Architectura Portuguesa* um repositório documental essencial para estudo da cultura arquitectónica em Portugal no primeiro quartel do século XX” (Calado, 2003, p.238). Em consonância com a afirmação anterior, Furtado e Calado (2018) também concluem que *A Architectura Portuguesa* foi um “arquivo privilegiado das memórias do início do século XX” (p.10).

Após o fim d’*A Construção Moderna*, na década de 1920 a actividade editorial da imprensa periódica especializada em arquitectura diminuiu e a revista *A Architectura Portuguesa* destacou-se por ter sido a única divulgada na transição do pós-guerra, que permaneceu grande parte da década de 1920, contribuindo para transmissão dos valores da arquitectura no princípio do século XX para a década de 1930. No fim da década de 1920 surgiu a revista *Arquitectura* (1927-1935, 1ª série), embora com uma publicação irregular (Furtado & Cardoso, 2018).

Relativamente à divulgação de projectos e informação sobre habitação económica *A Architectura Portuguesa*, contrariamente *A Construção Moderna* e ao *Anuário da SAP*, divulgou sete artigos com desenhos técnicos e memórias descritivas de projectos de habitação económica na década de 1920 (Fig.04.06). No que diz respeito a informação teórica não existe destacado nenhum artigo sobre os temas Higiene e Salubridade e Legislação da Habitação, apenas surge integrado no número 5, do ano 1910, a discussão sobre um projecto de Lei sobre a construção de “casas baratas”, apresentado pelo conselheiro João de Alarcão, bem como o projecto de Lei apresentado na íntegra pelo deputado Sr. Claro da Ricca. Sobre estes dois projectos de Lei, a revista conclui que tiveram “o destino de todos os projectos e renovações anteriores ... cesto dos papéis!” (*A Architectura Portuguesa*, 1910, N.º 5, p.10). Os projectos de habitação económica apresentados pela revista na década de 1920 confirmaram o interesse da equipa editorial em manter a classe profissional dos arquitectos actualizada sobre o tema.

**Artigos alusivos ao tema Habitação Económica na revista
A *Architectura Portuguesa* (1908-1929)**

título	ano		autor
TEMA 03. HABITAÇÃO ECONÓMICA			
Projecto de Lei	1910	n.º 5, pp.08-10	Equipa Editorial
Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	1923	n.º 11, pp. 45-47	F.N.
Edificações da companhia nacional de construções e turismo, Projectos do Director Técnico: Engenheiro - Arquitecto António R. da Silva Júnior	1924	n.º 10, pp. 37-40	Nunes Colares
Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	1924	n.º 11, pp.5-8	Nunes Colares
Construções Monolíticas: Projectos do Arquitecto J. Moreira de Lemos	1925	n.º 9, pp.33-36	Nunes Colares
Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Penêda	1926	n.º 10, pp.44-47	Nunes Colares
Casas Baratas	1928	n.º 3, p.12	Silva Júnior
Casas Baratas	1928	n.º4, p.16	Silva Júnior

FIG.04.06 | Artigos alusivos ao tema Habitação Económica | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1908-1929

AS REVISTAS DE ARQUITECTURA

4.4. Conclusão

As publicações comerciais do princípio do século XX, através dos seus protagonistas (editor, directores, equipas redactoriais e colaboradores), tiveram a missão de modernizar o país, ao criarem as condições para a afirmação e dignificação dos profissionais da construção (arquitectos, engenheiros, condutores de obras, operários) (Mesquita, 2006). Calado (2003), na comparação que estabeleceu entre ambas as revistas, identificou que *A Construção Moderna* se caracterizou como uma publicação dedicada à arquitectura, na sua dimensão técnica e construtiva ao passo que *A Architectura Portuguesa*, sendo uma revista específica da arquitectura nacional, abordou simultaneamente “sobre aspectos estéticos e técnicos, teóricos e pragmáticos, conceptuais e operativos, relativos a objectos arquitectónicos concretos” (p.238). Ambas as publicações abriram o caminho para a sensibilização da opinião pública sobre a importância da arquitectura como instrumento que valorizava uma nova ordem, agregando no seu desenho os valores republicanos (Figueiredo, 2007).

Estas publicações promoveram, junto da classe profissional, boas práticas e regras de conduta, adquirindo importância como centros de debates e indutoras de formas de pensamento que pretendiam auxiliar os arquitectos a resolver o problema da habitação económica, bem como as novas questões colocadas pela vida moderna. No entanto, no que diz respeito à divulgação de projectos de habitação económica, o Anuário da SAP não apresentou nenhum projecto e a revista *A Construção Moderna* apenas divulgou dois projectos de habitação económica, em 1902 e 1914, ao terminarem na década de 1910, não assistiram à evolução do agravar da crise do alojamento na década de 1920.

Constatou-se assim, que a revista *A Architectura Portuguesa* coincidiu com a crise do alojamento na década de 1920 e que por sua vez divulgou projectos de habitação económica. Esta publicação apoiou a classe dos arquitectos promovendo a circulação de informação sobre habitação económica e constituiu-se como um instrumento divulgador de saberes teóricos e práticos que visavam actualizar os arquitectos e adequar os métodos e preocupações inerentes ao campo da construção, em resposta às transformações e necessidades impostas pela nova sociedade industrial, em particular as relacionadas com as questões de habitabilidade, de higiene ou salubridade.

Com o objectivo de se compreender qual a resposta dos arquitectos à nova condição urbana que emergia, especificamente à acessibilidade de habitação para as classes proletárias, procurou-se nas propostas desenvolvidas e, por sua vez, apresentadas e discutidas na 1ª série da revista *A Architectura Portuguesa*, aquelas que estavam relacionadas com a habitação económica na década de 1920.



Uma casa

CAPÍTULO 5

A HABITAÇÃO ECONÓMICA NA REVISTA *A ARCHITECTURA PORTUGUEZA*

O estudo dos projectos de habitações económicas divulgadas na revista *A Architectura Portuguesa*, procurou enquadrar o arquitecto como agente social que se traduzirá em características da arquitectura como: a forma, a organização e as funções dos espaços. Nesta publicação de arquitectura, como agente de divulgação de projectos de habitação económica, pretende-se identificar o que significa a responsabilidade social do arquitecto no contexto de 1920 e como se poderá identificar neste período através da análise dos desenhos e textos dos projectos divulgados sobre habitação económica.

A Architectura Portuguesa configurou-se como um meio de divulgação de iniciativas de resposta ao problema de habitação económica no período de publicação da sua 1ª série (1908-1929), como verificado no Capítulo 4 (secção 4.3).

FIG.05.00 | *Uma casa* | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, N.º 10, p.3

5.1. BAIRRO DO GRUPO DEZ DE MAIO

Os artigos publicados na revista reflectiam o quadro da sociedade portuguesa em geral, através da divulgação de habitação para a burguesia (palacetes, moradias, casas de veraneio) mas também abordam a habitação económica. Os arquitectos através da consciência cívica do desequilíbrio das condições de vida e sobrevivência das famílias operárias, marginalizadas da maioria dos bens materiais e habitação, procuraram respostas para o problema do alojamento na revista *A Architectura Portuguesa*.

Da consulta dos números da revista entre 1908 a 1929, destacou-se a ausência de artigos que abordavam os principais projectos de bairros operários de promoção pública a decorrer no país durante a década de 1920 – Bairro do Arco do Cego e da Ajuda, em Lisboa e o Bairro da Arrábida, no Porto. Considerando que as revistas de arquitectura constituem o espaço de divulgação e debate da prática profissional (Mesquita, 2012; ver secção do Capítulo 4), a ausência de referência a estes bairros operários indicará uma opção editorial uma vez que o Bairro Monte Pedral, do arquitecto José Marques da Silva foi publicado (*A Construção Moderna*, 1902, N.º 12, pp.41-43).

A leitura dos números da revista permitiu constatar a pertinência do tema da habitação económica na revista na década de 1920, pois os artigos alusivos ao tema encontram-se publicados entre os anos de 1923 e 1928. Dos projectos apresentados nos artigos fazem parte os arquitectos: Frederico de Carvalho, com dois artigos; Joaquim Moreira de Lemos, com um artigo; o arquitecto António Rodrigues da Silva Júnior, com três artigos e o arquitecto José Ferreira Pênedo, com um artigo (Fig. 05.01).

Neste conjunto de artigos relacionados com o tema da habitação económica, o editor e autor Nunes Colares discutiu sobre o problema do alojamento e a necessidade de consciencialização da classe dos arquitectos na resolução do problema, e por sua vez a missão da revista em promover tais soluções:

a nossa revista na sua alta missão de contribuir para o fim que se têm em vista, isto é, a construção rápida, segura e económica, resolvendo assim o instante problema da habitação, têm as suas colunas à disposição de todos os que ao assunto se dediquem com o interesse que merece, com o que muito terão a lucrar os leitores e o publico em geral, que luta por possuir um lar, mais ou menos modesto, onde se abrigar com o indispensável conforto, fugindo às exageradas rendas incompatíveis com os recursos da grande maioria da população (1925, N.º 9, p.36).

Esta missão de promover a divulgação de projectos que auxiliem os arquitectos na resolução do problema advém também do reconhecimento e importância deste tema para a revista, onde Nunes Colares afirmou:

O problema da habitação que preocupa hoje mais do que nunca as atenções de todos os países chegou em Portugal ao ponto culminante de carecer duma solução rápida e eficaz. Ele interessa, sob todos os pontos de vista, o país inteiro, e ele contende com a questão social, com a questão económica e ainda com a moral e com a higiene publica" (1924, N.º 10, p.37).

Nunes Colares confirmou a gravidade e aumento do problema do alojamento na década de 1920, como verificado no capítulo 3 (secção 3.2.2) e apela pela acção dos arquitectos na elaboração de projectos e modelos. Confirmou-se nesta afirmação, a junção dos temas identificados no Capítulo 2, que definem a posição do arquitecto para com as necessidades da sociedade, como a questão social

**Seleção dos artigos alusivos ao tema Habitação Económica na revista
A Architectura Portuguesa (1908-1929)**

título	Ano	Número da revista	Autor
Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	1923	n.º 11, pp. 45-47	F.N.
Edificações da companhia nacional de construções e turismo, Projectos do Director Técnico: Engenheiro - Arquitecto António R. da Silva Júnior	1924	n.º 10, pp. 37-40	Nunes Colares
Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	1924	n.º 11, pp.5-8	Nunes Colares
Construções Monolíticas: Projectos do Arquitecto J. Moreira de Lemos	1925	n.º 9, pp.33-36	Nunes Colares
Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Penêda	1926	n.º 10, pp.44-47	Nunes Colares
Casas Baratas	1928	n.º 3, p.12	Silva Júnior
Casas Baratas	1928	n.º4, p.16	Silva Júnior

FIG.05.01 | Seleção de artigos alusivos ao tema Habitação Económica na 1ª série da revista A Architectura Portuguesa (1908-1929)

e moral, a questão económica e a higiene. Estes temas são vistos como características que deviam integrar a actividade do arquitecto no princípio do século XX. Estes temas foram preponderantes na definição da habitação económica durante este período, ao reflectirem as preocupações sociais do arquitecto.

O artigo alusivo às *Edificações da companhia nacional de construções e turismo* projectadas pelo Arquitecto Silva Júnior, identificado também como director técnico e futuro editor, analisou o problema do alojamento do ponto de vista geográfico, defendendo a iniciativa desta empresa que “sem contestação, a todos interessa e a todos devia procurar” (1924, p.37):

“Não só em Lisboa e Porto, mas na maioria das nossas cidades e povoações não há lares para a população, rareia o abrigo confortável apropriado, condigno para um grande número de famílias se alojarem. Milhares de famílias vivem sem conforto sem ar, sem luz, acumuladas em exignos compartimentos, na mais perniciososa e deplorável intimidade (...)” (1924, N.º 10, p.37)

“Nós sabemos de famílias em que pae e mãe dormem na mesma cama com um dos filhos ao lado e dois atravessados aos pés. Nós sabemos de centenas famílias que alugam os quartos de hospedes chegando a dormir dois e três no mesmo compartimento que nem capacidade têm para uma cama e assim em inúmeras casas, que antes eram ocupadas por três e quatro pessoas encontrámos vivendo dez ou doze (...)” (1924, N.º 10, p.38).

Confirmou-se na revista o reconhecimento da falta de conforto das habitações urbanas em Portugal. O arquitecto António da Silva Júnior, continua com a caracterização das condições de vida da classes proletárias, identificando a sobrelotação das habitações e afirmando, que tal reconhecimento por parte dos arquitectos apenas poderá existir, se “só quem por dêver de officio tem ocasião de penetrar nos lares da gente pobre e da classe media é que póde ajuizar da gravidade da situação e verifica como vegeta agonizando, uma grande parte da nossa população” (1924, N.º 10, p. 38). Esta afirmação sugeriu que tal consciência e proximidade da realidade deveria fazer parte da actividade do arquitecto e apenas este profissional conseguiria, em contacto directo com o problema, responder com total consciência às necessidades das famílias operárias.

Para a necessária comparação dos vários artigos publicados na revista *A Architectura Portuguesa*, importa observar novamente as características que definem a habitação económica nesta investigação, de maneira a compreender-se se os projectos desenvolvidos pelos arquitectos e divulgados na revista se enquadram no mesmo. Dentro das características identificadas no Capítulo 3 (ver Fig.03.22), optou-se por seleccionar parâmetros de carácter geral que permitiram a identificação dos projectos de habitação económica divulgados, sem que fosse necessário analisar detalhadamente cada projecto. Os parâmetros identificados: localização, promoção, tipologia urbana e programa da habitação – acresce-se o factor profissional “Diplomado”, identificado no Capítulo 2 (ver subcapítulo 2.2). Como estipulado pelos Estatutos da SAP, apenas se podiam fazer sócios da Sociedade, os arquitectos diplomados em arquitectura pelas academias e escolas de Belas-Artes nacionais e estrangeiras podiam exercer a profissão.

Na Figura 05.02, que estabelece um quadro comparativo entre os vários projectos de habitação económica divulgados pela revista, no tema da localização, apenas um projecto se destina à cidade do Porto, enquanto os restantes são modelos possíveis de se replicarem, sendo maioritariamente

**HABITAÇÃO
ECONÓMICA**
NA REVISTA
*A ARCHITECTURA
PORTUGUEZA*
DÉCADA DE 1920

		Casas Económicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho, 1923	Casas Económicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho, 1924	Edificações da companhia nacional de construções e turismo, Arquitecto António R. da Silva Júnior, 1924	Construções Monolíticas Arquitecto J. Moreira de Lemos, 1925	Projecto dum grupo de dez habitações Arquitecto José Ferreira Penêda, 1926	Casas Baratas Arquitecto António R. da Silva Júnior, 1928	Casas Baratas Arquitecto António R. da Silva Júnior, 1928
LOCALIZAÇÃO	Lisboa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Porto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	sem informação	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
PROMOÇÃO	Pública	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Privada	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
TIPOLOGIA	Isoladas	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Grupos de 2 casas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Em banda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Grupos de 4 casas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Colectivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CLASSE	I -	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	II	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	III	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	IV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	outras	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CIRCULAÇÃO	Átrios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	Corredores pequenos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
ARQUITECTOS	Diplomados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
	sem informação	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

● Cumpre as características identificadas ● Outras características ○ Sem informação

FIG.05.02 | Quadro comparativo dos vários projectos de habitação económica divulgados pela revista *Architectura Portuguesa*

do tipo habitação isolada. Dos setes artigos identificados, apenas dois apresentaram projectos com conjuntos de habitação em banda da autoria do arquitecto Silva Júnior (1924) e do arquitecto José Ferreira Penêda (1926).

Relativamente ao espaço interior, apenas os projectos do arquitecto Silva Júnior (1928) e do arquitecto José Ferreira Penêda (1926) se enquadram nas classes identificadas pelo Decreto n.º 4137 de 1918, que definiu o programa da habitação económica. Os restantes projectos apresentaram outros programas que não faziam parte do conceito de habitação económica, tais como: sala de visitas, escritório, terraço, “varanda ajardinada” (Colares, 1924, N.º2, p.6), um “mirante” (1924, N.º2, p.7) e na cave a possibilidade de existir um quarto para criadas, para engomados ou para arrumos.

As habitações que não corresponderam ao programa do conceito de habitação económica também revelaram divergências em relação à espacialidade pela utilização de corredores longos, que por vezes são transversais a toda a habitação e átrios de distribuição com a mesma dimensão dos espaços de estar. Tal opção de desenho não vai ao encontro da questão económica, no que diz respeito às áreas de circulação como um pré-requisito dos arquitectos na elaboração deste tipo de habitação, como foi referenciado no capítulo 3 (secção 3.5)

Por fim, a diferença significativa nos parâmetros do programa que deveria compor uma habitação económica, onde a maioria dos projectos “modelos” foram apresentados com um número maior de divisões, deveu-se, como referido no artigo *Edificações da Companhia Nacional de Construções e Turismo – Projectos do Director Técnico* (Colares, 1924, N.º 10), ao início do problema do alojamento da classe média que surgiu também neste período da década de 1920: “a classes proletárias e a classe média, ambas numerosas, não têm um lar próprio em que possam recolher-se” (p.36). Por sua vez, também surgiu o início da construção de habitação de veraneio: “casa mais própria para casa ou campo, onde se possa aproveitar o mirante para gosar um bom panorama” (Colares, 1924, N.º 2, p.6). Tais afirmações indicam que neste período o conceito de habitação económica se torna mais amplo, albergando também a classe média e a habitação de veraneio.

Relativamente aos arquitectos apresentados como autores dos projectos divulgados, não existia informação nos registos da Ordem dos Arquitectos sobre os arquitectos Frederico de Garcia e J. Moreira de Lemos.

Tais factores de exclusão tornam preponderantes a escolha dos artigos: *Projecto dum grupo de dez habitações do Arquitecto José Ferreira Penêda, 1926*; *Casas Baratas* do Arquitecto António R. da Silva Júnior, 1928. No entanto, como identificado posteriormente, ambos os artigos de Silva Júnior, de 1928, não apresentaram habitação em banda ou indicação da localização dos modelos de habitação a construir.

Deste modo, destacou-se o número 12 da revista, de 1926, que contém um artigo que aborda um conjunto de habitações económicas promovidos por iniciativa privada na cidade do Porto. Este artigo, assinado por Nunes Colares, director proprietário e membro da equipa editorial, indicou que o tema se tornou incontornável. O artigo comparativamente aos outros reuniu o maior conjunto de características pelas quais se identificava a habitação económica para as classes proletárias na época, como é visível na Figura 03.22.

Todos os artigos alusivos à habitação económica demonstraram uma preocupação acentuada pela decoração da fachada:

“dando, pois, a nossa revista cabimento a êstes e outros projectos cumpre a sua missão, que é procurar, tanto quanto possível, difundir pelos seus leitores o gôsto pela arquitectura da «casa portuguesa» ou «à portuguesa», como agora também se vai usando dizer, o que não é menos serviço sob o ponto de vista patriótico e artístico” (Colares, 1924, N.º2, p. 8);

“Pequena que seja uma casa é sempre um modelo permanente onde a vista do publico se vai fixando constantemente e assim se ela tiver qualquer cousa de harmonioso e agradável, a visão reflecte depois essas «notas» em tudo que ao redor se vá elevando.

A par da crise económica que nos assoberba temos outras crises e entre elas a da ausência do bom gosto e da arte. (...) Que todos os profissionais da arte procurem, pois, modificar o aspecto deplorável da nossa construção corrente e barata (Silva Júnior, 1928, N.º 4, p. 16).

Estas afirmações sugeriram que a preocupação do arquitecto na década de 1920, mais do que espacial, ou de garantir o conforto, higiene e salubridade, reflectia-se na procura por uma nova noção de desenho que se traduzia na linguagem da casa económica, onde se pretendia associar uma nova imagem estética a estas habitações, como também identificado por Pereira (1994) (Capítulo 3, secção 3.5).

5.2. O artigo “Projecto de um grupo de dez casas de habitação”

O artigo publicado a Dezembro de 1926 intitula-se: *Projecto de um grupo de dez casas de habitação: para dez operários que se constituíram no grupo DEZ DE MAIO no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto da autoria do arquitecto diplomado José Ferreira Penêda* (Anexo 1). A apresentação do projecto recorreu a elementos gráficos, que reproduziram diferentes peças desenhadas do conjunto e o texto (Fig.05.03; Fig.05.04). As plantas, alçados e cortes acompanham a leitura do texto e permitiam uma leitura e compreensão total do projecto ao leitor da revista (como visto no Capítulo 4), dirigido a arquitectos, técnicos e construtores.

Na primeira página foi apresentada como única peça gráfica do alçado principal que corresponde a uma habitação (Fig. 05.03). Na segunda página, aparecem apenas destacados os dois alçados, o principal e posterior do conjunto das dez habitações. Na terceira página, descreveu-se e apresentou-se o projecto com a companhia de três plantas (de rés do chão, 1º andar e da loja) (Fig.05.04). Na última página, apesar de já não ser descrito o projecto ao nível do texto, apresentou-se a fachada lateral e dois cortes, um transversal (AB) e outro longitudinal (CD), que passa apenas por duas habitações.

A. AUTOR DO ARTIGO

Nos números publicados durante o ano de 1926 não existe registo de assinaturas nos vários artigos publicados. No entanto, a página de abertura do ano de 1926, bem como do ano de 1925, felicita as acções do editor Nunes Colares que “têm contribuído para a sustentação desta revista, única no género no país e que tantos serviços lhe têm prestado (...)” (Almeida e Vasconcelos, 1926, p. 1). Por

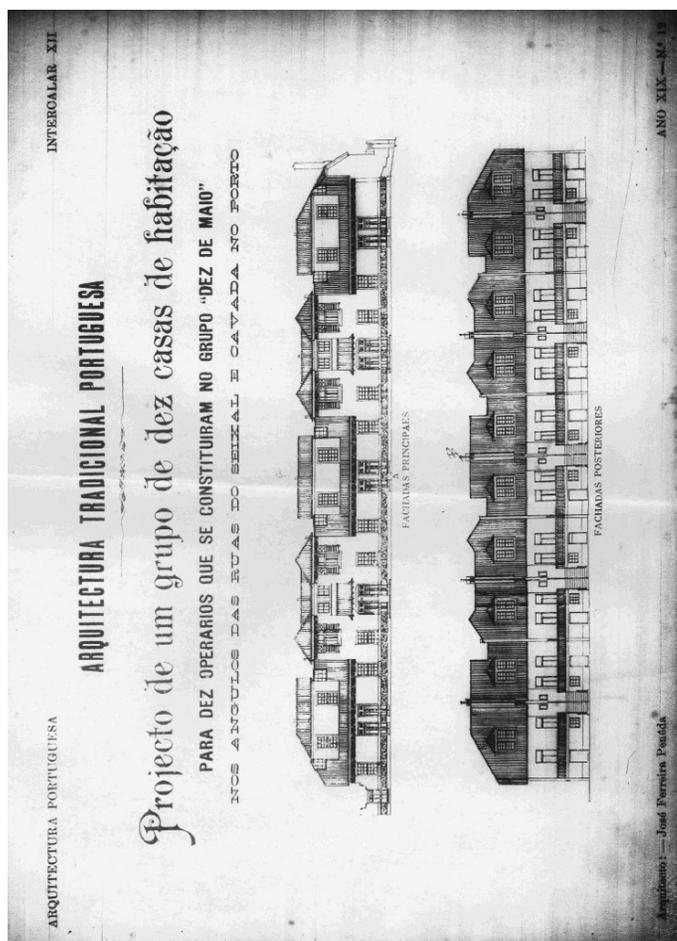


FIG.05.03 | Projecto dum grupo de dez habitações | Fonte: A Architectura Portuguesa, 1926, Nº10, pp.44-47

associação, podemos concluir que o artigo em estudo foi da autoria do jornalista, construtor civil e editor da revista Eduardo Augusto Nunes Colares (1850-1928), editor também da revista *A Construção Moderna* (1900-1919) e da *Gazeta de Obras Públicas*, como já referido no Capítulo 4 (secção 4.2.3).

Após o seu falecimento em 1928 a revista no número nº 4 saudou o trabalho do fundador e aponta a alteração da direcção da publicação para o arquitecto e antigo colaborador António Rodrigues da Silva Júnior (*A Architectura Portuguesa*, 1928).

Nunes Colares iniciou o artigo *Projecto de um grupo de dez casas de habitação: para dez operários que se constituíram no grupo DEZ DE MAIO no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas* (1926, N.º12) apresentando os vários intervenientes que participaram no projecto do conjunto de dez habitações: o proprietário - o Grupo Dez de Maio (aquele que faz a encomenda e que financia a obra – “10 operários em perfeita harmonia realizarem um «Consortium» tão fraternal e simpático de se tornarem com esforço e legitimidade possuidores de 10 habitações próprias” (1926, p.3); o projectista - Arquitecto Diplomado José Ferreira Penêda, que realizou o projecto dos edifícios a construir; e o construtor, que é omissa, no entanto no texto existe a indicação que poderão tratar-se dos próprios proprietários (Grupo Dez de Maio) a construírem as habitações, como sugere o redactor do artigo:

Não menos interessante é a iniciativa de dez operários se reunirem coadjuvando-se mutuamente, constituindo-se uma associação que por meio de coligações semanais e à custa de sacrifícios hercúlanos arrancados aos seus salários, talvez por vezes trabalhando eles próprios para colocar a pedra sobre pedra, ou viga sobre viga, realizaram o milagre de se tornarem possuidores duma casa para habitarem (Colares, 1926, p. 44).

B. O ARQUITECTO

No artigo o director Nunes Colares expressou o mérito ao arquitecto José Ferreira Penêda, apresentando-o como distinto arquitecto portuense e felicitando-o pelo desenvolvimento do projecto apresentado (*Architectura Portuguesa*, 1926, N.º 12). Através dos registos da Ordem dos Arquitectos (2019), foi possível confirmar a bibliografia do arquitecto que se formou na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em Janeiro de 1926. Segundo Carvalho (1997), o arquitecto integra a lista de “Subsídios para um elenco de discípulos de Marques da Silva na Academia Portuense de Belas-Artes Escola de Belas-Artes do Porto Escola Superior de Belas-Artes do Porto” (p. 715)

No mesmo ano da publicação do conjunto de dez habitações promovidas pelo *Grupo Dez De Maio*, divulgaram-se mais dois artigos com projectos do Arquitecto José Penêda, num artigo escrito pelo Arquitecto Silva Júnior (ditor da revista após a morte de Nunes Colares), que fez uma referência ao artigo do projecto do Grupo Dez Maio:

“Não é para os nossos leitores desconhecido o autor do projecto que hoje inserimos, visto que se trata do mesmo artista que, em o número da «Architectura» do mez de Dezembro último, publicou um interessante projecto de um grupo de habitações para dez operários, constituídos em grupo associativo denominado «Dez de Maio»” (Silva Júnior, 1928, p.10).

O arquitecto Silva Júnior acrescentou que no seguimento da referência ao projecto do grupo de dez habitações - “este grupo de habitações acha-se em construção no angulo das ruas do Seixal e das Cavadas, no Porto” (1928, p.10). Estas afirmações pressupõem que o projecto tivesse iniciado a

sua construção em 1928, no entanto, não se encontraram mais registos na revista *A Architectura Portuguesa* em relação à sua data final de construção.

A formação do arquitecto foi destacada na apresentação do artigo no título “Diplomado”. A formação e identidade profissional eram defendidas e reconhecida pela *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, onde foi definida no Estatutos (1903) que apenas se poderiam fazer sócios os arquitectos diplomados pelas academias e escolas de Belas-Artes nacionais e estrangeiras. A *Sociedade* também apelou para que apenas os arquitectos diplomados poderiam construir e desenvolver projectos de arquitectura, como verificado no Capítulo 2 (consultar secção 2.2).

No texto do artigo em estudo surge vinculada à apresentação do arquitecto a localidade a que pertence – a cidade do Porto – a mesma a que se destina este projecto de um conjunto de dez habitações. Dos artigos encontrados na revista alusivos ao tema de habitação económica, ressalta no único que apresenta um projecto para um cliente real, a formação e naturalidade do arquitecto que o desenvolve, que por sua vez era a mesma para onde o projecto seria construído. Esta informação poderá indicar que o arquitecto escolhido para a construção do conjunto, pelo facto de ter crescido no Porto, teria uma maior consciência dos problemas da habitação existente na cidade, de tal forma que a sua reposta poderia encontrar-se mais adequada à necessidade e à realidade das classes proletárias portuense.

C.GRUPO DEZ DE MAIO

No artigo *Projecto de um grupo de dez casas de habitação: para dez operários que se constituíram no grupo DEZ DE MAIO no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas* (1926, N.º12), Nunes Colares felicita o grupo de operários que se apresenta como um modelo a seguir de solidariedade social e que por sua vez demonstram uma lição às classes sociais mais cultas, contrariamente mais egoístas. Este conjunto de operários decidiu formar uma Associação para promover a construção de habitação económica para os próprios. Segundo a base de dados do *Mapa da Habitação em Portugal* (2019), apenas se encontra registada esta iniciativa associativa na promoção de habitação económica a partir do princípio do século XX, até à década de 1920. A ausência de outros projectos promovidos por associativismo poderá reforçar a importância deste conjunto de dez habitações como exemplo distinto, por se destacar na época relativamente ao número de bairros privados promovidos por rendimento imobiliário, como identificado no Capítulo 3 (ver secção 3.4.5). Esta particularidade também poderá indicar o motivo por que António de Oliveira Salazar guardava no seu arquivo pessoal documentação sobre este projecto, como identificado por Gonçalves (2018) (consultar secção 3.4.3 do Capítulo 3).

A iniciativa do *Grupo Dez de Maio* foi valorizada pelo director da revista Nunes Colares com a seguinte palavra, utilizada em afirmações distintas: solidariedade social; solidariedade; princípios de solidariedade (1926, N.º12). A palavra solidariedade ao ter sido utilizada por parte do Director da publicação, em afirmações distintas, para definir a iniciativa dos operários sugere o destaque e reforço da importância do papel cívico e social que deveria ser inerente aos profissionais, porque antes de serem arquitectos, são homens (humanistas). Este princípio humanista do papel do arquitecto foi identificado na época pelo arquitecto João Lino de Carvalho.

D. A RELAÇÃO ENTRE A CLASSE PROFISSIONAL DOS ARQUITECTOS E A HABITAÇÃO ECONÓMICA VISTA PELO EDITOR NUNES COLARES

Nesta primeira parte do texto artigo, Nunes Colares apresentou o contexto social e cultural onde se posicionava o tema da habitação económica em comparação com a actividade profissional dos arquitectos.

Nunes Colares começou por afirmar para a classe profissional a importância e interesse do projecto do ponto de vista artístico ao utilizar o adjectivo “harmonioso” para caracterizar o conjunto de casas, indicando-o como modelo para as classes proletárias a seguir nas cidades:

“É sim um trecho meditado em planta e alçados do que poderia e deveria ser em geral a nossa construção urbana para a grande massa desse povo trabalhador que em regra não têm lar, não tem assistência moral e educativa e não tem pão” (Colares, 1926, p. 4).

Destacou-se nesta afirmação o reconhecimento da qualidade estética deste conjunto de habitações por Nunes Colares colocando-as como exemplo para a construção geral urbana, o que indica a importância desta solução para a restante classe profissional relativamente como se deve projectar a habitação económica para as classes proletárias.

A posição dos arquitectos recebeu duras críticas em comparação com a iniciativa do *Grupo Dez de Maio*, por parte do Nunes Colares, ao desvalorizar a capacidade de acção e solidariedade por parte dos vários profissionais que intervêm nas habitações das classes proletárias - “Vejam lá se já viram 10 engenheiros, 10 arquitectos, 10 médicos, 10 advogados pensarem em fazer casas comuns para facilitar uns aos outros um bem-estar extensivo a 10 famílias!” (1926, p. 4). Em relação a estes profissionais, Nunes Colares afirmou que nunca existiu a possibilidade de estarem “de acordo sob o ponto de vista técnico, estético e até económico” (1926, p.4). Tais pontos de vista são enunciados por Lino de Carvalho (1904), como principal tema de trabalho dos arquitectos. Nunes Colares (1926) observou que esta situação acontecia “pelo egoísmo da classe” perante o resto da sociedade que foi vista com desprezo. Com efeito, para Colares a culpa dessa falta de solidariedade e cooperação era resultado de uma educação materialista e individualista fomentada nas escolas, afirmando que estes profissionais “deveriam ser os mentores idóneos das classes populares e da sociedade em geral” (1926, p.44), ou seja, o redactor considerou que era a classe alta que ensina, e por sua vez, esta não tinha preocupação com as classes mais desfavorecidas. O artigo apelou à consciência social do arquitecto, criticando o distanciamento dos professores de arquitectura face às necessidades de todos os estratos sociais. Daí que seja reforçado por Nunes Colares esta acção por parte deste grupo de operários, no que diz respeito aos princípios de solidariedade e cooperação que deveriam reger as sociedades cultas e progressivas:

“Dahi a nossa admiração por vermos 10 operários em perfeita harmonia realizarem um «Consortium» tão fraternal e simpático de se tornarem com esforço e legitimidade possuidores de 10 habitações próprias” (Architectura Portuguesa, 1926, p. 4).

Concluiu-se ao longo desta primeira parte do artigo era visível a crítica por parte do editor da revista, há indiferença para como a classe profissional lidava com a habitação económica. Tal situação, levou Nunes Colares a apelar sobre o que devia ser o papel do arquitecto na sociedade, mais particularmente, em relação à aproximação e consciencialização dos profissionais quanto aos problemas que afectavam

a classes proletárias. Nunes Colares (1926) sugeriu que o arquitecto, na década de 1920, deveria conduzir a sua actividade profissional como um acto de solidariedade social e de cooperação colectiva, exercendo a sua actividade como um acto proporcional ao seu conhecimento e deveres que lhe competiam.

5.2.1. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O artigo *Projecto de um grupo de dez casas de habitação: para dez operários que se constituíram no grupo DEZ DE MAIO no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas* (1926) na revista *A Architectura Portuguesa* foi representado maioritariamente através de desenhos de alçados (principal, posterior e lateral) e plantas (Fig.05.05; Fig.05.06). A importância da dimensão urbana no projecto foi realçada sob o ponto de vista técnico e artístico, bem como do ponto de vista da qualidade estética, por Nunes Colares caracterizar o conjunto como elegante e harmonioso a partir da leitura do relevo da fachada principal. Nesta reflexão verificou-se a relevância das questões técnicas juntamente com as artísticas na construção urbana do conjunto através do desenho da fachada, que era potenciada através do “relevo e claro-escuro” garantindo uma diferente noção estética ao conjunto em comparação com os comuns bairros operários (ilhas, pátios), ainda que seja referida a palavra “típica”. A preocupação pela qualidade estética da habitação para as classes proletárias foi identificada como um parâmetro da responsabilidade técnica dos arquitectos no exercício da sua profissão no princípio do século XX.

A. LOCALIZAÇÃO

A localização geográfica, do objecto de estudo é expressa no título, dando-nos indicação de que o conjunto foi projectado para a “parte alta da cidade do Porto” (1926, p.44), no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas.

B. DIMENSÕES DO CONJUNTO

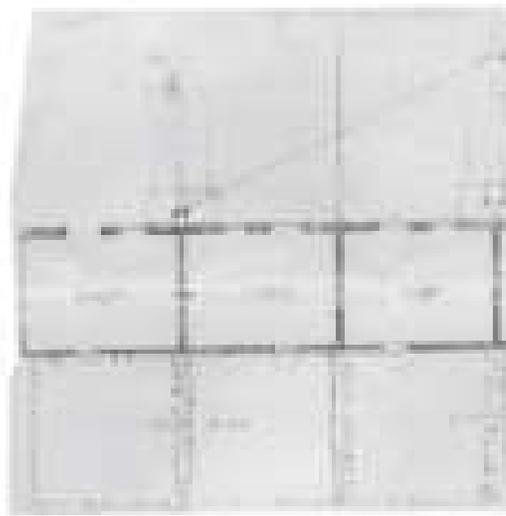
O grupo de habitações tem uma área de implantação de 720 m², com uma extensão de 60m e profundidade de lote de 12m.

C. FACHADA PRINCIPAL

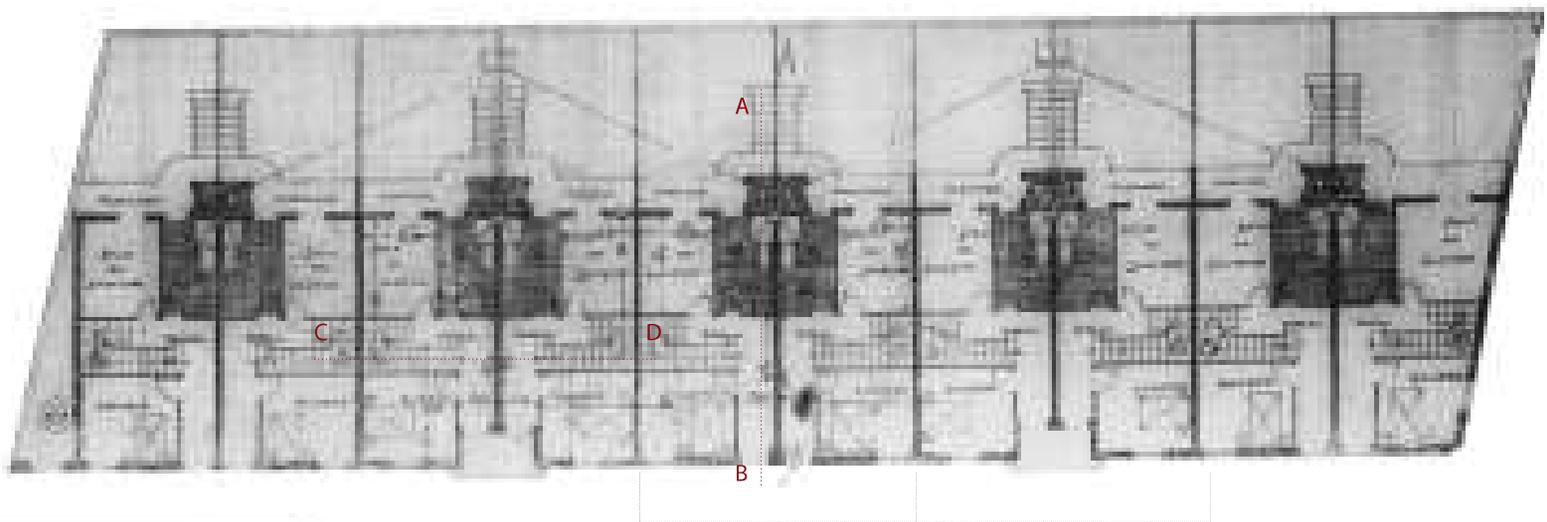
Na fachada principal (Fig.05.06) do conjunto os vãos foram ordenados e simétricos em relação à rua e definem o conjunto como habitações geminadas, distinguindo-se duas tipologias (Fig.05.05). O conjunto de dez habitações é constituído por quatro habitações de tipologia A e seis da tipologia B. O ritmo da fachada no rés-do-chão é marcado pelo jogo de claro-escuro que os acessos às habitações e as janelas proporcionam. Neste observou-se que os dois conjuntos da tipologia A têm um pequeno espaço partilhado (coberto) que garante um acesso mais resguardado. A cobertura com telhado duas águas, apresenta um jogo de planos que reflecte a organização do espaço interior.

A diferença visível na fachada principal não se reflectiu para a posterior ao ser mais simplificada e repetitiva nas soluções desenvolvidas para cada habitação. A fachada posterior contém elementos funcionais como as chaminés, a divisão da I.S, a varanda e por fim a Loja (cave). A varanda com a escada de ligação directa do 1º piso para o quintal, marca a composição da fachada posterior ao

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA REVISTA ARCHITECTURA PORTUGUEZA



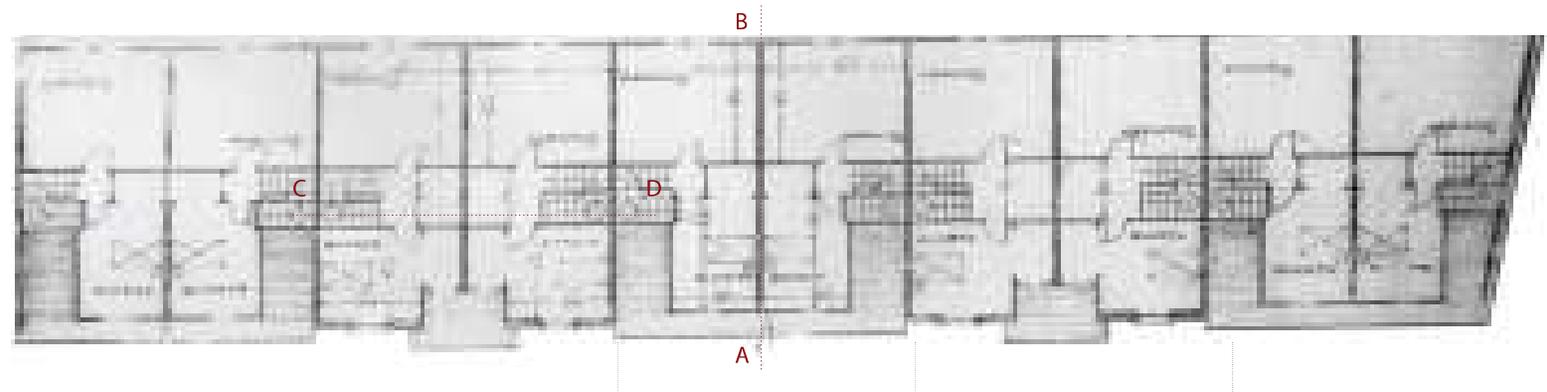
Planta da cave



Plantadorés-do-chão

2x Tipo A

2x Tipo B



Plantado 1.º andar

2x Tipo A

2x Tipo B

Escala: 1.250

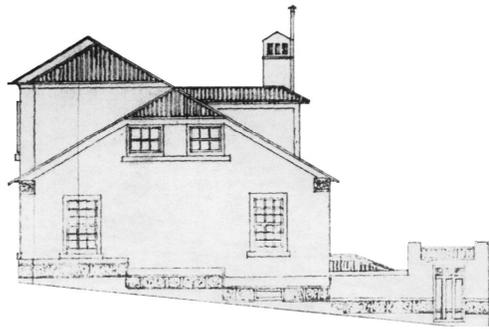
0 2,5 7,5 15 m

1 Tipo = 2 fogos
casas geminadas em banda

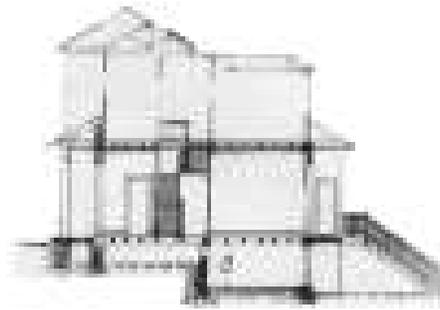
A B A B A
(sequência)

FIG. 05.05 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Planta da Cave, Planta do rés-do-chão, Planta do 1.º andar, Corte AB e Corte CD | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, Nº10, p.3-5

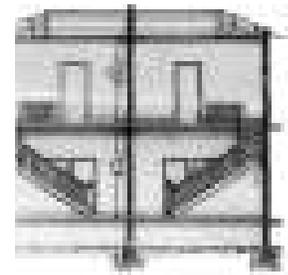
HABITAÇÃO ECONÓMICA NA REVISTA ARCHITECTURA PORTUGUEZA



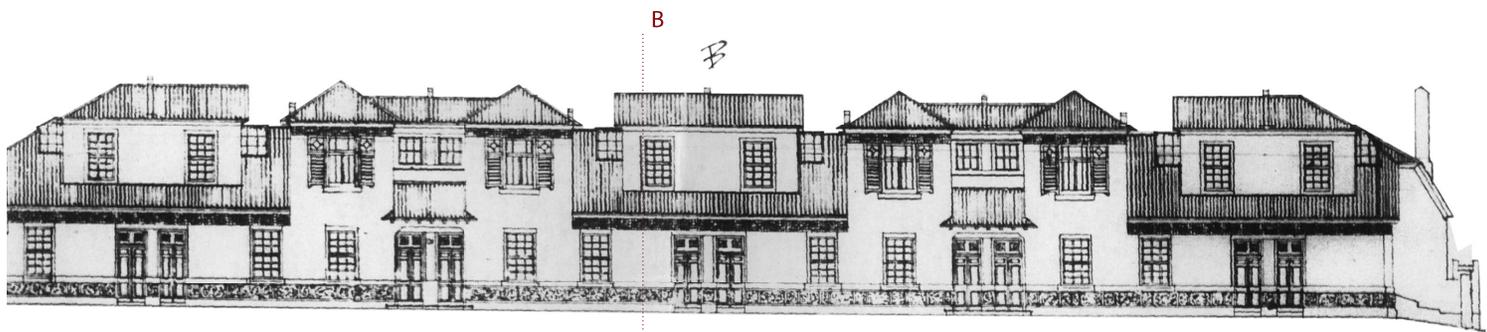
Alçado Lateral



Corte AB



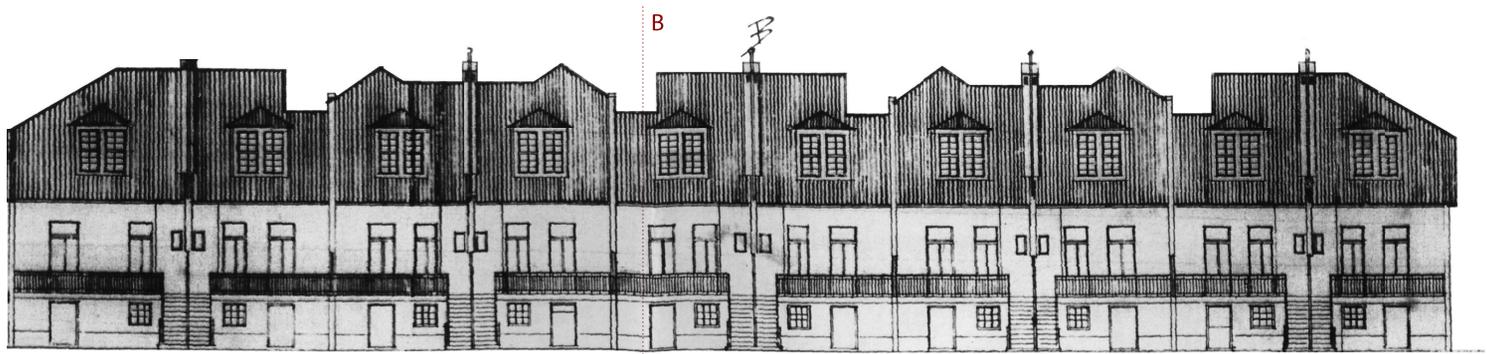
Corte CD



Alçado Principal

2x Tipo A

2x Tipo B



Alçado Posterior

2x Tipo A

2x Tipo B

Escala:1.250

0 2,5 7,5 15 m

FIG.05.06 | *Projecto dum grupo de dez habitações, Alçado Principal, Posterior e Lateral* |
Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, nº1, p.3-5

definir ritmo e verticalidade ao conjunto reforçado pelo enquadramento das chaminés. Apenas uma habitação localizada no extremo direito do conjunto tem acesso directo pelo exterior através do quintal, enquanto todos os outros são acessíveis através da habitação. Destaca-se, no canto inferior esquerdo da planta do rés-do-chão (Fig 05.05), um elemento circular no espaço exterior das habitações, que poderia ser um espaço de acesso de carácter colectivo para o conjunto. No desenho da fachada principal a redução da altura do muro e a existência de um vão diferente dos restantes sugere que poderá tratar-se de um poço ou fonte para as habitações. No entanto, não aparecem descrições desse elemento no texto e no desenho a legenda é ilegível.

Destacam-se na fachada principal as seguintes características. No piso do rés-do-chão existe uma continuidade no que diz respeito aos vãos, bem como aos alisares e aos frisos que se encontram em todas as habitações e dão continuidade e união ao conjunto a nível estética. A entrada para as habitações da tipologia A contém um átrio coberto de entrada partilhada (visível nas plantas), que dá alguma profundidade e volumetria à fachada. Na Tipologia B manteve-se a cobertura e entradas nos fogos. Os vãos deste piso são do tipo guilhotina e os alisares apresentam o mesmo desenho para todas as habitações.

Relativamente ao primeiro piso, onde se verificam maiores alterações na tipologia tanto na fachada bem como em planta, a tipologia B tem uma maior área de cobertura e dois lanternins localizadas sobre as escadas interiores. Tal solução reflecte a atenção à ventilação e captação de luz natural para todas as áreas de circulação. O ritmo da fachada no piso superior também é influenciado em parte pelos caixilhos de ambas as tipologias, existindo uma clara distinção entre os vãos, cantarias e as portadas das janelas. Na Tipologia A, os caixilhos dos vãos são do tipo bandeira com o destaque de na parte superior a janela aparenta ser fixa. Enquanto na Tipologia B, os caixilhos são do tipo guilhotina com portadas exteriores e na parte superior do vão existe uma bandeira fixa. Esta opção na Tipologia B reflectia ambientes interiores com diferentes graus de luminosidade e intimidade, dando a opção ao utilizador de regular a luz consoante a necessidade que precisa para levar a cabo as suas actividades diárias. Os caixilhos dos vãos com dimensões mais reduzidas ao centro da habitação na Tipologia A, por cima das portas de entrada nas habitações, são do tipo guilhotina e não possuem portadas exteriores no seu desenho em comparação com os outros dois do piso superior de ambas as tipologias.

O único elemento decorativo que se encontra presente na fachada trata-se de um friso de azulejos que se encontra situado ao nível dos rodapés das habitações e por cima dos vãos do primeiro piso na Tipologia B, e junto à cobertura que define o alpendre da Tipologia A.

D. FACHADA POSTERIOR

Comparativamente à fachada principal, a fachada posterior era mais simples (Fig.05.06). A organização interior de ambas as tipologias não se reflectia no seu desenho, ainda que as coberturas evidenciem essa diferença entre tipologias. Não possui diferenças no ritmo dos vãos, quer do piso do rés-do-chão (do tipo bandeira) quer do piso superior (do tipo guilhotina), bem como o espaço da loja, com um acesso e um vão (do tipo simples). Os alisares que na fachada principal garantiam um sentido de unidade ao conjunto, na fachada posterior não existia, evidenciando-se uma clara definição entre cada habitação dentro de cada tipologia. No entanto, a varanda que se encontra entre o piso do rés-do-chão e a loja, juntamente com as escadas exteriores, quebram a monotonia da fachada e davam um sentido

de unidade. Este eixo constituído pelas escadas, bem como pelo vão do espaço do W.C. era reforçado pelas chaminés de todas as habitações, que se encontravam em todas as habitações ao meio da tipologia. Se na fachada principal a harmonia do conjunto era constituída por relevos na fachada, bem como a partir do desenho dos vãos e caixilhos, na fachada posterior, essa harmonia do conjunto foi alcançada através de elementos simples de carácter mais funcional como a escada, a chaminé e a varanda.

O desenho das fachadas reflectia uma valorização da fachada principal. O arquitecto enfatizou o alçado principal na sua relação como espaço público (rua) para onde estava orientado o conjunto das dez habitações, talvez como um sinal de prestígio social dos seus proprietários. Daí que na fachada posterior não existisse a continuidade dos frisos, situação que continuava nas fachadas laterais como demonstra o Alçado Lateral (Fig.05.06).

A opção do elemento gráfico colocado na primeira página do artigo reforça a importância da fachada principal na divulgação do *Projecto de um grupo de dez casas de habitação: para dez operários que se constituíram no grupo DEZ DE MAIO no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas* (*A Architectura Portuguesa*, 1926, N.º 12). O desenho da fachada principal, definido pelas alterações de volumetria e pela linguagem arquitectónica utilizada no desenho dos vãos, caixilhos e do alisares, procuraria uma linguagem que não tivesse relação directa com os bairros operários, como Pereira (1994) sugeriu relativamente ao Bairro do Arco do Cego e ao Bairro da Ajuda.

5.2.2. AS HABITAÇÕES

A. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E PROGRAMÁTICA

Cada habitação constitui-se dentro de um espaço único, rectangular, compartimentado com paredes secundárias (Fig.05.08). A organização espacial interior caracteriza-se por um corredor lateral que garante o acesso à habitação e que termina num átrio que estabelece uma ligação com a escada para o piso superior, bem como para cozinha e sala de jantar que se encontram direccionadas para a zona do quintal, ambas com acesso directo para a varanda. O piso térreo era marcado por um quarto junto à fachada principal, espaço que diferia entre as duas tipologias, onde o seu vão se encontrava no seguimento da parede oposta ou acesso da divisão, ou a meio da fachada principal. Esta organização espacial repetia-se no andar superior. Ao subir-se a escada um pequeno átrio distribui para o quarto à direita, um pequeno espaço de arrumos e uma divisão ampla designada por “arrumos”, no desvão da cobertura.

Ao analisar-se a planta do rés-do-chão e do primeiro andar, verificou-se que não existia uma distinção entre os quartos e os espaços sociais entre os pisos da habitação, espaços identificados no Capítulo 3 (secção 3.5) como parte integrantes da habitação operária. Em relação às restantes áreas de cada tipologia, as diferenças identificadas foram reduzidas como é visível na Figura 05.07. As alterações dizem respeito ao interior do primeiro andar, na zona do quarto e átrio, e ao exterior, no átrio de entrada (espaços sublinhados a azul).

Como referido anteriormente, através da análise urbanística e do enquadramento do artigo com o título “ARQUITECTURA TRADICIONAL PORTUGUESA” e à alusão ao texto ao conjunto como “típico”, poderá significar que a opção do desenho da fachada, tendo em vista a criação de ritmo entre as diferentes habitações, resultou numa diferença significativa do espaço interior do primeiro andar das habitações. Na Tipologia B garantiu-se a iluminação das escadas, no entanto o hall desse mesmo piso é mais reduzido relativamente ao da Tipologia A. Ainda que os quartos de ambas as tipologias tenham as mesmas dimensões, na Tipologia B o quarto no piso

FOGO TIPOLOGIA A e B - CONJUNTO DE DEZ HABITAÇÕES

	A. ESPAÇOS E USO Area útil m ²		B. ESPAÇOS E USOS Área útil m ²	
Loja	0. Caixa de ar		0. Caixa de ar	
	1. Loja	26,50	1. Loja	26,50
Piso Térreo	2. Coberto exterior	04,00	3. Quarto de casal	13,00
	3. Quarto de casal	13,00	4. Corredor	05,00
	4. Corredor	03,50	5. Átrio	05,50
	5. Átrio	05,50	6. Escada	12,05
	6. Escada	12,05	7. Sala de Jantar	12,00
	7. Sala de Jantar	12,00	8. Cozinha	09,00
	8. Cozinha	09,00	9. Instalação Sanitária	01,25
	9. Instalação Sanitária	01,25	10. Varanda exterior	07,00
	10. Varanda exterior	07,00	11. Quintal	32,50
	11. Quintal	32,50	Total	97,30
	Total	99,80	Total	97,30
1º andar	12. Quarto	19,00	12. Quarto	15,00
	13. Átrio	03,00	13. Átrio	01,60
	14. Arrumos	04,30	14. Arrumos	02,60
	15. Arrumos	26,50	15. Arrumos	26,50
	Total	52,80	Total	45,70
TOTAL				
	Área útil (m ²)	179,10	Área útil (m ²)	169,50

FIG.05.07 | Projecto dum grupo de dez habitações, Fogo tipo tipologia A e B – programa e área útil

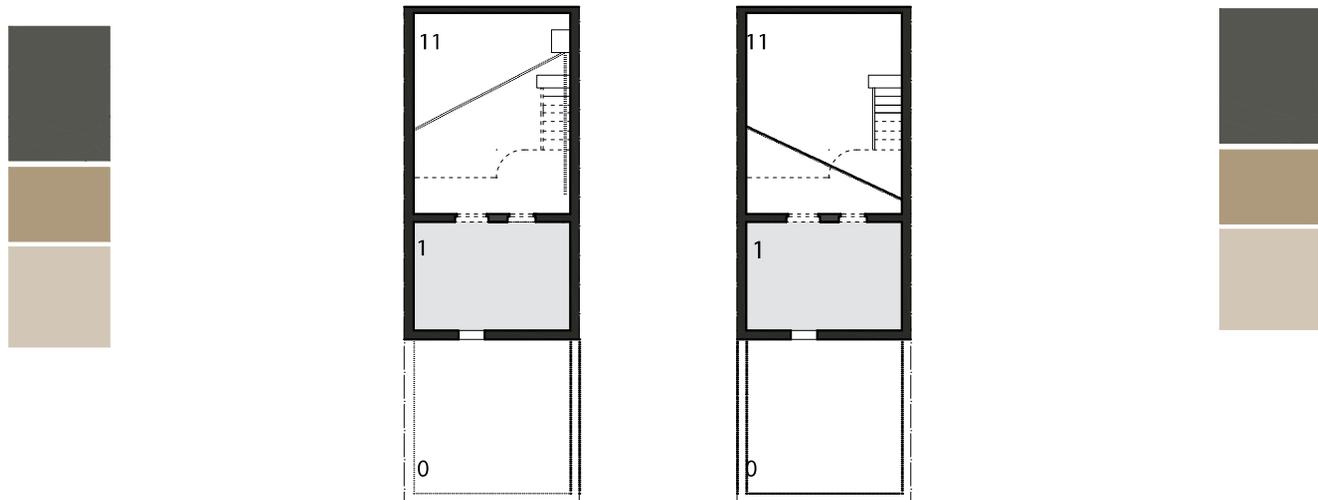
FOGO TIPOLOGIA A

FOGO TIPOLOGIA B

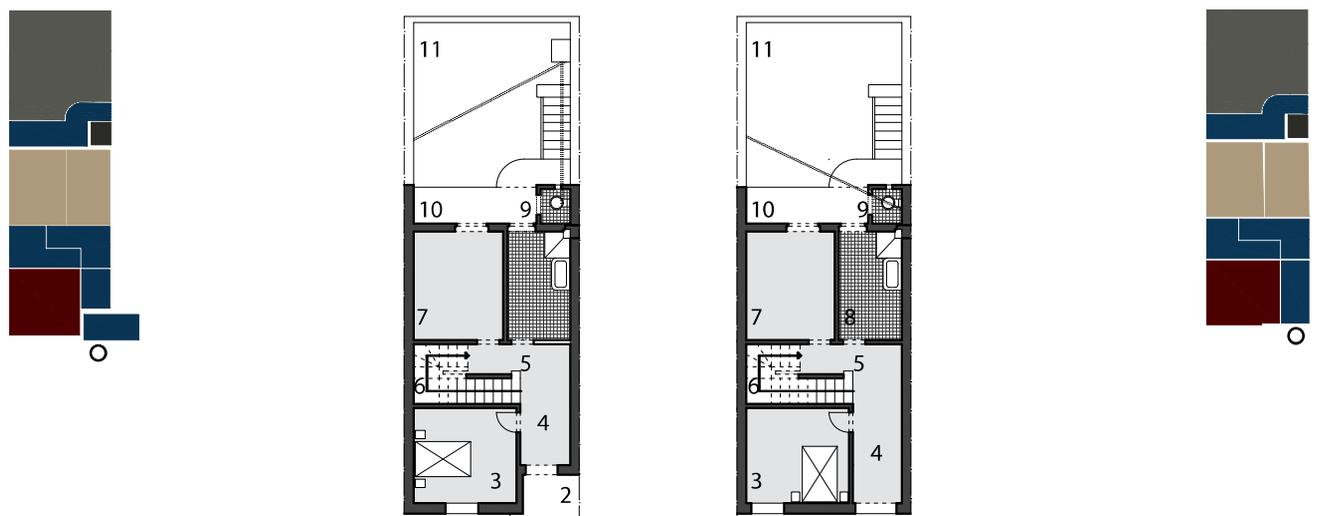
ESPAÇOS E USOS - PROGRAMA

ESPAÇOS E USOS - PROGRAMA

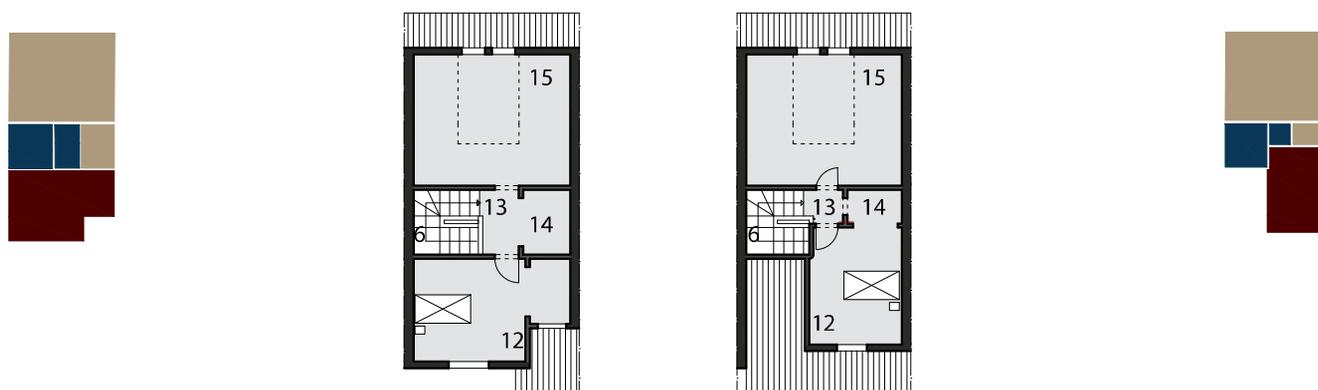
Loja



Piso Térreo



1º andar



- Compartimentos Privados
- Compartimentos Colectivos
- Espaços Circulação
- Logradouro
- Instalação Sanitária
- Acesso

FIG.05.08 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Plantas tipologia A, B | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, nº1, p.3-5

superior tem dois vãos e ainda um hall mais generoso com uma zona de arrumos adjacente (Fig. 05.08).

O estudo da organização interna destas habitações também permitiu verificar que os quartos, ganharam uma maior importância em relação às áreas de serviço, quer pela sua dimensão, quer pelos vãos que lhe estão associados, como era o caso da tipologia B que possui dois vãos num só espaço. Através da comparação das áreas dos quartos com os espaços sociais, sobretudo a sala de jantar que têm 12 m² e o quarto do rés-do-chão com 13 m², compreendeu-se que o arquitecto procurava garantir em todos os espaços da habitação áreas com capacidade de albergar o crescimento da família. Como então foi visto no Capítulo 3 (ver secção 3.2.2), onde nas ilhas do porto, em cada habitação, chegavam a viver acima de uma dezena de pessoas.

B. CIRCULAÇÃO

A circulação (Fig.05.09) entre os vários compartimentos, bem como as escadas entre dois andares das habitações era estabelecida através de átrios de distribuição. Estes átrios criavam comunicações directas e diminuíam a área dos espaços de circulação, conseguindo ter mais espaço útil para os espaços de permanência.

C. MOBILIÁRIO

O mobiliário (Fig.05.09) representado nos quartos (de casal e individual) era constituído por camas e mesas-de-cabeceira, indicando tratar-se de um quarto de casal ou solteiro. Apesar de não existir especificado em nenhum desenho surge no texto uma referência à existência de uma dispensa no vão da escada.

D. EQUIPAMENTOS

Na cozinha existe uma pia de despejo e na instalação sanitária ("W.C.") uma latrina (Fig.05.09).

E. MATERIAIS CONSTRUTIVOS

Embora o artigo não especifique os aspectos construtivos e os materiais utilizados na construção das habitações, os cortes indicam que as paredes periféricas dos fogos são estruturais, pela sua espessura e por assentarem em fundações. Os pavimentos da habitação no rés de chão (com caixa de ar ventilada) e do primeiro andar estão assentes sobre barrotes de madeira que apoiam lateralmente nas paredes longitudinais, com forro de madeira nos tectos. A cobertura, também em madeira, é composta por asnas e ripado onde assentam as telhas cerâmicas. Nas casas tipo A, um lanternim ilumina as escadas interiores.



FIG.05.09 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Fogo tipologia A e B- circulação, mobiliário e equipamentos sanitários

F. HIGIENE E SALUBRIDADE

Na planta do piso do rés-do-chão, encontrou-se a indicação dos esgotos e da localização das caixas de inspecção, representadas a tracejado na zona do quintal (Fig.05.10). Do conjunto de dez habitações, as quatro habitações que se encontravam ao centro partilham duas caixas de inspecção, ao centro do conjunto, as outras seis, partilhavam também de duas caixas de inspecção, onde as dos extremos conectavam-se às adjacentes. A “loja” tinha um vão que ventilava a caixa-de-ar por baixo do soalho, como demonstra o Corte AB (Fig.05.06). Tal solução indicava que o arquitecto no processo de projectar a habitação considerou a possibilidade de se aceder aos sistemas de esgotos domésticos, bem como a ventilação dos pavimentos em madeira necessária à sua boa manutenção.

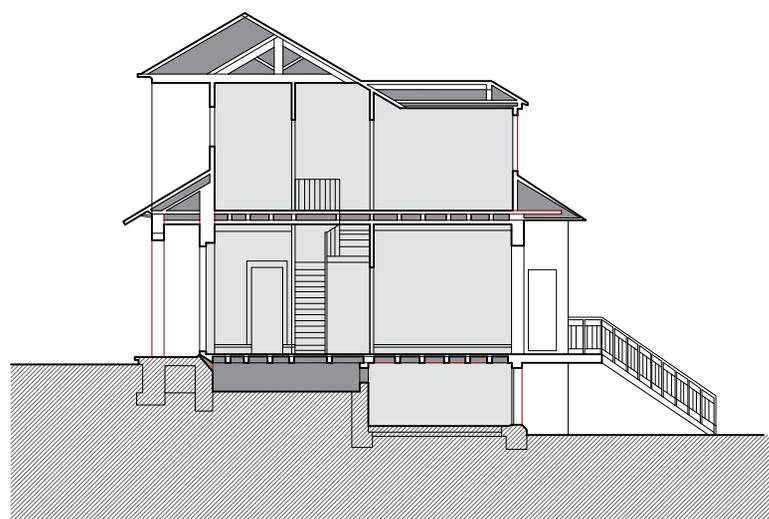


FIG.05.10 | *Projecto do Conjunto de dez Habitações - Corte AB*

0 0,5 2m

G. ILUMINAÇÃO

Em ambas as tipologias todos os espaços eram iluminados, existia somente a diferença das escadas com lanternim na Tipologia A. Evidenciou-se no desenho dos quartos uma preocupação com o desenho dos caixilhos e das portadas. Esta opção reflectia ambientes interiores com diferentes graus de luminosidade e intimidade, dando a opção ao seu utilizador em regular a luz consoante a necessidade para levar a cabo as suas actividades diárias. Através dos alçados era visível nas portas de acesso para as habitações, bem como cozinhas e salas de jantar, a decisão do arquitecto em colocar bandeiras. Dada a profundidade dos espaços interiores, esta solução poderá ter sido utilizada de maneira a garantir-se uma constante iluminação para o corredor de serviço do rés-do-chão, bem como para as áreas sociais das habitações.

H. VENTILAÇÃO

Os vãos permitiam a circulação de ar transversal e a renovação total do ar interior, tanto no rés-do-chão como no primeiro piso, ventilando os quartos, zonas de circulação e espaços de estar (Fig.05.10). Conferiu-se o cumprimento dos requisitos de salubridade enunciados pelo RSEU, de 1903, no capítulo 3 (secção 3.1.1).

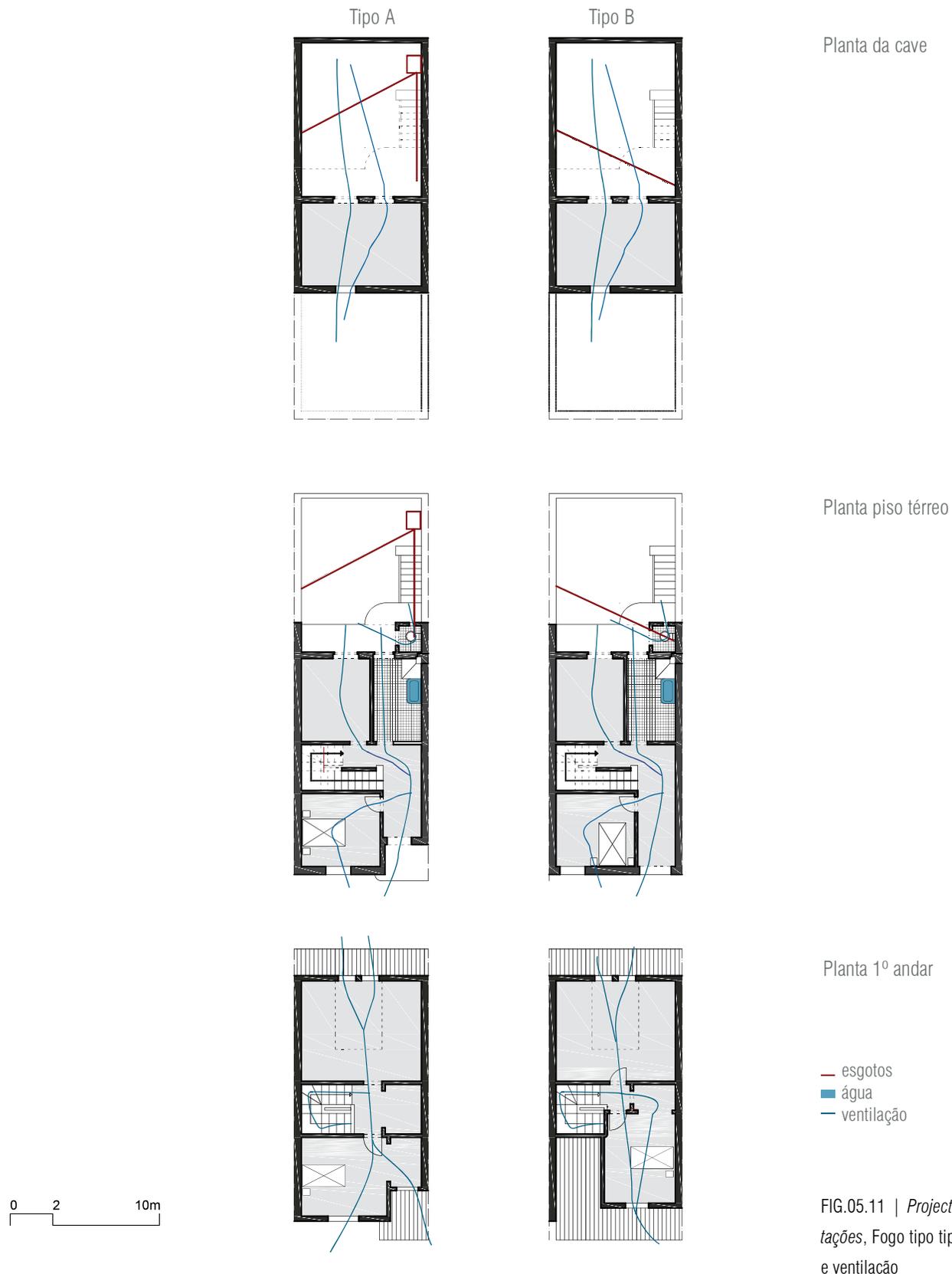


FIG.05.11 | *Projecto dum grupo de dez habitações*, Fogo tipo tipologia A e B- esgotos, água e ventilação

I. INSTALAÇÃO SANITÁRIA

A latrina localizava-se num espaço com acesso pelo exterior da habitação e para além da porta também tinha uma janela de 0,30 cm x 0,50 cm que garantia a ventilação do espaço.

J. LEGISLAÇÃO

O interior das habitações económicas reflectia no seu desenho a compreensão dos conceitos relacionados com as novas exigências de conforto, higiene e salubridade que a vida moderna impunha à nova forma de habitar. Estas exigências foram reguladas no que diz respeito às condições de higiene e salubridade pelo RSEU, de 1903, e relativamente às áreas, programas da habitação económica pelo Decreto n.º4137, de 1918, como enunciado no Capítulo 3 (ver secção 3.1.1 e 3.4.2).

Relativamente ao RSEU de 1903, este projecto respeitava e cumpria os seguintes critérios (Fig.05.11): a iluminação de todos os compartimentos das habitações projectadas; a caixa-de-ar ventilada com 0,60cm de altura no rés-do-chão (visível no Corte AB); todas as divisões sociais da casa têm no mínimo um décimo do pavimento do compartimento (cozinha – 1,95 m²; sala – 2,53 m²) e os quartos ultrapassam o valor de 0,8 m² (quarto rés-do-chão – 1,84m²; quarto primeiro andar: Tipologia A – 1,6 m², Tipologia B – 3,09 m²). (Fig.05.09)

Na situação do quarto do primeiro andar da Tipologia B que dispõe de 19m², ambos os vãos possuíam uma superfície de 3,09 m² o que ultrapassava por mais de metade a área estipulada pelo RSEU para uma boa iluminação num quarto de dormir, caracterizando-se desta maneira como a divisão mais bem iluminada do conjunto das dez habitações. Por fim, como exigido pelo regulamento todas as habitações dispunham de uma latrina exterior à habitação com um vão e uma pia de despejo. Verificou-se que todos os espaços habitáveis cumpriam os requisitos de iluminação. O quarto de casal, em ambas as tipologias, não cumpria os 25m³ de cubicagem de ar por pessoa. Ambas as tipologias comprovaram as preocupações acrescidas sobre a importância da captação da luz e da ventilação natural. Tais exigências foram cumpridas, no que diz respeito às normas estabelecidas pelo RSEU de 1903, como é o caso das áreas dos quartos e a sua iluminação, bem como o acesso à caixa-de-ar ventilada.

Respectivamente aos artigos do RSEU que enunciaram o tema do saneamento: os algerozes, o depósito de água, a água canalizada, os tubos de queda e os sifões, o artigo não apresentou informação que permitiu compreender como o arquitecto os desenhou e pensou.

Quanto ao Decreto n.º 4137 de 1918 (Fig.05.12) onde se encontravam identificadas as características que definem a habitação como económica na década de 1920, este projecto inseriu-se ao nível urbano nas habitações construídas por fileiras de casas sucessivas paralelamente à rua. No que diz respeito ao espaço interior este conjunto de habitações inseriu-se na Classe II por ter dois quartos, cozinha e WC. Como enunciado pelo Decreto, a cozinha dispunha de uma chaminé e esta encontrava-se na fachada posterior das habitações. Das outras utilizações estipuladas pelo decreto para os espaços interiores, tais como a sala de trabalho e os quartos para os filhos de ambos os sexos, estão ausentes no projecto (Fig.05.12). O artigo não referiu a rede de iluminação do conjunto e os seguintes equipamentos públicos: lavadouros, creches, escolas, ruas e passeios (no decreto era referido que estes equipamentos só deveriam ser construídos para conjuntos de 50 a 100 habitações).

**Regulamento da Saubridade
e das Edificações Urbanas**

RSEU
1903

		Tip. A	Tip. B
ARTIGO 3º	Altura mínima do rés do chão	●	●
Alínea 3	Altura mínima do 1º andar	●	●
ARTIGO 9º	Caixa de ar ventilada com 0,60m de altura	●	●
	Caixa de ar ventilada - abertura nas paredes	●	●
Alínea 1 e 2	Escadas com iluminação e ventilação	○	●
	Bomba de escada	●	●
ARTIGO 11º	Janelas com $\geq 1/10$ da área de superfície do pavimento	●	●
	Janelas \geq com 0,80m ² nos quartos	●	●
ARTIGO 13º	Quartos \geq com 25 m ³ ar por pessoa	●	●
ARTIGO 14º	Chaminés na fachada posterior	●	●
ARTIGO 16º	Algerozes	○	○
ARTIGO 21º	Depósito de água	○	○
ARTIGO 24º	Água canalizada	○	○
ARTIGO 25º	Tubos de Queda na fachada	○	○
ARTIGO 36º	Sifões	●	●
ARTIGO 42º	Latrina com uma fresta $\geq 0,30m \times 0,50m$ que comunique para o exterior	●	●
Alínea 2	Latrinas com depósito de água - autoclismo	●	●
ARTIGO 43º	Pia de despejo no interior da habitação	●	●

● Cumpre ● Cumpre razoavelmente ○ sem informação

FIG.05.12 | Quadro comparativo dos requisitos estabelecidos pelo RSEU com o *Projecto do Conjunto de dez Habitações*

Decreto de Lei n.º 4137 <i>BAIRROS DE CASAS</i> <i>ECONÓMICAS</i> 1918		Tip. A	Tip. B
ARTIGO 3º	Classe I	○	○
	Classe II	●	●
	Classe III	○	○
ARTIGO 4º	Casas isoladas	○	○
	Grupos de duas casas	○	○
	Fileiras de casas unidas e sucessivas	●	●
	Um terreno na rectaguarda	●	●
	Jardim à frente	○	○
ARTIGO 5º	Canalização das ruas - águas Pluviais e caseiras do bairro	○	○
	Pavimento macadamizado ou calçado do bairro	○	○
ARTIGO 8º Iniciativa	Particulares	○	○
	Cooperativas	●	●
	Sociedades anónimas	○	○
	Instituição	○	○
	Camâras Municipais	○	○
	Estado	○	○
ARTIGO 25º Infraestruturas	Rede de esgotos	●	●
	Rede de iluminação	○	○
	Lavadouros	○	○
	Creches, Escolas	○	○
	Ruas e passeios	○	○
	Lisboa e Porto estabelecimento de transportes para os bairros económicos	○	○

● Cumpre ● Cumpre razoavelmente ○ sem informação

FIG.05.13 | Quadro comparativo dos requisitos do Decreto de Lei N.º 4137 (1918) com o *Projecto do Conjunto de dez Habitações*

K. ECONÓMICO

A questão económica reflectiu-se na reduzida área das habitações e na sua organização, onde a redução das áreas de circulação contribuiu para o aumento da área dos espaços habitáveis. Tal importância económica da circulação também foi reconhecida por Nunes Colares: “Outro ponto de vista para apreciar este plano é ver como no espaço reduzido ocupado por cada casa tudo está bem aproveitado resultando sob o aspecto económico um êxito, factor dos mais importantes num problema desta ordem” (1926, p.3). Esta afirmação mostrou a compreensão por parte de Nunes Colares em relação à redução das áreas de circulação, que garantiam a economia dos compartimentos, destacando a importância deste tema para os arquitectos que desenvolviam as habitações para as classes proletárias, como identificado no subcapítulo 3.5.

A repetição dos vãos, e por inerência, a dimensão dos caixilhos, reflectia uma sistematização do seu processo construtivo facilitando o processo de construção tornando-o mais económico, como identificado no subcapítulo 3.5.

No texto do artigo subentendeu-se que a obra seja de autoconstrução por o editor afirmar: “às vezes trabalhando eles próprios para colocar a pedra sobre pedra, ou viga sobre viga, realisaram o milagre de se tornarem possuidores duma casa para habitarem” (Colares, 1926, p. 44), o que significava que o custo mão-de-obra não teria custo.

5.3. CONCLUSÃO

O Projecto de um grupo de dez casas de habitação: para dez operários que se constituíram no grupo DEZ DE MAIO no ângulo das ruas do Seixal e Cavadas (A Architectura Portuguesa, 1926, N.º 10) conciliava a qualidade espacial e arquitectónica de cada casa individual e os custos inerentes na sua construção. Compreende-se que o caso divulgado n'A *Architectura Portuguesa* procurou exemplificar os aspectos principais de um projecto de habitação económica ao nível das dimensões, organização espacial e programática, ventilação, iluminação e modularidade de vãos. Destacando qualidade espacial e arquitectónica.

Relativamente à organização espacial, o processo de desenhar e projectar o interior da habitação económica reduzia as áreas de circulação a dois hall's (do rés-do-chão e do primeiro andar) que garantem a comunicação entre todos os compartimentos da habitação. Houve um cuidado por parte do arquitecto em dotar estes espaços de conforto proporcionando luz natural nestes espaços de circulação, bem como nos de circulação através de colocação da bandeira em vidro na porta principal de acesso à habitação e por meio lanternim nas escadas (Tipologia A). Tal redução das áreas de circulação permitia que os espaços sociais tivessem mais área útil. O pouco mobiliário servia apenas para identificar a organização do espaço de dormir apresentado (camas, cómodas, latrina e lavatório), o que demonstrava a importância destes equipamentos na organização do espaço e apelava para a consciência dos arquitectos na base do desenho habitações.

No que diz respeito à higiene e salubridade, o artigo apresentou os ramais de descarga dos esgotos e das instalações sanitárias e as respectivas caixas de inspecção demonstrando a importância de divulgação deste tema quanto à construção de habitação económica. Em relação à ventilação das habitações os vãos desenhados permitiam a circulação transversal de ar em ambos os pisos e tipologias.

O projecto permitia uma redução do custo através da repetição da mesma organização espacial para cada habitação, bem como das dimensões dos diferentes elementos de construções (sistematização). Esta repetição de um módulo, que constituía uma habitação, garantia uma certa uniformização na sua construção e uma redução de custo na execução, já que em todas as habitações iriam ser utilizados os mesmos processos construtivos. O projecto do conjunto de habitações permitia a sua autoconstrução, resultando numa redução no custo das habitações. Este processo de autoconstrução também indicou que um sentido de entajuda entre as várias famílias poderia contribuir para a construção destas habitações, eventualmente recorrendo à função profissional dos seus moradores.

Sobre a legislação em vigor na época, os temas que o projecto aborda identificados no RSEU 1903 e no Decreto nº 4137 superam os requisitos mínimos enunciados, como é o caso das áreas dos quartos e a sua iluminação, bem como o acesso à caixa-de-ar ventilada que indicou a preocupação do arquitecto José Ferreira Penêda em não ficar pelos mínimos.

A questão estética destacou-se no título principal do artigo - "ARQUITECTURA TRADICIONAL PORTUGUESA", no texto a alusão ao conjunto como típico, na parte gráfica sobressai a atenção do editor ao apresentar unicamente numa página os alçados e por fim reflectiu-se no cuidado do arquitecto no desenho das fachadas, através da caracterização dos vãos, dos caixilhos e dos frisos. Estes aspectos sugerem que a responsabilidade social do arquitecto na década de 1920, em relação

HABITAÇÃO ECONÓMICA NA REVISTA ARCHITECTURA PORTUGUEZA

à habitação económica para as classes proletárias, prendia-se com a estética das habitações, com o objectivo de renovar a imagem destes conjuntos que se encontravam relacionada com as precárias ilhas, existentes na cidade do Porto, e os pátios, em Lisboa.

Deste modo, a revista *A Architectura Portuguesa* apresentou no ano 1926 um artigo que considerou “modelo”. Os principais temas observados na organização espacial do projecto apresentado, que respondia aos requisitos de higiene e salubridade mínimos estipulados pela legislação, foram: a autoconstrução, ao indicar que poderia ser construído pelos próprios moradores, e a qualidade estética, reflectida no desenho do projecto e abordada no texto.



CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

Esta dissertação teve o objectivo de contribuir para um melhor entendimento do que terá sido a prática social do arquitecto na habitação económica da década de 1920 através do estudo da sua divulgação n' *Architectura Portuguesa*.

No princípio do século XX o debate nacional e internacional sobre o papel do arquitecto na sociedade surgiu no ensino praticado nos cursos de arquitectura das Escolas de Belas-Artes do Porto e de Lisboa, instituições influenciadas pelo conhecimento adquirido pelos bolseiros que estudavam na *École de Beaux Arts*, em Paris. As reformas do ensino, em 1880 e 1911, estavam vinculadas a uma maior consciência do papel do arquitecto na sociedade promovida pela conciliação de saberes científicos, técnicos e humanísticos no sistema formativo dos arquitectos. Na reforma de 1911, o tema da habitação encontrava-se numa posição de igualdade com os edifícios públicos e os conteúdos técnicos encontravam-se relacionados e orientados para questões como o saneamento e a higiene, os materiais e os métodos de construção. Este ensino, em vigor até 1932, pretendia definir e autonomizar a formação do arquitecto em relação a outros profissionais da construção.

Neste período o arquitecto ganhou consciência da sua actividade profissional através da reinterpretação da sua função tendo em conta as necessidades da sociedade. Esta nova consciência, enquanto profissional e cidadão, levou a um maior conhecimento técnico da actividade, fomentado inicialmente pelo ensino da arquitectura e posteriormente com continuidade através da organização de classe.

Esta nova consciência adquirida no ensino encontrou continuidade em jovens arquitectos (Adães Bermudes, Francisco Carlos Parente e Álvaro Machado) que procuraram enquadrar a actividade profissional do arquitecto na sociedade, influenciando o rumo do trabalho associativo em Portugal. Estes arquitectos promoveram a fundação da *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, em 1903, clarificaram uma identidade profissional que definiu o papel do arquitecto. Esta identidade profissional pretendia melhorar as condições estéticas e higiénicas das cidades e definir responsabilidades técnicas e científicas a que os profissionais deveriam responder no exercício da sua profissão: garantir o conforto, a higiene, a salubridade e a qualidade estética nas suas construções, elegendo a habitação como tema principal do seu trabalho.

Apesar dos *Relatórios das Actas dos Trabalhos Associativos da SAP (1903-1933)* demonstrarem formas de actuação que reflectem qual deveria ser papel do arquitecto na sociedade, os artigos do *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* apresentam de uma forma mais clara da consciência profissional dos vários interlocutores através dos seus textos. Nos artigos divulgados, identifica-se a posição humanista e social do arquitecto na procura em dar resposta às necessidades de habitação. Tal posição é visível através dos textos do arquitecto João Lino de Carvalho que aborda com frequência a questão da habitação, da higiene (sanitário e cozinha) e da salubridade (ventilação, iluminação e esgotos). Ainda dentro da questão da habitação, destaca-se a acção da SAP em 1908 no envio de três pareceres ao governo que reflectem a importância desta problemática para a classe, sendo eles: a reforma do ensino, a crítica perante a ausência de arquitectos no quadro do Conselho Superior de Higiene na Habitação, e o parecer da proposta ao governo sobre a construção de *Casas Baratas*. Deste modo, verificou-se que o perfil do arquitecto, enquanto aluno nas Escolas de Belas-Artes e enquanto arquitecto na SAP, era regido por valores e princípios éticos que pretendiam proporcionar habitação digna, o conforto e bem-estar como um direito de todos.

FIG. 06. 00 | Bairro Grupo Dez de Maio, 2019

CONCLUSÃO

A *habitação económica* surge na resposta dos arquitectos ao alojamento precário identificado nas cidades nomeadamente em insalubres pátios, vilas e ilhas. Os arquitectos tinham consciência dos graves problemas de salubridade e higiene destas habitações. Tal conhecimento foi difundido através de engenheiros, como Mello de Matos e através de higienistas e médicos, como por exemplo Ricardo Jorge que doou algumas publicações sobre o tema à Biblioteca da SAP (Anuário, 1905). Reconheceu-se através das críticas dos arquitectos ao *Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas*, apresentadas no *Anuário da SAP* e na revista *A Construção Moderna*, a recomendação de actualização da legislação. Tal posição sugere que o conhecimento da classe profissional sobre o assunto se encontrava ao mesmo nível de outros países, como referido nos vários relatórios de congressos internacionais sobre o tema higiene, salubridade e habitação divulgados nestas publicações.

Em 1928 a comunicação do Coronel Guilherme de Azevedo no âmbito dos *Problemas da Habitação em Portugal e Noutros Países* salienta o aumento do problema do alojamento em Lisboa e no Porto. Esta informação também é comprovada através dos dados analisados no *Mapa da Habitação* onde se observa o aumento gradual no número de fogos construídos entre as três primeiras décadas do século XX nestas duas cidades, sendo superior a construção no Porto. Através da comparação entre o número de fogos construídos por iniciativa pública e os fogos de iniciativa privada, comprova-se que na década de 1920 existiu um maior número de iniciativas privadas na construção de habitação para as classes proletárias e confirma-se o fracasso da promoção pública que não construiu um único fogo nesta década.

O estudo dos Bairros do Arco do Cego e da Ajuda em Lisboa, o Bairro da Arrábida no Porto, bem como os Bairros de Olhão, Viana do Castelo e de Cascais, revelou uma leitura das principais questões que os arquitectos encontravam no desenvolvimento de habitação económica, como os equipamentos e a questão urbana de integração dos bairros na malha da cidade. No entanto, estes bairros foram uma excepção no panorama nacional, não reflectindo a escala de intervenção mais usada (pequenos conjuntos habitacionais), nem a tipologia mais utilizada neste período em banda e por fim, nem os utentes para os quais se destinavam inicialmente, como é o caso do Bairro do Arco do Cego e do Bairro da Ajuda que se destinavam para as classes proletárias. Salienta-se que, a partir da década de 1930 do século XX, a habitação económica foi maioritariamente promovida pelo Estado Novo, centrando-se na habitação para a classe média.

Através da análise dos artigos publicados em revistas de especialidade e da legislação (RSEU e o Decreto n.º4137) da época, concluiu-se que os arquitectos na década de 1920 pretendiam promover através da habitação económica dignidade e conforto através da atenção dada a componentes da arquitectura (área e pé direito, a organização do espaço, a circulação, os valores estéticos, o acesso a água e esgotos, a quantidade de compartimentos), a salubridade, atendendo à ventilação, iluminação e esgotos, a higiene, introduzindo a instalação sanitária e cozinha, procurando ainda a sistematização das dimensões e dos processos construtivos (que podia permitir a economia da construção).

As revistas de arquitectura e construção da época não foram alheias ao problema do alojamento operário no primeiro quartel do século XX nem às políticas de habitação promovidas pelo Estado. No início do século XX três publicações periódicas coexistiram: *A Construção Moderna* (1900-1919), o *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes* (1905-1911) e *A Architectura Portuguesa* (1908-1929). Estas publicações, objecto de investigações científicas, promoveram boas práticas, debatendo temas e divulgando artigos sobre a higiene e salubridade necessários para melhorar as condições de

CONCLUSÃO

vida das classes operárias. Despertam interesse junto da classe dos arquitectos sobre estes temas através da publicação de conferências, legislação, artigos de opinião e iniciativas de construção de casas económicas.

A análise detalhada de um projecto criteriosamente seleccionado para ilustrar este tema, e publicado na revista *A Architectura Portuguesa*, permitiu concluir que o seu autor apresenta uma solução urbanística e arquitectónica que responde aos requisitos da habitação económica deste período. Responde à questão económica, na redução do custo da habitação através da definição de um processo de autoconstrução. Responde à questão estética, pela preocupação em renovar o prestígio social deste tipo de habitação através do desenho cuidado da fachada principal, evitando uma segregação social das classes proletárias. Responde aos requisitos de higiene e salubridade, pela integração de sistema de esgotos, de ventilação, e contemplando área dos compartimentos superior ao que estava estabelecido pela legislação da época.

As habitações identificadas nesta investigação como A e B, apresentaram soluções através de uma organização espacial com maior qualidade do que os requisitos mínimos de higiene e salubridade em vigor na época obrigavam, nomeadamente nas questões de iluminação e áreas mínimas das zonas de permanência (espaços privados como quartos e espaços colectivos, como a sala de jantar e a cozinha). Por exemplo as soluções relativas à higiene, passaram pela construção e manutenção dos esgotos através do acesso à caixa-de-ar ventilada sob o pavimento térreo e às caixas de inspecção. A organização funcional dos dois átrios distributivos permitia o aumento dos espaços de permanência. A sistematização das dimensões dos materiais e processos construtivos, contribuíram para a redução do custo da habitação ao permitir que a construção fosse fácil de replicar e pudesse ser autoconstruída pelos próprios moradores atestando respostas à questão da economia da construção. Por fim, o arquitecto procurou a redefinição de um novo prestígio social para as classes proletárias através do cuidado desenho da fachada das habitações, integrando elementos decorativos que lhes conferia um outro prestígio no meio urbano.

CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência social, ética e moral formada nas escolas de arquitectura tem continuidade na prática profissional do arquitecto ao responder a problemas concretos da sociedade, como é o caso da habitação urbana para as classes proletárias na década de 1920. Considera-se que poderá existir no primeiro quartel do século XX uma tomada de consciência crítica por parte da classe profissional dos arquitectos em relação ao problema de habitação económica. Os arquitectos projectam e debatem soluções nas revistas de especialidade de arquitectura, tendo como objectivo melhorar a qualidade de vida da população nas cidades.

Ao divulgar o *Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Penêda* (Colares, 1926, pp.44-47), a revista *A Architectura Portuguesa* veicula uma proposta que considera modelo na divulgação de boas práticas. A solução económica que se reflectiu na organização espacial, na iluminação, na ventilação, na circulação, no processo de autoconstrução das habitações e na sistematização dos materiais reflecte um posicionamento ético do arquitecto perante o habitar das classes proletárias.

Esta investigação sugere que o projecto do conjunto de habitação económica analisado foi divulgado com o objectivo de despertar o interesse da classe profissional dos arquitectos para sua responsabilidade na apresentação de soluções aos problemas que envolviam a habitação das classes proletárias nas grandes cidades.

Para além dos objectivos de divulgação, o projecto em si configura-se como um exemplo de resposta a estes problemas ao considerar as dificuldades económicas dos seus utentes na solução construtiva que permite o processo de autoconstrução.

A par desta dissertação, e reconhecendo-se a importância de disseminar o conhecimento adquirido e investigado valorizando as revistas de arquitectura como fontes de conhecimento foi desenvolvido um poster (Anexo 2) e posteriormente uma comunicação (Anexo 3), ambos apresentados no *International Multidisciplinary Congress Web of Knowledge*, realizado nos dias 17, 18 e 19 de Maio de 2019, em Évora, tendo então despertado interesse entre os participantes.

Embora esta investigação apresente limitações inerentes ao tempo disponível para o seu desenvolvimento, existem temas que merecem uma investigação futura, tais como: a habitação económica de promoção privada desenvolvida na década de 1920 em Lisboa; a prática social do arquitecto no desenvolvimento de habitação económica colectiva; a comparação de soluções de habitação económica desenvolvidas para a cidade do Porto e Lisboa; a comparação de soluções de habitação económica divulgadas por diferentes revistas de especialidade; ou ainda, a comparação entre as práticas profissionais no âmbito de habitação económica de arquitectos formados nas duas Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. Ainda assim, a utilização de um caso de estudo único apresenta-se como ilustrativo de uma metodologia de análise replicável para o estudo de outras situações semelhantes.

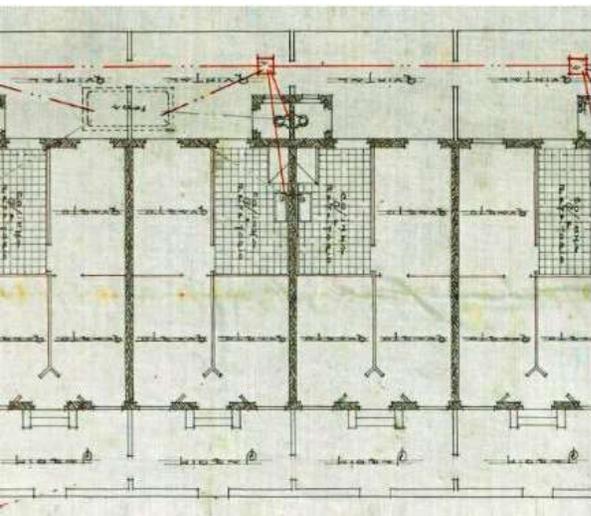


FIG. 06.01. Planta Bairro Dez de Maio (extracto do original) | Fonte: Arquivo Municipal do Porto



FIG.06.02. Fotografia aérea da cidade do Porto 1939-194 | Fonte: fiada 23, n.º 197, Arquivo Municipal do Porto



FIG. 06.03 | Ortofotomapa da rua do Grupo Dez de Maio, 2019 | Fonte: Google Maps

CONCLUSÃO

Na fase final da presente investigação, através da informação disponibilizada no site *Mapa da Habitação em Portugal 1910-1974* (Anexo 4) sobre a localização do conjunto que se encontrava construído, realizou-se uma visita às dez habitações (Fig.06.00; Fig.06.04). Verificou-se que o conjunto se encontra diferente do apresentado no artigo da revista, não existindo o primeiro piso (Fig.06.01). As habitações encontram-se habitadas, sendo que em comparação com o projecto licenciado na Câmara Municipal do Porto na década de 1940 (Fig.06.02), uma terá sido demolida, como é observável no ortofotograma actual (Fig.06.03). Estas habitações, ao serem construídas para alojar um conjunto de operários, numa organização social que um século de distância alterou substancialmente, configura mais uma oportunidade de investigação futura sobre como se adaptaram os espaços das habitações às exigências sociais e culturais da vida contemporânea.



FIG. 06. 04 | Bairro Grupo Dez de Maio, pormenor de uma habitação, 2019

REFRÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

A Construção Moderna. 1900-1919. Lisboa.

A Construção Moderna. (1903). A vivenda higienica (p.179). Lisboa, N.º107

Alarcão, J. (1905). Proposta de lei n.º 10-BB. Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Acedido a 30 de Setembro de 2019: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/019/1905-08-22/1>

Aleixo, S. ; Brancas, A. (2019) E1920's Economic Housing in the Magazine A Architectura Portuguesa . In "Web of Knowledge: A look into the past embracing the Future". Évora: Universidade de Évora, p. 24-27

Aleixo, S.; Brancas, A. (2018) 1920's Economic Housing in the Magazine A Architectura Portuguesa - Poster. In "International Multidisciplinary Congress Web of Knowledge", 17-19 Maio, 2018, Évora.

Agarez, R. C. (2018). Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção. In IRHU.Habitação, Cem anos de políticas públicas de habitação em Portugal 1918-2018 (pp.11-40). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Almeida, P.V; Fernandes, J. M. (1986). História da arte em Portugal: a arquitectura moderna. (Vol.14). Lisboa: Publicações Alfa

Agarez, R.C. (2016). Algarve building: modernism, regionalism and architecture in the south of Portugal, 1925-1965. Burlington: Ashgate

Andrade, L. (2018). Magazines, communities and Knowledge. In Actas Congress Web of Knowledge (p.72). Évora: Universidade de Évora

Amaral, F. K. (1948). A formação dos Arquitectos. In Congresso Nacional de Arquitectura, 1948. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos

Amaral, F.K. (1945). O problema de habitação. Porto: Livraria Latina Editora

A Architectura Portuguesa. 1908-1929. Lisboa

Azevedo, G. (1928). Os problemas da habitação em Portugal e noutros paizes. Lisboa: Livraria Renascença

Azevedo, M. (2011). Uma Nova Ordem para a Cidade a partir da Casa: registos em revista do Eng. Victor Da Sila Freire Júnior. In Mesquita, D.M (coord). Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade coordenação Marieta Dá Mesquita (pp. 62-68). Casal de Cambra: Caleidoscópico

Bermudes, A. (1908). Reflexão sobre as condições da actividade profissional dos arquitectos (pp.9-11). In A Architectura Moderna. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Anno I, nº3, pp-9-11

Bermudes, A. (1905). VI Congresso Internacional de Arquitectura. Lisboa: Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes, pp.72-89

Bermudes, A. (1895). Discurso do Senhor Adães Bermudes na sessão de 24 de Março de 1895. In Gomes, M. C. A. (2003). A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação (Vol. III, pp. 177-181). (Tese de doutoramento não publicada) Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Consultada na Biblioteca Nacional de Portugal

Benévolo, L. (1994). As origens da urbanística moderna (3º edição). Queluz de Baixo: Editorial Presença

Brandão, P. (2006). O Arquitecto e Outras Imperfeições: Ética, Identidade e Prospectiva da Profissão.

Lisboa: Livros Horizonte

Campos, C. (1907). O Título de Architecto em Portugal. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes (pp. 32-33). Lisboa: Typ. do Anuario Commercial

Campos, C. (1905). Concursos d'architectura. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes (pp.45-50). Lisboa: Typ. do Anuario Commercial

Carvalho, A. C. P. (1997). O architecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX (2.^a edição). Porto: FAUP

Carvalho, J. L. (1908). A Habitação. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.25-29

Carvalho, J. L. (1907). Assuntos Técnicos: A Habitação. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes . Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.23-25

Carvalho, J.L. (1906a) – A Habitação. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes . Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.30-31

Carvalho, J. L. (1906b). Saneamento Moral. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes . Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.38-41

Carvalho, J. L. (1905). A Habitação. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes . Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.57-63

Carvalho, P. S. (2011). A Cultura Arquitectónica em Portugal na Dobra do século XIX para o século XX: Sinais da influência estrangeira nas páginas D'a Construcção Moderna 1900-1919. In *Revistas de Arquitectura: Arquivo (s) da Modernidade* coordenação Marieta Dá Mesquita (pp. 230-251). Casal de Cambra: Caleidoscópico

Coelho, P. B & Coelho, A. B. (2006). Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005. Lisboa: Livros Horizonte

Colares, N. (Eds). (1926). *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Architecto Diplomado: José Ferreira Penêda.* In *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa: Centro Typographico Colonial Ano XVIII, nº 10, pp.44-47

Colares, N. (Eds). (1925). *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Construções Monolíticas: Projectos do Architecto J. Moreira de Lemos.* In *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Ano XVIII, nº 9, pp. 33-36

Colares, N. (Eds). (1924). *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Edificações da companhia nacional de construções e turismo, Projectos do Director Técnico: Engenheiro - Architecto António R. da Silva Júnior.* In *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Ano XVII, nº 10, pp.37- 40

Correia, A. (1911). Casa do Sr. Constancio Quadrio Carvalho pelo architecto Norte Junior. In *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, nº 2, pp. 2-4

Cosme, J. (2006). As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2^a metade do século XIX e princípio do XX). In *Revista da Faculdade de Letras História, III Série, vol. 7*, pp. 181-195

Costa, P.C. (2014). Homeland: News from Portugal: 14th International Architecture Exhibition Venice, 7June - 23 November 2014. Lisboa: [Trienal de Arquitectura de Lisboa], Jun. 2014, Nº1

- Dias, F. S. (1984). O papel da classe dos arquitectos na produção da habitação social. Lisboa: *Jornal Arquitectos*, Ano III, nº 31/32 (Nov./dez), p.12
- Duarte, C.S. (2011). Prefácio. In *Revistas de Arquitectura: Arquivo (s) da Modernidade* coordenação Marieta Dá Mesquita (p. 9). Casal de Cambra: Caleidoscópico
- Lauwe, C. D. (1960). Sociologia da Habitação. In Rodrigues, J. M. & Tostões, A. (coord). *Teoria e crítica de arquitectura século XX* (pp. 436-448). Casal de Cambra: Caleidoscópico
- Editora, P.(eds). (2009). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora
- Eleb, M. (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tours*. Paris: Archibooks
- E.T. (1900). *Hygiene na Habitação*. In *A Construção Moderna*. Lisboa, N.º2
- Ferreira, M. J. (1994). O Bairro Social do Arco do Cego: uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. In *Análise Social*, vol. XXIX (127), pp. 697-709
- Filgueiras, O. L. (1982). Da função social do arquitecto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada. Porto : *Curso de Arquitectura da E. S. B. A. P*
- Figueiredo, R. (2007). *Arquitectura e o Discurso Crítico em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri
- F. e N. (1923). *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho*. In *A Architectura Portugueza*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Ano XVI, nº 11, pp.45-47
- F. e N. (1924). *Arquitectura Tradicional Portuguesa: Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho*. In *A Architectura Portugueza*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Ano XVII, 1924, nº 11, pp.5-8
- França, J. A. (1983). Sondagem dos anos 20 – cultura, sociedade, cidade. In *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 823-844
- Furtado, G. & Cardoso, A.S. (2018) *A Mediatização do Habitar: na “Arquitectura Portuguesa” da 1ª metade do século X* (pp. 21-72) . In *Sebentas de Arquitectura*. Lisboa: Universidade Lusíada, 8, Acesso a 30 de Setembro de 2019: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/sa/article/view/2564/2774>
- Gadanhó, P. (2011). *Arquitectura em Público: 15 anos de expansão mediática nas páginas de um jornal português*. Porto: Dafne Editora
- Gonçalves, E. (2011). *O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900*. Porto: Fundação Marques da Silva
- Gonçalves, E. (2018). *A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)*. In *IRHU - Habitação, Cem anos de políticas públicas de habitação em Portugal 1918-2018* (pp.41-81). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- Gomes, M. C. A. (2003). *A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação*. (Tese de doutoramento não publicada) Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Consultada na Biblioteca Nacional de Portugal
- IHRU. (2018). *Habitação, cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Jorge, J. (2011). *Imaginações da arquitectura*. In Marieta Dá mesquita (coord) *Revistas de Arquitectura: Arquivo (s) da Modernidade* (pp.219-223). Casal de Cambra: Caleidoscópico

- Júnior, S. (1928a). Casas Baratas. In *A Architectura Portuguesa*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Ano XXI, Março, n.º3, p.12
- Júnior, S. (1928b). Casas Baratas. In *A Architectura Portuguesa*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, Ano XXI, Abril, n.º4, pp.15-16
- Lameira, M. G. A. (2017). O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do séc. XX. (Tese de Doutoramento não publicada) Porto: FAUP. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109984>
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre
- Leupen, B. (2006). Polyvalence, a concept for the sustainable dwelling. In *Nordic Journal of Architectural Research*. Vol. 19. n.º 3 (2006). pp. 23-31
- Machado, A. (1906). Legislação: Legislação portuguesa sobre edificação. In *Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp. 33-35
- Matos, M. D. (Eds). (1911). A organização de um bairro operário. In *A Construcção Moderna*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, n.º345, pp. 66-67
- Matos, M. D. (Eds). (1907). A cultura das aguas. In *A Construcção Moderna*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, n.º236, pp.60-61
- Matos, M. D. (Eds). (1904). Casas Baratas. In *A Construcção Moderna*. Lisboa: Centro Typographico Colonial n.º119, pp. 278-279
- Matos, M. D. (Eds). (1903). Casas Baratas. In *A Construcção Moderna*. Lisboa: Centro Typographico Colonial n.º 105, p. 167
- Mesquita, M. D. (coord.). (2011a). *Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade*. Casal de Cambra: Caleidoscópico
- Mesquita, M. D. (2011b). Mello de Mattos e A Construcção Moderna. In *Autora, Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, pp. 255-279.
- Mesquita, M.D. (2010). *Publicações de Arquitectura entre a Monarquia e a Primeira República*. Lisboa: *Jornal Architectos*, n.º 241, pp. 9-12
- Mesquita, M. D. (2008). Uma leitura do património através de uma revista de arquitectura do primeiro quartel do século XX. In *Disegnarecon* vol. 1, n.º 2, Dezembro de 2008. Acedido a 30 de Setembro de 2019: https://www.researchgate.net/publication/307650806_Uma_leitura_do_patrimonio_atraves_de_uma_revista_de_arquitectura_do_primeiro_quartel_do_seculo_XX
- Mesquita, M. D. (2006). O bairro do Arco do Cego : paradigmas e contradições. *Artitextos*. Lisboa : CEFA ; CIAUD. ISBN 972-97354-6-8, p. 93-100
- Ministério do Comércio e das Comunicações, Secretaria Geral do Ministério (1928). Decreto-Lei n.º 16055. *Diário do Governo*, 1.ª série – N.º243 (22 de Outubro de 1928). Acedido a 30 de Setembro de 2019: <https://dre.pt/application/file/605879>
- Ministério do Trabalho, Gabinete do Ministro *Diário do Governo* (1919) Decreto-Lei n.º 5397. *Diário do Governo*, 1.ª série – N.º 77 (14 de Abril de 1919). Acedido a 30 de Setembro de 2019: <https://dre.pt/application/conteudo/204271>

- Moniz, G. C. (2011). O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69). (Tese de doutoramento não publicada) Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18438>
- Monteiro, J. L. (1906). As novas edificações de Lisboa. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.19-21
- Ortigão, R. (2003). Reflexão crítica sobre a formação e a inserção dos architectos. In Gomes, M. C. A. (2003). A Cultura Architectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação (Tese de Doutoramento não publicada) (Vol. III, pp. 133-134). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- Pereira, N. T. (1996). Habitação Social hoje. In Escritos : (1947-1996, selecção). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- Pereira, N. T. (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. In *Análise Social*, vol. XXIX (127), pp. 509-524
- Pessanha, J. (1907). A educação do Architecto, Considerações Gerais. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.51-53
- Pinto, J. R. (2015). As ilhas do Porto. In *Levantamento e Levantamento das Ilhas do Porto, Levantamento e e Caracterização*. Porto: Município do Porto
- Portas, N. (1997). A Arquitectura da Habitação no Século XX Português. In Becker, A.;Tostões, A.; Wang, W., *Arquitectura do século XX : Portugal* (pp.116-121). Lisboa: Centro Cultural de Belém
- Presidência do Ministério (1918). Decreto-Lei n.º 4137/1918, de 25 de Abril. *Diário do Governo*, 1.ª série – N.º87 (25 de Abril de 1918). Acedido a 30 de Setembro de 2019: https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/100anoshabitacao/Decreto_4137.pdf
- Presidência do Ministério (1903). Decreto de Lei - Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (RSEU). *Diário do Governo*, 1.ª série – N.º 45. (14 de Fevereiro de 1903n.º45
- Ramos, R. (2001). *História de Portugal: a segunda fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa
- Ribeiro, A. I. (2002). *Architectos Portugueses - 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto
- Rybczynski, W. (1989) *La Casa, Historia de una idea*. Madrid: Nerea
- Rocha, C. (1985). *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- Rodrigues, J. M., & Tostões, A. (2010). *Teoria e crítica de arquitectura século XX*. Lisboa: Ordem dos Architectos
- Samara, M. A., & Rosas, F. (2000). Política e Economia. In *Portugal 1900* (pp.13-4). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- SAP . (1907). A nossa Autonomia. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.39-42
- SAP (1909-1910). Relatório 1909-1910. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp. 16-21
- SAP (1909-1910). Relatório 1909-1910. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp. 16-21

- SAP. (1908). Interesses Gerais da Classe: Casas Baratas. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp.17-18
- SAP. (1908b). Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes . Ano IV. Lisboa : Typographia do Comércio, n.º IV
- SAP. (1907). Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes . Ano III . Lisboa : Typographia do Comércio, n.º III
- SAP. (1906). Relatório. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa: Lisboa: Typ. do Anuario Commercial, pp. 3-8
- SAP. (1905). Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Ano I . Lisboa : Typographia do Comércio, n.º I
- SAP. (1903). Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes: Associação de Classe. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial
- Santa Rita, G. (1901). Proposta de lei n.º 10-BB. Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Acedido a 30 de Setembro de 2019: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/019/1905-08-22/1>
- Sardica, J. M. (2000). A Sociedade Portuguesa em 1900. In Portugal 1900 (pp.25-36). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Serrano, I. (2011). A Higiene e Salubridade na Arquitectura através d'A Construcção Moderna. In Mesquita, D. M (coord). Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade coordenação Marieta Dá Mesquita (pp.370-380). Casal de Cambra: Caleidoscópio
- Silva, C. N. (1994). Mercados e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX. In *Análise Social*, vol. XXXIX (127), pp, 655-575
- Silva, R. H. (2000). Urbanismo e Arquitectura. In Portugal 1900 (pp. 101-114). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Soares, J. A. (1908). Ensino da Architectura. Parecer da Sociedade dos Architectos Portuguezes. In Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes. Lisboa:Typ. do Anuario Commercial, pp.19-24
- Tainha, M. (1994). Arquitectura em questão: reflexões de um prático. Lisboa: Universidade Técnica, A.E.F.A.
- Tavares, M. (2015). Habitações Económicas. Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto. (Tese de doutoramento não publicada) Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Acedido a 30 de Setembro de 2019: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/104131>
- Távora, F. (1999). Da Organização do espaço. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- Teixeira, M.C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. In *Análise Social*, vol. XXVII (115), pp. 65-89
- Tiago, M. C. (2010). Bairros Sociais da I República: projectos e realizações. In *Ler História*, Nº 59, pp. 249-272
- Toussaint, M. (1995). Revistas em Portugal. *Jornal Architectos*, nº 152 (Out.), pp.46-48

SITES WEB CONSULTADOS

Arquivo Municipal do Porto. Acedido a 30 de Setembro de 2019: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/587925/>

Domus Social, Sinalização das Ilhas. Acedido a 30 de Setembro de 2019: <http://www.domussocial.pt/sinalizacao-de-ilhas>

Domus Social. (2015). Apresentação do estudo “Ilhas” do Porto - Levantamento e Caracterização. Acedido a 30 de Setembro de 2019: <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/estudo-ilhas-do-porto-consulte-aqui>

IHRU. (2018). Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Nacional. Acedido a 30 de Setembro de 2019: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf

Mapa da Habitação (FAUP/CEAU): <https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/pt/>

Mom. (2004). A habitação social no brasil do século xx e as estruturas informacionais da arquitetura, urbanismo e engenharia. Acedido a 30 de Setembro de 2019: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/15_hs/index.htm

Revistas de Ideias de Culturas (RIC). Acedido a 30 de Setembro de 2019: <http://ric.slhi.pt/>

ANEXOS

ANEXO 1. Projecto dum grupo de dez habitações para o Grupo Dez de Maio”, A Architectura Portuguesa, 1926, nº 10, pp.44-47	143
ANEXO 2. Aleixo, S.; Brancas, A. (2018) 1920’s Economic Housing in the Magazine A Architectura Portuguesa - Poster. In “International Multidisciplinary Congress Web of Knowledge”, 17-19 Maio, 2018, Évora.	147
ANEXO 3. Aleixo, S.; Brancas, A. (2018) 1920’s Economic Housing in the Magazine A Architectura Portuguesa - Poster. In “International Multidisciplinary Congress Web of Knowledge”, 17-19 Maio, 2018, Évora.	148
ANEXO 4. Bairro do Grupo Dez de Maio: ficha técnica no site Mapa da Habitação (disponível em: https://db.up.pt/fmi/webd/mapa_habitacao_db)	152
ANEXO 5. Documento apresentado nas Provas Públicas de Discussão de Dissertação de Mestrado Integrado, 27 Fevereiro, 2020, Évora.	153

A Architectura

Revista mensal
de
Construção e de architectura
prática

Director-proprietario: NUNES COLARES
Secretario da redacção: MARIO COLARES

Editor, Nascimento de Carvalho.
Composto e impresso na Tip. da Cooperativa Militar, rua Alves Correira, 20 a 47.

Portuguesa

Correspondencia (provisoriamente), à rua Palmira, 58 — LISBOA

ARQUITECTURA TRADICIONAL PORTUGUESA

Projecto dum grupo de dez habitações

Para dez operarios que se constituiram em grupo
a que deram o nome: DEZ DE MAIO
No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto

ARQUITECTO DIPLOMADO: José Ferreira Penêda

É sob varios pontos de vista interessante o projecto das dez casas de habitação que inserimos no presente numero da "Arquitectura". É interessante sob o ponto de vista tecnico e artistico, pois comprehende uma conjunção harmonica, elegante, tipica de dez casinhas para operarios constituindo em conjunto, um quartelão de aspecto estético muito apreciavel e feliz, movimentado e cheio de relevo e claro escuro.

Não é o parelho vulgar "quartel ou hospital" com buracos, monotono, frio e duro, que tanto abunda por esse paiz fóra. Não é o chamado lado "ortidinho" da construção que perante nacionais e estrangeiros tanto propagandeia a nossa incultura artistica e altrazo civilizador.

É sim um trecho meditado em planta e alçados do que poderia e deveria ser em geral a nossa construção urbana para a grande massa desse povo trabalhador que em regra não tem lar, não tem assistencia moral e educativa e não tem pão.

Felicitações portanto e das mais sinceras ao distincto architecto portuense que por tão acentuada forma se apresenta hoje com este projecto.

Outro ponto de vista para apreciar este plano é ver como no espaço reduzido occupado por cada casa tudo está bem aproveitado resultando sob o aspecto economico um exito, factor dos mais importantes num problema desta ordem.

Não menos interessante é a iniciativa de dez operarios se reunirem cuadjuvando-se mutuamente, constituindo-se, uma associação que por meio de colizações semanais e á custa de sacrificios herculeos arrancados aos seus salarios, talvez por vezes trabalhando eles proprios para colocar pedra sobre pedra, ou viga sobre viga, realisarem o milagre de se tornarem possuidores duma casa para habitarem.

Que grande exemplo de cooperação mutua, de previdencia colectiva e de solidariedade social! Que lição dada por gente do povo ás classes mais cultas, mais elevadas, mas mais egoistas.

Vejam lá se já viram 10 engenheiros, 10 architectos, 10 medicos, 10 advogados pensarem em fazer casas em comum para facilitar uns aos outros um bem estar extensivo a 10 familias!

Nunca tal se viu nem provavel seria que houvesse probabilidades de pôr essas pessoas de acorão sob o ponto de vista tecnico, estético e até economico.

A culpa dessa falta de solidariedade e cooperação, que aumenta em regra com o maior cultura das classes, resulta da educação materialista, profundamente individual, que recebem nas escolas aqueles que deveriam ser os mentores idoneos das classes populares e da sociedade em geral.

Cada classe constituiu-se num baluarte de personalismo egoista, especie de feudo ou seita que vive da contemplação extativa localizada á sua profissão não se podendo furtar á abstração de considerar o resto da humanidade como os Romanos consideravam os outros povos: Barbaros.

Dahi a nossa admiração por vermos 10 operarios em perfeita harmonia realisarem um "consortium" tão fraternal e simpatico de se tornarem com esforço e legitimidade possuidores de 10 habitações proprias.

Honra lhes seja pois e que tal exemplo pudesse fortificar e tornar-se extensivo a outras classes que, salvo as exceções devidas, dão todas as demonstrações de se importarem pouco ou nada com os principios de solidariedade e cooperação que deveriam reger as sociedades cultas e progressivas.



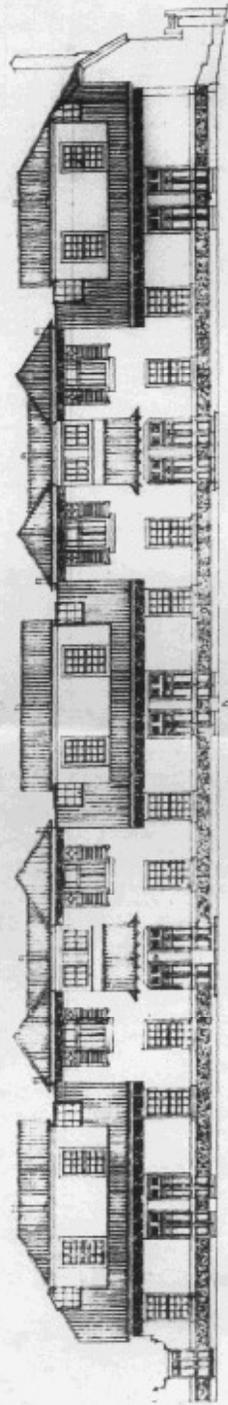
Uma casa

ARQUITECTURA TRADICIONAL PORTUGUESA

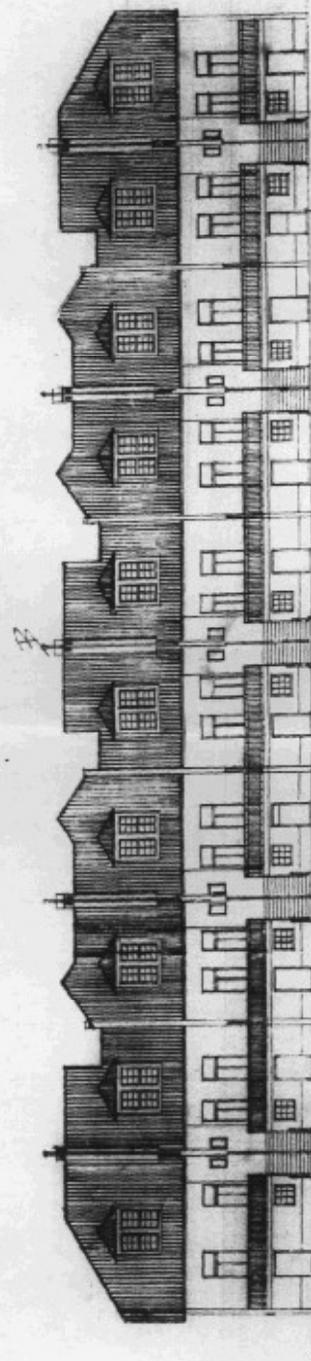
Projecto de um grupo de dez casas de habitação

PARA DEZ OPERARIOS QUE SE CONSTITUIRAM NO GRUPO "DEZ DE MAIO"

NOS ANGULOS DAS RUAS DO SEIZAL E CAVADA NO PORTO



FACIADAS PRINCIPAES



FACHADAS POSTERIORES

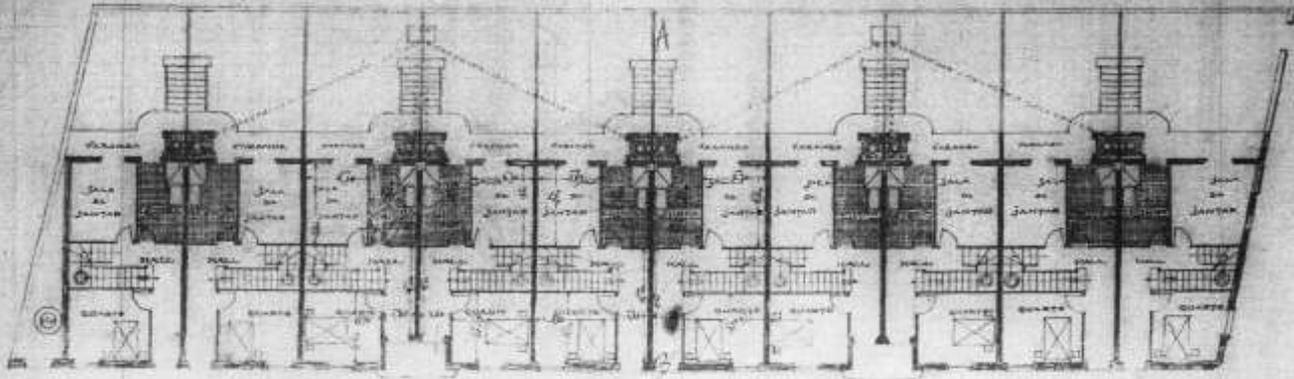
Arquitecto: — José Ferreira Penéda

ANO XIX — N.º 12

O projecto destas 10 casas de habitação é para ser construído em terreno situado no ângulo das ruas do Seixal e dos Cavadas, parte alta da cidade do Porto.

HARMONIA DAS PROPORÇÕES E DAS FORMAS NA ARQUITECTURA

A nossa «Revista» vai iniciar num dos próximos nu-



Planta do rez do chão

Cada casa compreende um sub-solo, rez do chão elevado e uma parte em 1.º andar, sendo o vão do telhado aproveitado.

O sub-solo existe só nas trazeiras, formando loja.

O rez do chão compõe-se de: sala de jantar, casimil, quarto e W. C., dispésica, no vão da escada, e escada de acesso ao 1.º andar.

O 1.º andar compreende um quarto, um roupeiro e arrecadações dispostas no vão do telhado.

Para uma família operaria, forçada na maioria a viver sem conforto em paredes espeluncas, uma habitação desta ordem representa com razão uma regalo bem apreciável cuja posse será também valor estimulante para se poder organizar um lar mais moral, mais amoroso e mais culto.

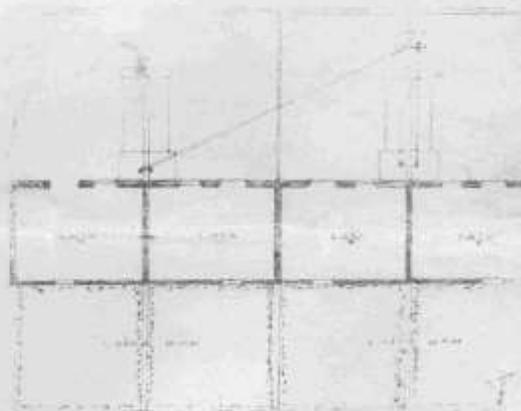
Accede o nosso distinto colaborador e ilustre architecto

meros um interessante estudo subordinado a este título por onde os nossos leitores verão que independente do que chamamos «o sentimento» para procurar alcançar o belo à força

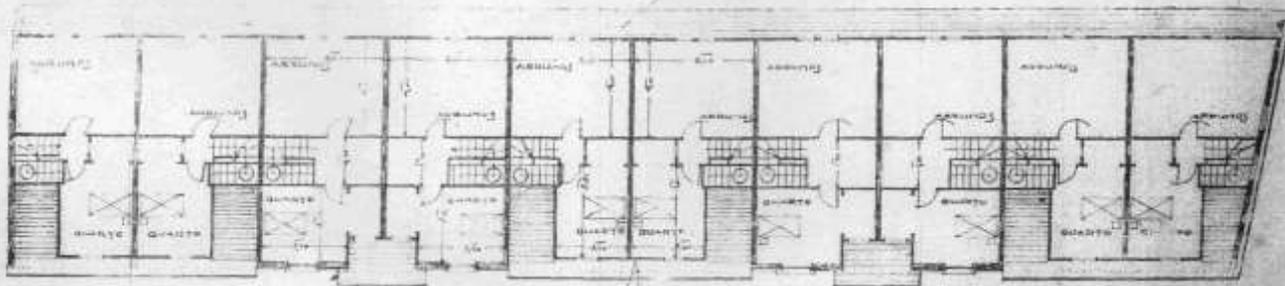
de tentativas, existe um sistema harmonico de proporções que é possível estabelecer com fundamento nas harmonias dos sons e tornar depois extensivo à architectura, à arte ornamental ou à pintura, fazendo vibrar de «vita» produções que não poderão nunca suprimir realmente o verdadeiro «belo» sendo arbitrariamente determinadas as bases dos metodos que se adotam.

Num Universo onde o som está na base da manifestação dos fenomenos visiveis, e onde todos são parcelas da Unidade, preciso

é que saiamos das ilusões em que vivemos, supondo que cada um de nós seja mais do que um simples aparelho que recebe e emite as manifestações, que nos vem de planos hiper-



Planta das lojas



Planta do 1.º andar

sr. Ferreira Penêda as nossas mais sinceras felicitações pelo interessante projecto que nos facultou dar hoje aos nossos presados leitores.

fisicos onde geram e criam todos esses tesouros que as Artes por vezes nos proporcionam.

O assunto que a «Arquitectura Portuguesa» vai tratar

tem pois um duplo interesse: desvendar conhecimentos que as Universidades e Academias ignoram e acordar a nossa alma adormecida para que ela se eleve acima das puerilidades e frivolidades humanas que tanto prejudicam a evolução de cada um de nós e atrofiam as produções da arte e do belo.



Fachada lateral

Pensamos que este ponto de vista sobre a arquitectura não foi ainda tratado no nosso meio artistico e intellectual e que será portanto motivo de interesse e delecto conduzir os nossos leitores por esta viagem ás elevadas regiões do mundo mental onde as cores, as proporções, os sons e as formas tomam aspectos e aspectos não presentíveis pela homem que vive com a consciencia simplesmente focada na densidade fisica da vida vulgar e perturbado a miúdo pela emulação, pelo egoismo e pela vaidade.

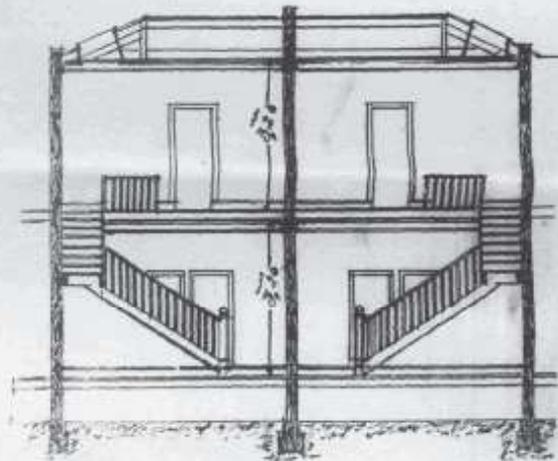
se fazia seguir por toda a parte o proscrito romano, que lhe revelasse os segredos e designios do Olimpo e lhe guiasse os incertos passos de simples mortal; — lendaria corça, que a velha tradição, que nos tem occupado afirma, ter sido apañhada na moita, que em Vienna á deusa foi consagrada, e que o pergaminho maximo do orgulho portuguez em versos sublimes do poeta, rememora, pela fala de Jupiter:

«Tambem deusa a memoria, que os obriga» (Os Lusitanos)
 «A grande nome, quando alevantaram»
 «Um por seu Capito, que peregrino»
 «Fugiu na Ceres espirito divino»

Dormiu uma lenda ha, que sobremaneira está arreigada no animo do povo, que de geração para geração vai passando, variniosamente guardado, como a verdadeira causa do nome Viana.

E se para remonta a antiquissimas idades a existencia de uma possessão de que era senhor um poderoso homem, que possuía uma formosissima filha de nome Ana, linda e mais uma podeser ser:

«Amada pela fama de tão grande belleza, de toda a



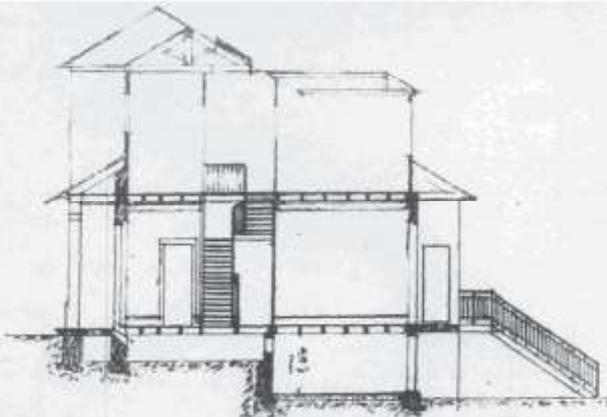
Corte C D

A ARQUITECTURA EM PORTUGAL

Viana do Alemtejo

(Continuação)

«Quando a lenda grande da Serra do Luso se criou, grande a Deusa, a doçadilha, a doçadilha de Viana, a doçadilha»



Corte A B

o comandante valoroso dos esforçados Lusitanos, que se serviu de uma corça que dizia ser a propria deusa, de que

parte tinham, nemesleis, poderosos e principes: mas a noqueira era dado vê-la, porque seu pai, orgulhoso de tal filha, sempre a conservava afechada e invisivel, a olhos extranhos, cúpidos, curiosos, profunadores... Mas, um rei príncipe muito leuinho e perseverante em seus propósitos, levou a sua porfia, a ponto de rondar de noite e dia as casas do orgulhoso senhor da vila, até que um dia veio, horas tardas, quando a vigilancia paterna afrouxava e a formosa Ana nam do seu esconderijo encantado, evadindo a propria briza, de que tinha ciúmes o amante pai, em que o príncipe a viu deslizar alva, subtil, vaporosa, á luz da tremida, que lhe guiava os passos pelas casas, por diante duma janela aberta á aragem da noite calma.

Louco, victorioso como nas mais épicas e melancas batalhas se abalou o príncipe para os seus estados, aos gritos de: «Vi... Ana!... Vi... Ana!... Vi... Ana!... Este brado de victoriosa alegria, que sacudia, logo logo se

Web of Knowledge

1920's ECONOMIC HOUSING IN THE MAGAZINE

A ARQUITECTURA PORTUGUEZA

António Augusto, Sofia Alegre



SHH
SOCIETY FOR
HUMAN HABITAT

1920

1921

1922

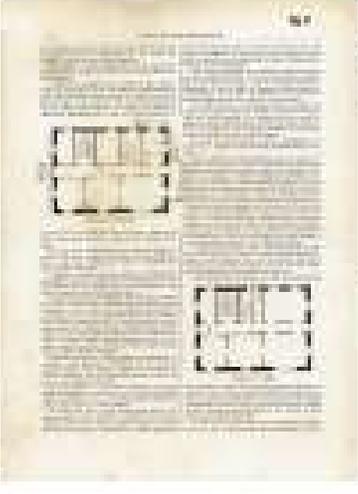
1923

1924

1925

1926





Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da arquitetura portuguesa no período de 1920 a 1926, com especial ênfase na produção de habitação económica. Para isso, foram analisados os artigos publicados na revista A Architectura Portuguesa, bem como os projetos arquitetónicos apresentados. O estudo revela que, apesar da influência europeia, os arquitetos portugueses desenvolveram soluções próprias, adaptadas às condições locais e às necessidades da população. A habitação económica foi vista como um desafio técnico e social, exigindo soluções inovadoras em termos de espaço, materiais e organização urbana. A revista desempenhou um papel fundamental na divulgação destas ideias e na formação de uma consciência coletiva sobre a importância da habitação para o desenvolvimento do país.

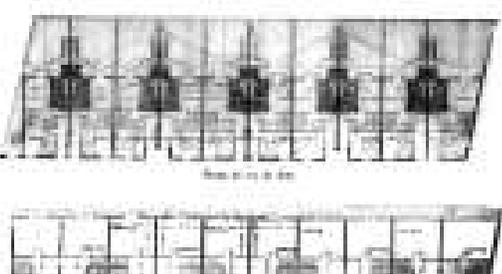
Palavras-chave: Habitação económica, arquitetura portuguesa, A Architectura Portuguesa, 1920's.

Introdução

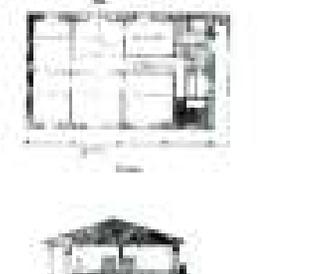
Os anos 1920 em Portugal foram marcados por uma busca por modernidade e renovação cultural. No campo da arquitetura, esta procura refletiu-se na criação de novas formas de habitação, especialmente destinadas às classes populares. A habitação económica tornou-se um tema central no debate arquitetónico da época, refletindo as preocupações sociais da sociedade portuguesa.

Metodologia

Este estudo baseia-se na análise documental de arquivos e publicações da época, com foco principal na revista A Architectura Portuguesa. Foram selecionados artigos e projetos que abordassem diretamente o tema da habitação económica, permitindo uma compreensão detalhada das ideias e soluções propostas pelos arquitetos portugueses.








Conclusão

O estudo demonstra que a arquitetura portuguesa dos anos 1920 foi capaz de desenvolver soluções inovadoras para o problema da habitação económica. Estas soluções, embora influenciadas pelo contexto europeu, refletiram as especificidades culturais e sociais de Portugal. A revista A Architectura Portuguesa desempenhou um papel crucial na disseminação destas ideias e na formação de uma consciência coletiva sobre a importância da habitação para o desenvolvimento do país.

1920's economic housing in the magazine A Arquitectura Portuguesa

S. Aleixo

PhD by Oxford Brookes University (UK); researcher (CIAM-SLIII, FCSII/UNI and IHC-CEHC/UE); Professor (DArq, Évora University, Portugal)

A. Brancas

Master Student in Architecture (DArq, Évora University, Portugal)

ABSTRACT: In the beginning of the 20th century, industrialization was at the origin of a lack of housing for those who were leaving the rural plural and heading to the city in search for work. The awareness of the increasing population and the housing crisis found an echo in the architects through the periodic Portuguese press dedicated to architecture issues. The magazine *A Arquitectura Portuguesa*, issued between 1908 and 1939, published architecture projects and opinion articles that addressed this social problem. Since the architect's social responsibility is reflected in their own projects, the analysis of the published works, assisted by the RIC project, is believed to provide an understanding of the stance of this professional class in this period.

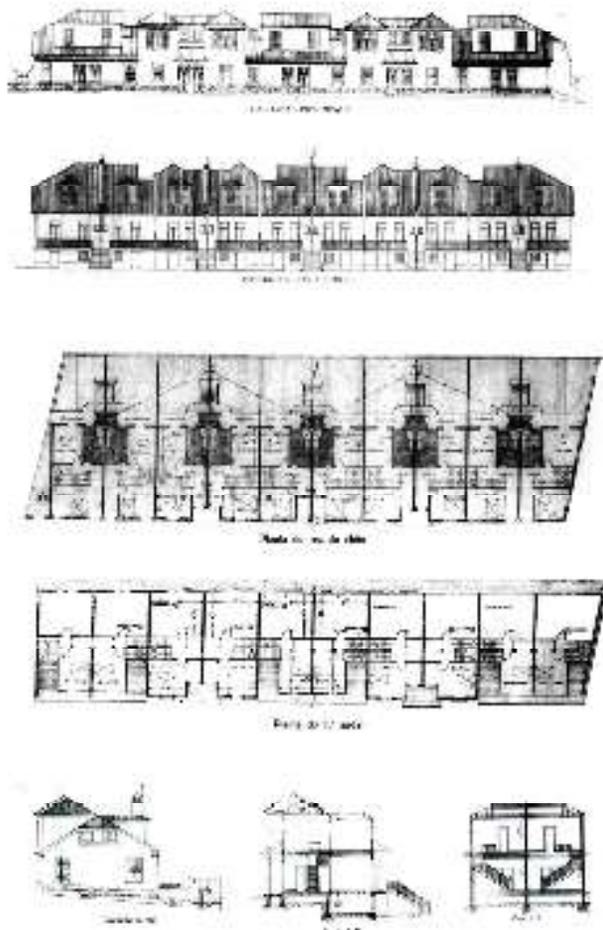


Figure 1. Project of a group of ten dwellings, by the Architect José Ferreira Paisáda. In *A Arquitectura Portuguesa*, December 1926, nº12, p. 3

1. THE PROBLEM

At the beginning of the 20th century, in Portugal, the shortage of economic houses was a growing problem. At the origin of this problem was the increasing population in urban areas due to the rural exodus of those who were heading into the cities in search of work provided by industrialization.

This need for housing to accommodate a new working class found a response in the private sector, by developing a rental market, using precarious housing with minimal areas, without the minimum conditions of hygiene and health. Lands that remained unbuilt so far were occupied with the *ilhas* in Oporto, and the *pátios* in Lisbon (Teixeira, 1992). These houses were built by the workers themselves, in a land of their working factory owner with limited resources and capital, or by the owner himself, resulting in low-quality dwellings. In Lisbon, *pátios* were never built as much as *ilhas* of Oporto, as Teixeira (1992) points out: "in 1905 there were 233 *pátios* in Lisbon, with a total of 2278 dwellings and housing 10.487 people. Some years before, in 1899, there were in Porto 1048 *ilhas*, with 11129 houses and 50.000 inhabitants" (p.69).

Informed by experts' knowledge on medical care and wellbeing, architects soon started to develop solutions to solve the problem, namely by promoting better living conditions through materializing hygienic measures in the domestic interior space (Serra-no, 2011).

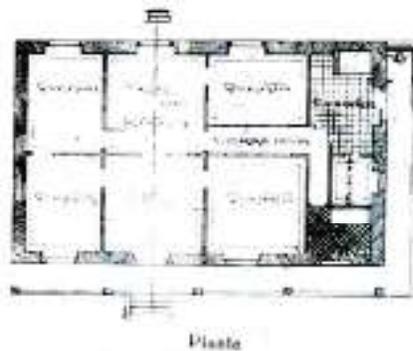


Figure 2. Project of an Economic House for S. Martinho do Porto, by the civil engineer António Birre Pereira. In *A. Architectura Portuguesa*, October 1928, nº10, p.6



Figure 3. Economic neighborhood of Ajuda, Lisbon, 1934. In Tiago, 2010, p.270



Figure 4. Economic neighborhood of Arco do Cego, Lisbon, 1934. In Tiago, 2010, p.270

Furthermore, architects also developed a broader debate on health promotion by sharing the knowledge gained at international congresses in articles published in architecture and construction magazines such as *A Construção Moderna* (1900-1919), *Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portuguezes* (1905-1911) and *A Architectura Portuguesa* (1908-1929) (Mesquita, 2010). As a result, architects raised their awareness of the rising problem of urban hygiene and economic housing.

2. THE SOLUTION

In spite of a notable interest in establishing new laws and regulations in the beginning of the 20th century, which dealt with issues related to the housing quality of construction, ventilation and plumbing, the Spanish flu outbreak that occurred during World War I relaunch the debate, after having caused in Portugal a high number of victims until 1919 (estimated in more than 100 thousand) (Leixeira, 1992). As a response to this problem, the state launched a program on economic housing (Figure 1, Figure 2). In 1918, the Republic issued the Decree No. 4137 (Tiago, 2010), on the promotion of the construction of social neighbourhoods, in a context of economic, political and social difficulties due to Portugal's participation in World War I. In this very year the projects for economic housing began, such as: the *Bairro da Ajuda* (Fig. 3) soon followed by the neighbourhood of the *Arco do Cego*, both in Lisbon (Fig. 4). However, the construction of these neighbourhoods would only be concluded in the *Estado Novo* period between 1934 and 1935.

In 1929, the *Sociedade dos Arquitectos Portuguezes* (1903-1933) participates in the jury for a public tender for the elaboration of project-type of economic houses, promoted by the Society of Economic Houses. Raúl Lino (1879-1974), represented the Society in this jury which highlights the importance of the subject at the time (Ribeiro, 2002). Tavares (2015) observes, in that same year the publication of the proceedings of the II Congress of CIAM subordinated to the topic of "The Minimum House" in the weekly newspaper *Noticias Ilustradas*, questioning a group of young architects on "what would be the most urgent work to do?" (L'rança, 1985, p. 118-119). Among the interviewees, the architect Pardal Monteiro (1887-1957), argues that the priority should be given to the construction of neighbourhoods of economic houses. During the 1920's, the program of economic housing played a decisive role in the planning and the construction of the city of Lisbon. A special concern on beauty was also expressed through the design of the buildings façades as it aimed to build an identity and to avoid the "de pressing typical character of working neighbourhoods, constituted by monotonous alignments of uniform and

unadorned houses" (Pereira, 1994, p.522). These issues reflect the social role of the architect in the transformation process of the city itself, as it accommodates economic housing for an emerging working class.



Figure 5. Front page. In *A Architectura Portuguesa*, January 1908, nº1



Figure 6. Editorial board objectives. In *A Architectura Portuguesa*, January 1908, nº 1, p.2

3. ARCHITECTURE MAGAZINES

The study of *A Architectura Portuguesa* magazine can contribute to filling a theoretical void within the

Portuguese architecture's history of the beginning of the 20th century since there is a lack of published books on this topic (Figueiredo, 2007). In particular, the study of *A Architectura Portuguesa*, can help to understand the thinking, arguing and building between 1908-1929 (1st series), in the article published in a total of 114 issues (Fig. 5). Thus, the design of a research aiming to understand modern perceptions and expressions of the art of designing and building, and to identify technical developments in construction of our architecture legacy can find in this architecture magazine a relevant source of information.

With the aim to respond to the problem of the working classes, architects developed proposals and discussed the topic in the magazine *A Architectura Portuguesa*. The study of the social housing published in this magazine is believed to provide a relevant contribute to establishing an understanding on the position of the professional class, on the promotion of well-being and comfortable housing in economic dwellings.

The analysis of the published works may widely benefit from the use of the *RIC* project. The study of the 20th century's Portuguese architecture magazines can shed some light on the modern ideas that shaped the socio-cultural atmosphere of this period. With opinion articles on issues such as architecture, construction, arts, history, materials, engineering, cultural events, artists, from Portugal and abroad, the study of such historical records may reveal new concepts and ideas about modern perceptions and theoretical and technical movements of architecture, art, design, building and urbanism (Mesquita, 2011).

4. THE RIC PROJECT

The visible and usable component of the *RIC* - *Revistas de Ideias e Cultura* (Magazines of Ideas and Culture) is a website that provides access to full collections of the most relevant magazines of the last century that discussed ideas and cultural issues in Portugal (see <http://www.ric.sllh.pt/>).

Acknowledged as an important source for research, and recognizing the relevance of architecture for society, *RIC*' research team have recently embraced this cultural area. Therefore, *RIC* provides a tool that contributes to the study of economic housing as addressed by the architects. Following the on-going work of *A Construção Moderna*, the next magazine to be included in the *RIC* program is *A Architectura Portuguesa*, and a research using the issues published in the 1st series (1908-1929) will be conducted.

In 1908 (Fig. 6), the magazine editorial clearly expresses its objectives:

- to provide a service in line with the technological progress of architecture through the dissemination of articles on the housing hygiene, contribu-

tions to the use of new materials' and construction techniques, as well as the new electrical equipment and modern furniture, besides aiming also to promote the smaller arts such as joinery, locksmithing and sculpture (n°1, p.2).

The remarkable quality of its graphic elements, such as the project drawings and photographs (Fig. 7), "make the *A Arquitectura Portuguesa* an essential documentary repository for the study of the architectural culture in Portugal in the first quarter of the 20th century" (Gomes 2003, p. 238). This statement supports a research approach as a case study in which the study of economic housing can bring new knowledge to architecture history.

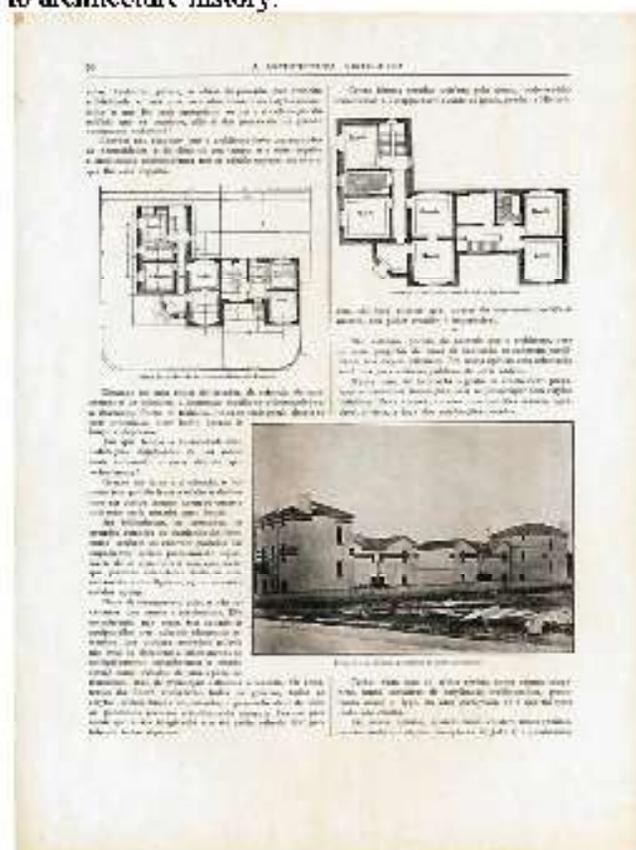


Figure 7. Neighbourhood of Roseiras, by the architect Álvaro Machado. In *A Arquitectura Portuguesa*, July 1910, n° 7, p. 76

5. FINAL CONSIDERATIONS

In summary, by the beginning of the 20th century, there is a lack of studies regarding the publishing of economic housing projects and debates in architecture magazines. The *A Arquitectura Portuguesa* magazines published between 1908 and 1919 has not yet been studied from this perspective and the availability of a research tool as *RIC* is in itself a very useful tool.

Research on this topic is needed to understand the relevance given to the topic in this period, and the architectural solutions, proposed for the problem of economic housing.

6. REFERENCES:

- A Arquitectura Portuguesa*, 1ª série, 1908-1929, Lisboa. Decreto nº4:137 de 23 de Abril da Presidência do Ministério. Diário do Governo: Série I, Nº 87, 1918. Accessed at <https://dre.pt/application/files/40/44/08>
- França, J.A. 1985. *A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1961*. Venda Nova: Domus Editores
- Figueiredo, R. 2007. *Arquitetura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: IIIA/Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Coleção Teses. Lisboa: Edições Colibri.
- Gomes, M.M.C.A. 2003. *A Cultura Arquitectónica em Portugal: 1880-1920: Tradição e Inovação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Doctoral Theses
- Mosquita, M.D. 2010. *Publicações de Arquitectura entre a Monarquia e a Primeira República*. In *JA, Out.-Dez.* n° 243: 9-12.
- Mosquita, M.D. 2011. *Revistas de Arquitectura: Arquitectos da Modernidade*. Casal de Cambra: Calcidoscópia.
- Pereira, N.T. 1994. *Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930. a promoção privada do alojamento operário*. In *Análise Social*, vol. XXX (127): 509-524.
- Ribeiro, A.I. 2002. *Arquitetos Portugueses: 90 Anos de Vida Ascensionista (1863-1953)*. Porto: FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.
- Serrão, J. 2011. *A Higiene e Salubridade na Arquitectura através da Construção Moderna*. In *Revistas de Arquitectura: Arquitectos da Modernidade*. Casal de Cambra: Calcidoscópia: 370-381.
- Tavara, M.F.G. 2015. *Habitagens Económicas: Federação de Casas de Previdência - Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício de Projecto*. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto, Doctoral Theses. Accessed at <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/104131>.
- Teixeira, M.C. 1992. *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1949*. In *Análise Social*, vol. XXVII (115): 65-89.
- Tiago, M.C. 2010. *Bairros Sociais da I República: projectos e realizações*. In *Ler História*, nº 59: 249-272
- RIC - Revistas de Letras e Cultura* (s/d), in <http://www.ric.sibi.pt>

nome projecto | project name plano | plan bairro | district edifício(s) | building(s)

a277 COOP- Bairro Grupo Dez de Maio

autor projecto : outros autores : colaboradores
 project author : other authors : collaborators
 SANTOS Alcindo F. dos
 PENEDA, José F.

escritório/atelier | office

ano projecto : c. : início : fim construção : inauguração
 project year : c. : beginning : end construction : inauguration datação obs.

1930

construtor | contractor **classificação | classification**

tipo promoção | promotion type **obs.**
 Privada: Associativa

C PC NC D PD

programa | programme
 COOP | Promoção Cooperativa | sem enquadramento legislativo identificado

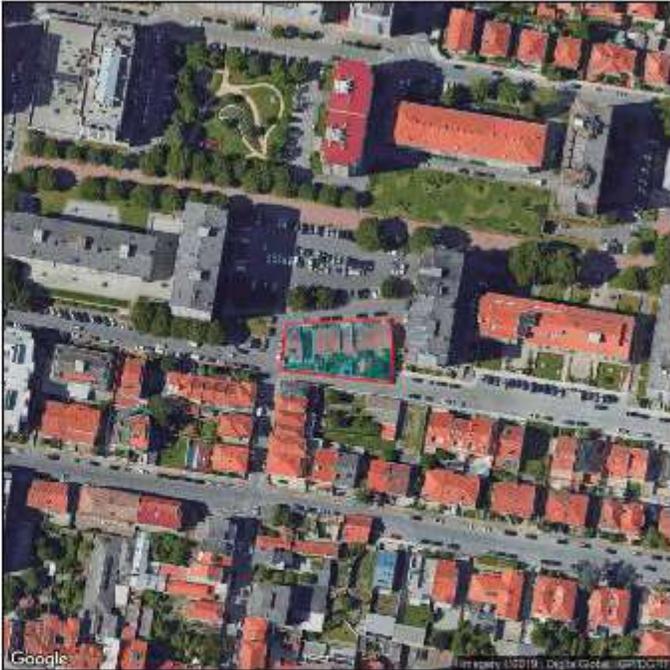
organismo | developer

financiamento | financing

decriptor da habitação | housing descriptor I : II : III : IV

Habitação :: Casas Individuais agrupadas :: Casas em banda	área total total area	647
	nº parcelac no. parcels	9
	nº fogos no. dwellings	9
	nº edifícioc no. buildings	1

referências bibliográficas | bibliographical references

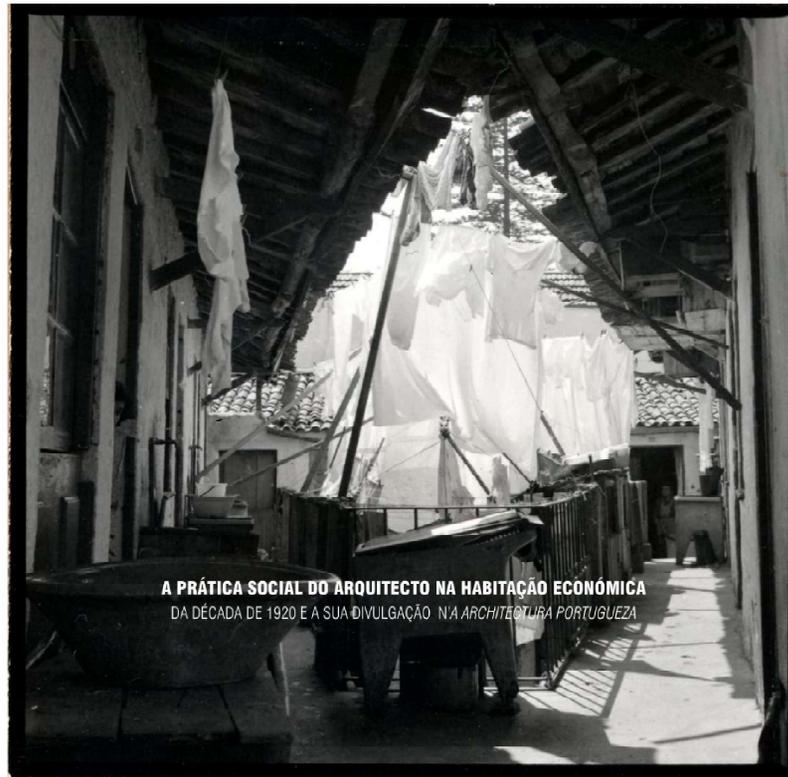


Google maps
 gps: 41.162361N; 8.596114W localização desconhecida

morada | address
 Rua do Grupo 10 de Maio

localidade | place **concelho | district**
 Bonfim Porto

distrito/região autónoma | region **pais | country**
 Porto Portugal



A PRÁTICA SOCIAL DO ARQUITECTO NA HABITAÇÃO ECONÓMICA DA DÉCADA DE 1920
E A SUA DIVULGAÇÃO NA ARCHITECTURA PORTUGUEZA

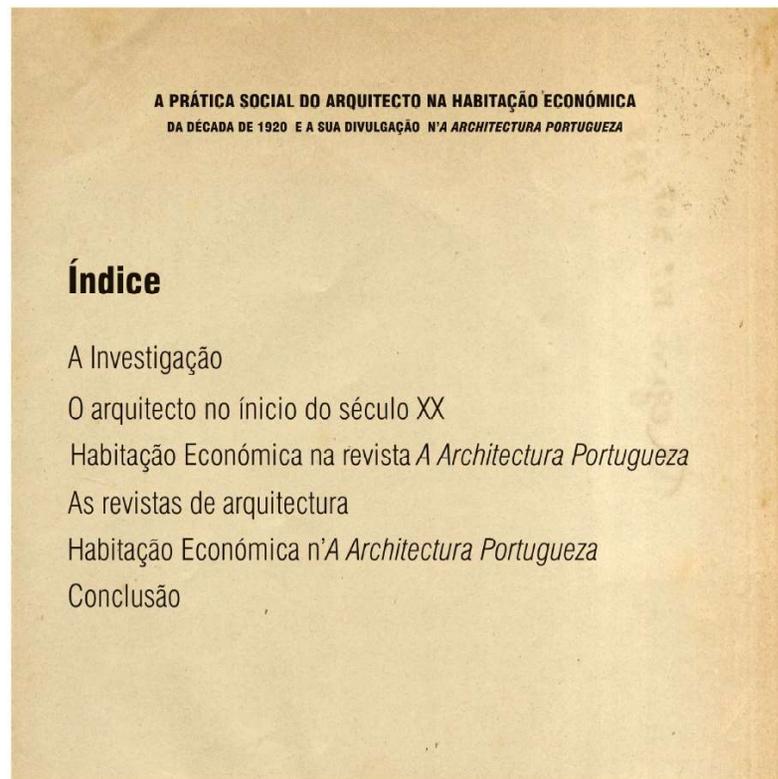
Prova Pública de Mestrado em Arquitectura
Évora, 2019

António Manuel Quintas Brancas | 30835

Arguente:
Professora Doutora Paula André

Presidente de Júri:
Professora Doutor Daniel Jiménez

Orientação
Professora Doutora Sofia Aleixo



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

1

1

A investigação

lhas e casas insalubres no Porto, Década de 1960
Fonte: Arquivo Municipal do Porto



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

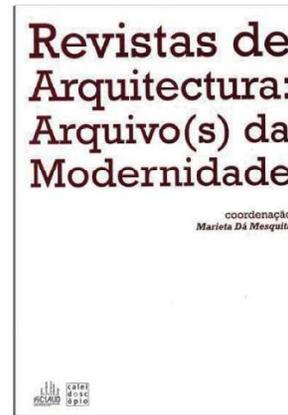
2



Ana Isabel Ribeiro, 2002



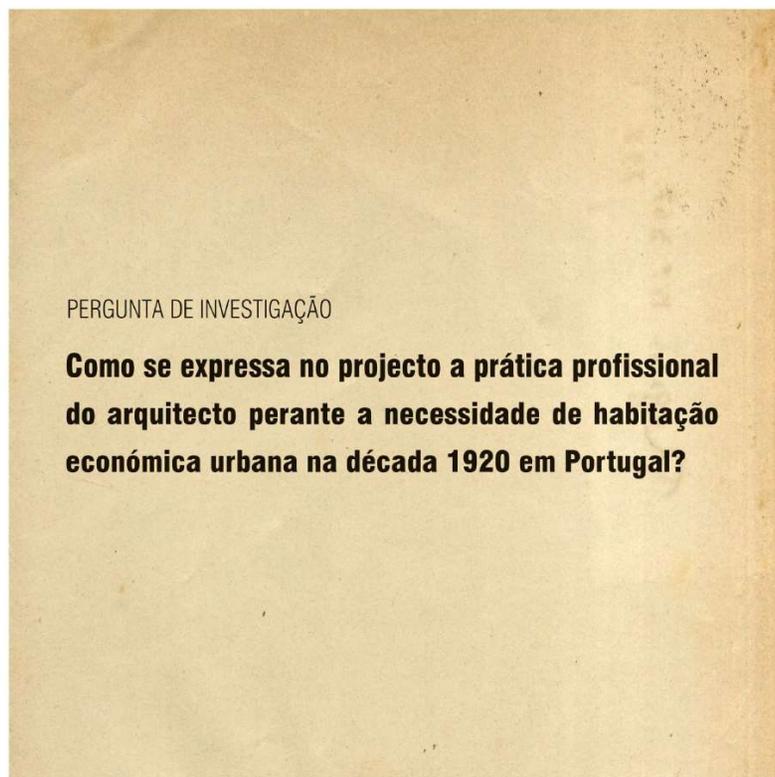
Manuel Teixeira, 1992



Marieta Dá Mesquita, 2011

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

3



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

4

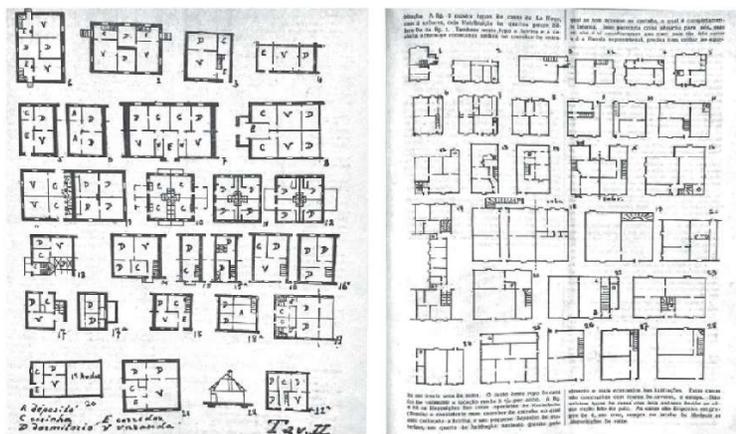
OBJECTIVOS	
ESTABELEECER	definições operativas dos conceitos de formação, profissão e função do arquitecto;
IDENTIFICAR	as preocupações sociais do arquitecto através da leitura dos documentos publicados pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses;
DEFINIR	Habitação Económica identificando as suas características identitárias;
EXPLORAR	as revistas de arquitectura no seu contributo na difusão de informação sobre habitação económica para a prática profissional;
ANALISAR	Através de uma metodologia de análise um projecto de habitação económica e aplicar num caso publicado em revista periódica de arquitectura.

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

Metodologia

Uma Nova Ordem para a Cidade a partir da Casa:

registros em revista do Eng. Víctor Da Silva Freire Júnior



Mirandulina Azevedo, 2011

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

2 O arquitecto no início do século XX



Excursão a tomar pela Sociedade dos Architectos Portuguezes
Fonte: Anuário da SAP, 1907, p.50

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

7

A FORMAÇÃO ACADÉMICA

VI CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ARCHITECTOS

(Madrid, 1904, Adães Bermudes, Anuário)

“O ensino precisa de estar em constante progresso e actualização, de modo a permitir ao arquitecto estar a par do avanço da ciência e da humanidade das povoações”

REFORMA NO PROGRAMA DE ENSINO DE ARQUITECTURA

(Alexandre Soares, 1908, Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes)

O programa mínimo de conhecimentos exigíveis ao arquitecto moderno:

. 3º Ano sobre Legislação e higiene de edifícios

. 5º Ano com a matéria sobre a Estética e salubridade

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

8

PERFIL DO ARQUITECTO

Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1864)

- temas que a profissão deveria debater:

- . a estética e higiene das cidades portuguesas;
- . a legislação dos edifícios;

Uma Reflexão sobre as condições da actividade profissional dos arquitectos (1908)

- define como responsabilidades técnicas e científicas:

- . conforto
- . salubridade e higiene
- . qualidade estética das habitações

VIDA ASSOCIATIVA E OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PROFISSÃO

Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, 1863

Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1872

Sociedade dos Architectos Portuguezes, 1903

Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1933

SOCIEDADE DOS ARCHITECTOS PORTUGUEZES

A CONSTRUÇÃO MODERNA

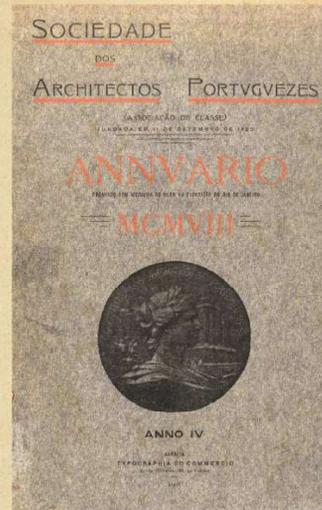
Sociedade dos Architectos Portuguezes | A Construção Moderna, 1903, N.º 88, p. 28

FUNÇÕES DO ARQUITECTO

ANUARIO SOCIEDADE DOS ARCHITECTOS PORTUGUEZES 1905-1911

Casas Baratas - Representação ao Governo
1908

"com o fim de promover a construção de habitações
hygienicas para as classes menos abastadas"
(Anuário, 1908, p.17).



Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes | Ano IV, 1908

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

11

AS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS DO ARQUITECTO

NA DÉCADA DE 1920 EM PORTUGAL

PROCURAVA GARANTIR NA HABITAÇÃO:

- CONFORTO
- HIGIENE E SALUBRIDADE
- QUALIDADE ESTÉTICA

PROCURAVA CONCILICAR NA HABITAÇÃO:

- A QUALIDADE ESTÉTICA E A HIGIENE
- ECONOMIA DA CONSTRUÇÃO

PROCURAVA SOLUCIONAR O PROBLEMA DO ALOJAMENTO:

- HABITAÇÃO ECONÓMICA

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

12

3 Habitação Económica na década de 1920



Bairro da Ajuda, Lisboa, 1934 | Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

13

. O PROBLEMA DA HABITAÇÃO APÓS A 1ª GUERRA MUNDIAL

População de Lisboa e do Porto, 1900-1930

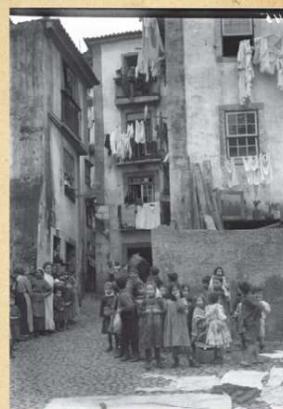
	Lisboa	Porto
1900	356 009	167 955
1910	431 738	191 890
1920	484 664	202 310
1930	591 939	229 794

Quadro sobre a população Lisboa e do Porto entre 1900 e 1930 |
Fonte: Teixeira, 1992 pp.83-85

Construção de habitação em Portugal 1900-1930

	Nº de fogos construídos entre recenseamentos
1900	54 173 (1890-1900)
1910	111 213 (1900-1911)
1920	15 777 (1911-1920)
1930	234 966 (1920-1930)

Quadro sobre a construção de habitação em Portugal entre 1900 e 1930 |
Fonte: (Teixeira, 1992 pp.83-85)



Pátio em Alfama, Lisboa, 1914, Joshua Benoliel

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

14

. QUESTÕES DE HIGIENE E SALUBRIDADE EM PORTUGAL

REGULAMENTO DA SALUBRIDADE E DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, 1903

- Definir as condições de higiene e salubridade nas habitações:
 - . o programa da habitação por número de equipamentos (instalação sanitária e cozinha)
 - . distribuição e melhoria das condições dos espaços (dimensões)
 - . ar, ventilação, luz
 - . o estudo das canalizações e a interdição da proximidade das instalações sanitárias, e da cozinha com água para consumo e uso

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

15

. SOLUÇÕES ECONÓMICAS DE HABITAÇÃO

DEBATES, ESTUDOS E PROJECTOS

- . Engenheiro Mello de Matos, 1904
 - . isoladas
 - . grupo de duas casas,
 - . fileiras de casas sucessivas ou paralelamente à rua
 - . grupos de quatro casas
 - . habitações colectivas de vários andares

- "Fazer a casa atraente, torna-la verdadeiramente o lar é pois, obra de altíssima moral social"

- . Arquitecto António Couto Abreu, 1908
 - . a qualidade estética
 - . e a necessidade de se adaptar a tipologia dos conjuntos de habitação

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

16

. SOLUÇÕES ECONÓMICAS DE HABITAÇÃO

ENQUADRAMENTO LEGAL

DECRETO DE LEI N.º 4137 - BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS, 1918

Programa das casas económicas

Classe 1	Classe 2	Classe 3
> 3 quartos com 9 m ²	2 quartos com 9 m ²	1 quarto com 9 m ²
cozinha e wc	cozinha e wc	cozinha e wc



Bairro do Arco do Cego, Lisboa, 1935 | Fonte: Tiago, 2010



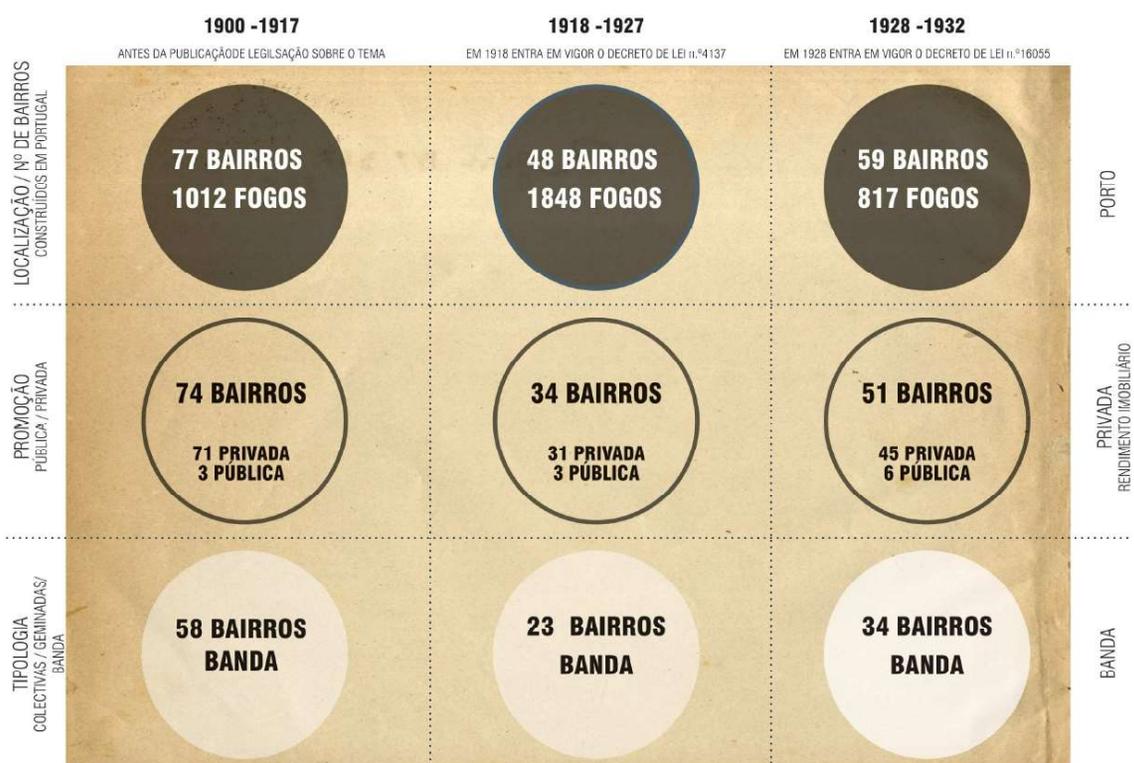
Bairro da Ajuda, Lisboa, 1934 | Fonte: Gonçalves, 2018, p.55

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa*. Conclusão

17

Gráfico com base na Plataforma Mapa da Habitação em Portugal

(<https://www.mapadahabitacao.arq.up.pt/pt/base-de-dados>)



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa*. Conclusão

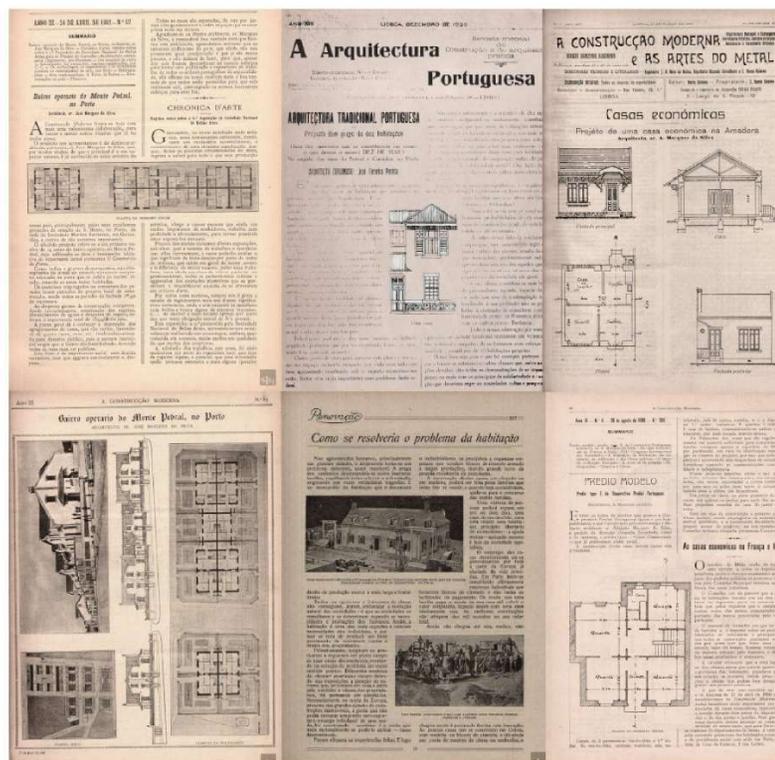
18

QUADRO SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS			
01. LOCALIZAÇÃO NESTE PERÍODO	PORTO	05. ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA	COMPARTIMENTOS HABITÁVEIS COMPARTIMENTOS NÃO HABITÁVEIS SERVIÇOS
02. PROMOÇÃO	PRIVADA	06. HIGIENE E SALUBRIDADE	ESGOTOS ÁGUA VENTILAÇÃO LUZ
03. TIPOLOGIA URBANA	BANDA	07. ECONÓMICA	CONSTRUÇÃO RÁPIDA MATERIAIS BARATOS CIRCULAÇÕES REDUZIDAS
04. HABITAÇÃO	NÚMERO DE COMPARTIMENTOS ÁREAS	08. ESTÉTICA	HABITAÇÃO ATRAENTE FACHADA/ ADORNOS

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

4 Revistas de arquitectura

Projectos e informação teórica sobre Habitação Económica divulgada na revista *A Construção Moderna* e *A Architectura Portuguesa*



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa*. Conclusão

A CONSTRUÇÃO MODERNA

1900-1919

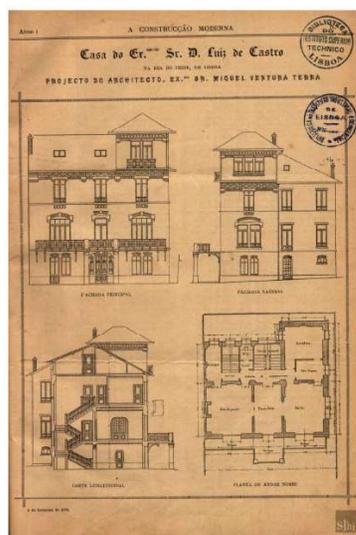
Proprietário | Director Administrativo
- Eduardo A. Nunes Collares

Direcção Técnica
- Engenheiro José Mello de Matos
- Arquitecto Rosendo Carvalheira

Periodicidade
- quinzenal (24 números anuais)

Números publicados
- 542

Projectos de habitação económica
- 2 (1902, 1914)



A Construção Moderna, 1900, N.º 1

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

21

ANUÁRIO

1905-1911

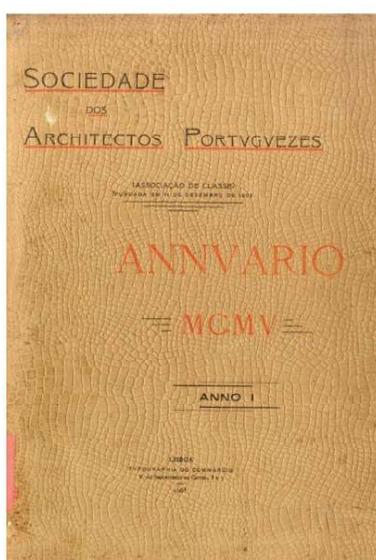
Proprietário | Director Administrativo
- Sociedade dos Architectos
Portuguezes

Editor | Direcção Técnica
- Conselho Director da SAP

Periodicidade
- Anual

Números publicados
- 6

Projectos de habitação económica
- 0



Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes, 1905, Ano I

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

22

A ARCHITECTURA PORTUGUEZA

1ª série .1908-1929

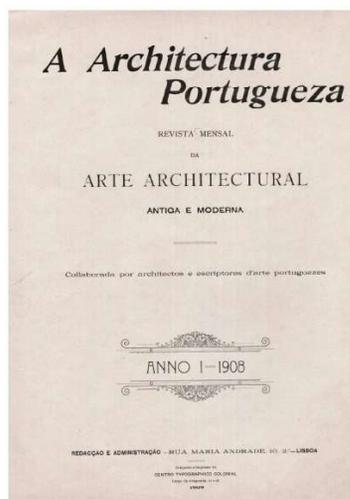
Proprietário | Director Administrativo
-Eduardo Nunes Collares

Editor | Direcção Técnica
- Eduardo Nunes Collares
-Arquitecto António Silva Júnior

Periodicidade
- Mensal

Números publicados
- 250

Projectos de habitação económica
- 7 (década de 1920)



A Architectura Portuguesa, 1908, Ano I, Nº1

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

23

SELECÇÃO DOS ARTIGOS ALUSIVOS AO TEMA HABITAÇÃO ECONÓMICA

ANO	TITULO	AUTOR
1923	Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	F.N.
1924	Edificações da companhia nacional de construções e turismo. Projectos do Director Técnico: Engenheiro - Arquitecto António R. da Silva Júnior	Nunes Colares
1924	Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	Nunes Colares
1925	Construções Monolíticas: Projectos do Arquitecto J. Moreira de Lemos	Nunes Colares
1926	Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Penêda	Nunes Colares
1928	Casas Baratas	Silva Júnior
1928	Casas Baratas	Silva Júnior

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

24

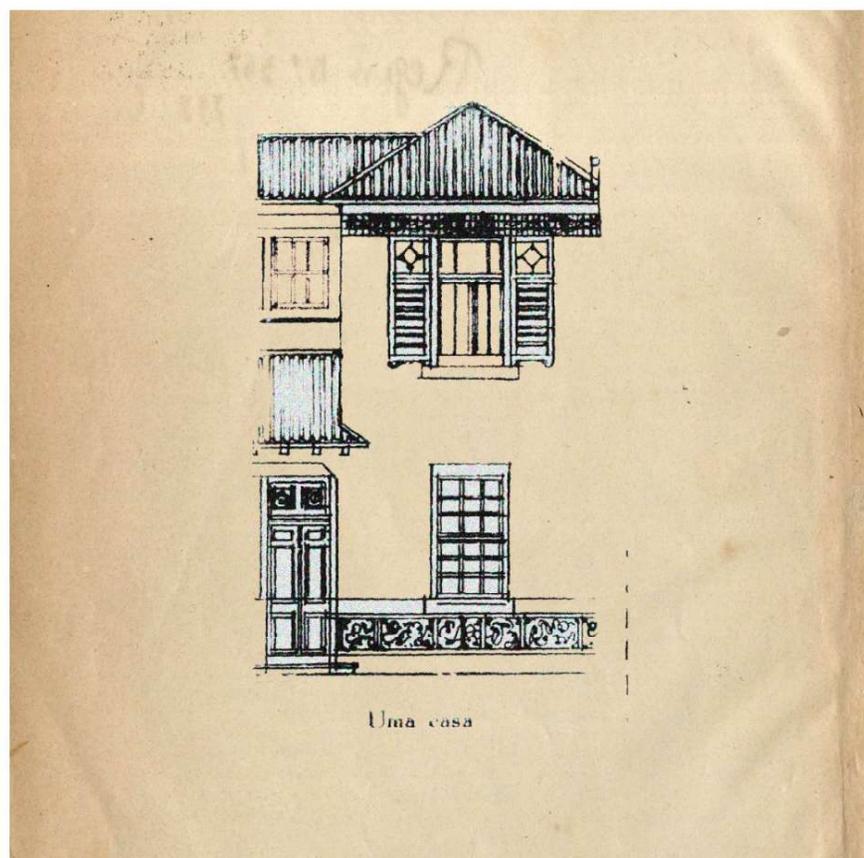
SELECÇÃO DOS ARTIGOS ALUSIVOS AO TEMA HABITAÇÃO ECONÓMICA

ANO	TITULO	AUTOR
1923	Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	F.N.
1924	Edificações da companhia nacional de construções e turismo, Projectos do Director Técnico: Engenheiro - Arquitecto António R. da Silva Júnior	Nunes Colares
1924	Casas Economicas de Diversos Tipos, Arquitecto: Frederico de Carvalho	Nunes Colares
1925	Construções Monolíticas: Projectos do Arquitecto J. Moreira de Lemos	Nunes Colares
1926	Projecto dum grupo de dez habitações, Para dez operários que se constituíram em grupo a que deram o nome: Dez de Maio, No angulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto, Arquitecto Diplomado: José Ferreira Penêda	Nunes Colares
1928	Casas Baratas	Silva Júnior
1928	Casas Baratas	Silva Júnior

A Investigação . O arquitecto no inicio do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

24

5 Habitação Económica n'A *Architectura Portuguesa*

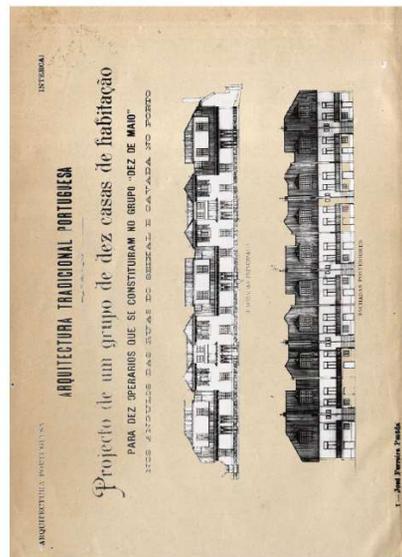


Uma casa, 1926 | Fonte: *A Architectura Portuguesa*, 1926, p.44

A Investigação . O arquitecto no inicio do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Architectura Portuguesa* . Conclusão

25

PROJECTO DE UM GRUPO DE DEZ HABITAÇÕES



Nunes Colares, A Arquitectura Portuguesa, 1926, pp.44-45

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista A Arquitectura Portuguesa . Conclusão

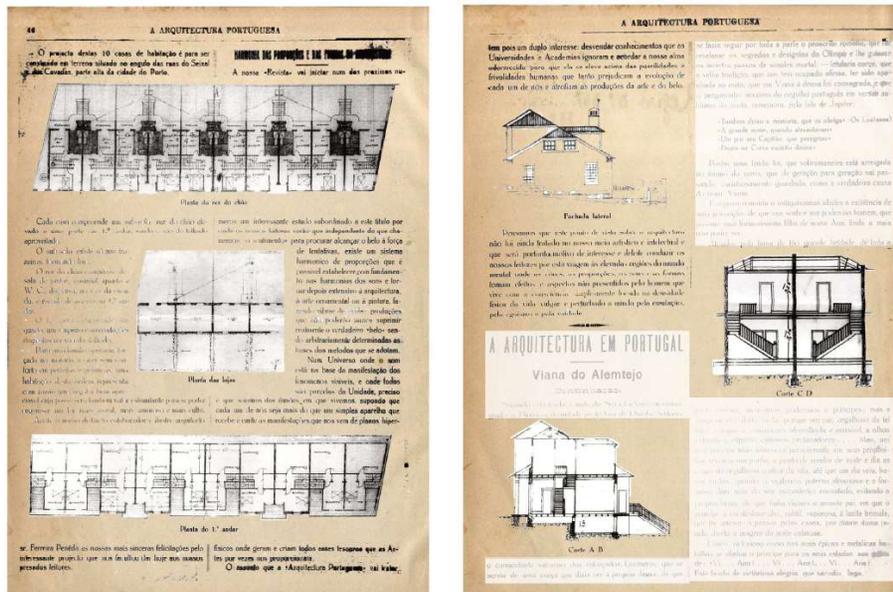
PROJECTO DE UM GRUPO DE DEZ HABITAÇÕES



Nunes Colares, A Arquitectura Portuguesa, 1926, pp.44-45

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista A Arquitectura Portuguesa . Conclusão

PROJECTO DE UM GRUPO DE DEZ HABITAÇÕES



Nunes Colares, A Architectura Portuguesa, 1926, pp.46-47

A Investigação . O arquitecto no inicio do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista A Architectura Portuguesa . Conclusão

ESTÉTICA



A Investigação . O arquitecto no inicio do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista A Architectura Portuguesa . Conclusão

ESTÉTICA



A Investigação . O arqu

30

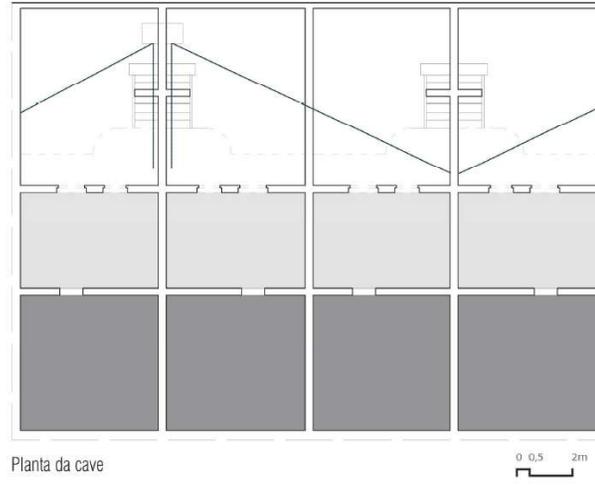
HIGIENE E SALUBRIDADE - VENTILAÇÃO



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

31

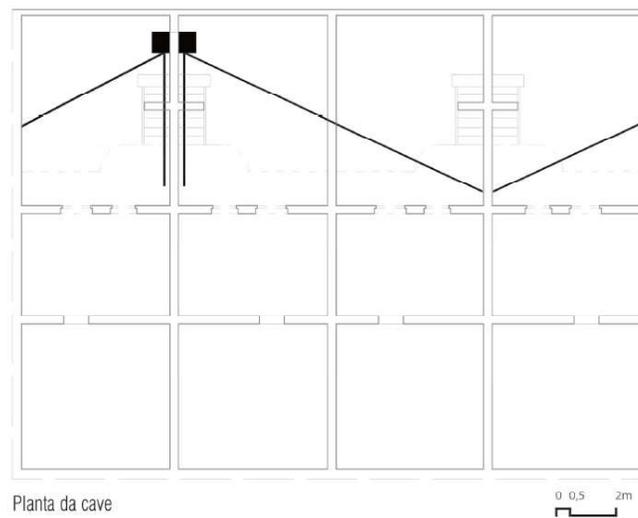
HIGIENE E SALUBRIDADE - ESGOTOS



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

32

HIGIENE E SALUBRIDADE - ESGOTOS

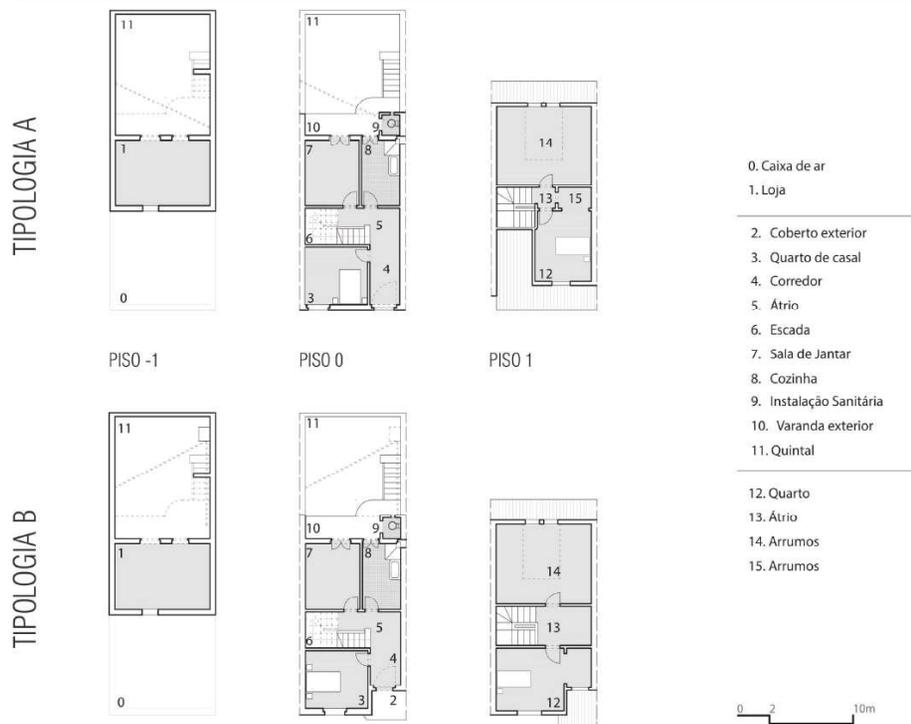


A Investigação . O ar

33

/170

TIPOLOGIA



A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

34

QUADRO SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS ANALISADAS NO PROJECTO DE UM GRUPO DE DEZ HABITAÇÕES

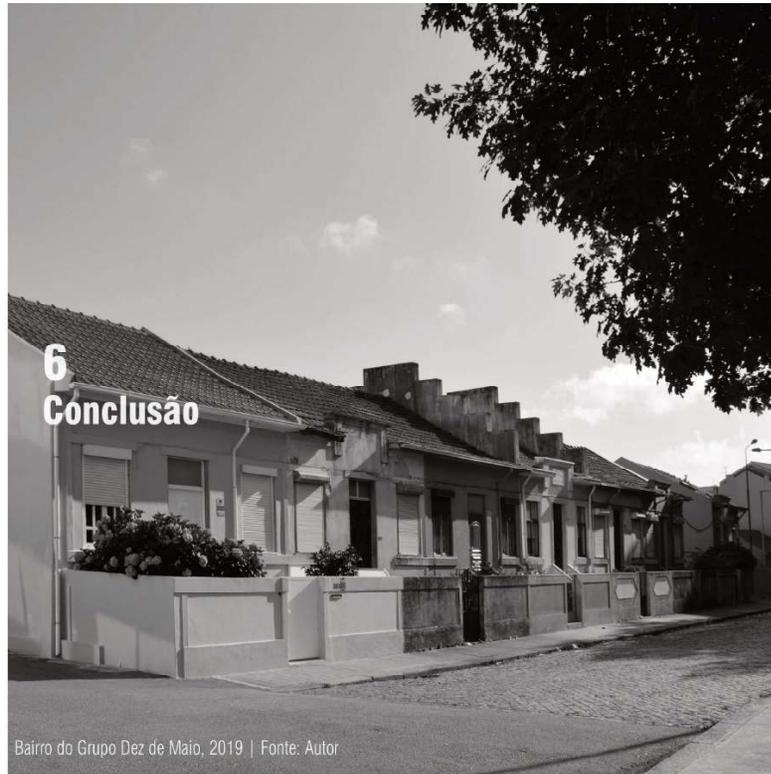
01. HABITAÇÃO	.NÚMERO DE COMPARTIMENTOS	04. ECONÓMICA	.CIRCULAÇÕES
	.ÁREAS		.MATERIAIS CONSTRUTIVOS
02. ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA	.COMPARTIMENTOS HABITÁVEIS	05. ESTÉTICA	.AUTO-CONSTRUÇÃO
	.COMPARTIMENTOS NÃO HABITÁVEIS		.FACHADA PRINCIPAL
	.SERVIÇOS		.ADORNOS
03. HIGIENE E SALUBRIDADE	.RSEU		.VOLUMETRIA
	.DECRETO N.º 4137		.CAIXILHOS

A Investigação . O

ão

35

6 Conclusão



Bairro do Grupo Dez de Maio, 2019
Fonte: Autor

Bairro do Grupo Dez de Maio, 2019 | Fonte: Autor

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

36



Ihas e casas insalubres no Porto, Década de 1960 | Fonte: Arquivo Municipal do Porto

A Investigação . O arquitecto no início do século XX . Habitação Económica na década de 1920 . As revistas de Arquitectura . Habitação Económica na revista *A Arquitectura Portuguesa* . Conclusão

37